



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

EMANUELLE CASTALDELLI SILVA

**COMPATIBILIDADES ENTRE AGÊNCIA FEMINISTA E
COMPORTAMENTALISMO RADICAL**

LONDRINA
2021

EMANUELLE CASTALDELLI SILVA¹

**COMPATIBILIDADES ENTRE AGÊNCIA FEMINISTA E
COMPORTAMENTALISMO RADICAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Laurenti.

LONDRINA
2021

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Processo nº 88882.448285.

EMANUELLE CASTALDELLI SILVA

**COMPATIBILIDADES ENTRE AGÊNCIA FEMINISTA E
COMPORTAMENTALISMO RADICAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Dra. Carolina Laurenti
Universidade Estadual de Maringá

Dra. Marina Souto Lopes Bezerra
Núcleo de Atendimento e
Formação em Psicologia

Dra. Táhcita Medrado Mizael
Universidade Estadual de São Paulo

Londrina, 15 de fevereiro de 2021.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

E53 Silva, Emanuelle Castaldelli.
Compatibilidades entre agência feminista e comportamentalismo radical /
Emanuelle Castaldelli Silva. - Londrina, 2021.
159 f.

Orientador: Carolina Laurenti.
Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade
Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de
Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2021.
Inclui bibliografia.

1. agência - Tese. 2. comportamentalismo radical - Tese. 3. feminismo - Tese.
I. Laurenti, Carolina. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências
Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III.
Título.

CDU 159.9

Às minhas sobrinhas, Verô e Maya,
meninas do presente e mulheres do futuro.

Agradecimentos

Em *O livro dos abraços*, Eduardo Galeano escreveu que a palavra *recordar* deriva do vocábulo latino *re-cordis*, que significa “voltar a passar pelo coração”. A propósito de agradecer, então, recordo. Volto a passar pelo meu coração aqueles e aquelas que, de alguma forma, já passaram por ele. Volto a passar pelo coração minha mãe, Alzira, e meu pai, Sidnei. As pessoas que sonharam meus sonhos antes de mim e que me deram o que eu tenho de mais precioso: minha educação. Cheguei aqui em condições muito mais privilegiadas que as de vocês dois e, com toda a certeza do mundo, vocês são os responsáveis por isso. Obrigada por tudo e obrigada por tanto, pai e mãe. Volto a passar pelo coração minhas irmãs, Valine, Van e Evelin. Meu mundo. Meu “mar de fogueirinhas”, como diria novamente Galeano. Não existem duas fogueiras iguais e vocês são prova disso. Obrigada por encherem minha vida de chispas com o fogo louco de vocês e por me ensinarem, antes que eu pudesse decifrar qualquer palavra, a pluralidade e a singularidade do que é ser mulher nesta merda e nesta maravilha de mundo. Volto a passar pelo coração meu consorte de vida, meu “companheiro de copo e de cruz”, Raul. Obrigada pela *Mitgefühl*. Se teve alguém que teve co-sentimento, que sentiu comigo (principalmente) neste período, foi você. Obrigada por ter abraçado minhas angústias e tristezas, mas, sobretudo, obrigada por ter antegozado o alívio e a alegria de cada pequena vitória. Kundera disse que a *Mitgefühl* é o sentimento supremo na hierarquia dos sentimentos e eu não poderia concordar mais com ele. Volto a passar pelo coração minha sempre-orientadora, Carol. A você, Carol, minhas desculpas e eterna gratidão. Desculpe pelas ausências e trabalho (não acadêmico) nesse processo, mas, acima de tudo, obrigada por ter de bom grado ensinado aquilo que sabia e aprendido comigo aquilo que me ensinava. Obrigada, também, por ter aceitado o que parecia ser o desafio de orientar uma iniciação científica sobre feminismo. Àquela época, você disse que esse seria seu pretexto para estudar o assunto e é gratificante ver que, hoje, você é o meu pretexto e o de muitas outras pesquisadoras. Volto a passar pelo coração

o professor Carlos. Obrigada por ter sido a primeira pessoa a me convencer de que a análise do comportamento tem coração e, principalmente, por ter mostrado que o rigor científico pode e deve ser acessível. Volto a passar pelo coração as professoras Camila e Nádia. Obrigada, Camila, pela oportunidade de acompanhar você nos estágios em docência, pela paciência e apoio neste processo, e também pela sua participação na banca de qualificação. Obrigada, Nádia, por me ensinar a lidar com as frustrações envolvidas no processo de aprender. Volto a passar pelo coração as professoras Marina e Táhcita pelo tempo de leitura dedicado ao meu trabalho e pela composição da banca de defesa. Graças a vocês, posso chamar esta versão do meu trabalho pelo o que ela é: final. Volto a passar pelo coração minha casa em Londrina: Amanda, Dara, Lana, e, principalmente, Chris. Obrigada, Chris, por ter me esperado na portaria do seu prédio para garantir que eu chegasse sempre segura e por ter compartilhado seu sofá e sua vida comigo. Se algum dia você se sentiu devedor porque consegui achar uma casa para você (como você disse nos seus agradecimentos), bom, considere-nos mais que quites. Volto a passar pelo coração as pessoas incríveis que o mestrado me apresentou, sobretudo, Jor, Kau, Pati, Thainã, Nat, Vic, Mariah, Thaís, Bruna, Laira e João. Obrigada pelas conversas (acadêmicas ou não) e pelos momentos compartilhados na sala de aula, na cantina, no beco e no bar. Volto a passar pelo coração a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com o apoio financeiro da CAPES pude me dedicar integralmente à esta pesquisa, o que definitivamente contribuiu para o resultado final deste trabalho. Por fim, vale dizer que, como humana, às vezes me esqueço de recordar. Mas, certamente, há muitas outras pessoas que não mencionei aqui que passaram pelo meu coração.

Silva, E. C. (2021). *Compatibilidades entre agência feminista e comportamentalismo radical*. (Dissertação de mestrado), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil.

Resumo

A agência pode ser tradicionalmente definida como a capacidade de um indivíduo de iniciar uma ação. Esse conceito foi considerado um obstáculo à formação de uma aliança política entre feminismo e comportamentalismo radical, pois poderia se referir a uma instância interna responsável por originar os comportamentos dos indivíduos. Todavia, essa compreensão não faz jus à pluralidade da comunidade feminista, na qual outras definições de agência compatíveis com o comportamentalismo radical poderiam emergir. O objetivo deste estudo teórico-conceitual foi avaliar compatibilidades entre acepções feministas de agência e o comportamentalismo radical. A bibliografia selecionada para esta pesquisa foi buscada em periódicos nacionais e internacionais especializados em estudos feministas. Foram analisados vinte artigos que continham o descritor *agência* no título e uma definição desse conceito no resumo e/ou no corpo do texto. A análise desses artigos foi pautada nas seguintes categorias: conceito de agência no projeto feminista, crítica a acepções dicotômicas de agência, perspectiva relacional de agência, características da agência, agência e interseccionalidade e agência e coletividade. Considerando essas categorias, é possível afirmar que o conceito de agência seria fundamental no feminismo, cujo projeto social consiste em lutar contra controles opressivos e construir um mundo melhor para todas as mulheres. A agência, nesse sentido, oferece contexto para que o comportamentalismo radical se filie a projetos de sociedade revolucionários, como o feminismo. A literatura feminista, tal qual o comportamentalismo radical, critica explicações dicotômicas de agência, uma vez que elas ferem o caráter contextual e relacional das relações humanas. Tanto as explicações de agência centradas no indivíduo quanto as explicações centradas nas estruturas sociais parecem partir da mesma lógica argumentativa que instaura uma dicotomia entre indivíduo e ambiente. Feministas e comportamentalistas radicais compreendem que a agência é histórica e temporalmente situada e que a relação dos indivíduos com essas circunstâncias, principalmente seu caráter probabilístico, tornaria a agência possível. A perspectiva relacional de agência daria origem a diferentes características de agência que, em uma interpretação comportamentalista, poderiam ser entendidas como repertórios agênticos. Alguns aspectos feministas que destacam esses repertórios são: autodeterminação, escolha, competência normativa, performatividade, personificação, agência narrativa e tecnologias do eu. Esses repertórios teriam em comum a consciência (autoconhecimento) de controles opressivos em relação ao gênero, que possibilitaria às mulheres fazer escolhas (autocontrole) que viabilizariam a luta contra essas relações de poder opressivas (contracontrole) e construir um mundo com relações mais igualitárias. A luta contra relações desiguais de poder também implicaria, para a literatura feminista, incorporar as interseccionalidades das vidas das mulheres (raça, grupo étnico, classe, casta, religião, orientação sexual), a fim de evitar a reprodução dessas desigualdades entre as próprias mulheres. Por fim, o reconhecimento dessas interseccionalidades possibilitaria aproximar as mulheres como grupo, o que potencializaria suas ações de resistência contra controles opressivos.

Palavras-chave: Agência. Feminismo. Comportamentalismo radical.

Silva, E. C. (2021). *Compatibilities between feminist agency and radical behaviorism*. (Master thesis), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil.

Abstract

Agency can be traditionally defined as an individual's ability to initiate an action. This concept was considered an obstacle to forming a political alliance between feminism and radical behaviorism, for it could refer to an internal instance responsible for originating individuals' behaviors. However, this understanding does not do justice to the plurality within the feminist community, in which other definitions of agency could emerge and be compatible with radical behaviorism. This theoretical-conceptual research aims to evaluate compatibilities between feminist agency acceptations and radical behaviorism. The sources were selected on Brazilian and international journals specialized in feminist studies, and all twenty articles that presented *agency* in their title and had this concept definition on their abstracts or throughout their texts were analyzed. The analysis was carried out according to the following categories: agency concept in the feminist project; criticism of dichotomous agency acceptations; relational agency perspective; agency features; agency and intersectionality and agency and collectivity. It is possible to affirm that the agency's concept would be fundamental in feminism, whose social project consists of struggling against oppressive controls and constructing a better world for all women. In this sense, the agency's discussion offers a context in which radical behaviorism can join revolutionary social projects, as feminism does. Feminist literature, much as radical behaviorism, criticizes dichotomous accounts of agency, as they are antithetical to the contextual and relational conception of human relations. Both individual-centered and social-structured-centered accounts of agency seem to stem from the same logic that establishes an individual-environment dichotomy. Feminists and radical behaviorists understand agency as historical and time-situated, and the individuals' relations with these circumstances, mostly its probabilistic nature, make agency possible. The relational agency perspective could engender different agency features, understood as agentic repertoires in a radical behaviorist view. Some of the features that highlight these repertoires are: self-determination, choice, normative competence, performativity, embodiment, narrative agency, and technologies of the self. These repertoires would share consciousness (self-knowledge), socially originated, that enables women to choose (self-control) to struggle against oppressive power relations (countercontrol) and build a world with more egalitarian relations. Feminist literature also points out that struggling against unequal power relations demands incorporating women's lives intersectionalities (race, ethnic group, class, caste, religion, sexual orientation) to avoid the reproduction of these inequalities among women themselves. Finally, recognizing intersectionalities could bring women closer as a group, and that could strengthen their acts of resistance against oppressive controls.

Keywords: Agency. Feminism. Radical behaviorism.

Somos filhos da época
e a época é política.

Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.

Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um aspecto político.

O que você diz tem ressonância,
o que silencia tem um eco
de um jeito ou de outro político.

(Wisława Szymborska)

Sumário

Introdução.....	12
Objetivos	21
Geral.....	21
Específicos	21
Método.....	22
Natureza das fontes	22
Periódicos especializados.....	22
Procedimento.....	23
Etapa 1: Delimitação dos descritores.	23
Etapa 2: Definição dos critérios de inclusão e de exclusão.....	23
Critérios de inclusão.....	23
Critérios de exclusão.	24
Etapa 3: Busca e organização das publicações.	24
Etapa 4: Seleção das publicações.	25
Etapa 5: Análise dos dados.	25
Resultados e Discussão.....	27
Conceito de agência no projeto feminista.	32
Críticas a explicações dicotômicas de agência.....	34
Explicações de agência centradas no indivíduo.	35
Explicações centradas nas estruturas sociais.....	43
Perspectiva relacional de agência.....	47
Características da agência.	52
Agência e interseccionalidade.....	65
Agência e coletividade.	69
Considerações finais.....	74
Referências.....	79
Apêndices	84

Introdução

A agência pode ser tradicionalmente definida como a capacidade de um indivíduo de iniciar uma ação (Abbagnano, 1971/2002). A discussão sobre esse conceito no comportamentalismo radical poderia, ao menos nessa perspectiva, parecer despropositada. Afinal, a maioria dos “comportamentalistas radicais equipara a agência ao livre-arbítrio, que rejeitam, ou a causas internas que podem ser explicadas por meio de princípios comportamentais” (Baldwin, 1998, p. 109). O próprio Skinner (1989) definiu o comportamentalismo radical como “a filosofia de uma ciência do comportamento entendido como objeto de estudo em si próprio, independentemente de explicações internas” (p. 122). À medida que o conceito de agência aludiria a explicações dessa natureza, não seria equivocado supor que, para essa filosofia, “não há nada comparável a uma agência” (Baum, 1995, p. 93).

A rejeição do conceito de agência pelo comportamentalismo radical poderia, no entanto, ser uma faca de dois gumes. Por um lado, assinalar a incompatibilidade com esse conceito demarcaria o posicionamento do comportamentalismo radical contra sistemas explicativos internalistas, como o mentalismo (Baum, 1995). Ao mesmo tempo, a rejeição da agência poderia reanimar as críticas de que a filosofia comportamentalista radical concebe os indivíduos como autômatos (Baum, 1995; Zuriff, 1975): “Como o comportamentalista ignora ou nega esses episódios internos, suas explicações, muitas vezes afirmam, se aplicariam a autômatos, não a agentes” (Zuriff, 1975, p. 4). O conceito de agência, nesse cenário, poderia ser um tópico desconfortável para o comportamentalismo radical, que se veria obrigado a tomar parte pelo antimentalismo ou por uma acepção de indivíduo ativo.

A despeito dos problemas suscitados pela ambiguidade do conceito de agência, há comportamentalistas radicais que se dedicaram a essa questão, argumentando que ele não seria necessariamente incompatível com a filosofia skinneriana (Ruiz, 1998; Zuriff, 1975). A

eventual compatibilidade da agência com o comportamentalismo radical, argumentam, dependeria da possibilidade de tratar sobre esse conceito valendo-se exclusivamente de uma “linguagem” comportamentalista (Zuriff, 1975). Isto é, recorrendo a “termos, conceitos e leis derivados do exame das *relações* [ênfase adicionada] do indivíduo com seu contexto” (Lopes et. al., 2018, p. 69). Assumindo essa interpretação, o comportamentalismo radical passaria ao largo de definições de agência subsumidas a causas internas (Ruiz, 1998; Zuriff, 1975).

A agência, em uma ótica comportamentalista radical, não é, então “uma entidade mística espreitando por trás do comportamento” (Zuriff, 1975, p. 20). Porém, embora essa definição negativa seja um passo preliminar para uma definição comportamentalista radical de agência, ela seria insuficiente para responder as críticas de que essa filosofia “vê o homem como um robô” e de que o indivíduo “não parece desempenhar nenhum papel ativo” em relação a seu comportamento, sendo um “observador passivo de suas ações” (Zuriff, 1975, p. 1). Nesse sentido, o comportamentalismo radical precisaria formular uma definição positiva do conceito de agência. Considerando isso, para o comportamentalismo radical, a agência é relacional: um movimento é entendido como ação de um agente quando “estiver inserido em um conjunto característico de *relações* [ênfase adicionada] com o ambiente” (Zuriff, 1975, p. 14).

A interpretação relacional de agência reitera a rejeição de uma acepção internalista desse conceito. Isso porque a agência teria origem na relação do indivíduo com o ambiente, não no indivíduo. Isso significa que agência só é possível se a ação de um indivíduo é sensível a antecedentes e consequências, além de ser proposital, no sentido de que é resultado de disposições estabelecidas no passado. Afirmar que um agente agiu seria, assim, contextualizar seu movimento nesse conjunto de relações com o ambiente. Para tanto, seria preciso “caracterizar o contexto do movimento, dizer algo . . . sobre as relações que se estabelecem entre o movimento e outros eventos no ambiente” (Zuriff, 1975, p. 14). Esse *dizer algo* implica

em descrever como uma ação está funcionalmente relacionada aos eventos no ambiente, repertório nomeado de autoconhecimento ou consciência:

Quando falamos de agência em uma perspectiva comportamentalista radical, falamos sobre agir em contexto. A agência não é vista como uma característica do indivíduo, mas, ao contrário, como uma característica de ações. A agência, portanto, é ação, e os atos de um agente podem ser distinguidos dos atos de um não-agente, tanto que as ações do agente *incluem consciência* [ênfase adicionada] ou “saber que” as ações de alguém estão relacionadas com aspectos-chaves da circunstância atual, e o indivíduo pode dar uma explicação relacionando o ato ao contexto. (Ruiz, 1998, p. 189)

A agência, nessa ótica, é ação contextualizada. Isso implica que a agência não é uma coisa ou substância particular ao indivíduo, mas um qualificativo para as ações: a depender do contexto, uma ação pode ou não ser caracterizada como *agêntica*. As formulações de agência de Zuriff (1975) e Ruiz (1998) parecem, então, guardar afinidades. Assim como para o primeiro autor a agência não é efeito de eventos mentais anteriores ou concomitantes ao comportamento, para Ruiz (1998), a agência não é uma entidade que habita o indivíduo. Ambos parecem concordar que a agência é contextual e relacional, no sentido de que uma ação é agêntica somente quando as ações de um indivíduo estão relacionadas ao contexto. Ademais, ambos os autores compreendem que repertórios autodescritivos dessas relações, designados autoconhecimento, seriam um requisito para a agência (Ruiz, 1995, 1998; Zuriff, 1975).

Para além dessas similaridades, Ruiz (1998) adiciona uma dimensão política à agência ao ampliar o debate sobre esse conceito para o contexto do feminismo. A agência, aqui, seria um dos conceitos utilizados para descrever a resistência feminista, entendida como a possibilidade de as mulheres promoverem transformação social mesmo em contextos opressivos em relação ao gênero (Ruiz, 1995). A resistência feminista ou ações agênticas requerem a convergência de dois repertórios verbais distintos, mas inter-relacionados: o *saber*

como e o *saber que* (ver Ruiz, 1998, p. 183, 189). O *saber como* se refere à descrição das próprias condições corporais (sentimentos) e é adquirido “por meio de experiência direta” (Ruiz, 1998, p. 189). O *saber que*, por sua vez, “permite explicar um ato de resistência e sua relação funcional com circunstâncias externas, contextuais” (Ruiz, 1998, p. 189).

O *saber que* “está intimamente relacionado ao processo de autoconhecimento . . . cujo desenvolvimento é mediado por outros na comunidade verbal do indivíduo” (Ruiz, 1995, p. 171). A constituição do autoconhecimento por meio das relações do indivíduo com a comunidade verbal implica que as “explicações verbais requerem aprendizagem socialmente mediada e é a comunidade verbal que pode mediar tal aprendizagem” (Ruiz, 1998, p. 189). Consoante Skinner (1974/1976), o autoconhecimento é possível “quando o mundo privado de uma pessoa se torna importante para os outros” (p. 35). Considerando isso, “uma condição necessária para o desenvolvimento de tal linguagem pelas mulheres é a existência de uma comunidade verbal para quem os mundos privados das mulheres sejam importantes” (Ruiz, 1995, p. 173). Esse é o caso do feminismo.

O feminismo, como comunidade verbal, permitiria às mulheres validar suas experiências de opressão por meio do compartilhamento dessas experiências com outras mulheres. A comunidade verbal feminista seria responsável por fazer os tipos de pergunta que possibilitam às mulheres relacionar seus sentimentos e outros eventos privados ao contexto social. Essas perguntas são aquelas que “nos permitem fundar nossos sentimentos nas circunstâncias de nossas vidas” (Ruiz, 1995, p. 173). O autoconhecimento informado pela comunidade verbal feminista, usando a expressão de Skinner (1974/1976), “possui valor para o próprio indivíduo” (p. 35), pois as mulheres se tornariam conscientes sobre o efeito de práticas culturais discriminatórias em relação ao gênero. Por conseguinte, elas estariam “em melhor posição para prever e controlar seu próprio comportamento” (Skinner, 1974/1976, p. 35).

Na visão de Ruiz (1998), as mulheres passam por experiências diretas de opressão (comportamento modelado por contingências) que produzem sentimentos de desconforto e, em função disso, elas *sabem como* se sentem. Contudo, elas não necessariamente estão cientes dos aspectos do contexto que criaram as condições para que se sentissem dessa maneira. Assim, mesmo que *saibam como* se sentem, as mulheres teriam dificuldades para relatar o porquê se sentem de determinada forma. É somente por meio do autoconhecimento, originado na comunidade verbal feminista, que as mulheres teriam condições de *saber que* aquilo que sentem está conectado ao contexto. Esses repertórios seriam fundamentais para a resistência feminista, pois é somente quando relacionam o modo como se sentem ao contexto que as mulheres discriminam as contingências que terão de enfrentar para lutar contra controles opressivos.

O *saber como* e o *saber que* seriam, então, os repertórios necessários para “o desenvolvimento da resistência feminista, ou para usar o termo de Skinner, *contracontrole*” (Ruiz, 1998, p. 189). O *contracontrole* pode ser entendido, no comportamentalismo radical, como “enfrentamento ou resistência aos controles instituídos, de modo que, se eficaz . . . poderia conduzir a relações sociais mais equilibradas” (Santos et. al., 2016, p. 68). A resistência feminista, sob essa ótica, buscaria por relações sociais mais equilibradas entre homens e mulheres, o que exige a constante análise das relações de controle que geram assimetrias entre os gêneros. Essa análise requer autoconhecimento para que as mulheres sejam capazes de conectar seus sentimentos ao contexto, mas também requer que as mulheres descrevam verbalmente o comportamento de outros indivíduos, para tornar as contingências que mantêm uma prática cultural discriminatória visíveis para indivíduos que não estão expostos a elas:

práticas discriminatórias podem ser visíveis para e discriminadas por alguns, embora não todos, dos membros de um grupo social, que, por conta da filiação a esse grupo, são desfavoravelmente afetados pela prática. Membros do grupo dominante . . . para quem a prática é estabelecida e que são favorecidos ou atendidos pela prática, são menos

prováveis de ver a prática como discriminatória no sentido sócio-político. A cegueira social dos membros do grupo dominante que são atendidos pela prática está provavelmente relacionada à ausência de contingências discriminativas que podem tornar os efeitos diferencialmente opressivos dessa prática visíveis. (Ruiz, 1998, p. 184)

O feminismo, nesse contexto, ajudaria o comportamentalismo radical a explicitar contingências discriminatórias em relação ao gênero. Análises orientadas pela filosofia comportamentalista radical poderiam, por sua vez, ajudar a identificar e descrever as contingências necessárias, organizadas pela comunidade verbal feminista, para desenvolver o autoconhecimento, que é condição para a resistência feminista. Isto é, o comportamentalismo radical poderia assistir o feminismo “a descortinar relações que funcionam para estabelecer e transmitir o gênero como um sistema epistemológico que influencia como as mulheres e homens vivem, tornam-se conscientes de suas experiências e as interpretam” (Ruiz, 1998, p. 190). Ademais, o comportamentalismo radical poderia auxiliar o feminismo a pensar a respeito de que tipos de contingências alguns indivíduos ou grupos de indivíduos precisariam ser expostos para se tornarem conscientes do efeito opressivo de seus comportamentos sobre as mulheres e, eventualmente, parar de emití-los.

Os benefícios mútuos que emergem da interlocução entre feminismo e comportamentalismo radical sugerem que a “fusão [entre eles] é, de fato, do interesse de ambas as comunidades” (Ruiz, 1998, p. 190). Apesar disso, “visões discrepantes sobre a agência . . . representam uma tensão fundamental entre comportamentalismo radical e teoria feminista” (Ruiz, 1998, p. 181). A teoria feminista, segundo Ruiz (1998), concebe a agência como uma instância interna, “um habitante ilusório na teoria feminista”, que “está relacionado à ênfase no individualismo em detrimento do contexto” (Ruiz, 1998, p. 181). Nessa perspectiva, o indivíduo seria tratado como um local de escolha e ação e, como tal, essa noção de agência seria

incompatível com a filosofia skinneriana, pois “quando falamos de agência em uma perspectiva comportamentalista radical, falamos sobre agir em contexto” (Ruiz, 1998, p. 189).

Além de essa acepção feminista de agência dificultar o intercâmbio entre comportamentalismo radical e feminismo, Ruiz (1998) argumenta que ela seria desfavorável para o próprio feminismo. A noção de agência como instância interna levaria a comunidade verbal feminista a fazer questões para as mulheres que privilegiam seus sentimentos em detrimento das circunstâncias sociais (Ruiz, 1995). Como resultado, essa acepção de agência inviabilizaria o desenvolvimento do autoconhecimento que poderia facilitar a resistência feminista. Nesse cenário, então, “o impasse mais difícil [para aproximar feminismo e comportamentalismo radical] será a reconceitualização do conceito de agência requerida pela análise do comportamento” (Ruiz, 1998, p. 191). Apesar dessa dificuldade, a reformulação desse conceito poderia ter efeitos libertadores para a teoria e prática feministas:

a perspectiva comportamentalista radical muda o foco da agência como qualidade da pessoa para a agência como uma característica de ações. Essa perspectiva rejeita a distinção entre pessoa e situação e as armadilhas conceituais envolvidas nessa falsa dicotomia. Isto é, pessoa e situação não são mais entendidas como separadas ou mesmo distintas uma da outra, mas, em vez disso, como coparticipantes *relacionais* [ênfase adicionada] em um processo comportamental. (Ruiz, 1998, p. 191)

As discussões de Zuriff (1975) e Ruiz (1995, 1998) sinalizam que a agência pode ser compatível com o comportamentalismo radical, desde que esse conceito não seja subsidiário a causas internas. A agência, para o comportamentalismo radical, é concebida no âmbito das relações entre indivíduo e seus contextos histórico e atual. Como tal, a agência requer a descrição verbal de como as condições corporais (sentimentos) estão relacionadas ao contexto. As descrições daquilo que o indivíduo sentiu e fez e do que sente e faz são entendidas, sob o prisma comportamentalista radical, em termos do repertório de autoconhecimento ou

consciência. Esse repertório possui origem social, o que significa que ele emerge da relação entre indivíduo e sua comunidade verbal. Aplicando esse raciocínio ao feminismo:

Em uma perspectiva feminista comportamentalista radical, diz-se que a agência não surge em oposição às práticas culturais ou apesar delas. Em vez disso, a agência surge como a compreensão da própria dinâmica comportamental de tais práticas Então, falar de agência é falar sobre um processo verbal emergente. A comunidade verbal cria as condições sob as quais aprendemos a nomear e interpretar nossas experiências, vendo e descrevendo a nós não como locais isolados de escolha de informação e poder, mas como eus relacionais e dinâmicos e em processo. Finalmente, o desenvolvimento e manutenção de ações agênticas podem então ser entendidos como um processo coletivo que reside adequadamente na comunidade verbal. (Ruiz, 1998, p. 191)

No contexto de opressão das mulheres, ações agênticas são ações de resistência, de contracontrole a controles sociais que subjagam as mulheres. As ações agênticas requerem autoconhecimento (Ruiz, 1995, 1998). Isso significa que uma ação agêntica é (auto)consciente, isto é, envolve a descrição de seus antecedentes e consequentes, bem como uma descrição de condições corporais correlatas que as conecte com uma história de contingências.

A ênfase dada pelo comportamentalismo radical às relações entre indivíduo e ambiente colocaria essa filosofia em uma posição única para tratar sobre a agência (Zuriff, 1975) e, conseqüentemente, sobre a possibilidade de ações agênticas no feminismo (Ruiz, 1998). Para tanto, como sugere Ruiz (1998), o conceito de agência deveria ser reelaborado pela teoria feminista. Contudo, como a própria autora assevera, “a comunidade feminista é altamente diversa” (Ruiz, 1998, p. 181), de modo que seria possível conjecturar sobre outras definições de agência na literatura feminista que não foram exploradas por Ruiz (1998) e que poderiam ter afinidades com uma acepção comportamentalista radical de agência. Com base nisso, a

pergunta que orientou esta pesquisa foi: quais acepções feministas de agência são compatíveis com o comportamentalismo radical?

Por um lado, este estudo ponderou como o comportamentalismo radical poderia ajudar o feminismo a explicitar controles opressivos e contingências invisíveis que promovem relações desiguais entre homens e mulheres, encaminhando alternativas pautadas nas relações entre indivíduo e contexto. Por outro, este trabalho também pôde oferecer um contexto favorável para averiguar as virtudes e os limites teóricos de uma interpretação comportamentalista radical da noção de agência. Nesse sentido, este trabalho examinou como essa filosofia poderia se beneficiar das discussões feministas de agência, incorporando, por exemplo, definições ainda não exploradas desse conceito pela literatura analítico-comportamental.

Ao explorar acepções feministas de agência compatíveis com o comportamentalismo radical, este trabalho ampliou a possibilidade de aproximar essas duas áreas, dando visibilidade às afinidades entre esses campos teóricos. Simultaneamente, isso contribuiu para “amenizar” as incompatibilidades entre feminismo e comportamentalismo radical, colocando em xeque a ideia de que a filosofia skinneriana e as teorias feministas seriam necessariamente uma “contradição em termos” (ver Ruiz, 1998, p. 180). Dado que o conceito de agência é fundamental para a resistência feminista, ao mostrar concepções feministas de agência compatíveis com o comportamentalista radical, esta pesquisa também destacou que essa filosofia poderia ingressar na discussão sobre a resistência das mulheres a controles opressivos.

Objetivos

Geral

Avaliar a(s) compatibilidade(s) entre acepções feministas de agência e o comportamentalismo radical.

Específicos

- Caracterizar as acepções de agência na literatura feminista.
- Identificar acepções feministas de agência que poderiam ser compatíveis com o comportamentalismo radical.
- Examinar os parâmetros que dão relevo a essas compatibilidades.
- Averiguar as possibilidades de ampliação de uma concepção comportamentalista radical de agência na interface com o feminismo.

Método

A natureza desta pesquisa é teórico-conceitual (Laurenti & Lopes, 2016). Essa modalidade de pesquisa visa a produzir conhecimento sobre determinada teoria ou conceito de uma teoria, elucidando ambiguidades e controvérsias conceituais com base em material bibliográfico já publicado (Lopes, 2016). Nesta pesquisa, o conceito de agência foi investigado na literatura feminista a fim de identificar compatibilidades com o comportamentalismo radical. Em última instância, o exame do conceito de agência na interface entre feminismo e comportamentalismo radical tencionou averiguar quais parâmetros permitem filiar essas teorias politicamente. Para tanto, esta pesquisa foi executada de acordo com as etapas a seguir.

Natureza das fontes

Periódicos especializados.

O material bibliográfico utilizado como fonte de análise desta pesquisa constituiu-se de artigos. Um dos obstáculos para a seleção dessa bibliografia foi a inexistência de bases de dados de livre acesso que abrangessem apenas periódicos sobre estudos feministas (Couto, 2017). Somado a isso, o termo *agência* é empregado em diferentes áreas de conhecimento, tornando as buscas em bases de dados pouco representativas daquilo que é produzido na literatura feminista acerca desse conceito. Devido a isso, a busca bibliográfica deste estudo foi realizada em periódicos especializados em estudos feministas.

A seleção dos periódicos apoiou-se em duas listas. A primeira é uma compilação de periódicos feministas nacionais e internacionais adeptos da política editorial de revisão por pares (Couto, 2017). A segunda, disponível no *site* da seção de *Women & Gender Studies* da *Association of College & Research Libraries* (n. d.), elenca os periódicos internacionais mais acessados por pesquisadores e pesquisadoras que estudam temáticas relacionadas às mulheres.

Comparando essas listas e operando a exclusão de periódicos que publicavam sobre temas específicos em uma perspectiva feminista (por exemplo, mídia, maternidade, religião e orientação sexual) foram selecionados vinte e um periódicos, listados na Tabela 1.

Tabela 1

Lista de periódicos sobre estudos feministas selecionados para a busca de material bibliográfico

	Periódico	Período de publicação
1	Affilia: Journal of Women and Social Work	1986 - atual
2	Caderno Espaço Feminino	1994 - atual
3	Cadernos Pagu	1993 - atual
4	Feminist Studies	1972 - atual
5	Feminist Teacher	1984 - atual
6	Feminist Theory	2000 - atual
7	Feminism & Psychology	1991 - atual
8	Frontiers: A Journal of Women Studies	1975 - atual
9	Gender Issues	1980 - atual
10	Gender & Society	1987 - atual
11	Gênero na Amazônia	2012 - atual
12	Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy	1986 - atual
13	Journal of Women's History	1989 - atual
14	Meridians: Feminism, Race, and Transnationality	2000 - atual
15	Psychology of Women Quarterly	1976 - atual
16	Revista Ártemis	2004 - atual
17	Revista Estudos Feministas	1992 - atual
18	Revista Gênero	2000 - atual
19	Signs	1975 - atual
20	Social Politics	1994 - atual
21	Women's Studies Quarterly	1973 - atual

Procedimento

O procedimento desta pesquisa foi composto por cinco etapas, sendo elas:

Etapa 1: Delimitação dos descritores.

Nesta etapa, foi adotado o descritor *agência* e seu equivalente em inglês, *agency*.

Etapa 2: Definição dos critérios de inclusão e de exclusão.

Critérios de inclusão.

Foram selecionados todos os artigos teóricos em que o descritor da primeira etapa estivesse presente no título. Esses artigos também deveriam apresentar uma definição de agência no resumo e/ou no corpo do texto. Não houve restrição quanto à data das publicações, de modo que o período abarcado nas buscas bibliográficas correspondeu ao tempo de atividade de cada um dos periódicos selecionados.

Critérios de exclusão.

Foram excluídas as publicações que correspondiam a resenhas, editoriais, entrevistas e comentários. Além disso, foram excluídos relatos de pesquisa e estudos que não fossem de natureza teórico-conceitual (por exemplo, trabalhos etnográficos, de campo e estudos de caso). A bibliografia em que o descritor *agência* e seu equivalente em inglês, *agency*, referiam-se a instituições ou organizações (e.g., agência governamental) também foi excluída. Por fim, os artigos em que o conceito de agência não era definido no resumo (ou, na ausência de resumo, no corpo do texto) ou em que ele era secundário também foram excluídos.

Etapa 3: Busca e organização das publicações.

A busca pelos artigos foi feita nos *sites* dos próprios periódicos ou em bibliotecas *on-line* que possuíam o acervo completo das publicações dos periódicos selecionados. No caso dos periódicos disponíveis nas bibliotecas *on-line* ou nos *sites* dos periódicos que dispunham de mecanismo de busca automatizado, pesquisou-se pelo descritor agência e o seu correspondente em inglês no campo de busca correspondente ao título.

Quando o acervo dos periódicos não fazia parte do arquivo de bibliotecas digitais e tampouco dispunha de mecanismo automatizado de busca, buscou-se pelo descritor *agência* por meio do mecanismo de leitura do navegador em todos os números de todos os volumes publicados do periódico em questão. Após as buscas nos periódicos, foi feito *download* de todos

os artigos que atenderam aos critérios de inclusão. O material bibliográfico selecionado foi organizado em pastas nomeadas com o título do periódico em que havia sido publicado.

Etapa 4: Seleção das publicações.

Os resumos dos artigos foram lidos a fim de identificar se se tratavam de estudos teórico-conceituais ou empíricos. No caso de o artigo não possuir resumo, buscou-se pela seção de método para buscar informações sobre a natureza da pesquisa. Com base nessa leitura preliminar, os textos foram selecionados ou excluídos conforme os critérios estabelecidos na segunda etapa. Posteriormente, os resumos dos artigos foram lidos novamente, a fim de buscar pela definição do conceito de agência. No caso de o resumo não dispor dessa informação ou no caso de o artigo não possuir resumo, o recurso de leitura do navegador do texto foi utilizado para buscar pelo descritor no corpo do texto. Após essa leitura, os artigos foram selecionados ou excluídos com base nos critérios da segunda etapa.

Etapa 5: Análise dos dados.

A literatura selecionada foi registrada e sistematizada por meio de fichamentos (ver apêndices). Essa análise visou a sumarizar quais acepções feministas de agência seriam compatíveis com o comportamentalismo radical. A análise foi orientada pelos seguintes tópicos: contexto da discussão (epistemológico, metodológico, ético-político, ontológico); compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical; incompatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical; o que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência; e o que a acepção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical.

A análise dos textos feministas foi pautada na segunda etapa do Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto (PICT) (Laurenti & Lopes, 2016), cujo objetivo é

caracterizar as teses do texto. Esta etapa objetivou apresentar a estrutura do texto, explicitando a articulação entre teses tradicionais (afirmação de outros(as) autores(as), teorias/doutrinas que serão discutidas e criticadas pelo(s) autor(es) ou autora(s) do texto), críticas (posicionamento do(s) autor(es) ou da(s) autora(s) diante das teses tradicionais) e teses alternativas (propostas do(s) autor(es) ou da(s) autora(s) para substituir as teses tradicionais).

Com base no conteúdo compilado nos fichamentos foram construídas categorias de análise que dessem relevo a compatibilidades entre acepções feministas de agência e o comportamentalismo radical. Essas categorias de análise são: conceito de agência no projeto feminista; críticas a explicações dicotômicas de agência; perspectiva relacional de agência; características da agência; agência e interseccionalidade; e agência e coletividade. Uma síntese interpretativa foi elaborada articulando essas categorias. O delineamento das compatibilidades foi construído recorrendo a conceitos comportamentalistas radicais que guardavam paralelos com as acepções feministas de agência examinadas.

Resultados e Discussão

Considerando que o objetivo deste trabalho foi avaliar as compatibilidades e entre acepções feministas de agência e o comportamentalismo radical, foi realizada uma busca bibliográfica em vinte e um periódicos sobre estudos feministas. Foram encontrados 89 artigos nesses periódicos. Dentre esses artigos, quatro foram excluídos: um editorial, um que se tratava de um comentário e dois que não estavam disponíveis para *download*. Dentre os 85 artigos restantes, foram excluídos 38 artigos de natureza empírica. Com base nisso, foram pré-selecionados 47 artigos para elegibilidade.

Assente na leitura dos resumos e dos excertos do texto em que o descritor *agência* e seu equivalente em inglês (*agency*) estavam presentes, foram excluídos 2 artigos em que os descritores se referiam a instituições (um no periódico *Affilia* e outro no periódico *Feminist Studies*). Além desses, foram excluídos outros 25 artigos em que o descritor não foi definido nem no resumo nem no corpo do texto. Ao final dessa busca, 20 artigos foram selecionados para análise. A Tabela 2 sumariza o número de artigos encontrados, recuperados e selecionados em cada um dos periódicos.

Tabela 2

Caracterização do processo de recuperação, exclusão e seleção de artigos por periódico feminista

Periódico	Artigos encontrados	Artigos recuperados	Artigos excluídos	Artigos selecionados
Affilia: Journal of Women and Social Work	5	5	5	0
Caderno Espaço Feminino	0	0	0	0
Cadernos Pagu	0	0	0	0

Feminist Studies	3	2	2	0
Feminist Teacher	4	4	4	0
Feminist Theory	5	5	3	2
Feminism & Psychology	3	3	3	0
Frontiers: A Journal of Women Studies	5	5	4	1
Gender & Society	11	11	10	1
Gender Issues	3	3	2	1
Gênero na Amazônia	0	0	0	0
Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy	17	15	9	7
Journal of Women's History	7	6	4	1
Meridians: Feminism, Race, and Transnationality	1	1	1	0
Psychology of Women Quarterly	6	6	6	0
Revista Ártemis	1	1	0	1
Revista Estudos Feministas	0	0	0	0
Revista Gênero	0	0	0	0
Signs	8	8	5	3

Social Politics	7	7	4	3
Women's Studies Quarterly	3	3	3	0
Total	89	85	65	20

De todos os periódicos selecionados, 15 deles eram internacionais e 6 nacionais. Dentre os periódicos internacionais, foram encontrados 88 artigos, dos quais 19 foram selecionados. No que diz respeito aos periódicos nacionais, apenas um artigo foi encontrado, sendo, também, selecionado para análise. Apesar dos periódicos nacionais representarem cerca de um quarto dos periódicos em que foram feitas as buscas, o fato de ter sido encontrado apenas um artigo (o que corresponde a pouco mais de 1% da bibliografia encontrada) com o descritor *agência* no título pode sinalizar que esse tema não é central na literatura feminista nacional, considerando a amostra dos periódicos nacionais investigada.

O periódico internacional em que foi encontrado o maior número de artigos selecionados foi *Hypatia*, que dos 16 artigos encontrados teve 7 selecionados. O periódico *Hypatia*, é uma revista engajada no desenvolvimento de uma filosofia feminista que reflete a pluralidade dessa comunidade verbal tanto na diversidade de métodos de pesquisa quanto na sua preocupação em incorporar estudos de mulheres de diferentes localidades do mundo. O número expressivo de artigos encontrados nesse periódico sugere que as discussões feministas sobre agência têm sido mais frequentes na interface com a literatura filosófica. Ao final da busca bibliográfica, foram selecionados os artigos registrados na Tabela 2.

Tabela 2

Sistematização dos artigos selecionado na busca bibliográfica

Periódico	Referências
Feminist Theory	Lucas, S. D. (2017). The primacy of narrative agency: Re-reading Seyla Benhabib on narrativity. <i>Feminist Theory</i> , 19(2), 123-143. Parkins, W. (2000). Protesting like a girl: Embodiment, dissent and feminist agency. <i>Feminist Theory</i> , 1(1), 59-78.
Frontiers: A Journal of Women Studies	Stearns, G. (1998). Reflexivity and moral agency: Restoring possibility to life history research. <i>Frontiers: A Journal of Women Studies</i> , 19(3), 58-71.
Gender & Society	Wharton, A. S. (1991). Structure and agency in social-feminist theory. <i>Gender & Society</i> , 5(3), 373-389.
Gender Issues	Bodkin, R. G. (1999). The issue of female agency in classical economic thought: Jane Marcet, Harriet Martineau, and the men. <i>Gender Issues</i> , 17(4), 62-73.
Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy	Benson, P. (1990). Feminist second thoughts about free agency. <i>Hypatia</i> , 5(3) 47-64. Clare, S. (2009). Agency, signification, and temporality. <i>Hypatia</i> , 24(4) 50-62. Jakobsen, J. R. (1995). Agency and alliance in public discourses about sexualities. <i>Hypatia</i> , 10(1), 133-154. Maitra, K. (2013). The questions of identity and agency in feminism without borders: A mindful response. <i>Hypatia</i> , 28(2), 360-376. Renegar, V. R., & Sowards, S. K. (2009). Contradiction as agency: Self-determination, transcendence, and counter-imagination in third wave feminism. <i>Hypatia</i> , 24(2), 1-20. Rozmarin, M. (2013). Living politically: An Irigarayan notion of agency as a way of life. <i>Hypatia</i> , 28(3), 469-482.

	Superson, A. (2010). The deferential wife revisited: Agency and moral responsibility. <i>Hypatia</i> , 25(2), 253-275.
Journal of Women's History	Malhotra, A. (2013). Miracles from the marginal: Gender and agency in a nineteenth-century autobiographical fragment. <i>Journal of Women's History</i> , 25(2), 15-35.
Revista Ártemis	Odinino, J. D. P. Q. (2014). Heroínas em imagem e ação: Agência e representação feminina no desenho animado das Meninas Superpoderosas. <i>Revista Ártemis</i> , 18(1), 116-125.
Signs	Fili, A. (2013). Women in prison: Victims or resisters? Representations of agency in women's prisons in Greece. <i>Signs</i> , 39(1), 1-26.
	Mack, P. (2003). Religion, feminism, and the problem of agency: Reflections on eighteenth-century Quakerism. <i>Signs</i> , 29(1), 149-177.
	Madhok, S., & Rai, S. (2012). Agency, injury, and transgressive politics in neoliberal times. <i>Signs</i> , 37(3), 645-669.
Social Politics	Abu-Rabia-Queder, S., & Weiner-Levy, N. (2013). Between local and foreign structures: Exploring the agency of Palestinian women in Israel. <i>Social Politics: International Studies in Gender, State & Society</i> , 20(1), 88-108.
	Hobson, B. (2000). Agency, identities, institution. <i>Social Politics: International Studies in Gender, State & Society</i> , 7(2), 238-243.
	Misra, J., & Akins, F. (1998). The welfare State and women: Structure, agency, and diversity. <i>Social Politics: International Studies in Gender, State & Society</i> , 5(3), 259-285.
Total	20

A análise que se segue foi pautada na leitura, fichamento e sistematização dos artigos selecionados. As informações compiladas foram organizadas em seis categorias de análise, conforme o conteúdo encontrado nos artigos: o conceito de agência no projeto feminista;

críticas a explicações dicotômicas de agência; perspectiva relacional de agência; características da agência; agência e interseccionalidade e, por fim, agência e coletividade.

Conceito de agência no projeto feminista.

A literatura feminista compreende que as mulheres são oprimidas por uma cultura falocêntrica, um sistema em que as experiências dos homens são consideradas dominantes sobre as das mulheres (Rozmarin, 2013). O feminismo poderia ser definido, nesse cenário, como “uma agenda política . . . que busca subverter as relações de poder subjacentes à opressão das mulheres” (Stearns, 1998, p. 59). Em outras palavras, o feminismo seria caracterizado por um projeto de sociedade que busca libertar as mulheres “da discriminação, da opressão e da violência” (Maitra, 2002, p. 363) representativos da cultura falocêntrica. Conforme a literatura feminista, a consolidação desse projeto só seria possível por meio do conceito de agência (Jakobsen, 1995; Lucas, 2017; Ondinino, 2014), entendido como “um modelo de resistência às relações de poder” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 90).

A resistência a interesses dominantes é um dos tópicos centrais do feminismo (Jakobsen, 1995; Ondinino, 2014; Superson, 2010). O conceito de agência, nesse contexto, poderia ser profícuo para a transformação política aspirada pela política feminista contemporânea (Lucas, 2017; Rozmarin, 2013). A noção de agência ressalta que os indivíduos são capazes de promover mudanças (Lucas, 2017). Como tal, a agência poderia estar relacionada à ideia de resistir a planejamentos culturais desiguais, como é o caso da cultura falocêntrica: a agência constituiria “as bases para que se persigam projetos em um mundo de dominação e desigualdade” (Ondinino, 2014, p. 117). Apesar de o conceito de agência poder ser interpretado como resistência, a literatura feminista alerta que a justaposição desses termos deveria ser cautelosa (Benson, 1990; Malhotra, 2013; Rozmarin, 2013).

A equivalência da agência com a resistência poderia vincular o feminismo a perspectivas políticas individualistas, em que o indivíduo afirma sua agência resistindo a forças que se opõem a seus desejos e vontades (Benson, 1990). Além disso, essa equivalência poderia estar atrelada a tendências ocidentais do feminismo, que universalizam as preocupações das mulheres e, por isso, “podem ser inadequadas para entender a ação agêntica em diferentes culturas” (Malhotra, 2013, p. 17). A resistência, ainda, poderia ser vista como apenas uma das características da agência. A agência também implica “um engajamento produtivo e ativo do sujeito com o mundo” (Rozmarin, 2013, p. 469). Isso significa que as mulheres não apenas resistiriam (no sentido de reagir) à cultura falocêntrica, mas elas poderiam fazer e ser algo diferente daquilo que é estabelecido por essa cultura.

O comportamentalismo radical reconhece que um dos objetivos do feminismo “é empoderar os indivíduos e aumentar a *resistência* [ênfase adicionada] individual a práticas culturais opressivas” (Ruiz, 1998, p. 183). A resistência feminista pode ser elucidada, no âmbito dessa filosofia, em termos do repertório de contracontrole (Ruiz, 1998). Esse repertório consiste no enfrentamento a controles opressivos, buscando relações sociais mais equilibradas (Santos et. al., 2016). As ações agênticas, que visam à redução das desigualdades entre os gêneros, exigem a identificação e a descrição de práticas culturais discriminatórias para viabilizar o enfraquecimento do controle opressivo exercido sobre as mulheres.

Em uma visão comportamentalista radical, descrever os controles opressivos em relação às mulheres seria uma condição necessária para que essa filosofia atinja um de seus objetivos políticos, que é a difusão de informações sobre as técnicas de controle utilizadas pelas agências controladoras (Holland, 1974, 2016). Considerando que agências controladoras também transmitem práticas culturais que fomentam e mantêm a opressão de mulheres (Fontana & Laurenti, 2020), o comportamentalismo radical auxiliaria na identificação de práticas culturais

opressivas, aumentando a possibilidade de contracontrole por parte dos indivíduos (Pessotti, 2016), particularmente as mulheres.

A aceção de agência poderia, nesse sentido, aproximar a filosofia skinneriana de um projeto de sociedade feminista. Segundo Holland (1974), uma ciência do comportamento a serviço de uma sociedade igualitária exige grandes mudanças no modo como comportamentalistas trabalham. Uma dessas mudanças seria transformar o trabalho de comportamentalistas para que ele atenda de modo mais sistemático às demandas de indivíduos ou grupos de indivíduos que lutam para se libertar de controles opressores. A interlocução com o feminismo e, mais especificamente, a compreensão de que o projeto de sociedade feminista está relacionado à resistência a formas opressivas de controle oferece contexto para o comportamentalismo radical mostrar que seu sistema teórico poderia ser compatível com um projeto de sociedade revolucionário (Holland, 1974).

Críticas a explicações dicotômicas de agência.

Ao tratar sobre a problemática da agência das mulheres, a teoria feminista tradicionalmente se dividiu em duas tendências: uma que enfatiza o indivíduo e outra que destaca as estruturas sociais (Fili, 2013; Lucas, 2017; Misra & Akins, 1998; Parkins, 2000; Wharton, 1991). A tendência que enfatiza o indivíduo assevera que ele tem poder de “agir para efetivar ações sociais e políticas” (Lucas, 2017, p. 1). A tendência que destaca as estruturas sociais, por sua vez, compreende que a “‘ação’ é amplamente – se não totalmente – determinada por relações de poder opressivas” (Lucas, 2017, p. 1). Seguindo esse raciocínio, a primeira tendência seria responsável por favorecer a agência e a possibilidade de resistência, enquanto a segunda destacaria as limitações impostas pelas estruturas sociais e desconsideraria a possibilidade de indivíduos agênticos (Fili, 2013; Parkins, 2000).

A separação entre indivíduo e estruturas sociais, no entanto, foi criticada pela literatura feminista examinada. Essa separação foi considerada controversa, pois dicotomiza a agência ao estabelecer que indivíduo e estruturas sociais fazem partes de campos distintos (Fili, 2013; Lucas, 2017; Wharton, 1991). As explicações centradas no indivíduo, bem como aquelas centradas nas estruturas sociais, reduziriam as mulheres a duas tendências normativas: “agentes ativos capazes de controlar seu ambiente” ou “vítimas de uma variedade de opressões (Fili, 2013, p. 6). Independentemente do polo escolhido nessa dicotomia, agentes ou vítimas, explicações que priorizam o indivíduo ou as estruturas sociais foram acusadas de eclipsar as particularidades das experiências femininas e as diferentes realidades das mulheres ao conceber que indivíduo e estruturas sociais não se relacionam entre si (Wharton, 1991).

Explicações de agência centradas no indivíduo.

As explicações de agência centradas no indivíduo consideram que a “‘agência’ humana geralmente se refere à ação e reflete a possibilidade de mudança na estrutura social” (Misra & Akins, 1998, p. 261). A agência, nesse viés, operaria fundamentalmente por meio de ações individuais (Lucas, 2017; Wharton, 1991). De acordo com a literatura feminista, as explicações de agência centradas no indivíduo costumam apelar para a existência de um princípio necessário e unificador das experiências individuais (Jakobsen, 1995). A depender de qual é esse princípio, as feministas sugerem que essas explicações podem ser interpretadas como racionalistas (Benson, 1990; Bodkin, 1999; Jakobsen, 1995) ou, conforme será entendido neste trabalho, subjetivistas (Superson, 2010; Wharton, 1991).

A acepção racionalista de agência compreende os indivíduos como “internamente coerentes, racionais e autônomos” (Jakobsen, 1995, p. 134). A agência se refere, aqui, à capacidade de um indivíduo “de tomar decisões inteligentes, propositais (racionais)” (Bodkin, 1990, p. 62). Essa acepção de agência seria definida por três princípios: não-relacionalidade,

neutralidade de valor e controle hierárquico. A não-relacionalidade diria respeito à independência da agência em relação a outros indivíduos e às circunstâncias sociais: “o que constitui nossa agência . . . de maneira nenhuma depende da existência ou caráter de nossas relações com outras pessoas ou com nossa situação social” (Benson, 1990, p. 49). A agência como capacidade de tomar decisões inteligentes seria, nessa ótica, um atributo individual que prescinde das relações do indivíduo com as circunstâncias sociais.

As habilidades que constituem a nossa liberdade como agentes . . . são aquelas que possuímos inteiramente por direito próprio. Seu conteúdo . . . não é moldado por nossas conexões com outros indivíduos, individual ou coletivamente. Essas habilidades são de um tipo que poderíamos significativamente exercitar e possuir enquanto vivemos em isolamento quase total de qualquer outra pessoa. (Benson, 1990, p. 49)

O princípio da neutralidade de valor pressupõe que a aceção racionalista de agência seria desprovida de qualquer conteúdo normativo, como se ela fosse isenta de compromissos éticos ou políticos (Benson, 1990). A neutralidade de valor seria entendida como um teste de adequação da agência, em que “a agência livre é, ela própria, uma pré-condição de valor neutro para a aplicação apropriada de determinados domínios de valor (e. g., requisitos morais) às ações das pessoas” (Benson, 1990, p. 49). A neutralidade de valor, nessa lógica, seria subsidiária do princípio de não-relacionalidade. Isto é, a agência só pode ser considerada neutra com respeito aos valores porque o indivíduo não se relaciona com outros indivíduos e com outros aspectos das circunstâncias sociais.

O controle hierárquico, por seu turno, refere-se ao poder que um agente tem “de controlar e decidir sobre sua própria conduta” (Benson, 1990, p. 49). Esse controle configuraria uma espécie de “poder executivo”, de modo que o agente seria capaz de “iniciar cursos de ação em face de alternativas possíveis”, pois ele tem “a habilidade de fazer ou não fazer [algo]” (Benson, 1990, p. 49). Conforme o princípio do controle hierárquico, o poder do agente se

distinguiria de outras forças motivacionais que atuam sobre ele. Independentemente de como essas forças são entendidas, elas poderiam ser rastreadas tanto no ambiente externo quanto habitar o próprio indivíduo. As ações do agente, nesse caso, estariam condicionadas à sua capacidade de resistir à subjugação por essas forças motivacionais:

admite-se que forças motivacionais estranhas e que diminuem a liberdade [do indivíduo] não estão limitadas ao ambiente externo do agente, mas *podem habitar o próprio sistema conativo do agente* [ênfase adicionada]. Ser capaz de agir livremente é ser capaz de resistir à escravidão, a esses sussurros estranhos. É ser capaz de dominar desejos ignorantes, apetites poderosos, impulsos físicos. (Benson, 1990, p. 49)

O poder do agente seria hierarquicamente superior no sentido de que ele é capaz de dominar quaisquer forças ou obstáculos que possam exercer controle sobre suas aspirações. O controle hierárquico subentende, desse modo, que ser um agente equivaleria a “ser capaz de *autodomação* [ênfase adicionada]. Aqueles aspectos de si mesmo que são ‘*realmente*’ *próprios* [ênfase adicionada] a alguém devem ser capazes de controlar os aspectos de si e do mundo que não o são” (Benson, 1990, p. 50). Subjaz à essa noção que o indivíduo seria “moralmente, bem como causalmente, responsável pelo que ele faz” (Superson, 2010, p. 255), já que ele é capaz de adequar seu comportamento às escolhas que faz. A responsabilidade do indivíduo confundir-se-ia, aqui, com culpabilidade.

A acepção racionalista de agência opor-se-ia a aspectos políticos das experiências das mulheres, motivo pelo qual foi criticada pela literatura feminista. As feministas, por exemplo, reformularam visões tradicionais de agência como autonomia, como o “livre exercício do comportamento” (Mack, 2003, p. 149). Segundo a literatura feminista consultada, o agente “não é mais assumido como um indivíduo independente” (Mack, 2003, p. 150), unificado e universal em sua razão. O apelo à unidade por meio da razão apenas “trabalha[ria] para controlar a diversidade e aplinar a complexidade” (Jakobsen, 1995, p. 134) dos indivíduos. Assim, ao

diluir a diversidade e a complexidade, a acepção racionalista de agência seria responsável por dividir as mulheres, dificultando a formação de alianças políticas para resistir a interesses dominantes, subordinando-as a eles (Jakobsen, 1995).

As feministas compreendem que os interesses dominantes de alguns indivíduos ou grupos de indivíduos estão imbricados nas suas relações com as estruturas sociais. Considerando isso, a literatura feminista impugnaria, de imediato, a ideia de neutralidade de valor. As feministas reivindicam uma acepção de agência que integre as experiências particulares das mulheres. À medida que as teorias morais tradicionais interpretaram o mundo pela ótica de homens brancos e socialmente privilegiados, uma acepção de agência informada por essas teorias seria permeada pelos valores e conteúdo normativo desse grupo particular. A literatura feminista considera, então, que não haveria neutralidade possível. Os valores pessoais, mesmo que implícitos, afetariam concepções teóricas e, conseqüentemente, a sua aplicação à resolução de problemas sociais (Benson, 1990).

são os valores específicos e interesses característicos de homens brancos, principalmente os socialmente favorecidos, que construíram essas teorias [morais] e as práticas sociais sexistas . . . que as éticistas feministas se esforçaram para mostrar. Essa atenção aos valores implícitos nas explicações tradicionais de individualidade moral fornece outra razão pela qual muitas feministas tiveram pouca simpatia com as explicações tradicionais de agência livre que assumiram uma postura neutra em relação aos valores. (Benson, 1990, pp. 50-51)

A acepção racionalista de agência, do ponto de vista político, foi associada às teorias liberais e neoliberais (Benson, 1990; Madhok & Rai, 2012). As teorias liberais “deram prominência especial aos valores de racionalidade individual e autodeterminação” (Benson, 1990, p. 47). O indivíduo racional e autodeterminado do liberalismo clássico seria transformado, no âmbito das teorias neoliberais, no “sujeito hiper-racional, que determina o

curso das ações de sua vida” (Madhok & Rai, 2012, p. 648). Embora essa noção de indivíduo possa parecer libertária, a literatura feminista compreende que a política neoliberal apenas evocaria a agência para criar indivíduos dóceis, que visam à manutenção dos projetos político e econômico neoliberais (ver Madhok & Rai, 2012, p. 648). O neoliberalismo implicaria uma concepção específica de agência, associada a um sujeito autônomo:

A agência . . . está principalmente associada à formação de preferências autônomas, desejos e escolhas livres de limitações sociológicas e estruturais, exercidos independentemente da solidariedade ou ação coletiva. Na base das explicações neoliberais e formulações de agência há um sujeito que é racional, autoafirmado, independente, autossuficiente, responsável, e capaz de escrever e executar suas próprias ações. (Madhok & Rai, 2012, p. 648)

O destaque atribuído à autonomia, à racionalidade e à autodeterminação ensejariam um indivíduo que, em última instância, seria culpado pelas consequências de suas ações, independentemente de quão inflexíveis são os limites impostos a elas (Madhok & Rai, 2012). A noção de que agentes seriam culpados por suas ações foi alvo de críticas feministas (Benson, 1990; Superson, 2010). A literatura feminista aponta que, de fato, “a pessoa ainda seria responsável por seu comportamento” (Superson, 2010, p. 263). Apesar disso, os indivíduos não deveriam ser considerados culpados por seu comportamento, pois as razões para um agente agir não estão *neles*, mas nas circunstâncias sociais que justificariam o modo de ele agir de determinadas maneiras (Superson, 2010). Dessa forma, embora o indivíduo seja percebido como responsável, a literatura feminista questiona uma compreensão “de agência que privilegia o indivíduo como *locus* de responsabilidade” (Madhok & Rai, 2012, 646).

A aceção racionalista de agência foi criticada por ofuscar a análise das relações entre agência e contexto social (Benson, 2010; Madhok & Rai, 2012). Essa crítica também foi estendida à aceção subjetivista de agência (Wharton, 1991). Todavia, ao passo que a aceção

racionalista de agência ressalta um indivíduo coerente, racional e autônomo (Jakobsen, 1995), na acepção subjetivista, o indivíduo seria visto como regido por suas escolhas, vontades, ou outros atributos que personificam a agência (Renegar & Sowards, 2009; Wharton, 1991). A acepção subjetivista compreende que o indivíduo seria responsável por seu comportamento à medida que pode “escolher suas ações livremente (suas ações estão sob seu controle no sentido de serem um produto de sua *vontade* [ênfase adicionada] e não sob coerção ou determinadas por alguma força externa)” (Superson, 2010, p. 256).

A acepção subjetivista de agência compreende que o gênero, por exemplo, seria “uma característica estritamente individual que modela os interesses e as disposições dos atores, mas ignora seu papel na formação da macroestrutura na qual a ação ocorre” (Wharton, 1991, pp. 374-375). Isso significa que, na acepção subjetivista, características consideradas tipicamente masculinas ou femininas seriam interpretadas como individuais. A dominação masculina, nesse cenário, seria produto das “necessidades psicológicas” dos homens ou de um “instinto masculino” (Wharton, 1991, p. 379). Assim, uma vez que as características de dominação seriam próprias dos homens, “os interesses do gênero masculino [seriam tratados] como universais e imutáveis” (Wharton, 1991, pp. 374-375), desconsiderando a “natureza historicamente contingente” (Wharton, 1991, p. 380) das desigualdades entre os gêneros.

Apesar de a literatura feminista criticar a noção de que as ações de homens e mulheres são motivadas por seus interesses, ela não rejeita a ideia de que ambos fazem escolhas e agem conforme seus interesses individuais. A crítica das feministas à acepção subjetivista de agência recairia, aqui, sobre a tese de que essas escolhas e interesses seriam sintomas de atributos individuais, evidências de que homens e mulheres “agem deliberadamente para alcançar os interesses de seus gêneros” (Wharton, 1991, p. 380). As feministas rejeitam o entendimento de que os indivíduos seriam lugares de escolha e ação. De acordo com a literatura feminista analisada, haveria outros elementos no contexto (outros indivíduos, com características

particulares) que também participariam das escolhas e ações individuais. Por esse motivo, a aceção subjetivista de agência também foi impugnada pelas feministas.

As críticas feministas às explicações de agência centradas no indivíduo parecem encontrar eco no comportamentalismo radical. No âmbito dessa filosofia, as explicações que privilegiam o indivíduo costumam ser representadas pela teoria do eu iniciador (Skinner, 1971/2002). Essa teoria “consiste em explicar o comportamento atribuindo sua causa a fenômenos de uma dimensão além daquela em que o comportamento ocorre” (Moore, 2013, p. 136). O eu iniciador seria entendido como uma instância interna ao indivíduo que originaria seus comportamentos (Lopes et. al., 2018; Pimentel et. al., 2012). Do ponto de vista da teoria do eu iniciador, o comportamento seria produto ou efeito daquilo que se passa no interior do indivíduo (Carvalho Neto et. al., 2012; Malacrida & Laurenti, 2018) – seja a razão, como nas aceções racionalistas sejam desejos e vontades, como nas subjetivistas.

A teoria do eu iniciador concebe o indivíduo como autônomo e livre no sentido de que seu comportamento seria produto de sua própria atividade (Skinner, 1971/2002, 1989). O eu iniciador seria “o *centro* do qual emana o comportamento” (Skinner, 1971/2002, p. 14), uma vez que o comportamento do indivíduo seria sintoma de seus sentimentos, pensamentos, intenção, volição e cognição (Carvalho Neto et. al., 2012; Lopes et. al., 2018). Na teoria do eu iniciador, o contexto seria inócuo em termos causais, pois a atividade do indivíduo se daria independentemente de suas relações com esse contexto. A autonomia do indivíduo “presume justamente isto: o ser humano é livre no sentido de que seu comportamento não é causado pelo contexto, mas por suas deliberações interiores” (Lopes et. al., 2018, p. 70).

De modo similar à aceção racionalista de agência (Benson, 1990), a teoria do eu iniciador também sublinha um eu que é verdadeiro e se distingue de outros aspectos de si e do mundo. Na teoria do eu iniciador, “o verdadeiro indivíduo, usualmente denominado Eu, não se identifica com o conjunto de suas atividades comportamentais ou mesmo mentais; ele é o

‘dono’, o ‘executor’, uma substância que daria origem a todas essas atividades” (Lopes et. al., 2018, p. 69). O verdadeiro indivíduo, o Eu, manter-se-ia intocado pelo contexto: “as mudanças de contexto pelas quais o indivíduo pode passar em sua história de vida não afetariam essa essência individual, que permaneceria a mesma, idêntica, imutável” (Lopes et. al., 2018, pp. 69-70). O verdadeiro indivíduo controla a si, não importando quão fortes são seus impulsos ou quão rígido é o contexto em que ele se encontra.

A teoria do eu iniciador foi alvo de diversas críticas pelo comportamentalismo radical (Carvalho Neto et. al., 2012). Em uma perspectiva ontológica, à semelhança da literatura feminista examinada, o comportamentalismo radical concebe que explicações centradas no indivíduo endossariam uma dicotomia entre o eu e o comportamento (Lopes et. al., 2018; Tourinho, 2006). Ou seja, na teoria do eu iniciador, a natureza do indivíduo seria considerada diferente daquela do comportamento. Ao passo que o comportamento seria entendido como externo e físico, a natureza do eu iniciador seria vista como interna e mental (Chiesa, 1994). O eu iniciador seria, então, uma causa interna e o comportamento seria mera “expressão de um eu essencial ou de uma existência íntima, de um indivíduo . . . separado e localizado atrás do comportamento” (Chiesa, 1994, p. 97).

O eu iniciador também inspirou críticas de natureza epistemológica. O recurso ao eu iniciador, de modo geral, se deveria às dificuldades em identificar as variáveis contextuais que controlam o comportamento: “o homem [sic] autônomo serve para explicar apenas as coisas que não somos capazes de explicar de outras formas” (Skinner, 1971/2002, p. 14). No entanto, “quando o que uma pessoa faz é atribuído ao que está acontecendo dentro dela, a investigação é finalizada” (Skinner, 1974/1976, p. 20), posto que a explicação do comportamento seria reduzida à identificação das causas internas que o originaram (Carvalho Neto et al., 2012). Na teoria do eu iniciador, não haveria razão para analisar “a situação antecedente e as

consequências que esclarecem o porquê das ações dos indivíduos” (Malacrida & Laurenti, 2018, p. 70), de modo que as relações entre indivíduo e contexto seriam negligenciadas.

Em um ponto de vista ético-político, o eu iniciador seria um obstáculo à resolução dos problemas humanos: “Enquanto nos apegarmos à concepção de que uma pessoa é um executor, um agente ou um causador inicial do comportamento, provavelmente continuaremos a negligenciar as condições que devem ser modificadas para que possamos resolver nossos problemas” (Skinner, 1981, p. 504) As explicações pautadas no eu iniciador encobrem as variáveis responsáveis pelo comportamento humano, o que dificulta sua previsão e controle (Carvalho Neto et. al., 2012). À medida que o eu iniciador é considerado autônomo e livre em relação ao contexto, ele seria o único responsável pelo comportamento do indivíduo (Skinner, 1971/2002). Na perspectiva ético-política, então, o eu iniciador se aproximaria do indivíduo responsável das acepções racionalistas e subjetivistas de agência.

De um prisma comportamentalista radical, as explicações de agência centradas no indivíduo concebem as mulheres como a “principal fonte de resistência feminista” (Ruiz, 1998, p. 182). Entretanto, as explicações de agência centradas no indivíduo – racionalistas ou subjetivistas – levam as mulheres a inquirir sobre aquilo que se passa em seu interior em detrimento das circunstâncias sociais, que, na ótica comportamentalista radical, seriam a chave para transformar relações sociais desiguais (Ruiz, 1995). Ignorar o papel das circunstâncias sociais impediria o desenvolvimento do repertório de autoconhecimento, que é requisito para as ações de resistência feminista (Ruiz, 1995, 1998). O comportamentalismo radical requer a descrição do contexto para que as mulheres sejam capazes de prever e controlar seu próprio comportamento e o de outros indivíduos para planejar estratégias de enfrentamento de controles opressivos em relação ao gênero (Ruiz, 1998).

Explicações centradas nas estruturas sociais.

A literatura feminista consultada parece indicar que, sejam racionalistas ou subjetivistas, as explicações de agência centradas no indivíduo não se alinham ao projeto feminista (Benson, 1990; Jakobsen, 1995; Misra & Akins, 1998). As críticas feministas às explicações de agência centradas no indivíduo deram origem a um campo teórico que privilegiou as estruturas sociais em detrimento dos indivíduos (Fili, 2013; Misra & Akins, 1998; Wharton, 1991). As estruturas sociais representariam, nesse âmbito, “padrões de vida social – por exemplo, instituições econômicas, políticas e culturais que compõem a sociedade” (Misra & Akins, 1998, p. 261). Nas explicações centradas nessas estruturas, as posições sociais seriam vistas como independentes dos indivíduos que as ocupam (Wharton, 1991).

A ênfase nas estruturas sociais também foi criticada pelas feministas, pois sugere que as ações das mulheres seriam determinadas pelas mesmas estruturas sociais que perpetuam sua opressão. Explicações dessa natureza foram acusadas de endossar “noções de feminilidade passiva” e reduziriam as mulheres à condição de “vítimas da opressão patriarcal” (Fili, 2013, p. 1), como se elas fossem “dependentes e sem controle de suas próprias vidas” (Fili, 2013, p. 4). As explicações centradas nas estruturas sociais compreendem que, devido à sua socialização, as mulheres seriam desprovidas da sensibilidade e da percepção requeridas para superar sua condição: “Ela [a mulher] tem uma vontade moldada pelo patriarcado e que rege sua escolha em relação às razões pelas quais agir: ela é compelida a ver e a responder às razões de ser servil” (Superson, 2010, p. 261).

A percepção de que as mulheres são vítimas das estruturas sociais seria considerada conflitante com uma visão empoderadora de agência, já que “a única base na qual os agentes devem ser absolvidos da responsabilidade é se eles carecem de alguma característica crucial da agência” (Superson, 2010, p. 261). Entre essas características estão a capacidade fazer escolhas, de controlar suas próprias ações e de “não ter suas razões determinadas pelas circunstâncias” (Superson, 2010, p. 262). Ao argumentar que as estruturas sociais se sobrepõem às mulheres,

as explicações centradas nas estruturas sociais minimizariam a sua capacidade de resistência individual ou coletiva (Parkins, 2000). Essas explicações deixariam, então, pouco espaço para a agência das mulheres (Fili, 2013; Misra & Akins, 1998).

Somado a isso, a literatura feminista sinaliza que as abordagens centradas nas estruturas sociais seriam subsidiárias da mesma lógica argumentativa das abordagens centradas no indivíduo. Isto é, do mesmo modo que as explicações de agência centradas no indivíduo emergem “como uma crítica às abordagens estruturais que excluem indivíduos ativos e conscientes” (Wharton, 1991, p. 380), as abordagens centradas nas estruturas sociais são engendradas como uma crítica às explicações que ignoram o papel das circunstâncias sociais na determinação do indivíduo. Considerando isso, a concepção de que os indivíduos são determinados pelas estruturas sociais também não se adequaria ao projeto feminista, pois “ignora os efeitos da agência humana” (Misra & Akins, 1998, p. 261).

Como visto, assim como as feministas, o comportamentalismo radical rejeita explicações de agência centradas no indivíduo. As objeções dessa filosofia à teoria do eu iniciador fizeram com que Skinner (1971/2002) deslocasse “a determinação do comportamento do homem [sic] autônomo para o ambiente” (p. 214). Nessa perspectiva, “uma pessoa não age sobre o mundo, o mundo age sobre ela” (Skinner, 1971/2002, p. 211). Ou seja, aquilo que era explicado em termos da atividade do eu iniciador passaria a ser explicado em termos de processos que remontam ao papel do ambiente. Ao fazer isso, contudo, o comportamentalismo radical foi acusado de ser uma filosofia que subjugaria o indivíduo ao contexto (Carrara, 2005; Chiesa, 1994), como se ele fosse “um fantoche, ou receptáculo, à mercê das determinações ambientais” (Reis & Laurenti, 2019, p. 92).

O próprio Skinner (1971/2002) parece ter dado margem a essa interpretação ao afirmar que “é da natureza de uma análise experimental do comportamento humano . . . retirar as funções anteriormente atribuídas ao homem [sic] autônomo e transferi-las, uma a uma, ao

ambiente controlador” (p. 198). Declarações como essa, quando descontextualizadas, poderiam conduzir à interpretação de que a filosofia skinneriana apenas inverteu a relação de controle do comportamento. Ou seja, se na teoria do eu iniciador o indivíduo era o protagonista na explicação do comportamento, aqui o ambiente substituiria esse papel (ver Skinner, 1971/2002, pp. 185-199). Entretanto, “a mera mudança de ênfase do homem [sic] para o ambiente significa muito pouco” (Skinner, 1971/2002, p. 185).

Ainda que a filosofia skinneriana interprete o comportamento humano como sendo controlado pelo ambiente, esse ambiente “é quase completamente de sua [do ser humano] própria autoria” (Skinner, 1971/2002, p. 215). O ambiente físico da maioria das pessoas é, em grande parte, produto das ações humanas (ver Skinner, 1971/2002, pp. 205-206). O ambiente social, nesse sentido, “não existe separado do comportamento dos indivíduos que mantêm suas práticas” (Skinner, 1971/2002, p. 209). Isto é, “é sempre um indivíduo que se comporta, que age sobre o mundo e é mudado pelas consequências de sua ação, e que mantêm as contingências sociais que *são* a cultura” (Skinner, 1971/2002, p. 209). Dessa forma, Skinner (1957) manteria seu posicionamento de que “os homens [sic] agem sobre o mundo, modificando-o, e, por sua vez, são modificados pelas consequências de suas ações” (p. 1).

O repúdio ao eu iniciador não necessariamente comprometeria o comportamentalismo radical com a ênfase no ambiente: “o destaque ao ambiente não vincula inelutavelmente o comportamentalismo skinneriano a explicações externalistas, que priorizam o ambiente em detrimento do indivíduo” (Lopes et. al., 2018, p. 84). Isso porque a subjugação do indivíduo ao ambiente seria signatária da mesma lógica explicativa do eu iniciador: “a despeito de suas sensíveis diferenças, as teorias do Eu iniciador e do ambientalismo parecem ser subsidiárias da mesma lógica de explicação: aquela que instala uma dicotomia entre indivíduo e mundo; aquela que os concebe como originalmente separados . . . aquela que fixa um início absoluto, seja no indivíduo (Eu iniciador), seja no mundo (ambiente iniciador)” (Lopes et. al., 2018, p. 84).

Da mesma forma que a literatura feminista não explica a agência recorrendo unicamente às estruturas sociais, o comportamentalismo radical rejeita a ideia de que a explicação do comportamento possa ser reduzida ao ambiente. As explicações que privilegiam o ambiente apresentariam um outro dilema para a teoria feminista: se a possibilidade de agir e resistir são externas ao indivíduo (estão no ambiente), e se esse ambiente é opressivo em relação às mulheres, “como podemos esperar que a resistência individual seja iniciada? Ou seja, como podemos esperar que um indivíduo sem poder seja o agente de mudança em relação às práticas culturais dominantes que criam seu desempoderamento?” (Ruiz, 1995, p. 169). A prioridade das estruturas sociais ou, em uma linguagem comportamentalista radical, do ambiente social, comprometeria as feministas com uma visão de controle unilateral: “o poder de forças sociais para oprimir o indivíduo” (Ruiz, 1998, p. 182).

Perspectiva relacional de agência.

A literatura feminista sugere que, para superar as explicações dicotômicas de agência, seria preciso adotar uma perspectiva relacional² desse conceito. Essa perspectiva “insistiria em que não há prioridade da agência ao contexto” (Fili, 2013, p. 19). Mas essa interpretação tampouco privilegiaria as estruturas sociais, pois tratar sobre a opressão das mulheres “única ou principalmente em termos de um controle social . . . deixa pouco espaço para a agência” (Fili, 2013, p. 4). A perspectiva relacional de agência, “em vez disso, direcionaria seu foco para contextos e formações sociais específicos, dos quais diferentes formas de agência . . . surgem” (Fili, 2013, p. 19). Desse modo, essa perspectiva não admite mulheres autônomas em relação

² Parte da literatura feminista usa o vocábulo relacional (Benson, 1990), enquanto outra parte se vale do vocábulo interacional (Fili, 2013). Nesta seção, optou-se por utilizar somente o primeiro, visto que o termo interacional poderia remeter a uma interpretação associacionista do conceito de agência. Essa interpretação é considerada antitética à perspectiva relacional, que impugna a ideia de que indivíduo e ambiente pré-existem à relação. Assim, embora a literatura feminista também empregue o termo interacional para caracterizar a agência, essa caracterização assume que agência só existe na relação entre indivíduo e estruturas sociais, aproximando-se de uma leitura relacional.

às estruturas sociais ou mulheres subjugadas a elas (Fili, 2013; Misra & Akins, 1998). Admite, isto sim, que a agência emerge, por meio de ações individuais das mulheres, na relação com as estruturas sociais (Benson, 1990; Misra & Akins, 1998).

Na perspectiva relacional, os indivíduos “são capacitados, bem como limitados por estruturas” (Misra & Akins, 1998, p. 262). Assim, seja para tratar sobre a opressão ou sobre a possibilidade de resistência das mulheres, seria preciso recorrer às suas relações com essas estruturas, com o contexto (Fili, 2013; Hobson, 2000; Madhok & Rai, 2012; Maitra, 2004; Malhotra, 2013; Odinino, 2014; Renegar & Sowards, 2009). Mas, como salienta a literatura feminista, as mulheres “habitam contextos sociais, históricos e discursivos específicos” (Parkins, 2000, p. 73). Uma vez que a agência é operativa nesses diferentes contextos, é neles que “ela deve ser compreendida, apreendida e seu significado buscado” (Malhotra, 2013, p. 17). Além disso, se os contextos são diferentes, a própria agência seria diversa. Acrescenta-se a isso que, na perspectiva relacional, o contexto não é estático, mas flexível e variado à medida que está aberto às ações individuais (Clare, 2009; Fili, 2013).

A agência é afetada pelo contexto e, concomitantemente, ela afeta o contexto (Hobson, 2000; Misra & Akins, 1998). Nesse sentido, assim como a agência está implicada no processo de transformação política ela também é produto dessa transformação (Rozmarin, 2013). A influência do contexto sobre a agência pressupõe que a “ausência ou existência da agência não existe fora das relações de poder” (Fili, 2013, p. 17). Por esse motivo, a perspectiva relacional de agência exige a análise das relações de poder estabelecidas pela cultura falocêntrica (Rozmarin, 2013) e as instâncias que a mantêm, como o Estado (Misra & Akins, 1998), a religião (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013), a economia (Bodkin, 1999; Madhok & Rai, 2012; Malhotra, 2013), a educação (Stearns, 1998) e mesmo a família (Benson, 1990). Simultaneamente, como a agência das mulheres interfere no contexto, existe a possibilidade de

elas reconfigurarem essas relações de poder, “manipulando normas culturais plurais para ganhar poder sobre suas circunstâncias” (Malhotra, 2013, p. 18).

A agência estaria, nesse cenário, “em constante movimento conforme os agentes negociam com as circunstâncias sociais” (Renegar & Sowards, 2009, p. 9). Essa negociação “assinala a indeterminação da existência humana” e “oferece a possibilidade de . . . agência” (Parkins, 2000, p. 60). Isso porque a relação entre as mulheres e seus contextos criaria “tendências disposicionais estáveis” (Parkins, 2000, p. 60) em situações particulares, não um fado imutável para as mulheres. A agência, como tendência disposicional ou repetição de regularidades, seria um local político de transformação: como essas tendências e repetições se referem apenas a disposições para agir, existe a possibilidade de transformá-las (Parkins, 2000; Rozmarin, 2013). Ainda, as tendências de ação confeririam uma intencionalidade à agência (Parkins, 2000; Wharton, 1991); uma intencionalidade que não é anterior às ações, mas é a própria ação: “a ação do corpo representa um tipo de horizonte de intencionalidade . . . que é realizado apenas na própria performance” (Parkins, 2000, p. 62).

A possibilidade de modificar as tendências de ação implica que, mesmo que as mulheres estejam em contextos marcados por relações de poder e de submissão, elas poderiam reconfigurar essas relações ao agir em contexto (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, Benson, 1990; Clare, 2009; Mack, 2003). Em outras palavras, se por um lado a agência das mulheres se constitui em relações de subordinação, por outro, ela não seria determinada por essas relações (Clare, 2009). Isso, pois, ao agir em contextos específicos, as mulheres criam tendências disposicionais estáveis, atribuindo intencionalidade a agência. Mas, ao mesmo tempo, as tendências produzidas em contextos específicos permitiriam modificar contextos opressivos. A agência, dessa forma, produziria sujeitos políticos, capazes de contestar poderes, mesmo em situações em que as mulheres estejam subjugadas a eles (Parkins, 2000).

O comportamentalismo radical, à semelhança da literatura feminista, também recorre a uma perspectiva relacional de agência (Ruiz, 1998). A agência, no âmbito dessa filosofia, é comportamento, que pode ser definido como relação de interdependência entre indivíduo e ambiente (Lopes, 2008). Sendo comportamento, a agência não admite um indivíduo que não esteja em relação com o ambiente e nem um ambiente do qual o indivíduo não tome parte. Isso porque “o mundo que tem função para o comportamento [para a agência] é principalmente o mundo que é produto da ação humana, e as funções das ações humanas realizam-se apenas no contexto da relação com o ambiente” (Tourinho, 2006, p. 4). Assim, a agência não está no indivíduo ou no ambiente. A agência, na perspectiva relacional da filosofia skinneriana, é individual, no sentido de que há um indivíduo que se comporta, mas também “pertence” ao ambiente, pois ela o transforma ao mesmo tempo que é modificada por ele.

A agência emerge, então, na relação entre indivíduo e ambiente. No comportamentalismo radical, essa relação pode ser descrita em termos de probabilidades, o que conferiria uma alternativa ontológica ao determinismo mentalista das explicações de agência centradas no indivíduo, bem como ao determinismo social das explicações centradas nas estruturas sociais. As probabilidades referem-se a tendências de ação que estão sob controle de certas contingências (Skinner, 1953/1965). Isso significa que, na perspectiva relacional, a elucidação da agência passaria pela análise das contingências que controlam essas tendências de ação. Ora, se a agência é comportamento e o comportamento pode ser descrito em termos probabilísticos, uma das maneiras de entender a agência seria como tendências de ação sob controle de certas contingências; contingências que podem aumentar ou diminuir a probabilidade de emissão de ações agênticas.

As probabilidades, nesse cenário, estabelecem a “direção” das ações agênticas, isto é, descrevem a “tendência ou probabilidade” (Lopes, 2008, p. 8) de elas ocorrerem. Se a probabilidade de emissão de ações agênticas é alta, é provável que consequências reforçadoras

(positivas ou negativas) estejam sendo produzidas. Por outro lado, se essa probabilidade é baixa, é possível que não estejam sendo produzidas consequências reforçadoras ou quaisquer outras consequências. As ações agênticas poderiam, tal qual na literatura feminista, ser consideradas propositais ou intencionais (Ruiz, 1995; Zuriff, 1975), no sentido de que sua emissão é mais ou menos provável de acordo com as contingências históricas, com a história de reforçamento de cada mulher. Nesse sentido, a agência, na perspectiva relacional, não implica que as mulheres estejam, a todo momento, resistindo a controles opressivos em relação ao gênero. A agência diz respeito à possibilidade de as mulheres resistirem a esses controles quando preciso.

Se a agência é o que um indivíduo tende a fazer, dadas as contingências, essas contingências também integrariam a agência, ao menos na interpretação relacional do comportamentalismo radical. Como as contingências – inter-relações entre antecedentes, respostas e consequências – operam “no campo das possibilidades, probabilidades, tendências” (Lopes et. al., 2018, p. 55), elas não estabelecem um itinerário único para as ações individuais, inclusive para as ações agênticas. Resulta disso que a agência pode ser considerada dinâmica, como o próprio comportamento (ver Lopes, 2008, pp. 5, 9-10). Sob a ótica relacional, isso apresenta a possibilidade de incluir processos comportamentais (manutenção e modificação do comportamento no tempo) na definição de agência. Desse modo, assim como “é parte da definição de comportamento estar em constante mudança” (Lopes, 2008, p. 10), também seria parte da agência estar em constante mudança.

Considerando isso, quando a literatura feminista interpreta que as relações das mulheres com o contexto viabilizam ações de resistência, o comportamentalismo radical compreende, do ponto de vista ontológico, que é o probabilismo que possibilita essas ações. O probabilismo enseja novas possibilidades de relação das mulheres com o contexto, criando novas tendências de ação “direcionadas” à resistência feminista. Ademais, o probabilismo parece resguardar a possibilidade de emissão de ações agênticas mesmo em contextos opressivos: como as relações

entre as mulheres e seus contextos são prováveis, e não suficientes, as possibilidades de agir de modo diferente daquelas fomentadas por contingências opressivas poderiam ser concretizadas por comunidades verbais feministas, que organizam contingências alternativas às falocêntricas, no âmbito das quais repertórios necessários à resistência feminista podem ser construídos.

A perspectiva relacional de agência contribui, dessa forma, para evidenciar que a agência não é um atributo individual e que as contingências que vigoram em um determinado ambiente podem aumentar ou diminuir a probabilidade de as mulheres emitirem ações agênticas. As contingências, no entanto, não determinam a possibilidade de emissão de ações agênticas. Isso porque as mulheres, ao lado de outros indivíduos, também participam da criação, manutenção e modificação dessas contingências. Isto posto, a literatura feminista e comportamentalismo radical parecem concordar que, mesmo que a agência se constitua na relação das mulheres com o ambiente, elas não necessariamente estão subjugadas a esse ambiente, pois, ao identificar as contingências opressivas, as mulheres poderiam resistir a elas – exercer contracontrole. O projeto feminista, especificamente, passa pela modificação de contingências opressivas em relação ao gênero e a identificação dessas contingências seria o primeiro passo para a concretização desse projeto.

Características da agência.

A perspectiva relacional de agência concebe que a agência não seria uma propriedade dos indivíduos e nem poderia “ser pensada como existindo no vácuo, não situada” (Parkins, 2000, p. 62). A agência deve ser elucidada por meio das relações do indivíduo com as estruturas sociais, ancorando “vidas complexas em um mundo complexo” (Renegar & Sowards, 2009, p. 3). Uma vez que essas relações são complexas, a própria agência também é assumida como complexa. Na literatura feminista analisada, essa complexidade é destacada pela diversidade de conceitos empregados para descrever a agência (Benson, 1990; Clare, 2009; Lucas, 2017;

Maitra, 2003; Parkins, 200; Renegar & Sowards, 2009; Rozmarin, 2013). Alguns desses conceitos são: autodeterminação, escolha, competência normativa, performatividade, agência narrativa e tecnologias do eu.

A *autodeterminação* refere-se à ideia de que “as mulheres podem superar limitações sociais para fazer as melhores escolhas naquele momento particular, reconhecendo as contingências de seus contextos históricos . . . como limitações, mas procurando maneiras de subvertê-las” (Renegar & Sowards, 2009, p. 9). Um dos aspectos inalienáveis para fazer essas escolhas seria a “consciência não apenas de como as coisas são, mas de como elas poderiam ser” (Maitra, 2003, p. 361). Essa consciência, para as feministas, seria cooperativa e partilhada, pois, embora as mulheres possam descrever a si próprias, “essas definições vêm de redes de suporte socialmente construídas” (Renegar & Sowards, 2009, p. 9).

A habilidade de formular *escolhas* poderia ser articulada por uma autoconsciência feminista influenciada pelo *mindfulness* budista (Maitra, 2003). As ideias budistas foram consideradas politicamente relevantes para uma acepção feminista de agência, uma vez que a filosofia budista luta contra um sistema de castas assentado na crença de um eu essencial e autossuficiente. O budismo articulou uma visão de mundo que questionou essa visão de eu, evidenciando que o indivíduo está em constante processo de mudança (Maitra, 2003). A teoria da impermanência budista, considerada o primeiro passo para a conscientização dos budistas, poderia ser útil na construção de uma agência feminista que é impugna um eu essencial e autônomo e, como tal, viabiliza a possibilidade de luta e mudança social.

A agência também pode ser compreendida como um conjunto de habilidades (Benson, que permitiria aos indivíduos estar conscientes de padrões normativos, além de avaliar esses padrões e transformá-los em cursos de ação apropriados. Esse conjunto de habilidades, denominado *competência normativa*, enfatiza que a liberdade de um agente seria variável de acordo com o contexto em que o indivíduo está e que, mesmo em ambientes opressivos, ele

seria capaz de ser ativo. Nessa perspectiva, “a liberdade . . . abre espaço para o reconhecimento de que, mesmo sob opressão social, econômica e psicológica, as mulheres obtiveram considerável poder como agentes livres em relação a pontos de vista normativos que receberam pouca visibilidade social” (Benson, 1990, p. 60).

A literatura feminista também versou sobre a agência recorrendo à noção de *performatividade* de Butler. A performatividade³, nessa visão, seria calcada em três premissas. A primeira é a de que “não existe sujeito que preceda a ação”, pois o “sujeito passa a existir por meio da ação” (Clare, 2009, p. 51). A segunda se refere ao desejo do sujeito de ser reconhecido pelo outro, sendo que é por meio desse reconhecimento que o sujeito se constitui. A terceira é a ideia de que o reconhecimento do sujeito só ocorre quando sua performance é entendida em relação a uma norma, posto que a “agência não é . . . independente de relações de poder ou do discurso” (Clare, 2009, p. 51). Nas palavras da autora:

o sujeito, que deseja reconhecimento, passa a existir por meio da repetição ritualizada de atos, gestos ou desejos que, mediante reconhecimento, criam a ilusão de uma identidade essencial. Alguém é reconhecível (e, logo, um sujeito) à medida que representa normas de gênero reconhecíveis. Nesse sentido, o sujeito é constituído em um campo de relações de poder; ele é produzido na performance repetida de normas e o gênero é uma de suas propriedades características. (Clare, 2009, p. 51)

O gênero, como performatividade, deveria ser representado repetidamente para ser reconhecido, já que “não é uma identidade estável” (Clare, 2009, p. 58), um atributo do sujeito ou algo produzido “de uma vez por todas” (Clare, 2009, p. 51). Os atos, gestos e desejos que produzem o gênero relacionam-se arbitrariamente entre si, de modo que há um intervalo, uma descontinuidade entre eles. Seria justamente esse intervalo, essa descontinuidade que seria o

³ O conceito de performatividade destaca o interesse de Butler em analisar, na linguagem e no discurso, os processos por meio dos quais um indivíduo assume a sua posição como sujeito. A ideia de performatividade nega a pré-existência de um sujeito localizado antes ou atrás de suas ações. Assim, a performatividade não se refere àquilo que um sujeito é, mas ao que ele faz - a uma sequência de ações (Salih, 2002/2003).

local da agência: “é precisamente dentro desse modelo de descontinuidade que Butler localiza a oportunidade de transformar o gênero e, portanto, a possibilidade de agência” (Clare, 2009, p. 58). A possibilidade de agência, então, confundir-se-ia com a possibilidade de *transformar* os atos, gestos e desejos que produzem o gênero.

A constituição do sujeito pelas suas relações com o mundo também foi contemplada na noção de *agência narrativa*. O conceito de agência narrativa poderia “elucidar a interconectividade das agências individual e coletiva”, pois permite “articular a capacidade . . . de um indivíduo de criar sentido ao enfrentar as limitações impostas à agência pela constituição do sujeito por normas” (Lucas, 2017, p. 2). A agência narrativa seria “a capacidade [de um indivíduo] de dizer ‘eu’ ao longo do tempo e em relação aos outros. [Todavia] Este não é o ‘eu’ da razão pura ou o agente por trás da ação” (Lucas, 2017, p. 3). A agência narrativa seria, então, compreendida como pré-condição para a identidade narrativa – a “cambiante constelação de narrativas que compõem um eu particular” (Lucas, 2017, p. 3).

O entendimento de que a agência narrativa seria um requisito para a identidade narrativa possibilitaria reconhecer a contingência e a complexidade da identidade (ver Lucas, 2017, p. 3, 13). Isso permitiria considerar os efeitos das relações de poder na formação da identidade dos indivíduos, sem que isso redundasse na sua completa subordinação. O indivíduo poderia ter autonomia em relação às relações de poder, uma vez que a autonomia seria uma capacidade reflexiva crítica que é influenciada pelo contexto e pelas relações de poder, mas não redutível a eles. Nessa perspectiva, os indivíduos teriam condições de promover transformações positivas nas relações de poder (ver Lucas, 2017, pp. 11, 12, 16).

A capacidade crítica, em última análise, dependeria da concepção do indivíduo de si mesmo como um ser coerente, porém mutável, ao longo do tempo, em um contexto sociohistórico específico e em uma comunidade que o reconhece. O sujeito, nesse cenário, não poderia transcender as relações de poder, o contexto social ou o tempo. Também não seria

possível afirmar que um sujeito exerce sua autonomia consistentemente da mesma maneira ou na mesma extensão ao longo de sua vida. Porém, seria possível mudar as estruturas de poder por meio da interação coletiva de narrativas. Em outras palavras, seria possível reconhecer, reorganizar e reformular normas por meio da criação coletiva de significado (Lucas, 2017).

A agência narrativa, nesse cenário, seria relacional, pois “só posso significativamente me distinguir como um ‘eu’ em relação aos outros [indivíduos]” (Lucas, 2017, p. 4). Mas também é generativa, uma vez que a “unicidade de uma agente permite que ela crie significado de um ponto de vista que é dela e somente dela” (Lucas, 2017, p. 4). O indivíduo, nessa ótica, teria a capacidade de criar narrativas significativas somente em relação com outros indivíduos. Isso subentende que a agência narrativa “não propõe um sujeito estático que possui, ao longo da vida, uma identidade imutável e completamente inarticulável” (Lucas, 2017, p. 4). Isso tampouco significaria advogar por um indivíduo que precede o discurso e cuja identidade está completamente constituída. A “identidade depende da mudança dinâmica de narrativas de outros [indivíduos] ao longo do tempo” (Lucas, 2017, p. 4).

O agente narrativo, concebido como companheiro de conversação dentro de uma rede de interlocução, de maneira alguma representa um eu central fixo ou estático: ele é mutável e dependente do contexto . . . A capacidade do sujeito de fazer sentido é a constante que permite que um senso coerente de si mesmo se desenvolva ao longo do tempo. Além disso, se o processo de entender o eu, ao longo do tempo, é concebido como inerentemente relacional, então o sujeito nunca é o único responsável por sua própria história. Na verdade, ela deve sempre encaixar sua história com e ao lado das histórias de outras pessoas. (Lucas, 2017, pp. 5-6)

Outro conceito invocado para discutir a agência no feminismo é o de *tecnologias do eu*. Segundo Rozmarin (2013), a agência seria constituída por tecnologias do eu, entendidas como um “conjunto de práticas sociais auto-aplicadas que modifica o senso de identidade do/a

praticante e sua posição no mundo” (p. 472). Essas tecnologias permitiriam “os indivíduos moldarem sua própria subjetividade em relação aos outros, e em um conjunto concreto de relações sociais” (Rozmarin, 2013, p. 471). A agência, nessa perspectiva, seria integrada por duas instâncias, uma reativa e outra afirmativa. A instância *reativa* referir-se-ia às tecnologias do eu que “resistem e perturbam a realidade social e simbólica atual” (Rozmarin, 2013, p. 480). Já a instância afirmativa seria aquela por meio da qual “o indivíduo tenta ativamente . . . concretizar sua visão de uma vida melhor” (Rozmarin, 2013, p. 480).

A instância reativa “promove uma mudança que deve transformar a vida das mulheres, abalar os relacionamentos existentes e afastar as mulheres de suas perspectivas antigas” (Rozmarin, 2013, p. 475). Contudo, essa instância apenas permitiria “lutar *contra* a cultura presente” (Rozmarin, 2013, pp. 475-476), sendo considerada insuficiente para promover uma mudança política. Considerando isso, a agência deveria incluir um aspecto afirmativo, visto que os indivíduos não apenas *reagem* à cultura presente, mas também se *engajam* em vidas políticas para transformar suas realidades e criar um cenário melhor. O aspecto afirmativo da agência “expressa esse modo de vida político, *lutando em direção* a um horizonte melhor, em direção à sua realização” (Rozmarin, 2013, p. 476).

Uma das tecnologias que possibilitaria o engajamento em ações políticas afirmativas seria o salto em direção ao futuro. No âmbito dessa tecnologia, o indivíduo pensaria e agiria como se integrasse uma realidade que não é falocêntrica, o que demanda “uma fonte autônoma de motivação e inspiração . . . um desejo pelo diferente e pelo novo” (Rozmarin, 2013, p. 476). Para criar uma nova realidade para si, as mulheres precisariam treinar a imaginação, isto é, sua “capacidade política para descobrir novas realidades além das limitações opressivas” (Rozmarin, 2013, p. 477). Imaginar um mundo sem opressão, contudo, não redundaria em uma fuga da realidade, mas “destaca a importância de afirmar um novo futuro como condição para uma vida política” (Rozmarin, 2013, p. 477).

A ideia de que o indivíduo é personificado seria outra tecnologia. O corpo seria condição para as mulheres criarem ativamente uma nova cultura e, assim, um espaço diferente em que novas subjetividades poderiam emergir. Como tal, o corpo seria um local de amor, um “vínculo primordial ao que é íntimo, mas diferente” (Rozmarin, 2013, p. 478). Segundo Rozmarin (2013), haveria duas modalidades desse amor: o amor “como uma fusão, renunciando à diferença” (p. 478) e o amor como base da ética. O último ressaltaria a dependência mútua entre os indivíduos no processo de constituição da subjetividade, mas permitiria compartilhar um espaço em que haja reconhecimento de suas diferenças; ele cria “uma sensação de solidariedade baseada na intimidade e não na identificação e na semelhança” (Rozmarin, 2013, p. 478).

Assim como Rozmarin (2013), Parkins (2000) defende a impossibilidade de conceber a agência apartada da noção de personificação. A autora acredita que é na interface do corpo como sujeito e na especificidade da uma dada situação que esse sujeito seria capaz de dar sentido a si e à sua situação material e cultural. Ao encavar o corpo no mundo, Parkins (2000) considera que a existência humana seria indeterminada, que é o que possibilitaria a agência. Nesse sentido, uma acepção feminista de agência pautada na noção de personificação seria útil ao feminismo, pois a “ação significativa é possível” e “é possível em um/por um corpo conforme nos encontramos localizados em um ‘mundo físico e social’” (Parkins, 2000, p. 60).

À semelhança da literatura feminista, o comportamentalismo radical compreende que a agência só poderia emergir a partir de um corpo situado no mundo. A situação do corpo no mundo seria condição para o desenvolvimento de uma história pessoal única (Skinner, 1981). O repertório ontogenético de um indivíduo constituiria o que pode ser compreendido como sua dimensão pessoal, ou simplesmente *pessoa* (Skinner, 1989). É no âmbito da ontogênese que “se constitui a pessoa como *corpo próprio*” (Lopes et. al., 2018, p. 78). A noção de pessoa como um corpo é construída quando o organismo passa a responder diferencialmente aos limites de

sua estrutura física. Essa dimensão seria pré-verbal, no sentido de que ela surge antes mesmo de a “comunidade verbal ensinar o indivíduo a falar” (Lopes et. al., 2018).

A ideia de *personificação* da literatura feminista poderia ser elucidada, a princípio, por “contingências não verbais, das quais participa o corpo, entendido como a parte mais estável do ambiente” (Lopes et. al., 2018, p. 79). O comportamento dar-se-ia com o corpo – não um corpo com uma pessoa dentro, mas um corpo que é a pessoa (Skinner, 1971/2002) – conforme o organismo se comporta, percebe e sente seu corpo agindo. A personificação poderia ser compreendida, em uma visão comportamentalista radical, a partir do vínculo que se estabelece entre o corpo e o comportar-se, criando “uma primeira identificação entre indivíduo e seu corpo” (Lopes et. el., 2018, p. 79). Mas, como esse corpo está situado no mundo, a pessoa não é apenas um corpo, mas um “um corpo que faz coisas” (Skinner, 1989, p. 28), um organismo.

A pessoa como um corpo que faz coisas (organismo), no entanto, não se resumiria à sua dimensão corporal. Uma vez que a pessoa pode ser compreendida em termos de contingências estáveis que geram padrões comportamentais estáveis (Lopes, 2006), o indivíduo também se identificaria com aquilo que ele faz (Malacrida & Laurenti, 2018). A pessoa se constitui como um conjunto de tendências, de disposições para se comportar de determinadas maneiras (Lopes, 2008). Novamente, entretanto, esse conjunto não está na pessoa: a pessoa também é esse conjunto de tendências de ação que se constituiu ao longo de sua história de vida (Skinner, 1971/2002). A pessoa como um repertório de comportamento ontogenético, como tendências a se comportar de certo modo poderia ser entendida como ação intencional (Lopes et. al., 2018).

A dimensão pessoal do indivíduo poderia, nesse sentido, ajudar a lançar luz sobre a noção de *performatividade*. O conceito de performatividade poderia ser compreendido como a realização de tendências de ação em um dado contexto, à medida que ela pressupõe que o indivíduo se constituiu por meio da ação. A performatividade obsta à ideia de que o indivíduo precede a ação, no sentido de que as disposições para agir seriam anteriores e distintas da

própria ação. A performatividade depende de um indivíduo que age, mas também seu reconhecimento pelo outro. A pessoa, em uma leitura comportamentalista radical, também dependeria do reconhecimento social (Skinner, 1981, 1989). Isso porque a constituição de um indivíduo como pessoa está submetida à constituição de tendências de ação e as contingências responsáveis por esse comportamento seriam, em grande parte, organizadas e mantidas por um grupo social (Skinner, 1974/1976).

Subjaz à ideia de performatividade que o gênero, por exemplo, não seria um atributo individual ou uma identidade absolutamente estável. O gênero se constituiu conforme o indivíduo age no ambiente e é a estabilidade de contingências ontogenéticas, sobretudo sociais, organizadas e mantidas no contexto de uma dada cultura que permitiriam falar do gênero como uma identidade estável. Sob essa ótica, “o gênero designa a *pessoa*, isto é, padrões de comportamento ontogenéticos, considerados típicos de mulheres e de homens no contexto de uma dada cultura” (Silva & Laurenti, 2016, p. 205). Novamente, esses padrões de comportamento constituem apenas tendências de ação, posto que as relações do indivíduo com o mundo são probabilísticas ou, consoante a literatura feminista, descontínuas (Clare, 2009).

Para que o indivíduo seja capaz de perceber a identidade atribuída a ele pelos outros ele dependeria da aquisição de um repertório verbal que o permitiria descrever o próprio comportamento (Skinner, 1974/1976). A descrição do próprio comportamento pelo indivíduo implica que ele seria consciente de seu comportamento (Skinner, 1953/2005). Haveria diferentes níveis de consciência ou autoconhecimento, que se refeririam à discriminação de diferentes variáveis das quais o comportamento é função. Essas variáveis referem-se tanto à “topografia de sua [do indivíduo] ação (como age)”, quanto às “condições antecedentes (quando age), e as consequências (por que age)” (Malacrida & Laurenti, 2018, p. 73). Desse modo, assim como sugerem Ruiz (1995, 1998) e Zuriff (1975), o autoconhecimento, no âmbito do

comportamentalismo, não se limitaria à descrição das condições corporais (sentimentos), mas a como essas condições estão relacionadas ao contexto (antecedente e consequente).

Seria a partir da consciência ou autoconhecimento que o indivíduo se constituiria como um eu. Esse eu seria entendido como uma dimensão reflexiva do indivíduo, posto que ele se refere a “como a pessoa *sente a si própria*” (Skinner, 1989, p. 58). Dado que o autoconhecimento se origina no contexto de uma comunidade verbal, “o Eu é um produto de práticas culturais verbais que modelam e mantêm sua *narrativa* [ênfase adicionada] em primeira pessoa” (Lopes et. al., 2018, p. 82). Esse eu seria a narrativa construída, à semelhança da *agência narrativa*, (Parkins, 2000) pois o relato de como o indivíduo sente e percebe a si próprio está interconectado com os relatos ou de outros indivíduos (Lopes et. al., 2018).

Considerando que a narrativa em primeira pessoa, o eu, é construída no contexto de contingências sociais organizadas pela comunidade verbal, essa narrativa necessariamente seria perpassada por relações de poder (Benson, 1990; Clare, 2009; Parkins, 2000). Apesar de o comportamentalismo radical reconhecer que as relações interpessoais são relações de controle (Skinner, 1974/1976), essa filosofia tem negligenciado como o poder estaria tecido nessas relações (Jordana, 2019), estabelecendo assimetrias entre mulheres e homens, em detrimento das primeiras (Nicolodi & Arantes, 2019). A análise das relações de poder seria um dos aspectos centrais para a emergência da consciência ou autoconhecimento que viabilizaria a transgressão dessas relações de poder (Fontana & Laurenti, 2020).

A consciência ou autoconhecimento a respeito das relações de poder criaria condições para que os indivíduos, particularmente as mulheres, analisassem essas relações e fizessem *escolhas* que permitem transformar relações sociais desiguais. O autoconhecimento, na perspectiva comportamentalista radical, seria pré-condição para a constituição do repertório de autocontrole. Segundo Skinner (1953/1965), o conceito de autocontrole é tradicionalmente elucidado com base na noção de um eu iniciador do comportamento, uma força interna que

levaria o indivíduo a dominar eventos contrários a seus pensamentos, intenções, cognição e volição. Essa visão de autocontrole implicaria que o indivíduo seria capaz de autodeterminação, isto é, escolher seus cursos de ação apesar das circunstâncias sociais.

O comportamentalismo radical rejeita a noção de autocontrole como autodeterminação. Porém, isso não incorre na tese de que a filosofia skinneriana rejeita a noção de que indivíduos escolhem. Essa filosofia rejeitaria, com efeito, o entendimento de que as escolhas seriam produto de causas internas. No comportamentalista radical, escolher “implica em alterar a probabilidade de ocorrência de um dado tipo de ação pela manipulação das variáveis das quais esse comportamento é função” (Malacrida & Laurenti, 2018, p. 74). O autocontrole seria útil ao indivíduo, pois, ao discriminar os contextos em que se comporta, ele seria capaz de mudar o próprio comportamento por meio da modificação das variáveis das quais é função. Em outras palavras, ao modificar essas variáveis, o indivíduo poderia se comportar de forma mais eficaz.

O autocontrole seria um repertório necessário para a emergência de outro repertório fundamental para a resistência feminista: o contracontrole. Para Skinner (1953/1965), o autocontrole é um repertório que emerge em contextos em que o comportamento provoca consequências conflitantes; comportamentos que poderiam gerar consequências aversivas imediatas e consequências reforçadoras positivas postergadas, e vice-versa. Por exemplo, comportamentos considerados compatíveis com a construção de relações mais igualitárias entre gêneros (questionar a posição das mulheres como objetos e modelos de feminilidade) poderiam produzir consequências aversivas imediatas para as mulheres em uma cultura falocêntrica. Em contrapartida, esses comportamentos poderiam, a longo prazo, estar associados a consequências reforçadoras positivas (distribuição e acesso de reforçadores mais igualitário).

Diante dessas consequências conflitantes, as mulheres precisariam estar sob controle de seu comportamento e alterar as variáveis das quais ele é função a fim de evitar estímulos aversivos condicionados, bem como as respostas emocionais associadas a esses estímulos. Por

meio da manipulação dessas variáveis, a resposta punida poderia se tornar menos provável, de modo que o comportamento que reduz a estimulação aversiva seria automaticamente reforçado (Skinner, 1953/1965). Uma vez que o autocontrole altera a probabilidade de punição e de reforço, ele poderia ser interpretado como um repertório de mudança do próprio comportamento – “o indivíduo altera variáveis como o contexto, a consequência ou a topografia de seu comportamento para, então, poder se comportar de forma mais eficaz, produzindo reforçadores positivos e evitando estímulos aversivos em longo prazo” (Malacrida & Laurenti, 2018).

Uma vez que o autocontrole designa que o indivíduo pode controlar o seu comportamento por meio da manipulação de variáveis ambientais, esse repertório poderia ajudar o indivíduo a “escolher” cursos de ação com base nas consequências de seu comportamento (Cruz, 2006). Estendendo esse raciocínio ao feminismo, por exemplo, os comportamentos que mantêm a hierarquia entre os gêneros em uma cultura falocêntrica (passividade, subserviência, abnegação) produziriam consequências reforçadoras positivas imediatas, como “amor, admiração e respeito” (Fontana & Laurenti, 2020, p. 506). No entanto, a longo prazo, esses comportamentos poderiam gerar consequências aversivas para as mulheres ao mantê-las em contingências opressivas.

Os comportamentos de passividade, subserviência e abnegação produziram, inicialmente, consequências reforçadoras positivas. Contudo, esses mesmos comportamentos também produziram consequências aversivas postergadas, que se tornariam estímulos aversivos condicionados à sua emissão. Assim, na situação em que ocorrem os comportamentos de passividade, subserviência e abnegação, as mulheres poderiam sentir “vergonha, humilhação, ansiedade, timidez, culpa” (Fontana & Laurenti, 2020, p. 506), que poderiam enfraquecer a emissão desses comportamentos. Considerando isso, em ocasiões em que há a possibilidade de as mulheres se comportarem de modo passivo e subserviente, também haveria

a possibilidade de autocontrole a fim de evitar as consequências aversivas condicionadas a esses comportamentos.

O autocontrole individual também seria importante para o autocontrole ético, quando há conflito entre consequências reforçadoras para o indivíduo e consequências aversivas para o grupo (Gomes & Tourinho, 2016). Skinner (1971/2002) afirma que a cultura é um grande exercício de autocontrole. Isso significa que a convivência dos indivíduos em uma cultura só é possível, pois há o atraso de gratificações autoimpostas. O autocontrole ético seria, então, importante para o grupo: “o autocontrole é na verdade um produto social à medida que o grupo pune, em diversos casos, comportamentos que produzam reforçadores imediatos para o indivíduo e estimulação aversiva atrasada para o grupo” (Cruz, 2006). No caso do feminismo, consequências que poderiam ser imediatamente reforçadoras para uma mulher branca (privilégios), por exemplo, poderiam ser aversivas para mulheres negras a longo prazo. Ainda, consequências imediatamente aversivas para mulheres brancas (como a perda de privilégios) poderiam ser reforçadoras para mulheres negras a longo prazo.

É justamente neste sentido que o autocontrole seria profícuo para o contracontrole ou resistência feminista: ele ajuda as mulheres a lidar com consequências conflitantes para si e também para outras mulheres. Ao manipular as variáveis das quais seu comportamento é função, as mulheres poderiam aumentar a probabilidade de respostas com consequências reforçadoras a longo prazo, uma vez que alguns de seus comportamentos seriam automaticamente reforçados somente pela mera redução da estimulação aversiva. O repertório de autocontrole seria, então, útil às mulheres, pois as possibilitaria discriminar os contextos em que se comportam (visto que esse repertório requer autoconhecimento), lidando com uma maior probabilidade de reforçamento em algumas situações (Skinner, 1953/1965). Em outras palavras, o autocontrole seria condição para as mulheres exercerem o contracontrole.

Na interface com o feminismo, seria o conceito de contracontrole que elucidaria agência como resistência (Ruiz, 1998). O contracontrole compreendido como ações de enfrentamento ao controle opressivo descreveria, contudo, uma dimensão *reativa* da agência, para usar a expressão utilizada por Rozmarin (2013). Todavia, a literatura feminista adiciona uma dimensão afirmativa à agência. Com base nisso, a noção comportamentalista radical de ações agênticas precisaria ser ampliada com outros conceitos, para além do contracontrole. O comportamentalismo radical precisaria se debruçar mais sistematicamente sobre conceitos como criatividade e imaginação, que são aspectos fundamentais não apenas para resistir a controles opressivos em relação ao gênero, mas para um engajamento voltado para a construção de um mundo melhor para as mulheres.

Em resumo, numa visão comportamentalista radical a agência seria caracterizada por um corpo no mundo (personificação) que seria condição para ações operantes (tendências de ação), que são probabilísticas. As ações operantes agênticas só seriam possíveis no contexto de uma comunidade verbal que auxilia o indivíduo a criar narrativas de como seu corpo e seu comportamento estão relacionados ao contexto (agência narrativa). A discriminação e a descrição desses aspectos seriam entendidas como autoconhecimento. O repertório de autoconhecimento seria condição para o repertório de autocontrole (escolha), como condição necessária para o contracontrole ou ações agênticas (aspecto reativo da agência). A noção comportamentalista radical careceria de discussões sobre um aspecto afirmativo da agência, mas as feministas indicam que esse aspecto poderia ser elucidado pelos conceitos de imaginação e criatividade.

Agência e interseccionalidade.

A agência emerge na relação das mulheres com o contexto, um contexto que é plural (Fili, 2013; Hobson, 2000; Madhok & Rai, 2012; Maitra, 2004; Malhotra, 2013; Odino, 2014;

Renegar & Sowards, 2009). Uma vez que a experiência de opressão das mulheres se dá em contextos variados, as relações opressivas de gênero também seriam diversificadas (Misra & Akins, 1998; Stearns, 1998). Na literatura feminista, o conceito de interseccionalidade daria visibilidade a essas diferentes formas de opressão relacionadas ao gênero (Fili, 2013). A interseccionalidade pode ser entendida como “os pontos em que os múltiplos processos de diferenciação social se reúnem para formar nexos de opressão” (Jakobsen, 1995, p. 143). Sob essa ótica, a opressão de gênero deveria ser subvertida por uma análise de múltiplas opressões, investigando a interação entre gênero e fatores como sexo, raça, classe, orientação sexual, nacionalidade, espaço cultural, etnia, casta e religião (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013; Fili, 2013; Hobson, 2000; Jakobsen, 1995; Wharton, 1991).

A ideia de interseccionalidade, nesse sentido, seria responsável por perturbar a noção de que as mulheres são um grupo unificado e coeso, impugnando uma interpretação descontextualizada da opressão de gênero (Jakobsen, 1995; Maitra, 2003; Malhotra, 2013). A literatura feminista concebe que as diferentes facetas da opressão de gênero só foram observadas devido à emergência de outros movimentos sociais minoritários, que desafiaram a ideia de que a desigualdade entre as mulheres estaria vinculada somente a questões de gênero (Hobson, 2000). Para esses grupos, a suposta generalidade da opressão das mulheres seria problemática no contexto do feminismo, pois “[s]e o foco está nas feministas perceberem que todas elas [mulheres] sofrem ‘da mesma maneira’, sem levar em consideração os diversos locais e estruturas socioeconômicas subjacentes a esse sofrimento . . . então a natureza a-histórica e a priori da consciência emergente se torna evidente” (Maitra, 2003, p. 368).

Além disso, a concepção das mulheres como uma totalidade unificada, “como um grupo já constituído e coerente, com interesses idênticos . . . suprime as diferenças entre elas e pode potencialmente reproduzir hierarquias de poder existentes” (Fili, 2013, p. 6). As mulheres, como um grupo coerente, seriam induzidas a “constituir ‘lados’ coerentes ao longo de um único

eixo de opressão que compromete potenciais compromissos com a diversidade e a complexidade, e, portanto, minar políticas eficazes de agência” (Jakobsen, 1995, p. 139). Isto é, tratar as mulheres como uma unidade obstaria a emergência de uma consciência feminista que reconhece que a opressão de gênero é constituída em relação com outras formas de opressão, o que poderia reproduzir desigualdades entre as próprias mulheres (Misra & Akins, 1998). Em última instância, isso dificultaria a agência, que possui “variações em sua escala, alvos e objetivos” (Fili, 2013, p. 16).

A interseccionalidade, nesse sentido, destacaria aspectos idiossincráticos das experiências das mulheres e permitiria às feministas analisar e combater as diferentes formas de opressão de gênero (Jakobsen, 1995; Maitra, 2003; Renegar & Sowards, 2009; Wharton, 1991). A identificação e análise desses aspectos seria condição necessária para facilitar a agência de um grupo cada vez maior de mulheres. Vale destacar que o simples reconhecimento dessas interseccionalidades não se confundiria com a agência. Com efeito, o reconhecimento dos diferentes processos de diferenciação social das mulheres indicaria “onde” resistir e também ajudaria a articular os diferentes marcadores sociais que influenciam a sua vida: “Se o espaço entre identificações e diferenças for um espaço de complexidade, então é esse espaço que permitiria a articulação simultânea e cruzada de relações de poder criadas por opressões estruturais de gênero, raça, classe e sexualidade” (Jakobsen, 1995, p. 143).

O *status* atribuído à multiplicidade de processos sociais de diferenciação das mulheres, todavia, não tem a pretensão de agrupar todas as diferenças entre elas em um discurso unitário e universal: “Eu não estou simplesmente incitando um discurso que de alguma forma se concentra em todas as diferenças simultaneamente, um movimento com tendências universalizantes que podem restabelecer um discurso singular ao subsumir vários locais de luta” (Jakobsen, 1995, p. 143). Articular as diferentes formas de opressão de gênero pela interseccionalidade viabiliza direcionar o olhar para essas diferenças, o que não significa que

ela seria isenta de opressões ou de dominação estrutural. Isso porque “trabalhar nas intersecções entre várias mudanças e identificações não necessariamente remove os conflitos ou opressões criados por dominações estruturais” (Jakobsen, 1995, p. 145).

O comportamentalismo radical, tal qual a literatura feminista, compreende que o contexto é heterogêneo, composto por diferentes grupos, que estão expostos a diferentes contingências sociais. Essas diferentes contingências demarcariam controle e acesso diferenciais a reforçadores entre as próprias mulheres (Fontana & Laurenti, 2020; Nicolodi & Arantes, 2019). Isso significa que algumas mulheres teriam mais poder que outras no sentido de que “controlam os reforçadores mais importantes em uma relação” (Terry et. al., 2010, p. 107). O controle sobre os reforçadores mais importantes redundaria que algumas mulheres dominam o acesso e a distribuição desses reforçadores em relação a outras mulheres: “Quem controla tem acesso mais fácil a reforçadores importantes; adicionalmente, o controlador é reforçado por engajar-se em comportamentos que influenciam ou exercem controle sobre o outro indivíduo, o controlado” (Terry et. al., 2010, p. 110).

Em uma perspectiva comportamentalista radical, o privilégio de algumas mulheres seria resultado do poder que elas exercem sobre outras mulheres. Ou seja, algumas mulheres têm “acesso diferencial a reforçadores mais importantes” (Terry et. al., 2010, p. 111). Quanto maior esse acesso, maior a probabilidade de contato com outros reforçadores. No entanto, o acesso aos reforçadores nem sempre é contingente ao comportamento do indivíduo “privilegiado”. Assim, “os reforçadores são ‘não ganhos’ e baseados na filiação a um certo grupo social” (Terry et. al., 2010, p. 111). Em outras palavras, alguns indivíduos têm mais acesso a certos reforçadores simplesmente por sua filiação a determinados grupos sociais. Embora o feminismo inicialmente aponte os privilégios do gênero masculino em relação ao feminino, a noção de interseccionalidade permitiria discriminar quais aspectos do ambiente e das histórias de vida das mulheres incorrem em relações desiguais entre as próprias mulheres.

Em uma interpretação comportamentalista radical, a interseccionalidade pode ser entendida como “a ideia de que diversas condições genéticas e ambientais se unem para constituir a pessoa como um todo, em vez de um fator dominante” (DeFelice & Diller, 2019, n. p.), o que pode produzir desigualdades entre as próprias mulheres (Mizael, 2019). Ou seja, o reconhecimento de condições como raça, classe, orientação sexual, etnia, casta, religião modelam as relações das mulheres com o ambiente, criando desigualdades. Ao mesmo tempo, a identificação e análise dessas diferentes condições poderia ensejar formas de resistência. Nesse sentido, ao incluir as interseccionalidades em suas análises, o comportamentalismo radical investigaria as desigualdades entre as próprias mulheres, o que seria uma condição para uma resistência feminista de todas as mulheres, não de apenas algumas delas.

Agência e coletividade.

A literatura feminista analisada parece sugerir que a resistência das mulheres à opressão só seria possível se elas se articulassem como um grupo. Esse grupo de mulheres, no entanto, não seria unido por um princípio unificador das experiências individuais. As experiências individuais estariam articuladas ao contexto, que é marcado por interseccionalidades. Por esse motivo, a “agência deve[ria] ser informada por um mapeamento das relações de poder e pelas múltiplas posições dos sujeitos – de classe, casta, religião, gênero, espaço e sexualidade” (Madhok & Rai, 2012, p. 646). Considerando isso, a agência deveria ser marcada pela “mutualidade, que requer autorreflexão, e autocrítica – coletivamente e individualmente – por parte de todas as feministas participantes” (Maitra, 2003, p. 367).

A resistência das mulheres à opressão de gênero não se daria com base em uma irmandade universal entre as mulheres (Jakobsen, 1995; Maitra, 2003). Isso porque “a irmandade universal retira sua força do senso ilusório de coerência e unidade alcançado por meio da focalização das experiências compartilhadas de opressão das mulheres” (Maitra, 2003,

p. 367). A alternativa para a irmandade universal, segundo a literatura feminista, seria a solidariedade (Jakobsen, 1995). A solidariedade não comportaria uma irmandade universal, concebida aprioristicamente e deslocada de um contexto histórico. Essa solidariedade seria construída em contextos históricos e políticos concretos. Dessa forma, as diferenças deveriam ser consideradas valores centrais para que as mulheres constituam alianças políticas a fim de superar a opressão de gênero (Jakobsen, 1995; Maitra, 2003).

A literatura feminista concebe que seria justamente a perspectiva relacional da agência que daria a ela força, pois, a capacidade de criar sentido (autonomia) de um agente só seria possível no contexto de uma comunidade solidária que sustenta a identidade do indivíduo ao ouvi-lo e permitindo que ele ouça a outros indivíduos: “Eu incluo você na minha história como você me inclui na sua. Partes da sua história ressonam em mim, assim como partes da minha história ressoam em você” (Lucas, 2017, p. 6). Essa perspectiva, para a autora, seria capaz de conciliar indivíduo e coletividade, além de endossar a possibilidade de promover mudanças sociais positivas. Nas palavras de Lucas (2017):

se levarmos a sério a noção de . . . criação de significado por meio de narrativas compartilhadas dentro de uma pluralidade, então podemos razoavelmente conceber a narratividade como uma espécie de mecanismo de mudança social. Juntos, somos capazes fazer e refazer declarações significativas sobre quem somos. O problema, então, torna-se como identificar se essa mudança é ou não para melhor: como identificar, em outras palavras, momentos de reconhecimento mútuo “positivo” e para distinguir momentos de padrões prejudiciais de subordinação sistemática, falta de comunicação e reconhecimento errado. (p. 11)

A compreensão do indivíduo como “um ser . . . relacional conscientiza o papel inevitável que a alteridade desempenha na vida de alguém” (Rozmarin, 2013, p. 479). A luta política individual das mulheres é constantemente marcada pelo outro, pois “somente o outro pode

introduzir a dinâmica por meio da qual o eu transcenderia suas fronteiras” (Rozmarin, 2013, p. 478). O encontro com o outro exigiria um diálogo constante, um diálogo que se origina em “um espaço público de obrigação de falar e ouvir os outros” (Rozmarin, 2013, p. 479). Esse diálogo permitiria abordar a diversidade entre os indivíduos de modo não violento.

Assim como para as feministas a resistência feminista está articulada ao contexto, o comportamentalista radical considera que é o contexto que resguarda a possibilidade de as mulheres agirem. Contudo, esse contexto é complexo, à medida que ele é perpassado por diferentes contingências sociais, por diferentes interseccionalidades. Nesse sentido, o desafio do comportamentalismo radical seria pensar como coordenar essa complexidade para que as mulheres constituam alianças políticas para lutar contra a opressão. De acordo com Skinner (1953/1965), o controle exercido por um grupo (duas ou mais pessoas) é mais eficaz que o controle exercido pelo indivíduo.

O comportamentalismo radical considera que o controle pelo grupo pode ou não ser institucionalizado. Os grupos institucionalizados, denominados de agências de controle, “manipulam conjuntos específicos de variáveis” e “são usualmente mais organizadas que o grupo como um todo e frequentemente operam com maior sucesso” (Skinner, 1953/1965, p. 333). A agência de controle é a parcela mais organizada de um grupo e, por esse motivo, ela é capaz de exercer maior controle sobre os indivíduos por meio da distribuição de reforçadores e punidores a que somente ela tem acesso. Ademais, a agência controladora exerce controle ético. Isto é, ela controla o grupo classificando o comportamento de seus membros como bons e ruins. Essa classificação teria a função de reforçar ou punir os comportamentos dos indivíduos de acordo com os valores do grupo institucionalizado.

A filosofia skinneriana, todavia, acredita que é possível exercer controle social pelo grupo sem que esse controle seja institucionalizado. Mesmo sendo não institucionalizado, Skinner (1953/1965) afirma que “o indivíduo é submetido a um controle mais poderoso quando

duas ou mais pessoas manipulam variáveis que têm um efeito comum sobre seu comportamento” (p. 323). O controle pelo grupo não institucionalizado apresenta vantagens em relação às agências controladoras. O grupo não institucionalizado é menor, de sorte que é mais provável que o comportamento de um indivíduo afete os demais membros desse grupo de maneira similar. Nesse sentido, o grupo não institucionalizado é mais sensível aos efeitos que seu controle tem sobre os seus membros.

Somado a isso, dado que o grupo não institucionalizado não é tão organizado como as agências controladoras, ele seria mais “flexível”. Isso significa que a solução para os problemas desse grupo seria construída em conjunto pelos membros do grupo. Aqui, o que é bom para o grupo confunde-se com aquilo que é bom para seus membros; o que fortaleceria o grupo, ou o que contribuiria para a sua manutenção, é aquilo que também é reforçador para seus membros (Skinner, 1953/1965). Por fim, outra vantagem do controle pelo grupo não institucionalizado é que, estando em um grupo, o indivíduo amplia as possibilidades de seu comportamento ser reforçado por esse grupo e aumenta as possibilidades de enfrentamento de eventos aversivos.

Ampliando essa discussão para o contexto do feminismo, as mulheres com maior poder e privilégio (normalmente brancas, de classe média e heterossexuais) reforçariam ou puniriam o comportamento de outras mulheres a fim de manter seu privilégio e poderes intactos. Assim, essas mulheres seriam responsáveis por reproduzir formas de desigualdade entre as próprias mulheres. Em contrapartida, em um grupo não institucionalizado, aquilo considerado bom para as mulheres deveria ser constantemente negociado dentro do grupo. Isso significa que as mulheres deveriam estar mais sensíveis ao efeito de uma prática desse grupo sobre mulheres cujas experiências são perpassadas por diferentes marcadores sociais de raça, etnia, classe, religião, casta, orientação sexual e outros. O reconhecimento dessas interseccionalidades permitiria reconhecer que as contingências sociais afetam as mulheres diferencialmente. Esse

reconhecimento, por seu turno, possibilitaria o desenvolvimento do autoconhecimento necessário para planejar as ações de resistência feminista.

Considerações finais

Este trabalho objetivou avaliar as compatibilidades de acepções feministas de agência com o comportamentalismo radical. Para tanto, esta pesquisa, de natureza teórico-conceitual, selecionou e analisou artigos teóricos, buscados em periódicos especializados em estudos feministas, que tratavam sobre o conceito de agência. A análise desses artigos permitiu sistematizar as discussões feministas acerca desse conceito nas seguintes categorias: (i) o conceito de agência no projeto feminista; (ii) críticas a explicações dicotômicas de agência; (iii) perspectiva relacional de agência (iv) características da agência, (v) agência e interseccionalidade e (v) agência e coletividade.

Considerando o objetivo deste trabalho, é possível concluir que as acepções feministas de agência compatíveis com uma definição comportamentalista radical desse conceito são aquelas que impugnam a dicotomia agência *versus* estruturas sociais. A literatura feminista analisada compreende que explicações dicotômicas seriam responsáveis por dificultar a identificação das relações entre agência e estruturas sociais. Por um lado, as explicações de agência centradas no indivíduo estariam relacionadas às teorias do eu iniciador, que destacam a possibilidade de o indivíduo promover transformação social independentemente de sua relação com as estruturas sociais.

A literatura feminista examinada, por outro lado, também não é signatária de explicações centradas nas estruturas sociais. A ênfase nas estruturas sociais, na contramão das explicações de agência centradas no indivíduo, poderia aniquilar a possibilidade de agência das mulheres. Isso porque, nessa ótica, as mulheres seriam determinadas pelas estruturas sociais – as mesmas estruturas que perpetuam sua opressão. As explicações centradas nas estruturas sociais poderiam ser entendidas, em uma ótica comportamentalista radical, como ambientalistas

no sentido de que essas estruturas seriam independentes do indivíduo, ignorando como ele participa de sua constituição e transformação.

Além de rejeitar dicotomias, as explicações feministas de agência compatíveis com o comportamentalismo radical são relacionais. A agência é relacional, é comportamento. Isso significa que ela não está no indivíduo ou no ambiente, mas emerge *na* relação das mulheres com o contexto. Embora as mulheres se constituam em contextos opressores, na perspectiva relacional, esses contextos estão abertos às ações individuais. Os podem ser modificados conforme as mulheres agem sobre ele. Em contrapartida, é esse contexto modificado pelas ações das mulheres que passam a exercer controle sobre seu comportamento. Isso é possível, pois apesar de o contexto controlar o comportamento das mulheres, esse controle é probabilístico: a situação antecedente e as consequências são conciliáveis com outras possibilidades de agir. Logo, as mulheres podem mudar como se comportam.

A perspectiva relacional de agência possibilitaria a emergência de diferentes “repertórios agênticos”, como: autodeterminação ou escolha, competência normativa, performatividade, personificação, agência narrativa e tecnologias do eu. Mesmo que diferentes, esses repertórios permitem compreender que a agência demanda consciência sobre as normas e relações de poder que operam para oprimir as mulheres. Considerando isso, as acepções feministas de agência compatíveis como o comportamentalismo radical são aquelas que demandam consciência ou autoconhecimento, um repertório comportamental que permite discriminar e descrever como condições corporais estão relacionadas ao contexto.

Além da consciência, a literatura feminista analisada concebe que esses diferentes “repertórios agênticos” também podem ser caracterizados pela possibilidade de escolha. A definição comportamentalista radical de agência não explora a noção de escolha. Contudo, acredita-se que o autocontrole possa ser compatível com esse conceito ressaltado pela literatura feminista. A filosofia skinneriana compreende o autocontrole como a possibilidade de o

indivíduo alterar a probabilidade de ocorrência de seu próprio comportamento por meio da manipulação das suas variáveis controladoras das quais seu comportamento é função.

A consciência (autoconhecimento) sobre as normas e relações de poder (controles opressivos em relação ao gênero) permitiria que as mulheres descrevessem essas relações de poder para, assim, poder transformá-las por meio da escolha de cursos de ação mais efetivos (autocontrole). O autocontrole permitiria às mulheres “escolherem” agir de modos que aumentam a probabilidade de seu comportamento produzir reforçadores em longo prazo, promovendo relações mais igualitárias entre mulheres e homens, mas também entre as próprias mulheres. A consciência e a possibilidade de escolha seriam, nesse sentido, condições necessárias para a transformação social das mulheres. Sob o viés comportamentalista radical, as ações agênticas – ações de resistência feminista, de contracontrole – poderiam se concretizar a partir do desenvolvimento dos repertórios de autoconhecimento e autocontrole.

Conforme mencionado, a agência depende da consciência, que emerge das interações entre indivíduo e estruturas sociais. A literatura feminista analisada concebe que essas estruturas são diversas. Sendo assim, a explicação sobre a agência deve incorporar a diversidade e complexidade das interações das mulheres com essas estruturas. A agência deveria, então, abarcar a interseccionalidade entre os fatores das vidas das mulheres, como sexo, raça, classe, orientação sexual, nacionalidade, espaço cultural, etnia, casta e religião. Essas interseccionalidades assinalam que a opressão de gênero é perpassada por outras formas de opressão. Ao mesmo tempo, o reconhecimento das interseccionalidades possibilitam a resistência às diferentes formas de opressão de gênero.

Ao falar sobre o conceito de agência, o comportamentalismo não recorre especificamente ao conceito de interseccionalidade. No entanto, a filosofia comportamentalista radical compreende que os diferentes fatores que perpassam a vida dos indivíduos implicam em acesso e distribuição desiguais em relação aos reforçadores considerados importantes

socialmente. Assim, embora não empregue o termo interseccionalidade para tratar sobre a agência, o comportamentalismo radical compreende a importância de “lentes culturalmente sensíveis” (Ruiz, 1998, p. 16) para ampliar a consciência sobre a opressão das mulheres. Nesse caso, o feminismo acrescentaria graus às lentes do comportamentalismo radical no sentido de permitir “ver” essas novas variáveis e a inter-relação entre elas, além de auxiliar na contra a opressão derivada delas.

Por fim, a literatura feminista analisada argumenta que a agência tem uma dimensão coletiva. Isso não significa, entretanto, que as mulheres seriam interpretadas como um conjunto homogêneo e coeso, contrariando a noção de interseccionalidade. O aspecto coletivo da agência implica que a consciência das mulheres a respeito da opressão só pode emergir coletivamente, no âmbito do compartilhamento de experiências individuais de opressão. Outrossim, a agência também é coletiva no sentido de que o engajamento contra a opressão das mulheres será mais bem-sucedido quando elas se unirem como um grupo. Mas esse coletivo deve ser entendido como plural, justamente para não reproduzir outras formas de opressão entre as próprias mulheres no contexto do feminismo.

A despeito de as relações entre comportamentalismo radical e feminismo quanto ao conceito de agência já tenham sido exploradas (Ruiz, 1998), essas relações destacaram apenas uma acepção de agência incompatível com a filosofia skinneriana. Com base nisso, a contribuição deste trabalho foi apresentar compatibilidades entre comportamentalismo radical e feminismo no que se refere ao conceito de agência. Esta pesquisa permitiu também ampliar a própria noção comportamentalista radical de agência ao incorporar a noção de que as relações de poder e as interseccionalidades são variáveis relevantes para se analisar as contingências a que as mulheres deverão resistir.

Em suma, uma noção feminista e comportamentalista radical de agência seria relacional. São as relações do indivíduo com o contexto, mais especificamente seu caráter probabilístico,

que possibilitariam às mulheres a agir de modos diferentes daqueles impostos por uma cultura opressiva em relação ao gênero. Essa possibilidade seria concretizada no contexto de comunidades verbais feministas, que organizam contingências para a emergência de repertórios necessários para o contracontrole. A perspectiva contextual e relacional de agência seria responsável por engendrar diferentes repertórios agênticos. Esses repertórios seriam caracterizados por corporeidade (personificação), por operantes ou disposições para agir (tendências de ação) que emergem no contexto de uma comunidade verbal feminista e possibilitariam a descrição e discriminação verbal de contingências (autoconhecimento) que controlam o comportamento em relação ao gênero (agência narrativa). Essa característica seria condição para as mulheres manipularem as variáveis ambientais das quais seu comportamento é função (escolha), viabilizando o contracontrole (aspecto reativo da agência) contra controles opressivos em relação ao gênero. A eficácia do contracontrole estaria sujeita à capacidade de as mulheres descreverem outras formas de opressão relacionadas ao gênero (interseccionalidades), que oportunizam ações de resistência a relações de controle desiguais entre as próprias mulheres. Finalmente, o reconhecimento das mulheres como um grupo (não coeso e unificado, mas marcado pelas interseccionalidades) permitiria potencializar ações de resistência contra controles opressores.

Com dito, as análises deste trabalho pautaram-se em artigos feministas teórico-conceituais. Essa é uma estratégia que apresenta limites e virtudes. No que diz respeito às virtudes, este trabalho pôde investigar diferentes artigos feministas de diferentes periódicos, ampliando a discussão do conceito de agência para diferentes óticas feministas. Quanto às limitações, é possível afirmar que artigos empíricos também poderiam trazer definições do conceito de agência que não necessariamente foram exploradas pelos artigos teóricos. Além disso, uma sugestão para estudos futuros seria explorar outros conceitos comportamentalistas radicais que poderiam estar relacionados ao conceito de agência.

Referências⁴

Abbagnano, N. (2002). *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1971).

*Abu-Rabia-Queder, S., & Weiner-Levy, N. (2013). Between local and foreign structures: Exploring the agency of Palestinian women in Israel. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 20(1), 88-108. doi: 10.1093/sp/jxs029

Akotirene, C. (2019). Interseccionalidade. In D. Ribeiro (Org.), *Feminismos plurais*. São Paulo: Pólen Livros.

Baldwin, J. D. (1998). Mead and Skinner: Agency and determinism. *Behaviorism*, 16(2), 109-127. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/41236063>

Baum, W. M. (1995). B. F. Skinner memorial address: Radical behaviorism and the concept of agency. *Behaviorology*, 3(1), 93-106.

*Benson, P. (1990). Feminist second thoughts about free agency. *Hypatia*, 5(3) 47-64. doi:10.1111/j.1527-2001.1990.tb00605.x

*Bodkin, R. (1999). The issue of female agency in classical economic thought: Jane Marcet, Harriet Martineau, and the men. *Gender Issues*, 17(4), 62-73. doi: 10.1007/s12147-998-0004-2

Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica*. São Paulo: Editora Unesp.

Carvalho Neto, M. B. de, Tourinho, E. Z., Zilio, D., & Strapasson, B. A. (2012). B. F. Skinner e o mentalismo: Uma análise histórico-conceitual (1931-1959). *Memorandum*, 22, 13-39. Recuperado em <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/wp-content/uploads/2012/06/carvalhonetotourinhoziliostrapasson01.pdf>

Chiesa, M. (1994). Concepts of causation. In *Radical behaviorism: The philosophy and the science* (pp. 95-122). Boston: Author Cooperative, Inc., Publishers.

*Clare, S. (2009). Agency, signification, and temporality. *Hypatia*, 24(4) 50-62. doi: 10.1111/j.1527-2001.2009.01057.x

Couto, A. G. (2017). *Uma análise behaviorista radical da visão feminista sobre o empoderamento da mulher*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. Recuperado em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/52567?show=full>

Crenshaw, K. W. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 8(1), 139-167).

⁴ Os textos feministas selecionados na busca bibliográfica estão indicados, nesta seção, por um asterisco antes das referências.

Cruz, R. N. da. (2006). Uma introdução ao conceito de autocontrole proposto pela análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8(1), 85-94. ISSN 1517-5545

DeFelice, K. A. & Diller, J. W. (2019). Intersectional feminism and behavior analysis. *Behavior Analysis in Practice* (Special Section: Diversity and Inclusion). <https://doi.org/10.1007/s40617-019-00341-w>

Ferrater Mora, J. (2004). *Dicionário de filosofia* (Tomo I, 2a. ed. rev.). (M. S. Gonçalves; A. U. Sobral; M. Bagno; N. N. Campanário, trans.). São Paulo: Edições Loyola. (Trabalho original publicado em 1994).

*Fili, A. (2013). Women in prison: Victims or resisters? Representations of agency in women's prisons in Greece. *Signs*, 39(1), 1-26. doi: 10.1086/670862

Fontana, J. (2019). *Uma análise da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil. Recuperado em <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2019/08/Uma-analise-da-dominacao-masculina-a-luz-da-nocao-skinneriana-de-cultura.pdf>

Fontana, J., & Laurenti, C. (2020). Práticas de violência simbólica da cultura de dominação masculina: uma interpretação comportamentalista. *Acta Comportamentalia*, 28(4), 499-515. Recuperado em <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/77327>

*Hobson, B. (2000). Agency, identities, institution. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 7(2), 238-243. doi: 10.1093/sp/7.2.238

Holland, J. G. (1974). Are behavioral principles for revolutionaries? Em *Behavior modification: Applications to education* (pp. 195-208). New York: Academic Press.

Holland, J. G. (2016). Behavior analysis and positive human values. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18, 11-18. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.859

*Jakobsen, J. R. (1995). Agency and alliance in public discourses about sexualities. *Hypatia*, 10(1), 133-154. doi: 10.1111/j.1527-2001.1995.tb01357.x

Laurenti, C. (2008). Determinismo, probabilidade e análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 16(2), 171-183. ISSN 1413-389X

Lopes, C. E. (2008). Uma proposta de definição do comportamento no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 10(1), 1-13. doi: 10.31505/rbtcc.v10i1.206

Lopes, C. E. (2016). Relações entre pesquisa teórica e pesquisa empírica em psicologia. In: C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araújo. (Orgs.). *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 15-40). São Paulo: Hogrefe.

Lopes, C. E., Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2018). *Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical*. (2a. ed. rev.). Curitiba: CRV.

- *Lucas, S. D. (2017). The primacy of narrative agency: Re-reading Seyla Benhabib on narrativity. *Feminist Theory*, 19(2), 123-143. doi: 10.1177/1464700117723591
- *Mack, P. (2003). Religion, feminism, and the problem of agency: Reflections on eighteenth-century Quakerism. *Signs*, 29(1), 149-177. doi: 10.1086/375679
- *Madhok, S., & Rai, S. (2012). Agency, injury, and transgressive politics in neoliberal times. *Signs*, 37(3), 645-669. doi: 10.1086/662939
- *Maitra, K. (2013). The questions of identity and agency in feminism without borders: A mindful response. *Hypatia*, 28(2), 360-376. doi: 10.1111/hypa.12017
- Malacrida, G. P., & Laurenti, C. (2018). Uma análise do conceito de “eu” nos textos de B. F. Skinner. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 14(1), 69-78. doi: 10.18542/rebac.v14i1.7160
- *Malhotra, A. (2013). Miracles from the marginal: Gender and agency in a nineteenth-century autobiographical fragment. *Journal of Women's History*, 25(2), 15-35. doi: 10.1353/jowh.2013.0017
- *Misra, J., & Akins, F. (1998). The welfare state and women: Structure, agency, and diversity. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 5(3), 259-285. doi: 10.1093/sp/5.3.259
- Mizael, T. M. (2019). Pontes entre o feminismo interseccional e a análise do comportamento. In R. Pinheiro & T. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento* (pp. 40-63). Fortaleza: Imagine Publicações.
- Moore, J. (2013). Mentalism as a radical behaviorist views it — Part 1. *The Journal of Mind and Behavior*, 34(2), 133-164. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/43854332>
- Nicolodi, L., & Arantes, A. (2019). Poder e patriarcado: Contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. In R. Pinheiro & T. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento* (pp. 64-83). Fortaleza: Imagine Publicações.
- *Odinino, J. P. Q. (2014). Heroínas em imagem e ação: Agência e representação feminina no desenho animado das Meninas Superpoderosas. *Revista Ártemis*, 18(1), 116-125. doi: 10.15668/1807-8214/artemis.v18n1p116-125
- *Parkins, W. (2000). Protesting like a girl: Embodiment, dissent and feminist agency. *Feminist Theory*, 1(1), 59-78. doi: 10.1177/14647000022229065
- Pessotti, I. (2016). Análise do comportamento e política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(número especial), 95-103. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.848
- Pimentel, N. A., Bandini, C. S. M., Melo, C. M. de. (2012). Compreendendo o abandono do “eu iniciador” em B. F. Skinner a partir das críticas de G. Ryle ao mentalismo tradicional: Questões teóricas e consequências práticas. *Acta Comportamental*, 20(2), 217-233. doi: 10.1177/146470011223883-007

Reis, C. S., & Laurenti, C. (2019). Uma interpretação relacional da noção de atividade no comportamentalismo radical. *Acta Comportamentalia*, 27(3), 91-107. Recuperado em <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/68757>

*Renegar, V. R., & Sowards, S. (2009). Contradiction as agency: Self-determination, transcendence, and counter-imagination in third wave feminism. *Hypatia*, 24(2), 1-20. doi: 10.1111/j.1527-2001.2009.01029.x

*Rozmarin, M. (2013). Living politically: An Irigarayan notion of agency as a way of life. *Hypatia*, 28(3), 469-482. doi: 10.1111/j.1527-2001.2011.01258.x

Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner's radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Behavior and Social Issues*, 5(2), 29-44. doi: 10.5210/bsi.v5i2.221

Ruiz, M. R. (1998). Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. *The Behavior Analyst*, 21(2), 179-192. doi: 10.1007/BF03391962

Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4(1), 12-16. doi: 10.1037/h0100005

Sá, C. P. (2016). J. G Holland, contracontrole social e socialização do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(número especial), 52-60. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.844

Santos, E. A. P. dos, Garbelotti, C. S., & Lopes, C. E. (2016). O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(número especial), 61-72. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.845

Silva, E. C., & Laurenti, C. (2016). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: "A mulher" à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Revista Perspectivas*, 7(2), 197-211. doi: 10.18761/pac.2016.009

Skinner, B. F. (1976). *About behaviorism*. New York: Vintage Books. (Trabalho original publicado em 1974).

Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Columbus: Merrill Publishing Company.

Skinner, B. F. (2002). *Beyond freedom and dignity*. Indianapolis: Hackett Publishing Company. (Trabalho original publicado em 1971).

Skinner, B. F. (2014). *Verbal behavior*. Michigan: XanEdu Publishing. (Trabalho original publicado em 1957).

*Stearns, G. (1998). Reflexivity and moral agency: Restoring possibility to life history research. *Frontiers: A Journal of Women Studies*, 19(3), 58-71. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/3347088>

*Superson, A. (2010). The deferential wife revisited: Agency and moral responsibility. *Hypatia*, 25(2), 253-275. doi: 10.1111/j.1527-2001.2010.01103.x

Szyborska, W. (2011). *Poemas*. São Paulo: Companhia das Letras.

Terry, C., Bolling, M. Y., Ruiz, M. R., & Brown, K. (2010). FAP and feminist therapies: Confronting power and privilege in therapy. In J. W. Kanter, M. Tsai & R. J. Kohlenberg (Eds.), *The practice of functional analytic psychotherapy* (pp. 97-122). New York: Springer.

Tourinho, E. Z. (2006). Relações comportamentais como objeto de estudo da psicologia: Algumas implicações. *Interação em Psicologia*, 10(1), 1-8. doi: 10.5380/psi.v10i1.5792

*Wharton, A. (1991). Structure and agency in social-feminist theory. *Gender & Society*, 5(3), 373-389. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/189846>

Zuriff, G. E. (1975). Where is the agent in behavior? *Behaviorism*, 3(1), 1-21.

Apêndices

Abu-Rabia-Queder, S., & Weiner-Levy, N. (2013). Between local and foreign structures: Exploring the agency of Palestinian women in Israel. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 20(1), 88-108.

Contexto da discussão: Ético-político

A literatura feminista do Oriente Médio trata sobre as fontes de poder das mulheres árabes “em termos de uma agência que se origina na cultura, tradição e religião árabes” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 88). Porém, **isso desconsideraria aspectos da cultura palestina que poderiam dar recursos para essas mulheres exercerem seu poder**. Segundo Abu-Rabia-Queder e Weiner-Levy (2013), **o ponto de partida para a pesquisa sobre a agência das mulheres árabes seria “a noção de usar recursos culturais e cooperar com a estrutura social para negociar relações de poder e promover o *status* das mulheres”** (p. 89). Isso seria possível por meio de “resistência passiva e ativa” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 89).

A análise da agência implica que o uso de “recursos [para negociar relações de poder] é dependente e moldado pelo contexto político e pelas estruturas socioculturais” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 89). No caso de palestinas que vivem em Israel, haveria duas estruturas sociais distintas: o patriarcado palestino e as estruturas opressivas de Israel. Conforme as autoras, “a agência de mulheres palestinas em Israel é enquadrada não apenas pela cultura árabe e seus recursos religiosos, mas também pelos recursos espaciais e culturais de Israel” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 89). Além de modelar a agência das mulheres, as autoras argumentam que as estruturas sociais também possibilitariam a elas desafiar as estruturas de poder palestinas e israelenses.

As estruturas “podem coexistir em harmonia ou em conflito uma com a outra” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 90). Em ambos os casos, elas possibilitam agência à medida que compreendem as regras e os recursos envolvidos na reprodução de sistemas sociais. Segundo Abu-Rabia-Queder e Weiner-Levy (2013), a “*agência* se refere à capacidade das pessoas de fazer suas próprias escolhas e responder a elas, mesmo que encontrem oposição. Representa os processos pelos quais as escolhas são feitas e postas em prática” (p. 90). Em suma, a agência diz respeito ao “acesso e uso consciente de diferentes fontes/recursos disponíveis para as mulheres em sua própria sociedade local e/ou em uma sociedade estrangeira” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 90).

De acordo com Abu-Rabia-Queder e Weiner-Levy (2013), a literatura feminista interpreta a agência “como um modelo de resistência às relações de poder motivadas pelas estruturas locais” (p. 90). Nesse sentido, a agência “implica não apenas em exercer ativamente uma escolha, mas também lidar com ela de modo a desafiar relações de poder” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 90). Em relação às mulheres do Oriente Médio, as autoras advogam que a agência se manifestaria no acesso a recursos culturais e também no discurso religioso: a agência dessas mulheres estaria “sujeita a seus próprios recursos culturais e depende de sua consciência das limitações estruturais impostas a elas como mulheres” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 91).

A disposição das mulheres para desafiar esses limites é considerada uma tentativa de promover um sistema de gênero mais igualitário. No entanto, romper essas barreiras culturais poderia gerar consequências prejudiciais às mulheres, que poderiam, por exemplo, ser banidas de seu círculo social. A despeito disso, Abu-Rabia-Queder e Weiner-Levy (2013) conjecturam

que as mulheres teriam condições de resistir a essas limitações culturais: “No âmbito de restrições culturais dadas, as mulheres têm várias opções de ação em conformidade com os principais valores de sua cultura e tradição. Esta tradição legitima o patriarcado e replica fontes de poder, mas também constitui um local e um meio de agência” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 91).

Nesse cenário, as autoras argumentam que as mulheres “barganhariam” com o patriarcado: as “mulheres árabes adotam uma resistência respeitável às normas ditadas por sua cultura e, assim, mantêm sua dignidade, conseguindo, dessa forma, mudar as fronteiras de sua cultura e seu lugar sem ameaçar os homens ou sua própria imagem como mulheres ‘decentes’” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, pp. 91-92). As mulheres também poderiam se apropriar do discurso religioso como uma estratégia de resistência ao poder das estruturas em seus países, fazendo, por exemplo, interpretações emancipatórias do direito islâmico.

Consoante Abu-Rabia-Queder e Weiner-Levy (2013), as palestinas que vivem em Israel sofrem uma dupla exclusão. Por um lado, elas vivenciam a exclusão de gênero por integrarem uma sociedade patriarcal; por outro, sofrem uma exclusão étnica da população judaica, que representa uma maioria hegemônica em Israel. Essas formas de exclusão, sobretudo a segunda, refletem-se em diferentes aspectos da vida das palestinas, como a educação, o emprego e a saúde. Somado a isso, outro aspecto que distinguiria as experiências das palestinas é a separação cultural e geográfica que, embora “possa ser benéfica para preservar seu [das palestinas] modo de vida especial, também possui o potencial de perturbar a ordem cultural existente” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 92).

As palestinas estão sujeitas aos conflitos palestinos e também aos israelenses, como o racismo, a expropriação de terra e a demolição de lares em vilarejos não reconhecidos. Abu-Rabia-Queder e Weiner-Levy (2013) alegam que esses conflitos incidem diretamente sobre as palestinas e sobre suas famílias, prejudicando seu acesso à educação, à empregabilidade, a serviços sociais e de saúde e também seu bem-estar emocional. Ademais, segundo as autoras, “as palestinas também sofrem repressão em questões como a honra da família, assassinato de mulheres, poligamia e violência doméstica” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 93).

Segundo Abu-Rabia-Queder e Weiner-Levy (2013), quando os recursos institucionais israelenses não convergem com as necessidades das mulheres, ou ainda, ameaçam a cultura palestina, as palestinas utilizam as ferramentas fornecidas por sua comunidade e tradições locais. Isso significa que, nas situações em que “os recursos culturais são ineficazes, algumas mulheres recorrem aos recursos disponíveis em espaços culturais e geográficos israelenses que cercam a sociedade palestina” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 95). Por exemplo, as palestinas passam a morar e trabalhar em cidades judaicas para se distanciar da supervisão patriarcal de sua comunidade.

As autoras afirmam que há diversos espaços em Israel que ameaçam os valores das palestinas, uma vez que elas estão expostas a valores e normas interpretados como inaceitáveis em sua cultura. Nessas circunstâncias, as palestinas costumam apelar para recursos de sua cultura, “que são percebidos como mais capazes de proteger sua honra” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 96). No caso de palestinas que frequentam universidades em Israel, as mulheres se valem, por exemplo, da sua vestimenta religiosa (seus turbantes) para que sua comunidade as considere “honrosas e legítimas para permitir o acesso a instituições de ensino superior sem serem acusadas de ‘israelização’ ou ocidentalização” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 96).

As palestinas também encontram conflitos com a cultura israelense quando necessitam de serviços sociais ou da polícia. Usualmente, em casos de divórcio e violência sexual, as mulheres evitam esses serviços, resolvendo esses conflitos no âmbito familiar: “a solução costuma ser encontrada nos pais do casal assumindo a responsabilidade mútua de que o homem não machucará sua esposa ou garantindo que a mulher se comporte apropriadamente” (Abu-

Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 97). Para Abu-Rabia-Queder e Weiner-Levy (2013), em casos de violência sexual em que palestinas recorrem a autoridades legais israelenses, “uma marca de desgraça é imposta à toda família” (p. 97). Por essas razões, as autoras afirmam que

A necessidade de levar em consideração os valores culturais e trabalhar dentro da comunidade e tradição incentiva as mulheres a agir e, assim, desafiar os aspectos restritivos de seus papéis e responsabilidades. Esses exemplos reforçam o discurso feminista tradicional sobre agência e enfrentamento, em que os termos feministas adquirem significados culturais e dependentes do contexto. O conceito de agência assume um significado local – não a aspiração a derrubar o sistema patriarcal de gênero, mas melhorar o *status* das mulheres, mantendo a estrutura e a ordem. (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 97)

Apesar da vida das palestinas em Israel envolver essas formas de opressão, Abu-Rabia-Queder e Weiner-Levy (2013) ponderam que a fronteira israelense oferece oportunidades a elas, pois “permite novas experiências que desafiam o patriarcado palestino, particularmente entre mulheres educadas e trabalhadoras” (pp. 98-99). Conforme as autoras, essas palestinas usam o emprego ou os estudos como desculpas para circular no espaço israelense e obter certa liberdade dos costumes palestinos. Por exemplo, as palestinas confiam no respeito de sua comunidade pelo ensino superior, “explorando-o para estender sua estadia em um ambiente desanexo e diferente de sua casa . . . longe da ordem patriarcal” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 99). Isso dá a elas “a oportunidade de passar um tempo com seus pares em um novo ambiente e fornece alternativas para pensarem em si mesmas, em seus corpos e nos direitos que merecem” (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 99).

Por fim, as autoras consideram que a presença de palestinas na comunidade israelense aumentaria a consciência feminista acerca dos preconceitos dos árabes em relação à cultura palestina. Embora a literatura sugira que são principalmente as mulheres intelectuais que têm acesso ao espaço israelense, as autoras defendem que mulheres de classes sociais menos abastadas também podem acessar esses espaços no contexto de serviços sociais localizados em comunidades judaicas vizinhas. Isso também garantiria a “essas mulheres a oportunidade de buscar por liberdade temporária e escapar do patriarcado palestino (Abu-Rabia-Queder & Weiner-Levy, 2013, p. 102).

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Caráter contextual da agência e possibilidade de as mulheres resistirem às estruturas sociais: As mulheres cooperam com a estrutura social para negociar relações de poder. De acordo com Abu-Rabia-Queder e Weiner-Levy (2013), a estrutura social modela a agência das mulheres ao mesmo tempo que possibilita a elas desafiar essa estrutura. Isto é, embora a estrutura legitime o patriarcado, ela também constitui um local e um meio de agência das mulheres. Nesse sentido, a agência é definida como a capacidade das mulheres de fazerem uma escolha ativamente e colocá-la em prática de modo a desafiar relações de poder, mesmo em contextos em que haja oposição a essas escolhas. Para as autoras, os recursos dos quais as mulheres se valem para negociar as relações de poder são forjados no contexto político e também pelas estruturas socioculturais. Em um sentido similar, sob a ótica comportamentalista radical, a agência pode ser entendida como causar ativamente uma ação, algo que estaria atrelado ao contexto comportamental observável em que essa ação ocorre (Zuriff, 1975). Uma vez que a agência está vinculada ao contexto e que o contracontrole é agência no contexto do feminismo (Ruiz, 1998), a possibilidade de as mulheres resistirem a formas de controle opressivas em relação ao seu gênero também seria resguardada na sua relação com o contexto (Ruiz, 1998).

- A agência implica consciência: Abu-Rabia-Queder e Weiner-Levy (2013) concebem que a agência se refere tanto ao acesso quanto ao uso consciente de diferentes recursos culturais disponíveis para as mulheres em um determinado contexto. Essa agência dependeria da

consciência das mulheres acerca das limitações sociais impostas a elas. Isso significa que, para que as mulheres possam negociar e modificar relações de poder, elas precisam estar conscientes dos recursos culturais disponíveis em sua comunidade para fazer uso deles e, assim, desafiar essas relações. Similarmente, o comportamentalismo radical compreende que a consciência está imbricada na agência (Ruiz, 1995, 1998; Zuriff, 1975) e seria condição para resistir (contracontrolar) a formas de controle opressivo exercidas sobre as mulheres (Ruiz, 1998).

- Agência como possibilidade de agir em contextos conflitantes (autocontrole): Segundo Abu-Rabia-Queder e Weiner-Levy (2013), as mulheres estão expostas a diferentes estruturas sociais. Essas estruturas podem coexistir em harmonia ou em conflito uma com a outra, o que significa que as escolhas das mulheres devem ser tomadas conforme esses diferentes contextos. Na visão comportamentalista radical, o autocontrole pode ser útil quando um indivíduo precisa controlar um comportamento (ou parte dele) que possui consequências conflitantes (Skinner, 1953/1965).

Incompatibilidades da aceção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Não foram identificadas incompatibilidades.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Enriquecer a discussão de agência com os conceitos de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole: A despeito de definições aproximadas desses conceitos terem sido contempladas por Abu-Rabia-Queder e Weiner-Levy (2013), o comportamentalismo radical poderia ajudar a complementá-las com o objetivo de endossar o projeto de resistência feminina. A noção de consciência poderia, por exemplo, ser ampliada pela ideia de que há diferentes níveis de descrição das variáveis que controlam o comportamento das mulheres (autoconhecimento). As feministas também poderiam se valer do conceito de autocontrole. Sobretudo em contextos conflitantes, as mulheres poderiam lançar mão de técnicas de autocontrole para modificar o próprio comportamento e, como consequência disso, as variáveis ambientais das quais seu comportamento é função. Por fim, esses dois repertórios poderiam auxiliar as mulheres a planejar formas de resistência às relações de poder (contracontrole).

O que a aceção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Relação entre agência e agências de controle: Abu-Rabia-Queder e Weiner-Levy (2013) concebem que a agência se origina na cultura e, como tal, ela envolve tradições e religião, que, sob o prisma comportamentalista radical, podem ser entendidas como agências de controle. As agências de controle podem ser definidas como a parte mais organizada de um grupo e que, por isso, tendem a ser mais bem-sucedidas na organização e manutenção de práticas culturais que os grupos não institucionalizados.

Benson, P. (1990). Feminist second thoughts about free agency. *Hypatia*, 5(3), 47-64.

Contexto da discussão: Ético-político

De acordo com Benson (1990), o conceito de agência livre seria crucial para as discussões feministas sobre ética e política, pois ele complementaria o interesse do feminismo em analisar a opressão vivenciada pelas mulheres. No entanto, a despeito da importância da noção de agência livre para o feminismo, afirma-se que as feministas contemporâneas deram pouca atenção a esse tema. Segundo o autor, isso aconteceria porque, **tradicionalmente, as discussões sobre agência livre estiveram subsumidas ao liberalismo**: “Tem sido amplamente presumido . . . que a agência livre seria uma questão urgente apenas para teóricos liberais, cujas visões sobre a vida moral e política caracteristicamente deram proeminência especial aos valores de racionalidade individual e autodeterminação” (Benson, 1990, p. 47).

As críticas feministas à noção de agência livre pautada no liberalismo estariam relacionadas à insuficiência das teorias liberais para compreender a opressão das mulheres: “a preponderância do pensamento feminista moral e político contemporâneo considerou as teorias liberais inadequadas para a tarefa de compreender o alcance e a profundidade totais das opressões social e psicológica das mulheres” (Benson, 1990, p. 48). Uma das razões para isso seria o fato de as teorias liberais não se acomodarem à pluralidade teórico-filosófica do feminismo, que, em última instância, reflete a pluralidade da condição das mulheres no mundo. Segundo Benson (1990), “muito do pensamento feminista saiu dos limites do liberalismo”, de modo que feministas que se identificavam com “orientações . . . mais socialistas, psicanalíticas ou radicais sentiram-se à vontade para negligenciar o tema da agência livre” (p. 48).

Apesar da diversidade de explicações sobre agência livre das filosofias moderna e contemporânea, as feministas julgam que elas compartilhariam três características com respeito a esse conceito. São elas: não-relacionalidade, neutralidade de valor e controle hierárquico. A não-relacionalidade diria respeito à independência da agência livre de relações com outros indivíduos e com a cultura: “o que constitui nossa agência livre, aquilo que nossa liberdade é, de maneira nenhuma depende da existência ou caráter de nossos relacionamentos com outras pessoas ou com nossa situação social” (Benson, 1990, p. 49). Nessa acepção, a “agência livre tem sido tratada como tendo um caráter não-relacional, até mesmo solipsista” (Benson, 1990, p. 49). Isso porque, nessa visão,

As habilidades que constituem a nossa liberdade como agentes . . . são aquelas que possuímos inteiramente por direito próprio. Seu conteúdo . . . não é moldado por nossas conexões com outros indivíduos, individual ou coletivamente. Essas habilidades são de um tipo que poderíamos significativamente exercitar e possuir enquanto vivemos em isolamento quase total de qualquer outra pessoa. (Benson, 1990, p. 49)

A neutralidade de valor refere-se à ideia de que a agência livre seria desprovida de qualquer conteúdo normativo. Isso significa que as explicações sobre agência livre seriam neutras em relação “compromissos éticos ou políticos substanciais concorrentes” (Benson, 1990, p. 49). Aqui, a neutralidade de valor seria vista como um teste de adequação da agência livre, em que “. . . a agência livre é, ela própria, uma pré-condição de valor neutro para a aplicação apropriada de determinados domínios de valor (e. g., requisitos morais) às ações das pessoas” (Benson, 1990, p. 49).

O controle hierárquico, por seu turno, corresponderia ao poder que um agente tem “de controlar e decidir sobre sua própria conduta” (Benson, 1990, p. 49). Nessa acepção, o controle que o agente livre exerce seria uma espécie de “poder executivo”, ou seja, um “poder de decisivamente iniciar cursos de ação em face de alternativas possíveis, a habilidade de fazer ou não fazer [algo]” (Benson, 1990, p. 49). Conforme Benson (1990), para os teóricos liberais, o poder do agente livre se distinguiria de outras forças motivacionais estranhas que atuam sobre o indivíduo. Independentemente de como essas forças são entendidas, admite-se que elas não estejam no ambiente [*setting*], mas habitam o indivíduo. Caberia ao agente, então, resistir a essas forças motivacionais:

. . . admite-se que forças motivacionais estranhas e que diminuem a liberdade não estão limitadas ao ambiente externo do agente, mas podem habitar o próprio sistema conativo do agente. Ser capaz de agir livremente é ser capaz de resistir à escravidão, a esses sussurros estranhos. É ser capaz de dominar desejos ignorantes, apetites poderosos, impulsos físicos. (Benson, 1990, p. 49)

Nessa lógica, a capacidade de agir livremente corresponderia à capacidade de resistir à escravização por essas outras forças motivacionais que estão no indivíduo. A vontade do agente livre seria, dessa forma, hierarquicamente superior: ela domina quaisquer obstáculos ou forças motivacionais que venham a exercer poder sobre as aspirações do agente. Em suma, a ideia de

controle hierárquico implica que ser um agente livre seria equivalente a ser capaz de autodomação: “Ser livre significa ser capaz de *autodomação* [ênfase adicionada]. Aqueles aspectos de si mesmo que são ‘realmente’ próprios a alguém devem ser capazes de controlar os aspectos de si e do mundo que não são” (Benson, 1990, p. 50).

Benson (1990) afirma que o pensamento feminista contemporâneo tem enfatizado aspectos da vida moral e política das experiências das mulheres que “naturalmente se chocam” (p. 50) com essas características da noção tradicional de agência livre. De acordo com o autor, esses aspectos representariam uma alternativa às teorias modernas de agência livre calcadas na não-relacionalidade, na neutralidade de valor e no controle hierárquico. O primeiro aspecto destacado, contrário ao princípio da não-relacionalidade, é de que as relações com outras pessoas são importantes. As feministas impugnam uma definição de agência que julga que as relações interpessoais afetam apenas periféricamente nossas relações. Com efeito, afirma-se que a agência livre compreende as “exigências que nossos relacionamentos interpessoais particulares e que nossas situações sociais impõem – exigências para reparar, sustentar, nutrir e ampliar conexões pessoais com outras pessoas” (Benson, 1990, p. 50).

O segundo aspecto é o fato de que nossos valores pessoais afetam nossas concepções teóricas. As feministas criticam os valores opressivos típicos de teorias morais ortodoxas, uma vez que essas teorias observam o mundo sob a ótica de homens brancos socialmente privilegiados. Sendo assim, desde que uma concepção de agência seja erigida sobre o viés desses homens, ela estaria imbuída dos valores e do conteúdo normativo impostos por eles. Essa concepção de agência não seria, então, neutra em relação aos valores. Por esse motivo, as feministas estariam mais interessadas em teorias sobre agência livre que considerassem as experiências particulares das mulheres:

. . . são os valores específicos e interesses característicos dos homens brancos, principalmente os socialmente favorecidos, que construíram essas teorias e as práticas sociais sexistas . . . Essa atenção aos valores implícitos nas explicações tradicionais de individualidade moral fornece outra razão pela qual muitas feministas tiveram pouca simpatia com as explicações tradicionais de agência livre que assumiram uma postura neutra em relação aos valores . . . Renovar o interesse feminista em teorias de ação livre, portanto, provavelmente envolverá abordagens sensíveis às normas específicas contra o contexto em que as habilidades das pessoas de agirem livremente se tornam problemáticas. (Benson, 1990, pp. 50-51)

O terceiro aspecto enfatizado pelas feministas concerne aos modelos conceituais que obedecem à lógica da dominação masculina. Segundo Benson (1990), esses modelos “estruturam e avaliam os fenômenos . . . em termos de arranjos hierárquicos de autoridade e poder” (p. 51). A crítica feminista a esses modelos consiste no fato de que eles elegeram a transgressão do poder e da autoridade como problema filosófico fundamental, fortalecendo soluções que endossem uma separação hierárquica dos indivíduos. Desse modo, Benson (1990) conjectura que a crítica feminista à dominação masculina poderia contribuir para “explorar a possibilidade de que a característica distintiva de agentes livres seria algo além de manter uma relação rígida de dominação” (p. 51) e de controle.

Com base nas críticas às noções liberais de não-relacionalidade, neutralidade de valor e controle hierárquico, Benson (1990) propõe que a “apreciação do significado da conexão humana, a consciência dos meios pelos quais valores prévios impactam nas concepções teóricas das pessoas, e a sensibilidade às motivações patriarcais de . . . modelos dualistas proporcionam à teoria política feminista os recursos para desafiar o liberalismo” (p. 51). Considerando esses três temas emergentes no pensamento feminista ético e moral, Benson (1990) objetiva esboçar uma nova definição de agência livre que não esteja atrelada ao pensamento liberal.

Benson (1990) propõe, então, uma **concepção de agência livre que requer competência normativa**. Conforme o autor, a competência normativa pode ser entendida como

um conjunto de habilidades que permite aos indivíduos estarem conscientes de padrões normativos aplicáveis, além de avaliar esses padrões e transformá-los em cursos de ação apropriados. Para Benson (1990), essa abordagem de agência poderia ser profícua para o feminismo, pois enfatiza que a liberdade de um agente varia conforme o contexto em que ele está e que, mesmo em ambientes opressivos, agentes são capazes de ser ativos: “a liberdade . . . abre espaço para o reconhecimento de que, mesmo sob opressão social, econômica e psicológica, as mulheres obtiveram considerável poder como agentes livres em relação a pontos de vista normativos que receberam pouca visibilidade social” (Benson, 1990, p. 60).

O autor defende que a ideia de competência normativa “nos dá uma maneira de aplicar a análise da agência livre às três ênfases feministas, fornecendo alternativas às três premissas que orientam as discussões tradicionais sobre o sujeito” (Benson, 1990, p. 55). Para Benson (1990), a ênfase feminista nas relações interpessoais poderia ser estendida à noção de agência livre, uma vez que a competência normativa se constituiria de modo relacional. Apesar de a agência livre ser compreendida em termos de um poder individual, esse poder emerge, por meio das ações, na relação com outros indivíduos. Diferentemente das teorias tradicionais sobre agência que se concentraram em um mecanismo de controle interno ao indivíduo, as características de um indivíduo como agente só poderiam emergir nas relações interpessoais:

. . . a condição de competência normativa dirige nossa atenção para a conexão entre a nossa liberdade e a nossa presença aos outros por meio de nossas ações. A agência livre é um poder pertencente a um indivíduo apenas por causa da maneira pela qual suas ações podem relacioná-lo com os outros, fazendo com que certas características normativas da agente estejam presentes aos outros nas características correspondentes de suas ações. (Benson, 1990, p. 55)

A competência normativa também é considerada relacional uma vez que ela está sujeita a normas e/ou padrões que determinam a liberdade de um agente. Nas palavras de Benson (1990): “Os pontos de vista normativos em relação aos quais a liberdade de alguém é realmente determinada são aqueles empregados pelas pessoas e instituições com quem (ou que) alguém está concretamente conectado por amizade, família, trabalho, bairro e assim por diante” (p. 55). O autor assevera que esse modo pelo qual a competência normativa é considerada relacional seria o mais importante dos três apontados. Isso porque as normas que um indivíduo deve ser capaz de reconhecer para agir livremente são aquelas que desempenham um papel particular nas relações sociais.

Conforme Benson (1990), a ênfase feminista na consciência sobre valores pessoais também se beneficiaria de uma perspectiva de liberdade pautada na noção de competência normativa. Ao negar a ideia de que o pensamento filosófico é despido dos valores daqueles que o constituíram (homens brancos socialmente privilegiados), a opressão das mulheres poderia ser tratada em termos de outros pontos de vista que não somente aquele das teorias tradicionais sobre agência livre, que desconsideram as relações sociais. Por fim, a noção de competência normativa poderia auxiliar as feministas a se distanciar de modelos conceituais subsidiários da lógica de dominação masculina:

Enquanto anteriormente a tarefa de aumentar a liberdade foi orientada em torno da articulação de limites rígidos entre considerações . . . realmente próprias a alguém e aquelas que são ameaçadoras e “outras” [distintas daquelas da própria pessoa] e o estabelecimento de um certo domínio do primeiro sobre o último, o foco na competência normativa traz à tona as tarefas de reconhecer e obter a apreciação dos pontos de vista normativos em ação nos nossos relacionamentos com os outros. Essas imagens podem ajudar a combater a agenda patriarcal de dividir e conquistar” (Benson, 1990, p. 56).

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Crítica à autodominância e à racionalidade individual: Benson (1990) critica a noção de agência livre pautada nos valores liberais de autodeterminação e racionalidade individual. Esses valores poderiam ser resumidos por duas das características que definem a agência livre sob a ótica liberal: a não-relacionalidade e o controle hierárquico. O princípio da não-relacionalidade implica que a agência livre seria independente das relações de um agente com outros indivíduos e com sua situação social. Já o controle hierárquico diria respeito à capacidade do agente livre de escolher e iniciar cursos de ação. A ideia de controle hierárquico pressupõe que a liberdade do agente seria refreada pela existência de forças motivacionais que o habitam ou estão no ambiente, diminuindo sua liberdade. Assim, caberia ao agente resistir a essas forças motivacionais, numa espécie de autodominância. O comportamentalismo radical, assim como Benson (1990), parece criticar a ideia de autodominância. Para Skinner (1953/2002), a capacidade do indivíduo de se autodominar representaria “versões mais modestas de autodeterminação” (p. 228). Nessas versões, o indivíduo faria escolhas e mudaria seus cursos de ação por si próprio, como resultado das deliberações que ocorrem em seu interior. Sob a ótica comportamentalista radical, essa aceção de autodominância subjaz à lógica explicativa do eu iniciador, aquela que fixa um início absoluto no indivíduo e que ignora as relações entre esse indivíduo e seus ambientes social e não-social. O comportamentalismo radical também não parece ser partidário de uma racionalidade individual. Sob a ótica comportamentalista radical, a ideia de um indivíduo racional implica que esse indivíduo seja capaz de descrever as variáveis das quais seu comportamento é função: quando, como e, principalmente, o porquê se comporta (Skinner, 1974/1976). No entanto, a “razão” não seria compreendida como atributo de um eu essencial ou algo inerente ao indivíduo. Na filosofia comportamentalista radical, a “racionalidade” remete ao comportamento verbal, que possui origem social (Skinner, 1974/1976; Lopes et. al, 2018). Nesse sentido, a “racionalidade” do indivíduo seria produto das suas interações com o ambiente.

- Caráter relacional da agência: Segundo Benson (1990), o liberalismo trata a agência livre como independente das relações interpessoais de um indivíduo, bastando a ele dominar forças motivacionais (nele próprio ou no ambiente) para controlar o próprio comportamento. Para o autor, no entanto, as relações interpessoais e situações sociais são importantes para caracterizar a agência livre. Benson (1990) versa sobre a agência livre em termos de competência normativa. Para ele, a competência normativa – e, por extensão, a própria agência – seria relacional, pois é no contexto das relações interpessoais que as características de um indivíduo como agente podem emergir. A liberdade de um indivíduo seria delimitada pelas suas relações com pessoas e instituições com que ele se conecta por meio da família e do trabalho, “instituições . . . e práticas [que] originaram e continuam a utilizar opressões sexistas” (Benson, 1990, p. 57). O caráter relacional da competência normativa (Benson, 1990) parece se aproximar da interpretação relacional do comportamentalismo radical. Já na definição de comportamento, entendido como relação entre indivíduo e ambiente, essa interpretação impugna a possibilidade de conceber um indivíduo isolado do mundo e vice-versa. Na ótica comportamentalista radical, o indivíduo vem ao mundo como membro de uma comunidade (Dewey, 1916), e é na relação com essa comunidade que os comportamentos deveriam ser estudados. As relações ou ações agênticas são exemplos disso. Tradicionalmente entendida como sintoma de um habitante ilusório, a agência, no comportamentalismo radical, seria entendida como propriedade da relação do indivíduo com seu ambiente (Zuriff, 1975). Isso significa que um indivíduo só seria capaz de causar ativamente suas ações quando em relação com um contexto. Ruiz (1998) também é enfática quanto ao caráter relacional da agência ao propor que as ações agênticas são propriedades de ações – não de indivíduos –, além de asseverar que elas podem ser entendidas como processos que ocorrem numa comunidade verbal.

- Possibilidade de mudar cursos de ação: Conforme Benson (1990), a filosofia liberal admite que os indivíduos possam mudar os cursos de ação. Contudo, nesse viés, as mudanças não

apenas seriam independentes do contexto, como teriam início em um indivíduo que resiste a forças motivacionais que tolhem sua capacidade de reger a própria conduta. Benson (1990) compreende a agência em termos de competência normativa, um conjunto de habilidades que permite aos indivíduos estarem cientes de padrões normativos, além de avaliar esses padrões e transformá-los em cursos de ação apropriados. Sob a perspectiva da competência normativa, a agência seria um poder individual que emerge, por meio das ações, na relação com outros indivíduos. O comportamentalismo radical também parece defender a possibilidade de os indivíduos mudarem seus cursos de ação. Uma vez que a filosofia skinneriana define o comportamento como processo, não coisa, admite-se que o comportamento a natureza das relações entre indivíduo e mundo é mutável (Skinner, 1953/1965). Todavia, para modificar o comportamento, não são os indivíduos que devem ser modificados, vide a concepção de agência criticada por Benson (1990), mas as variáveis das quais seu comportamento é função. Para Skinner (1953/1965), a modificação dessas variáveis implica que os indivíduos estejam conscientes de seu próprio comportamento – ou seja, que eles sejam capazes de descrever as variáveis das quais seu comportamento é função (autoconhecimento) e de manipular as variáveis das quais seu comportamento é função (autocontrole).

- Crítica à neutralidade de valor: Na interpretação liberal explorada por Benson (1990), a agência é vista como desprovida de compromissos ético-políticos. Para o autor, entretanto, os valores pessoais afetam concepções teóricas e suas respectivas visões de mundo. Por exemplo, se uma teoria é concebida sob o olhar de homens brancos e socialmente privilegiados, ela refletirá os valores desses homens e o conteúdo normativo imposto por eles. De acordo com Benson (1990), a consciência sobre valores pessoais permitiria tratar sobre a opressão das mulheres com base em outros pontos de vista, que não o desses homens brancos e socialmente privilegiados. No que se refere ao comportamentalismo radical, também parece não haver espaço para o princípio da neutralidade de valor. A afinidade do comportamentalismo radical com a filosofia pragmatista impede a defesa de compromissos ético-políticos universais. Com efeito, o posicionamento ético-político deveria ser atribuído à relação do indivíduo com o contexto, a contingências ambientais (que variam). A ética comportamentalista radical tem como ponto de partida um mundo plural (Lopes et. al, 2018). Essa pluralidade permitiria elaborar teorias apoiadas em diferentes compromissos ético-políticos, o que viabiliza a construção, como sugere Benson (1990), de uma teoria da agência livre que considere as experiências particulares das mulheres.

Incompatibilidades da aceção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Atributos essenciais da relação da mulher com outros indivíduos: Benson (1990) se vale da teoria ética do cuidado de Gilligan para tratar sobre a importância das relações interpessoais. Nessa visão, os dilemas éticos das mulheres seriam resolvidos em termos de demandas que surgem na relação com outros indivíduos: “demandas para reparar, sustentar, nutrir e ampliar conexões pessoais” (Benson, 1990, p. 50). Porém, a teoria ética de Gilligan tem sido criticada por endossar uma visão essencialista dos indivíduos que não contribuiria para modificar a subordinação das mulheres (Isaacs, 2002; Miguel & Biroli, 2014), mas apenas para inverter os atributos que seriam valorizados em nossa cultura. Esse aspecto da teoria da agência de Benson (1990) seria incompatível com o comportamentalismo radical porque um dos pressupostos mais pujantes dessa filosofia seria justamente o antiessencialismo (Skinner, 1981). Aqui, poder-se-ia ressaltar o conceito de contingência como uma das expressões desse pressuposto (Skinner, 1969). O termo contingência se refere a relações probabilísticas (e não necessárias) das relações comportamentais (Skinner, 1969, 1974/1976, 1981).

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar a noção de agência livre por meio dos conceitos de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole: Benson (1990) trata da agência sob a ótica da competência normativa, conjunto de habilidades que permite aos indivíduos estarem conscientes de padrões normativos, além de avaliar esses padrões e transformá-los em cursos de ação apropriados. Esses aspectos da noção de agência de Benson (1990) poderiam se beneficiar das noções de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole do comportamentalismo radical. Na filosofia comportamentalista radical, fala-se em diferentes níveis de autoconhecimento (ou consciência), que se referem à capacidade de um indivíduo descrever as variáveis que controlam seu comportamento (Malacrida & Laurenti, 2018). A descrição do comportamento pode ser um autorrelato verbal sob controle de condições corporais, de variáveis associadas às propriedades das respostas e de propriedades do ambiente. Com efeito, a noção comportamentalista radical de autoconhecimento pressupõe que um indivíduo seja capaz de descrever aquilo que sente, mas também como quando e por que se comporta. A visão de Benson (1990) de que a competência normativa permite aos indivíduos estarem conscientes de padrões normativos parece se aproximar da descrição das propriedades do ambiente (antecedentes e consequências), mas não necessariamente se refere ao autorrelato verbal sob controle de condições corporais e nem das propriedades das respostas. Sob a ótica comportamentalista radical, o autoconhecimento seria condição necessária para o desenvolvimento do repertório de autocontrole, que permite ao indivíduo mudar o próprio comportamento modificando as variáveis ambientais das quais seu comportamento é função. Em outras palavras, o indivíduo “altera variáveis como o contexto, a consequência ou a topografia de seu comportamento . . . para poder se comportar de modo mais eficaz” (Malacrida & Laurenti, 2018, p. 74). Contudo, uma vez que a perspectiva de autoconhecimento de Benson (1990) parece restrita à apenas um dos níveis de consciência explorados no comportamentalismo radical, na perspectiva dessa filosofia, a possibilidade de avaliar cursos de ação e transformá-los (por meio da manipulação do próprio comportamento) seria defasada. Na perspectiva comportamentalista radical, os repertórios de autoconhecimento e autocontrole seriam condição para o estabelecimento de um terceiro repertório: o contracontrole. O contracontrole pode ser entendido como formas de resistência a controles instituídos, objetivando enfraquecê-los ou superá-los (Holland, 1974). Esse repertório dependeria do repertório de autoconhecimento, pois sua efetividade está sujeita à discriminação das contingências que controlam o comportamento, bem como das agências e agentes controladores. A efetividade do contracontrole também depende do repertório de autocontrole para avaliar os riscos do contracontrole, uma vez que ele “dificilmente suprime a condição aversiva, e muitas vezes pode até torna-la mais intensa” (Santos et. al, 2016, p. 70). Nesse sentido, embora a ideia de competência normativa pressuponha que indivíduos possam avaliar cursos de ação e torná-los mais apropriados, Benson (1990) não sinaliza que essa transformação passaria pelo enfraquecimento ou superação dos padrões normativos (contracontrole).

O que a acepção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Agência e agências de controle: Tanto Zuriff (1975) quanto Ruiz (1998), ao descreverem as características da agência não incorporaram o papel das agências de controle no desenvolvimento de repertórios agênticos. Para Benson (1990), todavia, os padrões normativos (que poderiam ser interpretados como práticas culturais estabelecidas e mantidas por agências de controle) desempenham um papel central na teoria da agência. Segundo o autor, a liberdade de um indivíduo seria determinada por suas relações com pessoas e instituições; logo, os padrões normativos seriam centrais na definição de agência.

Bodkin, R. G. (1999). The issue of female agency in classical economic thought: Jane Marcet, Harriet Martineau, and the men. *Gender Issues*, 17(4), 62-73.

Contexto da discussão: Ético-político

De acordo com Bodkin (1999), a agência feminina pode ser definida como a “capacidade intelectual das mulheres . . . de tomar decisões inteligentes, propositais (racionais) sob as restrições habituais que enfrentam a maioria dos tomadores de decisões” (p. 62). Conforme o autor, a agência das mulheres foi questionada pelo pensamento econômico clássico, cujos representantes eram majoritariamente homens. De modo geral, **os economistas clássicos consideravam as mulheres como “irracionais’ e ‘incapazes como agentes econômicos”** (Bodkin, 1999, p. 62). Com base nisso, Bodkin (1999) investiga se as economistas mulheres compartilhavam da mesma visão dos economistas homens no que se refere à agência feminina.

Os economistas clássicos homens, via de regra, ignoraram questões relacionadas às mulheres. Segundo Bodkin (1999), o fato de eles terem desconsiderado as particularidades da situação feminina costuma ser confundido com a ideia de que “as mulheres poderiam . . . ser consideradas essencialmente iguais aos homens, ao menos em seu comportamento econômico” (p. 66). No entanto, **a maioria dos economistas clássicos concebia que as mulheres “eram incapazes de saber o que era de seu melhor interesse”** (Bodkin, 1999, p. 68). Adam Smith, por exemplo, considerava que as decisões sobre a educação das mulheres deveriam ser tomadas por seus tutores ou guardiões.

Conforme Bodkin (1999), a maior parte dos economistas clássicos compartilhavam dessa opinião de Adam Smith. Um deles, Jean Baptiste Say, afirmou que “as mulheres são ‘consumidoras irracionais” (Bodkin, 1999, p. 66). Outro economista, John Ramsey McCulloch, argumentou que as mulheres tomavam decisões irracionais quanto ao seu trabalho. Isso porque, quando se viam obrigadas a trabalhar em troca de pagamento, as mulheres de classe média evitavam serviços domésticos (que pagavam melhor) e optavam por trabalhos que pagavam menos (como aqueles nas indústrias têxteis). Por esse motivo, McCulloch argumentou que outros empregos seriam “‘pouco povoados’ devido a esse comportamento irracional” (Bodkin, 1999, p. 67) das mulheres.

John Stuart Mill figurava entre os economistas clássicos que discordavam da opinião de Smith. Bodkin (1999) afirma que Stuart Mill “considerou que homens e mulheres devem ser tratados simetricamente ou igualmente no mercado e na sociedade em geral” (p. 63). Para o autor, a opinião de Stuart Mill seria encorajada por Harriet Taylor Mill, sua esposa. Taylor Mill foi autora do ensaio *Enfranchisement of women* e coautora (não reconhecida) de textos da principal obra de Stuart Mill. Além disso, o ensaio de Taylor Mill foi o ponto de partida para as discussões de Stuart Mill sobre a condição feminina em sua obra *The subjection of women*.

Apesar de Stuart Mill defender posições simétricas para homens e mulheres na sociedade, seus discípulos não necessariamente concordavam com essa perspectiva. Um desses discípulos, Henry Sidgwick, acreditava que as “mulheres, como (alguns) homens imprudentes, não se podem confiar para tomar decisões em seu próprio interesse econômico” (Bodkin, 1999, p. 67). Para Bodkin (1999), com exceção de John Stuart Mill e Harriet Taylor Mill, os economistas clássicos compreendem que as mulheres não são capazes de tomar as próprias decisões e, logo, não são agentes.

A fim de buscar eventuais diferenças no tratamento que economistas clássicos homens e mulheres deram à agência feminina, Bodkin (1999) compara as visões dos autores homens às de Jane Marcet e Harriet Martineau. Em sua obra *Conversations on political economy*, Marcet narra as conversas sobre economia política de uma mulher e sua mentora. O autor afirma que, nessa obra, **Marcet questiona a “ideia de que a ignorância sobre economia política é ‘feminina’ [ladylike]”** (Bodkin, 1999, p. 64). A personagem da mentora sugere que “mesmo como mães, as mulheres deveriam conhecer algo sobre esse importante assunto” (p. 64) para que pudessem transmitir esse conhecimento para seus filhos.

A despeito disso, Bodkin (1999) afirma que Marcet reproduziu o cenário de sua época nas conversas. Por exemplo, a divisão de trabalho por gêneros e “a noção de um salário familiar, a ser ganho pelo chefe de família do sexo masculino” (Bodkin, 1999, p. 64). Embora a maior parte da obra de Marcet se dedique à exposição da doutrina da economia clássica, ela não discute sobre questões econômicas relacionadas às mulheres de sua época, como “participação feminina na força de trabalho, segregação de trabalhadores, níveis salariais relativos de trabalhadores homens e mulheres ou questões de produção doméstica e tomada de decisão” (p. 65). Ainda assim, Bodkin (1999) assevera que, para Jane Marcet, as mulheres seriam agentes.

Harriet Martineau foi uma “forte defensora da reforma em relação à ‘questão da mulher’” (Bodkin, 1999, p. 65). Apesar de o trabalho de Martineau que mais tenha se destacado seja sua obra *Illustrations of political economy*, ela também escreveu ensaios sobre o funcionamento de instituições e sobre como elas afetavam as mulheres. Segundo Bodkin (1999), Martineau “teve que agir com a caneta, pois esse era o único acesso à política que uma mulher tinha” (p. 66). No que diz respeito a questões econômicas, **Martineau defendia que as mulheres solteiras deveriam poder ganhar a própria renda e receber um salário igual ao dos homens por trabalho similar. Em suma, para Martineau, as mulheres deveriam ter autonomia para tomar suas decisões.**

Compatibilidades da aceção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- A agência é proposital, racional: De acordo com Bodkin (1999), a agência é a capacidade de as mulheres tomarem decisões propositais, racionais. A despeito de Zuriff (1975) não tratar especificamente sobre a agência das mulheres, o autor também acredita que as relações comportamentais agênticas seriam propositais. No entanto, sob a ótica comportamentalista radical, afirmar que a agência seja proposital não incorre em apelar para um eu iniciador ou para uma ação orientada por um *telos*. Para a filosofia skinneriana, a agência pode ser considerada proposital, no sentido de que elas são resultado de uma história de aprendizagem (que emerge na relação de um indivíduo com o contexto). Assim, a agência pode ser interpretada como disposicional à medida que ela alude à uma tendência ou probabilidade de se comportar de determinada maneira em um determinado ambiente (Lopes, 2008). Além disso, uma vez que a agência emerge na relação do indivíduo com o contexto (Ruiz, 1998; Zuriff, 1975), ela presume que o agente seja capaz de explicar sua ação no contexto atual. Isso significa que a agência seria racional, pois ela demanda a descrição das variáveis das quais um comportamento é função (autoconhecimento).

- Caráter contextual da agência: Ao afirmar que a capacidade das mulheres de tomarem decisões racionais está sujeita às “restrições habituais que enfrentam a maioria dos tomadores de decisões” (Bodkin, 1999, p. 62), Bodkin (1999) parece considerar que o contexto não só participa da construção da agência, como pode limitá-la. De modo similar, o comportamentalismo radical considera que a agência é agir em um contexto (Zuriff, 1975). Isso implica que a capacidade de um indivíduo agir seria influenciada pelo contexto desse indivíduo, não independente em relação a ele.

Incompatibilidades da aceção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Capacidade intelectual: Tradicionalmente, a capacidade de escolher está atrelada à ideia de autodeterminação, como se o indivíduo (por meio de seu aparato neurofisiológico, de uma mente essencial, ou de sua razão) deliberasse e assim escolhesse cursos de ação mais efetivos. Essa aceção é criticada pelo comportamentalismo radical, pois fere o campo das relações comportamentais entre indivíduo e ambiente, fixando o início da ação no indivíduo. Embora Bodkin (1999) pareça considerar a influência do contexto sobre a capacidade das mulheres de tomar decisões, ele acredita que essa capacidade seria intelectual. Não fica claro no texto,

todavia, a que o autor se refere como “intelectual”, o dificulta aproximar isso da noção comportamentalista radical de agência.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar a noção de agência por meio dos conceitos de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole: O comportamentalismo radical considera um indivíduo “racional” é um indivíduo que sabe descrever diferentes variáveis das quais um comportamento é função, relacionadas ao que o indivíduo sente (autorrelato verbal sob controle de condições corporais), à topografia da resposta (como faz) e às propriedades do ambiente (o porquê um indivíduo faz o que faz). Apesar de Bodkin (1999) defender que a agência seria a capacidade de tomar decisões racionais, ele não explora o que seria uma decisão racional nem como ela poderia ser tomada. Para o comportamentalismo radical, “ser racional” refere-se ao repertório de autoconhecimento, mais especificamente, a descrição das propriedades ambientais que explicam o porquê da ocorrência de uma ação. O repertório de autoconhecimento seria condição necessária para o desenvolvimento do repertório de autocontrole, que permite aos indivíduos mudarem o próprio comportamento modificando as variáveis ambientais das quais seu comportamento é função. No âmbito da filosofia skinneriana, o autocontrole diz respeito à nossa capacidade de “fazer escolhas”, no sentido de alterar a probabilidade de ocorrência de uma ação, mas sem recorrer à noção tradicional de que o indivíduo se autodetermina. No que diz respeito à capacidade de escolher, Bodkin (1999) não discute como as escolhas dos indivíduos seriam feitas, apenas que os indivíduos escolhem. As definições comportamentalistas radicais de autoconhecimento e autocontrole poderiam ajudar as feministas a descrever as variáveis que controlam seu comportamento a fim de criarem condições mais concretas para permitir às mulheres contracontrolar comportamentos que inibem sua capacidade de tomar decisões inteligentes e racionais.

O que a aceção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Não foi identificada uma característica na noção feminista de agência que poderia beneficiar o comportamentalismo radical.

Clare, S. (2009). Agency, signification, and temporality. *Hypatia*, 24(4) 50-62.

Contexto da discussão: Ontológico

Segundo Clare (2009), a produção acadêmica de Butler moldou o modo como muitas teóricas feministas tratam sobre a agência. Para a autora, **Butler compreende a agência em termos de performatividade, enfatizando relações de significação**. Nessa perspectiva, “o sujeito generificado é constituído pela performatividade e . . . a noção de performatividade fornece uma teoria da agência” (p. 51). A performatividade seria calcada em três premissas. A primeira é a de que “não existe sujeito que preceda a ação” (Clare, 2009, p. 51), pois o “sujeito passa a existir por meio da ação” (p. 51). A segunda se refere ao desejo do sujeito de ser reconhecido pelo outro, sendo que é por meio desse reconhecimento que o sujeito se constitui. E a terceira é a ideia de que o reconhecimento do sujeito só ocorre quando sua performance é entendida em relação a uma norma, de modo que “agência não é . . . independente de relações de poder ou discurso” (Clare, 2009, p. 51). Nas palavras de Clare (2009),

o sujeito, que deseja reconhecimento, passa a existir por meio da repetição ritualizada de atos, gestos ou desejos que, mediante reconhecimento, criam a ilusão de uma identidade essencial. Alguém é reconhecível (e, logo, um sujeito) à medida que representa normas de gênero reconhecíveis. Nesse sentido, o sujeito é constituído em

um campo de relações de poder; ele é produzido na performance repetida de normas e o gênero é uma de suas propriedades características. (p. 51)

Para Butler, o gênero, como performance, deve ser representado repetidamente para ser reconhecido, já que “não é uma identidade estável” (Clare, 2009, p. 58), um atributo do sujeito ou algo produzido “de uma vez por todas” (p. 51). Os atos, gestos e desejos que produzem o gênero relacionam-se arbitrariamente entre si, de modo que há um intervalo, uma descontinuidade entre eles. Esse intervalo permitiria que fosse inserida a diferença na cadeia citacional, isto é, em uma cadeia de relações significativas. Por esse motivo, Butler identificaria a descontinuidade como o local da agência: “é precisamente dentro desse modelo de descontinuidade que Butler localiza a oportunidade de transformar o gênero e, portanto, a possibilidade de agência” (Clare, 2009, p. 58). A possibilidade de agência, então, confundir-se-ia com a possibilidade de transformar os atos, gestos e desejos que produzem o gênero.

Apesar da importância da teoria da agência de Butler, ela foi criticada por ser insuficiente em diferentes aspectos. Teóricas feministas argumentaram, por exemplo, que “a teoria da agência de Butler não oferece uma compreensão ontogênica de agência”, que ela desconsiderou “como a performatividade depende do contexto . . . de um ato” e que, nela, as “mulheres se tornam aprisionadas pelo poder” (Clare, 2009, p. 51). A despeito disso, **as principais críticas à teoria da agência de Butler incidem sobre o conceito de corporificação [embodiment]. Feministas consideram que, como Butler trata do corpo em termos de um “símbolo que se torna significativo” (Clare, 2009, p. 51), seu ponto de vista sobre ele seria “limitado em sua capacidade de explicar a ‘carnalidade’ dos corpos ou a experiência vivida da corporeidade” (Clare, 2009, pp. 51-52).**

A ênfase dada por Butler à significação fez com que a autora Saba Mahmood criticasse a teoria da agência da filósofa estadunidense. Para Mahmood, “embora a teoria da agência de Butler seja preferível às explicações de agência que tomam o sujeito como primordial, a teoria de Butler não pode ser tomada como universal” (Clare, 2009, p. 52). Dessa forma, Mahmood desenvolve uma tese alternativa à teoria da agência de Butler. De acordo com Clare (2009), a teoria de Butler concebe a agência como uma forma de subversão ou ressignificação de normas sociais – algo que faria sentido no contexto de emergência da política *queer*. Além disso, Butler interpreta a agência como relações de significação. Assim, sua teoria da agência “leva a uma compreensão do corpo como uma entidade significativa, e não como uma entidade que sente” (Clare, 2009, p. 52). **Mahmood, por sua vez, compreende que a agência seria representada nas diferentes maneiras em que as normas são encarnadas, personificadas:**

Isso [a teoria da agência de Mahmood] é diferente da teoria da agência de Butler, já que, para Butler, a questão da agência concentra-se em se as normas são consolidadas ou ressignificadas por meio da citação. Isso implica que a questão da agência é sempre colocada em relação ao significado de uma performance e essa performance deve ser interpretada e reconhecida por outro. Por outro lado, Mahmood explora a questão da agência para além da discussão de atos de subversão e consolidação para incluir a consideração das múltiplas maneiras pelas quais as normas são incorporadas. Isso permite que Mahmood escreva uma teoria da agência que não entenda a prática de agência como ocorrendo apenas dentro de práticas de significação, mas também nos registros de corporeidade. (Clare, 2009, p. 52)

Apesar de Butler também tratar sobre a participação dos desejos na constituição do sujeito, acredita-se que sua visão de agência estaria relacionada às possibilidades de resistência ao poder regulatório da normatividade. Nas palavras de Clare (2009): “Embora Butler considere o desejo como parte da formação do sujeito, a densidade do desejo e da sensação desaparecem de sua discussão de agência quando ela considera a agência como a transgressão, em vez de a habitação, de normas” (p. 53). Somado a isso, as visões de Butler e Mahmood diferem quanto ao conceito de corporificação. Ao passo que para Butler a “corporificação é a chave na medida

em que é interpretada como significativa” (Clare, 2009, pp. 52-53), para Mahmood, “a corporificação é a chave por causa das sensações e desejos que ela promove” (p. 53).

O modelo de agência de Mahmood também concerne à transgressão de padrões normativos de gênero. Porém, essa transgressão exigiria reeducar aspectos da corporeidade (sensibilidades, sentimentos, afetos) que escapariam à noção de corporificação de Butler. Mahmood, “em vez de conduzir uma crítica às várias formas de representação (isto é, uma crítica à ideologia ou à análise *discursiva* [ênfase adicionada])” (Clare, 2009, p. 54), permitiria “olhar para a formação das sensibilidades, sensações e desejos” (p. 54). A transgressão de padrões normativos só seria possível pelo reconhecimento de que os sujeitos se constituem no contexto de discursos tradicionais autoritários. Todavia, esses sujeitos “experimentam, por meio da participação em relações sociais. . . várias sensações, desejos e assim por diante que não são discursivos por si só” (Clare, 2009, p. 54). A autora elucida o ponto:

. . . o reconhecimento da discursividade da sensação e da corporeidade não exclui a possibilidade de que, embora a sensação e a corporeidade sejam significantes, seus efeitos não precisam ser entendidos como fundamentalmente relacionados ou apenas em relação à significação. Reconhecer a inevitável discursividade da corporeidade e da sensação não é descobrir a primazia da significação, mas compreender uma força que a corporeidade encontra: a significação. Essas duas forças não podem ser colapsadas, ainda que afetem uma a outra. Portanto, a sensação e a corporeidade, embora apenas compreendidas por meio do discurso, não apenas têm efeito nas relações de significação, mas afetam a sensação e a própria corporeidade. (Clare, 2009, p. 55)

Clare (2009) advoga que tanto a teoria da agência de Butler quanto a de Mahmood endossam uma concepção de temporalidade. Malgrado Mahmood não discorra sobre o assunto, “dado que a teoria feminista está interessada em mudança, ela frequentemente alimenta entendimentos de temporalidade e futuridade em suas manifestações” (p. 50). Segundo Clare (2009), as teorias da agência de Butler e Mahmood dão ensejo a visões distintas sobre temporalidade: “enquanto Mahmood fornece uma compreensão de devir [*becoming*], Butler nos dá um conjunto de seres reiterados” (Clare, 2009, p. 55). A fim de tratar sobre as diferenças entre elas, a autora vale-se da interpretação deleuziana sobre a noção de temporalidade de Henri Bergson. No que diz respeito às implicações bergsonistas e deleuzianas na obra de Butler, Clare (2009) tece algumas considerações acerca dos modelos de subjetivação e agência dessa autora.

De acordo com Clare (2009), Butler entende o sujeito como um *locus* de ambivalência. Isso significa que ele é, “por um lado, constituído na subordinação e, por outro lado, não é determinado por essa subordinação” (Clare, 2009, p. 55). Esse paradoxo da subjetivação, segundo Butler, daria origem a um paradoxo da referencialidade. Isto é, para tratar sobre a constituição do sujeito seria preciso falar de um sujeito que internaliza normas. No entanto, precisamente porque se deseja versar sobre a constituição do sujeito, não seria possível referir-se a ele, mas a uma figura, uma vez que o sujeito não tem ontologia: “não há sujeito antes da internalização [de normas] . . . Em vez disso, por meio da subjetivação, *o sujeito passa a existir* [ênfase adicionada]” (p. 55).

Clare (2009) argumenta que o paradoxo da subjetivação de Butler se assemelha àquilo que Deleuze interpretou como os “problemas falsos” da teoria de Bergson. Para Deleuze, um desses problemas “confunde o menos pelo mais e assume que ‘não ser [*nonbeing*] existia antes de ser [*being*]” (Clare, 2009, p. 56). Segundo Clare (2009), ao afirmar que o paradoxo da subjetivação envolve um paradoxo da referencialidade, Butler estaria propondo que a figura do sujeito seria menos do que o sujeito. Contudo, Deleuze acredita que, “não há menos em não ser, mas mais: há, na verdade, o ser e a sua negação” (Clare, 2009, p. 56). Assim, sob a ótica deleuziana, o paradoxo da subjetivação de Butler seria reformulado, sugerindo que a figura projetada para explicar a constituição do sujeito seria algo existente antes da subjetivação, uma potencialidade, não uma imagem menor.

Outro problema falso apontado por Deleuze em relação ao conceito bergsonista de temporalidade é a ideia de movimento. Bergson compreenderia o movimento como contínuo. Ao definir o movimento como tal, esse autor criticaria filosofias gregas que entendem o movimento como uma série de retratos tirados em intervalos. Clare (2009) afirma que, sob a perspectiva de Bergson, essa compreensão de movimento teria implicações na noção de devir [*becoming*]: “Quando o devir é tratado como ser em uma série de pontos estacionários, a filosofia [grega] não deixa ‘nada acidental, nada contingente’ em seu despertar. O mundo torna-se mecanicista: um conjunto de imagens congeladas” (Clare, 2009, p. 57).

De acordo com Clare (2009), o modo como Butler trata o devir [*becoming*] é comprometido pela noção de movimento de Bergson. A autora elucida o ponto: para Butler, o momento de subjetivação também é um momento de agenciamento [*agentification*]. Ou seja, uma das principais características da agência é a ambivalência entre o passado que constitui o sujeito e o futuro que esse sujeito mobiliza. Essa compreensão das noções de subjetivação e agência congelariam o tempo ao conceber o devir como uma série de momentos.

Ao descrever a oscilação entre o “já existente” e o que “ainda está por vir” como uma “encruzilhada”, Butler postula o presente como um espaço imóvel (ainda que ambivalente). Butler afirma que o poder é feito e refeito em uma série de momentos distintos ou atos performativos. O fato de essas ações serem imaginadas como momentos distintos é a chave; isso significa que embora o devir ou a mudança sejam possíveis no modelo de Butler, ela aparece miraculosamente entre momentos. Em outras palavras, Butler constrói uma imagem de movimento como aquela que progride por meio de uma série de pontos fixos . . . Mesmo que ela entenda esses momentos como ambivalentes, ela não os entende como devires contínuos. (Clare, 2009, 57)

Em suma, para Clare (2009), os conflitos relacionados à teoria da agência de Butler seriam as variações de um pensamento retrospectivo. No que diz respeito à confusão do mais pelo menos, a imagem do sujeito (considerada “menos” que o sujeito) seria apresentada apenas após a constituição do sujeito. Já no caso em que o devir é entendido como ser de modo seriado, o devir do sujeito só seria explicado após a emergência desse sujeito. O problema dessa explicação retrospectiva, segundo Clare (2009), é que ela “não captura o devir do sujeito como um processo contínuo (embora talvez irregular): a agência emerge no processo de se tornar [*becoming*], não nos momentos misteriosos entre os seres” (p. 59) seriados.

Com base nisso, Clare (2009) defende que, em vez de versar sobre a subjetivação como uma misteriosa encruzilhada entre passado e futuro, seria mais profícuo tratar sobre a agência em termos do conceito bergsonista de atualização, pois ele traz um entendimento aberto do mundo. Conjectura-se que esse conceito ajudaria a esclarecer porque os sujeitos não são determinados por um poder externo apesar de serem constituídos por ele. Na visão de Bergson, o sujeito não seria interpretado como um reflexo desse poder ou como um número limitado de possibilidades. Com efeito, “nesse modelo de devir, a existência da agência como possibilidade de mudança não é misteriosa; o mundo se abre para múltiplos devires” (Clare, 2009, p. 60).

Clare (2009) advoga que a noção de temporalidade afeta substancialmente as teorias da agência. Para a autora, Butler compreende “a performatividade como uma série de momentos distintos” (Clare, 2009, p. 61), algo que está relacionado com a prioridade que ela dá ao significado da corporeidade. Essa priorização implica que Butler estaria mais preocupada com a audiência de uma ação do que com a ação propriamente dita. Ao fazer isso, a filósofa estadunidense consideraria a ação por meio do significado que ela tem para um observador em detrimento daquele que age. Para Bergson, segundo Clare (2009), o observador lembra da ação e, por isso, é mais “provável [que ele] explique a ação como uma série de pontos” (p. 61); todavia, na perspectiva de sujeito como devir, esse movimento seria contínuo.

Na contramão de Butler, que substitui o ser [*being*] por uma série de seres ou um ser seriado, Bergson propõe a ideia de devir. Sob esse prisma, o foco que antes estava nas mãos da

audiência que observa as ações seria transferido para o sujeito que age e que se transforma em sujeito por meio de sua atividade. Nesse sentido, a definição de temporalidade de Bergson aproxima-se mais daquela de Mahmood do que da de Butler, uma vez que Mahmood afasta-se da ideia de significação da corporeidade para o devir do corpo por meio da prática.

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- O sujeito não precede a ação, ele é ação: Clare (2009) afirma que, para Butler, a repetição de atos apenas cria a ilusão de um eu essencial para o outro que nos reconhece. Ademais, uma vez que o sujeito só se constitui a partir do reconhecimento social de sua performance diante de uma norma, poder-se ia afirmar que, no limite, ele só é sujeito à medida que age. Aplicando o raciocínio bergsonista à teoria da agência de Mahmood, pode-se afirmar que, para essa autora, o sujeito só se transforma em tal por meio de sua atividade. Isso porque a agência emerge no processo de constituição do sujeito. Assim como Butler, o comportamentalismo radical impugna a ideia de um eu essencial e constante a despeito de experiências variadas (Chiesa, 1994). Para a autora, a noção de um eu essencial não é uma realidade ontológica, mas a propriedade de um pensamento cultural ocidental. Em oposição a esse eu essencial, o comportamentalismo radical descreve a pessoa como uma parte interativa do ambiente, em vez de algo distinto dele: “a pessoa opera no ambiente em vez de sobre o ambiente” (Chiesa, 1994, p. 99), assim, ela é comportamento. Uma vez que o indivíduo é comportamento, entendido aqui como processo “mutável, fluido e evanescente” (Skinner, 1953/1965, p. 15), o próprio indivíduo é processo e não coisa.

- Natureza social do eu: De acordo com Skinner (1989), “a evolução da cultura nos dá o self” (p. 28). Isso significa que a gênese dos comportamentos entendidos como eu se dá nas relações de um indivíduo com sua cultura, mais especificamente, com sua comunidade verbal. Para o autor, a comunidade verbal organiza contingências para que o indivíduo fique sob controle do próprio corpo e também de seu próprio comportamento. Dessa forma, por meio da linguagem, “a pessoa torna-se, então, capaz de falar sobre si (seu corpo e seu comportamento), criando-se, em última instância, a noção de si mesmo” (Malacrida & Laurenti, 2018, p. 71). Apesar do “eu” ter uma gênese social, Skinner (1971) impugna a ideia de que ele seja reflexo do social, pois diferentes contingências participam da constituição do indivíduo. Da mesma forma, Butler acredita que o sujeito é constituído na subordinação (relação desigual de controle entre um indivíduo e outros indivíduos), mas não um reflexo dela (determinado pela subordinação).

- Um indivíduo é um sujeito à medida que representa normas de gênero reconhecíveis pelo outro: No comportamentalismo radical, gênero e identidade de gênero são esclarecidos na inter-relação entre contingências ontogenéticas e culturais. O gênero, por exemplo, diria respeito a padrões comportamentais considerados típicos de mulheres e homens no contexto de uma determinada cultura. A identidade de gênero, por sua vez, refere-se à maneira que um indivíduo se comporta, sente e pensa sobre seu gênero. Por se tratar de como o indivíduo se sente em relação ao seu corpo e seu comportamento, a identidade de gênero remete ao eu e, conseqüentemente, a contingências sociais verbais (Silva & Laurenti, 2016). Sendo assim, o reconhecimento do indivíduo (como pertencente a um ou outro gênero), o fortalecimento de certas classes de comportamentos (consideradas tipicamente femininas ou masculinas), passa pela mediação de uma comunidade verbal.

- Gênero não é um atributo do sujeito ou uma identidade estável: Clare (2009) defende que, na teoria de Butler, o gênero não é concebido de uma vez por todas, como se fosse um atributo inerente ao indivíduo. Ao contrário, haveria descontinuidades entre as performances de gênero (possibilidade de mudança e de diferença entre os atos, gestos e desejos que constituem as performances de gênero). Conforme a autora, essa possibilidade de mudança, de transgressão de padrões normativos de gênero, seria a própria agência na teoria de Butler. Similarmente, o comportamentalismo radical não concebe o gênero como atributo essencial, incorruptível por

definição. Com efeito, a variação (a diferença, a probabilidade de mudança) não é acidental. Ainda, se o gênero concerne a padrões comportamentais no contexto de uma cultura, ele deve ser esclarecido na relação do indivíduo com o ambiente. Uma vez que essa relação muda, o gênero também é passível de mudanças.

- Elementos discursivos da agência: De acordo com Clare (2009), para Butler, a corporeidade se encerra nas relações discursivas de significação. No âmbito da filosofia comportamentalista radical, pode-se afirmar que a corporeidade também pode ser entendida no plano discursivo, desde que o discurso seja entendido em termos de comportamento verbal. O comportamento verbal permite falar sobre diferentes repertórios comportamentais que podem ser entendidos como “eu”. Um desses repertórios é o de autoconhecimento, que se caracteriza, dentre outros aspectos, pelo autorrelato verbal sob controle de condições corporais (Malacrida & Laurenti, 2008). Esse repertório pode ser entendido, sob a ótica do comportamentalismo radical, como uma dimensão discursiva da corporeidade.

- Agência como contracontrole: Para Clare (2009), Butler concebe a agência como subversão e ressignificação de normas sociais, enfatizando a possibilidade de resistir a padrões normativos de gênero (contracontrole) instituídos pelo poder regulatório da normatividade (agências de controle). Outrossim, o modelo bergsonista de devir (implícito na teoria da agência de Mahmood) permite vislumbrar que a agência não é reflexo do poder ou um número limitado de possibilidades; a agência, como possibilidade de mudança, se dá em relação a um mundo aberto a múltiplos devires – que poderia ser ocasião para transgredir padrões normativos de gênero.

- A história passada constitui o indivíduo, mas não o determina: Para Butler, uma das principais características da agência é que ela é constituída pelo passado e o futuro que o mobiliza. Para Skinner (1989), o indivíduo também é constituído de sua história passada, mas são as contingências vigentes que estabelecem e mantêm comportamentos.

Incompatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Corporeidade fora do âmbito discursivo: Mahmood compreende que a agência deveria ser interpretada em termos de corporeidade. Em seu modelo de agência, segundo a interpretação de Clare (2009), a autora também remete à transgressão de padrões normativos de gênero. No entanto, isso não estaria relacionado a relações discursivas, mas exigiria reeducar aspectos da corporeidade (sentimentos, afetos, emoções). A filosofia skinneriana também permite compreender esses sentimentos, afetos e emoções (dimensão corporal) sem ser no plano discursivo (comportamento verbal) (Lopes et al., 2018). Skinner (1989), por exemplo, afirma que, mesmo na ausência de contingências verbais, algumas contingências relacionadas à história filogenética da espécie humana dão origem a uma consciência pré-verbal. Mas seria possível falar que a consciência pré-verbal se mantém mesmo quando um indivíduo está exposto a contingências verbais?

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar a discussão sobre autoconhecimento, autocontrole e contracontrole: Butler compreende que sensações e corporeidade se encerram nas relações discursivas de significação. Isso permite afirmar que ela se aproxima de um dos aspectos da definição comportamentalista radical de autoconhecimento, que é o autorrelato verbal sob controle de condições corporais. Além disso, Butler e Mahmood mencionam a possibilidade de resistir a padrões normativos de gênero algo que poderia ser entendido, sob a ótica da filosofia skinneriana, como contracontrole. A despeito dessas aproximações, acredita-se que as considerações de comportamentalistas radicais acerca do autoconhecimento, autocontrole e contracontrole poderiam somar às discussões feministas sobre agência. No caso do autoconhecimento, a filosofia skinneriana poderia ampliar a discussão de Butler sobre corporeidade, que parece estar restrita à noção de autorrelato verbal sob controle de condições corporais. O

comportamentalismo poderia ajudar a estender a noção de autoconhecimento, incorporando, além da descrição de condições corporais, o “autorrelato verbal sob controle de diferentes variáveis associadas tanto às propriedades das respostas (topografia) quanto ao ambiente (antecedentes e consequências)” (Malacrida & Laurenti, 2018, p. 73). No caso de Mahmood, a noção de autoconhecimento, permitiria incluir uma dimensão discursiva (comportamento verbal) à corporeidade. Ampliar a definição do autoconhecimento viabilizaria falar sobre o repertório de autocontrole, que se refere à manipulação (pelo indivíduo) do contexto, da consequência ou da topografia de um comportamento a fim de produzir reforçadores positivos e evitar estimulação aversiva. A manipulação do ambiente, por seu turno, possibilitaria aos indivíduos planejar formas de enfrentamento ao controle, de modo a enfraquecer ou superar esse controle (contracontrole).

O que a aceção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Agência e agências de controle: Tanto Zuriff (1975) quanto Ruiz (1998), ao descreverem as características da agência não trataram sobre o papel das agências de controle. Já na leitura de Clare (2009), tanto na teoria da agência de Butler quanto na de Mahmood, as agências de controle participam da constituição do indivíduo e interferem na sua possibilidade de agir.

- Enriquecimento da discussão comportamentalista radical sobre o eu: Butler, assim como Skinner (1953/1965, 1989), parece reconhecer a natureza social do eu. Em Skinner, admite-se que o eu é social no sentido de que ele se constitui no contexto de contingências sociais verbais. No caso de Butler, essa natureza se verificaria no reconhecimento, por outros indivíduos, da performance de um indivíduo. Apesar de o posicionamento dos autores ir ao encontro no tocante à natureza do eu, Butler parece explorar um aspecto da agência que não é investigado no comportamentalismo radical: as normas éticas da agência. De acordo com Clare (2009), para Butler, o reconhecimento de um sujeito como tal só é possível quando uma performance é interpretada à luz de uma norma. Isso significa que, dizer que o eu é de natureza social implica que ele também seria constituído por agências de controle. No comportamentalismo radical, as agências de controle podem ser entendidas como grupos organizados responsáveis pelo controle (poder) e acesso (privilégio) aos reforçadores.

- Papel de emoções, sentimentos e afetos na definição de agência: Clare (2009) alega que, na teoria da agência de Mahmood, embora a agência também tenha uma dimensão discursiva relacionada à significação, não se restringe a ela. Para Mahmood, a noção de agência também deveria olhar para os sentimentos, afetos e emoções que surgem nas relações sociais. Além disso, a reeducação desses aspectos da corporeidade seria a chave para transgredir padrões normativos de gênero. Porém, deve-se considerar que, no comportamentalismo radical, esses sentimentos, afetos e emoções não têm status causal.

Fili, A. (2013). Women in prison: Victims or resisters? Representations of agency in women's prisons in Greece. *Signs*, 39(1), 1-26.

Contexto da discussão: Ético-político

De um modo geral, as mulheres foram tratadas como invisíveis para o conhecimento criminológico. Além da crença corrente de que elas seriam biologicamente inferiores e da perspectiva normativa de que as atividades e experiências masculinas seriam modelos para as atividades e experiências humanas, via de regra, os crimes cometidos por homens costumam ser considerados mais graves e gerar mais insegurança social. A discussão sobre o encarceramento feminino só ganhou proeminência a partir da década de 1980, como resultado do crescimento da população de mulheres encarceradas. Desde esse período até as publicações mais recentes, a visão acerca das mulheres encarceradas foi configurada e reconfigurada.

A princípio, a literatura sobre encarceramento feminino considerou as mulheres loucas e perigosas, defendendo sua medicalização e domesticação. Posteriormente, elas passaram a ser “retratadas como vítimas passivas da opressão patriarcal”, perspectiva que foi responsável por “reforçar noções de feminilidade passiva” e que “ignorou subjetividades ativas” (Fili, 2013, p. 1) das mulheres. Nesse contexto, emerge um **corpo teórico que rompe com a ênfase na disciplina e no controle, investigando a agência e a identidade de mulheres encarceradas**. No entanto, um dos problemas relacionados a esse novo corpo teórico é que ele dicotômico (e. g. Fili, 2013, pp. 2, 8, 16).

Segundo Fili (2013), “**a produção de contos de controle ou resistência dicotomiza [ênfase adicionada] a agência das mulheres presas**” (p. 2). O extremo que evidencia a dominação das mulheres “é composto principalmente por trabalho criminológico, [e] praticamente nega a agência às mulheres presas” (Fili, 2013, p. 8). Já o polo da resistência, “derivado de um fundo histórico e antropológico, superfavorece as prisioneiras com agência” (Fili, 2013, p.8). De acordo com a autora, essas duas acepções reduziriam as mulheres encarceradas a duas tendências normativas de suas identidades: ou focalizar nos efeitos do encarceramento ou enfatizar formas de resistência.

Alguns estudos expuseram as limitações dessas teorias quanto “ao gênero e . . . trouxeram à tona [aspectos como] restrições estruturais, sexismo institucional e fatores socioeconômicos” (Fili, 2013, p. 3) para tratar sobre as mulheres encarceradas. Todavia, a literatura criminológica feminista tentou correlacionar a opressão das mulheres fora da prisão com os aspectos disciplinares de poder e custódia da prisão. Embora considere a noção de que o sistema judicial reproduz desigualdades seja válida, Fili (2013) acredita que esse modelo estrutural, “que enfatiza como o sistema determina o *self* exclui sujeitos agênticos” (p. 3), destaca a passividade e subjugação das mulheres.

Conforme Fili (2013) “fundamentar a teorização do encarceramento de mulheres única ou principalmente em termos de um contínuo de controle social que captura a totalidade de experiências das mulheres . . . deixa pouco espaço para a agência” (p. 4). Isso porque, sob essa perspectiva, as mulheres encarceradas – consideradas menos perigosas que os homens, mais vulneráveis, mais dignas e mais vinculadas à sociedade por meio de seus filhos e de suas filhas – seriam *determinadas* por uma estrutura que perpetua sua opressão e, dessa forma, “apresenta as mulheres como dependentes e sem controle de suas próprias vidas” (Fili, 2013, p. 4).

A concepção de que as mulheres encarceradas são determinadas pela estrutura institucional seria, na opinião da autora, uma estratégia pouco profícua. Segundo Fili (2013), essa estratégia “levou a uma tendência de enfatizar as técnicas opressivas usadas para controlar a comunidade prisioneira feminina” (p. 4), ignorando suas possibilidades de resistência. Além disso, a autora considera que essa ênfase estaria associada a uma retórica do paternalismo feminino, em que as mulheres seriam “percebidas como mais fracas e mais necessitadas que os homens, incapazes de se envolver ativamente com o ambiente e esperando ser resgatadas de uma instituição patriarcal” (Fili, 2013, p. 4).

Em reação à tendência que trata as mulheres encarceradas como passivas, parte da literatura sobre encarceramento feminino considerou as mulheres capazes de raciocinar e refletir sobre suas circunstâncias. De acordo com Fili (2013), ainda que esses estudos “reconheçam que a maioria das mulheres presas está sujeita à opressão dentro e fora da prisão, ao mesmo tempo, eles insistem que é necessário considerar as presas como sujeitos agênticos e entender as relações de poder do ponto de vista daqueles sujeitos a elas” (p. 5). Para a autora, de modo geral, as mulheres não se submetem passivamente ao controle exercido sobre elas nas prisões, esforçando-se para resistir às limitações impostas a elas.

A literatura focada na resistência das mulheres também anuncia alguns problemas. Em primeiro lugar, Fili (2013) acredita que esse tipo de visão romantiza a resistência das mulheres encarceradas ao buscar por exemplos heroicos de resistência, ignorando as ambiguidades e

conflitos que emergem nesse processo. Em segundo lugar, a autora argumenta que esse tipo de análise minimiza a influência do poder institucional na resistência de mulheres encarceradas. Somado a isso, o foco na resistência trata as mulheres como um grupo coeso, desconsiderando como a resistência está relacionada às interseccionalidades das vidas de mulheres encarceradas. Nas palavras da autora:

Com sua preocupação particular em tornar visíveis as capacidades agênticas daquelas que eram anteriormente vistas como mulheres passivas na literatura, as abordagens orientadas pela resistência, influenciadas por um certo romantismo, enfraquecem a análise do poder e reduzem a agência à resistência, que é apenas uma das muitas formas que a agência pode assumir. Da mesma forma, um conceito coerente das mulheres presas como uma totalidade unificada, apesar das tentativas de considerar a interseccionalidade, muitas vezes impede uma discussão sobre os diferentes tipos de oportunidades e desejos de expressão nos grupos minoritários. Assumindo as mulheres como um grupo já constituído e coerente, com interesses e desejos idênticos, independentemente de classe, etnia ou raça suprime as diferenças entre elas e pode potencialmente reproduzir hierarquias de poder existentes. (Fili, 2013, p. 6)

A literatura sobre o encarceramento feminino geralmente vê as mulheres encarceradas “ou como vítimas de uma variedade de opressões ou como agentes ativos capazes de controlar seu ambiente” (Fili, 2013, p. 6). Qual seja o lado escolhido nessa dicotomia – “vítimas dependentes” ou “agentes responsáveis” –, Fili (2013) defende que esses tratamentos às mulheres encarceradas “assumem uma falsa universalidade que obscurece tipos particulares de experiência e a realidade das mulheres na prisão” (p. 16). Ademais, apesar de diferentes, essas duas “abordagens estão unidas à medida que encontram um nexo de causalidade entre resistência e negociação de . . . relações poder nas prisões” (Fili, 2013, p. 6).

A autora considera que seria preciso uma explicação mais complexa sobre a agência, que abra espaço para a multiplicidade de experiências das mulheres encarceradas. A agência possui “variações em sua escala, alvos e objetivos” (Fili, 2013, p. 16). Isso porque a agência não é “antecedente às relações humanas, mas está firmemente integrada nelas” (Fili, 2013, p. 17). Para Fili (2013), **seja para falar da vitimização ou da possibilidade de resistência das mulheres encarceradas é preciso recorrer às relações: “a ausência ou a existência da agência não existe fora das relações de poder em constante mudança”** (p. 17). Isto é, versar sobre a agência implica contextualizá-la, sem omitir as relações de poder implicadas nela:

As prisões são locais de interação humana onde as prisioneiras estão em constante diálogo com a instituição e, durante o diálogo, todas as participantes negociam e constituem a definição da situação em que encontram a si mesmas. Essa interação entre os sujeitos pode criar o potencial de resistência ou conformidade e, assim, ajudam-nos a entender a dinâmica entre eles dentro da prisão . . . Uma nova concepção de agência pode e deve ser extraída destas ideias: se os sujeitos não são constituídos antes da relação social, de outros autores, ou do discurso, mas, em vez disso, através deles, a agência pode ser considerada como constituída dentro de interações. A elaboração de uma concepção verdadeiramente interacional de agência exige uma análise completa das estruturas situadas e operações de poder. (Fili, 2013, p. 18)

Em suma, para compreender a agência, é o contexto em que ocorrem as interações sociais que deveria ser focalizado. Nesse sentido, se a agência é socialmente construída, a autora acredita que deveríamos examinar todos os aspectos sociais envolvidos em sua constituição. Por fim, uma “abordagem interacional de agência insistiria em que não há prioridade da agência ao contexto; em vez disso, direcionaria seu foco para contextos e formações sociais específicos, dos quais diferentes formas de agência . . . surgem” (Fili, 2013, p. 19).

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Crítica a explicações dicotômicas de agência: Fili (2013) critica noções dicotômicas de agência, que ora enfatizam o controle e a opressão exercidos sobre as mulheres (negando-lhes a agência), ora destacam a sua capacidade de resistência (transformando-as em indivíduos superdotados de agência). Consoante a autora, a primeira acepção, interpretada como estrutural, salienta como o sistema *determina* as mulheres e exclui a possibilidade de elas serem sujeitos agênticos. Essa noção endossa uma perspectiva passiva e dependente das mulheres, concebendo-as como vítimas que não possuem controle sobre a própria vida. Na segunda acepção, as mulheres são percebidas como agentes capazes de raciocinar e refletir sobre suas circunstâncias. Entretanto, essa acepção de agência seria problemática, pois apela para a ideia de que a resistência é causada a partir de interesses pessoais. Segundo Fili (2013), esse tipo de análise diminui o papel dos aspectos ambientais (e. g. sistema prisional) sobre a resistência das mulheres. Além disso, essa acepção trata as mulheres como um grupo coeso, desconsiderando particularidades dos diferentes modos de vida femininos (interseccionalidades). Fili (2013) argumenta que essas abordagens fazem parte da mesma lógica explicativa, pois ambas recorrem a um nexo de causalidade nas relações de poder ou na resistência. Do mesmo modo, a filosofia comportamentalista radical impugna dicotomias, como é o caso da separação entre mundo e indivíduo (Lopes et. al., 2018; Tourinho, 2006). Nessa dicotomia, o mundo (estrutura) determinaria o comportamento individual, ressaltando a passividade do indivíduo e sua subjugação ao ambiente. Por sua vez, a resistência – e, em última análise, a possibilidade de agência – representaria a autonomia do indivíduo em relação ao ambiente: o indivíduo delibera (raciocina, reflete) a despeito do ambiente (estruturas e operações de poder). Somado a isso, assim como Fili (2013) compreende que essas acepções dicotômicas são reféns da mesma lógica argumentativa (uma estrutura que age sobre a mulher e a impossibilita de agir ou a mulher que age sobre a estrutura, sem se deixar afetar por ela), o comportamentalismo radical advoga que fixar um início absoluto para as ações (ora no mundo, ora no indivíduo) também obedeceria à mesma lógica dicotômica (Lopes et. al., 2018).

- Caráter relacional da agência: De acordo com Fili (2013), a agência não antecede as relações humanas; com efeito, ela depende das relações sociais, de outros indivíduos e do discurso. Uma vez que a agência se constitui nessas relações, ela seria complexa e múltipla – possui diferentes nuances, alvos e objetivos conforme um ou outro indivíduo esteja implicado nas relações. Sendo assim, para Fili (2013), se uma mulher é considerada vítima ou agente, essas noções devem ser esclarecidas nas relações sociais. Isso porque, se a agência é concebida nas relações, a capacidade de resistência não deve ser desarticulada delas e dos aspectos nela implicados. Em suma, conceber a agência nessas relações redundaria em analisar o papel dos indivíduos, mas também das estruturas e operações de poder envolvidos nelas. Da mesma forma que Fili (2013), o comportamentalismo radical defende que a agência só pode ser esclarecida por meio do exame das relações entre indivíduo e ambiente (Ruiz, 1998; Zuriff, 1975). Além disso, sob a ótica comportamentalista radical, a noção de um indivíduo que é vítima ou agente também deveria ser esclarecida na relação entre indivíduo e ambiente. Isto é, indivíduos não são vítimas ou agentes *a priori*. Um indivíduo torna-se vítima quando sua possibilidade de agir é refreada por formas de relação que ceifam sua liberdade (Lopes et. al., 2018).

Incompatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Não foram identificadas incompatibilidades.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar a discussão de agência por meio dos conceitos de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole: Embora Fili (2013) interprete a agência como relacional, ela não explora maneiras concretas de como as mulheres poderiam resistir ao controle institucional exercido nas prisões. Nesse sentido, o comportamentalismo radical poderia ajudar a complementar a

noção de agência com o objetivo de endossar o projeto de resistência das mulheres no contexto carcerário. A noção de autoconhecimento poderia, por exemplo, auxiliar as mulheres a identificar as variáveis controladoras de seu comportamento. O conceito de autocontrole poderia instrumentar as mulheres com técnicas para modificar o próprio comportamento e, em defluência disso, as variáveis das quais seu comportamento é função. Ademais, esses dois repertórios poderiam ajudar as mulheres a planejar formas de resistência às relações de poder (contracontrole) institucionalizadas, avaliando, sobretudo, sobre como essa resistência poderia ser praticada sem gerar mais consequências aversivas para elas no contexto prisional.

O que a acepção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Interseccionalidades: Fili (2013) advoga que as mulheres não são um grupo coeso, unificado. Por essa razão, a possibilidade de resistência das mulheres deveria ser informada pelas interseccionalidades que permeiam sua condição de mulheres, como, por exemplo, classe, etnia e raça. O reconhecimento dessas interseccionalidades cria condições para discutir sobre os diferentes tipos de oportunidades e desejos de opressão nos grupos minoritários.

- Agência e agências de controle: Consoante Fili (2013), a prisão (agência de controle) impõe restrições estruturais (e. g. sexismo institucional) à agência das mulheres.

Hobson, B. (2000). Agency, identities, institution. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 7(2), 238-243.

Contexto da discussão: Ético-político

A desigualdade entre os indivíduos é multifacetada. Essas diferentes facetas da desigualdade foram observadas devido à emergência de movimentos sociais minoritários, que desafiaram a ideia de que **a desigualdade estaria necessariamente vinculada a questões de classe**. Para os grupos minoritários, **essa visão ignora como outras formas de desigualdade estão “enraizadas em histórias de desvalorização e desrespeito”** (Hobson, 2000, p. 238). Segundo Hobson (2000), é nesse cenário que as reivindicações por redistribuição (divisão mais igualitária) de recursos materiais foram eclipsadas por reivindicações pelo reconhecimento, “baseadas na identidade e na diferença cultural” (p. 238). Conforme a autora, as reivindicações por reconhecimento deram origem a um corpo teórico que reagiu ao multiculturalismo e à ascensão de uma política de identidade.

Uma das reações ao “domínio da política de identidade foi rejeitar as lutas pelo reconhecimento de gênero, raça, etnia e preferências sexuais como divisíveis” (Hobson, 2000, p. 238). Essas reações representariam uma falsa dicotomia entre aspectos culturais e aspectos materiais, como se os primeiros substituíssem os últimos. Para Hobson (2000), entretanto, os “coletivos de mulheres construíram suas queixas em termos da desvalorização cultural e da falta de acesso a recursos e bens sociais na sociedade” (p. 238). Quanto à falta de recursos, as mulheres reivindicam “redistribuição de bens sociais, oportunidades de emprego, creche” (p. 238). No que se refere à desvalorização cultural, elas reclamam por “reconhecimento da dominação cultural, . . . integridade corporal, preferências sexuais e declarações contra imagens que desvalorizam e degradam as mulheres como categoria” (Hobson, 2000, p. 239).

Hobson (2000) compreende que não há uma cisão entre aspectos culturais e materiais. A autora os concebe como relacionados entre si, pois **a distribuição de recursos materiais reflete “histórias de exclusão e desvalorização enraizadas em normas culturais, influências religiosas e codificação de gênero”** (Hobson, 2000, p. 239). De acordo com Hobson (2000), por exemplo, a classe seria imbricada por aspectos culturais, como é o caso do gênero; ao mesmo tempo, o gênero é perpassado pela classe social. Nesse sentido, mesmo que as desigualdades sejam usualmente tratadas em termos de classe, as relações de classe também

são constituídas em termos de gênero e em termos raciais, que se refletem, por exemplo, “nas imagens de mulheres como trabalhadoras dóceis dispostas a aceitar condições de exploração” (Hobson, 2000, p. 239). Nessa perspectiva, as instituições políticas e econômicas seriam fundamentais para compreender a reprodução de desigualdades.

Com base nisso, Hobson (2000) considera que a agência depende das relações entre aspectos culturais e materiais, além das desigualdades que se originam a partir dessas relações. Nas palavras da autora: a agência, isto é, “a liberdade de ser bem-sucedido, de desenvolver seu [do indivíduo] potencial, depende das normas culturais de diferentes estados de bem-estar” (Hobson, 2000, p. 239). Consoante Hobson (2000), o conceito de agência seria importante para compreender as desigualdades entre gêneros, já que ele “abrange a cidadania política e econômica – educação, representação política e mercado de trabalho” (Hobson, 2000, p. 239). Além disso, a autora argumenta que as “instituições e as políticas relevantes para o gênero que emergem delas são cruciais para moldar os resultados da agência” (Hobson, p. 239).

Hobson (2000) acredita que a “agência é um conceito-chave nas desigualdades de gênero porque . . . fornece um local de encontro entre as identidades dos sujeitos e as instituições” (Hobson, 2000, p. 239). Para a autora, as identidades e interesses de gênero perpassam as hierarquias institucionais, de modo que grupos de homens se unem para manter as mulheres afastadas de domínios considerados masculinos. Sendo assim, as instituições afetam a identidade e a auto percepção das mulheres, o que afetaria sua agência, sua a liberdade para ser bem-sucedida. Segundo Hobson (2000), essa visão de agência seria uma estratégia analítica mais eficaz do que os “*modelos racionais de escolha* [ênfase adicionada] baseados em uma visão de ação estratégica em que indivíduos sem identidades respondem a variações nas estruturas de oportunidades dentro do contexto de tomada de decisão” (p. 240).

De acordo com Hobson (2000), a “agência . . . é um conceito contextualizado, historicamente arraigado” (p. 240). Desse modo, quando ela afirma que a agência dos indivíduos é desigual, ela acredita que essa desigualdade seria oriunda de “diferenças socialmente definidas no bem-estar das pessoas em grupos com uma história de desvalorização e exclusão” (Hobson, 2000, p. 240). Conforme a autora, o conceito de agência foi primordial para que as questões de gênero pudessem ser discutidas no contexto de estados de bem-estar. No entanto, Hobson (2000) considera que a conexão da agência individual às instituições e à construção de identidades sociais e políticas ainda precisa ser explorada no plano teórico. Para a autora, essa relação exige vincular a agência individual à agência coletiva.

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Agência e autoconhecimento: Para Hobson (2000), a compreensão de que a desigualdade é multifacetada só é possível por meio da emergência de grupos sociais minoritários. Na visão comportamentalista radical, esses grupos minoritários tornariam práticas culturais desiguais (ou discriminatórias) conspícuas ao expor um indivíduo ou grupo de indivíduos a determinadas contingências. Nas palavras de Ruiz (1998): “A cegueira social por membros do grupo dominante, que são atendidos pela prática, está provavelmente relacionada à ausência de contingências discriminativas, que podem tornar os efeitos diferencialmente opressivos da prática visíveis” (p. 184). Pensando na dominação masculina como uma cultura (Fontana, 2019), seria menos provável que os homens – que são favorecidos por práticas culturais que aumentam seu controle (poder) e acesso (privilégio) a reforçadores – percebam uma prática cultural opressiva em relação às mulheres como uma prática discriminatória. As mulheres, enquanto grupo social minoritário, descreveriam contingências para que os efeitos opressivos das contingências discriminatórias se tornassem visíveis para outros indivíduos ou grupos de indivíduos. Em termos comportamentalistas radicais, a descrição dessas contingências poderia ser entendida em termos do repertório de autoconhecimento.

- Crítica à dicotomia sistemas explicativos dicotômicos (material *versus* social): De acordo com Hobson (2000), as reivindicações de grupos de mulheres se constituíram em termos do acesso a recursos materiais (redistribuição de bens sociais, oportunidades de emprego e creche) e da desvalorização cultural (reconhecimento da dominação cultural, da integridade corporal, das preferências sexuais e oposição a imagens que degradam as mulheres como grupo). Para a autora, não há uma cisão entre aspectos materiais e culturais, eles se relacionam entre si: a distribuição e o acesso a recursos materiais relacionam-se às normas culturais. Sob a ótica comportamentalista radical, não é possível apartar o mundo físico do social; essas são instâncias diferentes de um único mundo com o qual o indivíduo se relaciona e por meio do qual desenvolve uma história única (Lopes et. al., 2018).

- Crítica a modelos racionais de escolha: Embora Hobson (2000) não se atenha a esse tópico, ela concebe que o conceito de agência pode ser uma estratégia analítica mais profícua que os modelos racionais de escolha, o que sugere que sua aceção de agência seria antitética a esses modelos. Essa crítica pode ser considerada compatível com a crítica comportamentalista radical à escolha como autodeterminação (Skinner, 1953).

- A agência é um *lugar* de encontro: Hobson (2000) compreende a agência como um local de encontro entre a identidade dos sujeitos e as instituições. De modo similar, Skinner (1971), advoga que o indivíduo é “um lócus no qual muitas linhas de desenvolvimento convergem em um único conjunto” (p. 209). Nessa perspectiva, o indivíduo seria um ponto de encontro de “diferentes perspectivas históricas, nas quais se situam as ações humanas: o mundo físico, o mundo vivo, o mundo cultural-verbal, constituindo, ao final, um mundo individual complexo e único” (Lopes et. al., 2018, p. 71).

- Agência é contextual: Para Hobson (2000), a agência está contextual e historicamente arraigada, tese que é compatível com a definição comportamentalista radical do conceito de agência (Ruiz, 1998; Zuriff, 1975).

Incompatibilidades da aceção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Não foram identificadas incompatibilidades.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar a noção de agência por meio dos conceitos de autoconhecimento, contracontrole e controle: A despeito de Hobson (2002) compreender que o reconhecimento de diferentes formas de desigualdade só seria possível por meio da emergência de grupos sociais minoritários – o que poderia ser compreendido em termos do repertório de autoconhecimento. O comportamentalismo radical compreende que há diferentes níveis de autoconhecimento, que dizem respeito à capacidade de um indivíduo descrever as variáveis das quais seu comportamento é função: autorrelato verbal sob controle de condições corporais, de variáveis associadas às propriedades das repostas e de propriedades do ambiente (Malacrida & Laurenti, 2018). Esses diferentes níveis de autoconhecimento poderiam se somar a descrição das variáveis relacionadas a diferentes formas de desigualdade entre as mulheres. Ademais, o autoconhecimento, por sua vez, seria condição para o autocontrole, repertórios que permite ao indivíduo mudar o próprio comportamento ao modificar as variáveis das quais ele é função. Os repertórios de autoconhecimento e autocontrole, por seu turno, seriam condição para a emergência o contracontrole, repertório que possibilita o enfrentamento a formas de controle opressivos, enfraquecendo-as ou superando-as. Esses conceitos poderiam ser apropriados pelas feministas para destacar o caráter contextual da agência, dando exemplos concretos de como as mulheres poderiam fazer escolhas para superar as desigualdades relacionadas ao gênero (perpassado por aspectos como raça, classe, etnia e preferências sexuais).

O que a aceção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Interseccionalidade: O gênero, segundo Hobson (2000), é imbricado por outros aspectos culturais, como raça, classe, etnia e preferências sexuais, o que significa que ele também é constituído por esses aspectos. Segundo a autora, esses diferentes aspectos dividem os indivíduos e mostram facetas diversas das desigualdades sociais.

- Agência e agências de controle: Conforme Hobson (2000), as instituições políticas e econômicas são primordiais para compreender a reprodução de desigualdades. Além disso, essas instituições e as políticas que emergem delas também seriam fundamentais para moldar a agência. Para a autora, as identidades e os interesses de gênero atravessam as hierarquias institucionais, de modo que grupos de homens se unem para manter as mulheres afastadas de domínios considerados masculinos. Assim, as instituições afetam a identidade e a auto percepção das mulheres, o que, em contrapartida, afeta sua agência.

Jakobsen, J. R. (1995). Agency and alliance in public discourses about sexualities. *Hypatia*, 10(1), 133-154.

Contexto da discussão: Ético-político

De acordo com Jakobsen (1995), a formação de políticas de aliança tem sido um tema recorrente nas discussões éticas e políticas do feminismo contemporâneo. Tradicionalmente, a constituição dessas alianças se respaldou em uma perspectiva de **agência pautada na noção de coerência**. Essa acepção, denominada agência moderna, **concebe os indivíduos como “internamente coerentes, racionais e autônomos”** (Jakobsen, 1995, p. 134). Subjaz a essa visão que quaisquer ambiguidades e contradições que comprometessem a coerência do indivíduo também comprometeriam sua agência.

Nesse cenário, a coerência na qual a acepção de agência moderna se baseia seria considerada uma condição necessária para a constituição do indivíduo como agente, pois ela unificaria as experiências individuais e mostraria cursos de ação mais efetivos. Conforme Jakobsen (1995): a “agência em sua forma moderna e coerente poderia parecer particularmente efetiva porque esclarece as ambiguidades e os conflitos da agência, esclarecendo, assim, o caminho para a ação” (p. 134). Todavia, a autora acredita que essa noção de agência seria mais limitante que empoderadora, sobretudo quando se trata de indivíduos marginalizados.

Jakobsen (1995) critica essa noção de agência, pois compreende que **o apelo à coerência “trabalha para controlar a diversidade e aplainar a complexidade”** (p. 134) dos indivíduos. Segundo a autora, ao rejeitar a diversidade e a complexidade, a agência moderna seria responsável por dividir os indivíduos e subordiná-los a interesses dominantes. Isto é, essa concepção de agência diminuiria a possibilidade de indivíduos com interesses políticos comuns formarem alianças entre si para resistir a interesses dominantes. Contudo, a autora assevera que nem as políticas de aliança nem sempre se constituem sem contradições, o que dificultaria sua acomodação à acepção de agência moderna.

Com base nessas críticas, Jakobsen (1995) visa a apresentar um **modelo de agência que comporte a diversidade e a complexidade dos indivíduos**. A autora conduz essa discussão no contexto da formação de alianças entre feministas antiviolença e cristãos conservadores em debates sobre a pornografia. No que diz respeito a isso, a autora considera que o principal motivo para as feministas antiviolença terem se aliado a cristãos conservadores seria a dependência das primeiras em estabelecer critérios para a agência, ou seja, critérios para a ação. A “subordinação” e a “degradação” das mulheres seriam exemplos desses critérios.

Jakobsen (1995) afirma que, no âmbito dos debates sobre a pornografia, os critérios “subordinação” e “degradação” permitiriam (tanto feministas quanto cristãos conservadores) distinguir entre o material pornográfico que seria nocivo às mulheres e aquele que não seria. Como consequência disso, haveria, entre os materiais, aqueles que deveriam ser punidos pela

lei e aqueles que não deveriam ser punidos. Nesse sentido, “ao reivindicar agir apenas em relação a categorias claramente distinguíveis – regulando apenas imagens sexuais claramente problemáticas – feministas antiviolença criaram um meio de ação claro e, portanto, uma agência clara” (Jakobsen, 1995, p. 135).

A princípio, feministas acreditaram que recorrer a esses critérios poderia ser efetivo, uma vez que eles se ajustariam a uma estrutura já existente. No entanto, haveria um problema: os “critérios modernos . . . deveriam operar livre de contexto, fornecendo as ferramentas necessárias para distinguir categorias em qualquer contexto que elas apareçam” (p. 135). Isso significa que todas as categorias poderiam ser usadas independentemente do contexto. Assim, o critério de “degradação” poderia distinguir, para as feministas antiviolença, entre materiais que tratam as mulheres como objetos e materiais que não são prejudiciais a elas. Para cristãos conservadores, por sua vez, esse mesmo critério poderia ser aplicado a todo e qualquer material pornográfico, prejudicial ou não às mulheres, para reforçar valores cristãos tradicionais.

Segundo a autora, seria difícil para as feministas superar a apropriação descontextualizada desses critérios, pois admitir que eles tenham um significado ambíguo ou contraditório seria assumir que seus discursos – e a própria agência – são inefetivos. Dessa forma, “embora apelar para os critérios modernos pareça fornecer uma agência eficaz inicialmente, eles também podem abrir os agentes para apropriações que diminuem sua agência” (Jakobsen, 1995, p. 136). Somado a isso, o critério estabelecido “torna-se o único fator relevante e a complexidade de qualquer ato ou imagem – sua constituição em relação às hierarquias de sexo/gênero/raça/classe . . . – torna-se inarticulável” (Jakobsen, 1995, p. 137).

Jakobsen (1995) defende que a discriminação pelo sexo ou gênero deveria ser subvertida por uma análise de múltiplas opressões, a fim de analisar a “complexa interação entre gênero, raça, classe e sexualidade” (p. 138). Para a autora, construções modernas de agência e aliança parecem, entretanto, “incapazes de articular esse tipo de complexidade” (Jakobsen, 1995, p. 139). Sob o prisma da agência moderna, as reivindicações legais só teriam êxito se fossem feitas em nome de apenas uma dessas categorias. Isso porque o princípio da coerência faz com que os agentes sejam “induzidos a constituir ‘lados’ coerentes ao longo de um único eixo de opressão que compromete potenciais compromissos com a diversidade e a complexidade, e, portanto, minar políticas eficazes de agência e aliança” (Jakobsen, 1995, p. 139).

Com base nisso, Jakobsen (1995) busca construir “um modelo alternativo de agência que resiste aos aspectos coerentes e unificantes da agência moderna, empregando a multiplicidade e a complexidade que se provaram problemáticas para a formação de alianças no discurso público moderno” (pp. 139-140). Para a autora, assumir as ambivalências e contradições significaria abrir espaço para possibilidades – um “espaço entre” que poderia servir de base para a construção de novas alianças. A formação de alianças nesse espaço possibilitaria assumir as diferenças entre os indivíduos, reconhecendo a complexidade de suas identidades. Por exemplo, a posição de uma mulher também poderia ser entendida como a posição de uma mulher negra, de uma mulher pobre ou de uma mulher lésbica.

Articular esse “espaço entre” viabilizaria criar alianças entre as interseccionalidades e a inquirir a respeito delas. Conforme Jakobsen (1995), “trabalhar no espaço entre as identificações abre a possibilidade para uma nova linguagem crítica, sem impedir possíveis alianças” (p. 141). Considerar as interseccionalidades seria procurar pela ambivalência de diferentes modos de vida. Para Jakobsen (1995), a procura pela ambivalência seria justamente a chave de resistência à verdade singular e à coerência impostas por uma oposição. Sendo assim, um dos aspectos centrais dessa nova acepção de agência seria a resistência, em vez da reafirmação, aos interesses dominantes:

A conceptualização alternativa de agência . . . destaca novas possibilidades para lésbicas, feministas e *queers* de resistirem a alianças com interesses dominantes por não aderir a mudanças aparentemente contínuas no significado dos discursos da esfera

pública. Novas resistências à apropriação se tornam possíveis porque a agência não depende mais de critérios ou categorias sem contexto. (Jakobsen, 1995, p. 142)

Jakobsen (1995) acredita que considerar a multiplicidade permitiria “destacar perigos que são escondidos pelas construções modernas” (p. 142). Para a autora, embora a multiplicidade isolada não seja capaz de resistir a esses perigos, ela permitiria ressaltar onde resistir e também ajudaria a articular as complexidades enfrentadas pelos indivíduos que resistem. Jakobsen (1995) elucida o ponto: “Se o espaço entre identificações e diferenças for um espaço de complexidade, então é esse espaço que permitiria a articulação simultânea e cruzada de relações de poder criadas por opressões estruturais de gênero, raça, classe e sexualidade” (p. 143). A multiplicidade poderia considerar diferentes formas de opressão legítimas, criando a possibilidade de resistência a diferentes formas de opressão.

O *status* atribuído à multiplicidade, todavia, não tem a pretensão de agrupar todas as diferenças em um discurso singular e universal: “Eu não estou simplesmente incitando um discurso que de alguma forma se concentra em todas as diferenças simultaneamente, um movimento com tendências universalizantes que podem restabelecer um discurso singular ao subsumir vários locais de luta” (Jakobsen, 1995, p. 143). Em vez disso, Jakobsen (1995) propõe que as multiplicidades e ambivalências sejam articuladas pela “‘interseccionalidade’ das diferenças – os pontos em que múltiplos processos de diferenciação social se reúnem para formar nexos de opressões, bem como os espaços entre os abismos da diferenciação” (p. 143).

Jakobsen (1995) destaca, entretanto, que “trabalhar nas intersecções entre várias mudanças e identificações não necessariamente remove os conflitos ou opressões criados por dominações estruturais” (p. 145). Ou seja, a intersecção mostraria, por exemplo, que mulheres brancas são oprimidas por seu gênero e que as mulheres negras são oprimidas por seu gênero e por sua raça; outrossim, o preconceito racial também pode ser praticado por pessoas que estão na mesma intersecção de gênero. A interseccionalidade viabiliza direcionar o olhar para as diferenças, o que não significa que ela é isenta de opressões ou de dominação estrutural. Segundo Jakobsen (1995),

Reconstituir a agência por meio da leitura da multiplicidade e da ambivalência é um dos meios possíveis para se lançar bases para novas alianças. Proliferação, multiplicidade, excesso e indecisão não são por si só, no entanto, suficientes para uma alternativa à agência moderna; em vez disso, proliferação, indecisão e ambivalência abrem espaços/locais de luta onde possamos construir formas alternativas de agência e aliança que possibilitem e empoderem nossas vidas em toda sua diversidade e complexidade. (p. 145-146)

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Crítica à ideia de uma agência autônoma e independente do contexto: De acordo com Jakobsen (1995), a agência moderna concebe os indivíduos como internamente autônomos, coerentes e racionais. Para a autora, essa visão de agência seria limitante, pois estabelece critérios para a ação que operariam independentemente do contexto. À semelhança de Jakobsen (1995), o comportamentalismo radical também é avesso a explicações sobre a agência que desconsideram o papel do contexto (Ruiz, 1998; Zuriff, 1975). Zuriff (1975), por exemplo, defende que a agência não se baseia em atributos internos de um indivíduo. Para ele, a agência (causar ativamente uma ação) depende do contexto comportamental. No mesmo sentido, Ruiz (1998) afirma que agência é agir em contexto; ela refere-se a características de ações e não a características de indivíduos. Baseado nisso, se se considera que um agente é autônomo, coerente e racional, essas características deveriam ser elucidadas recorrendo à relação do indivíduo com seu ambiente, não a um eu iniciador. A autonomia, por exemplo, não diria respeito à possibilidade de um indivíduo causar o próprio comportamento independentemente do contexto, mas a contingências verbais que o permitem manipular o ambiente e seu

comportamento verbal. Já a coerência de um indivíduo, de seu padrão comportamental, estaria relacionada à estabilidade de contingências sociais ontogenéticas (Skinner, 1974/1976), não a um mecanismo regulador interno. Por fim, a racionalidade seria explicada em termos de contingências sociais verbais: o indivíduo racional seria aquele capaz de descrever o porquê se comporta (Lopes et. al., 2018).

- Consciência a respeito da pluralidade dos indivíduos como condição para a resistência (contracontrole): Jakobsen (1995) acredita que reconhecer a multiplicidade e a complexidade dos indivíduos viabilizaria a possibilidade de eles constituírem alianças entre si para resistir a interesses dominantes. Seguindo essa lógica, o comportamentalismo radical defende que há uma pluralidade de maneiras de se relacionar com o mundo, sobretudo com o mundo social, e que todas elas são legítimas (Lopes et. al., 2018). Essa condição plural de se relacionar com o mundo sinaliza, ao mesmo tempo, que o mundo está aberto para a ação dos indivíduos e que os indivíduos podem mudar o mundo por meio de suas ações. Além disso, o reconhecimento desses diversos modos de agir no mundo questiona a ideia de que haja um modo de agir que seja dominante em relação a outros. A noção de agência de Jakobsen (1995) também parece se aproximar dos conceitos de autoconhecimento e contracontrole do comportamentalismo radical. O reconhecimento da multiplicidade e da complexidade dos indivíduos poderia ser entendido como a consciência sobre as diferentes variáveis que controlam seu comportamento. O conhecimento das variáveis controladoras do comportamento, por sua vez, estaria relacionado ao repertório de contracontrole: para que os indivíduos possam resistir, isto é, agir de modo a enfraquecer ou minar o controle, eles precisariam discriminar as variáveis que controlam seu comportamento. Assim como no comportamentalismo radical o repertório de autoconhecimento é condição para exercer contracontrole, Jakobsen (1995) sustenta que assumir a pluralidade é condição necessária, mas não suficiente para a agência. A autora justifica que reconhecer a diversidade permite ressaltar em que frentes os indivíduos deveriam resistir. Uma vez que a aceitação de agência de Jakobsen (1995) invoca a possibilidade de resistência a interesses dominantes e que essa resistência seria coletiva (já que ela se daria por meio da formação de políticas de aliança entre indivíduos), sua visão parece se aproximar mais da definição agência explorada por Ruiz (1998).

- Relação entre o contexto e a diversidade dos indivíduos: Jakobsen (1995) acredita que ignorar o contexto seria equivalente a ignorar a complexidade dos indivíduos. Mais especificamente, a autora critica o uso de categorias para a agência que sejam independentes do contexto, pois trabalhar com essas categorias significaria rejeitar todas as intersecções que as atravessam. Esse argumento parece ir na esteira da crítica comportamentalista radical ao essencialismo. O antiessencialismo skinneriano opõe-se a ideia de que a realidade (incluindo os indivíduos) seja constituída por modelos ou tipos ideais imutáveis – em última análise, categorias. Skinner (1981), também recorre ao contexto para tratar da complexidade dos indivíduos à medida que considera que a diversidade deles deveria ser explicada recorrendo a diferentes contingências (filogenéticas, ontogenéticas e culturais). Com efeito, são as relações de um indivíduo com seu contexto que explicam a diversidade, não uma categoria pré-estabelecida.

- Potencialidade da diversidade, das diferenças: Segundo Jakobsen (1995), a rejeição da diversidade seria responsável por dividir os indivíduos e subordinar aqueles que são marginalizados a interesses dominantes. Para a autora, assumir a diversidade seria permitir que indivíduos com interesses comuns poderiam resistir a interesses dominantes. Assimilando as afinidades do comportamentalismo radical com a filosofia pragmatista, reconhecer as diferenças entre os indivíduos seria abrir espaço para a resistência, para ações éticas que diminuam a opressão de indivíduos somente por que eles são, de alguma forma, diferentes daqueles cujos interesses são dominantes em um dado contexto. Sob a ótica pragmatista, sempre haverá diferenças, diversidade e resistência (Lopes et. al., 2018).

Incompatibilidades da aceção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Não foi identificada nenhuma incompatibilidade.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar as noções de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole: Jakobsen (1995) concebe que ter consciência a respeito da multiplicidade e da complexidade dos indivíduos seria condição para que eles, sobretudo aqueles marginalizados, formassem alianças entre si para resistir a interesses dominantes. Apesar de a consciência sobre a diversidade dos indivíduos poder se aproximar da noção de autoconhecimento do comportamentalismo radical, Jakobsen (1995) não explora como essa consciência poderia ser utilizada de modo mais concreto na resistência aos interesses dominantes. Assente nisso, a noção de autoconhecimento do comportamentalismo radical poderia ser profícua para o feminismo no sentido de que ajudaria a evidenciar que há diferentes níveis de autoconhecimento relacionados à discriminação e à descrição de variáveis relacionadas à topografia de uma ação, às condições antecedentes e às consequências dessa ação. Na visão comportamentalista radical, indivíduos que têm consciência do próprio comportamento estão em melhores condições para prever e modificar o próprio comportamento (Skinner, 1953/1965), algo que poderia ser de grande valia para uma noção feminista de agência engajada na resistência. No que tange ao autocontrole, Jakobsen (1995) parece não ter abordado uma discussão que se aproxime da aceção comportamentalista radical desse conceito. Sendo assim, o comportamentalismo radical poderia acrescentar como a consciência sobre as variáveis das quais um comportamento é função (autoconhecimento) permitiria aos indivíduos, notadamente os marginalizados, a manipular as variáveis das quais seu comportamento é função (autocontrole) e, desse modo, promover a resistência (contracontrole) a controles opressores.

- Ampliar a discussão sobre diferenças sob a perspectiva de uma ética comportamentalista radical afeita ao pragmatismo: Na visão do pragmatismo, o mundo (e, conseqüentemente, os indivíduos) é plural. Com base nisso, o ponto de partida de uma ética pragmatista seria as diferenças entre “nós” e “eles”. A ética pragmatista objetiva reduzir a distância entre “nós” e “eles”, o que significa que ela tenciona trazer o “eles” para o “nós”. Os critérios para aumentar o número de pessoas do “nós” e diminuir o número de pessoas no “eles” deveriam ser contextuais, não universais. Assim, a ética comportamentalista radical olha para narrativas culturalmente construídas que destacam as semelhanças e dessemelhanças entre “nós” e “eles” que devem observadas. Essas semelhanças e dessemelhanças são construídas por meio de práticas culturais verbais e, por esse motivo, elas são contextuais, contingentes. A despeito de essas narrativas serem transmitidas ao “nós” como se fossem universais, não é porque uma minoria de indivíduos de uma cultura desconsidera algumas práticas culturais que esses membros são inexistentes ou menos reais. Do ponto de vista do pragmatismo, uma cultura não é capaz de suprimir a diversidade; sempre haverá diferenças, diversidade e resistência. A questão que ficaria para a filosofia pragmatista é qual o status atribuído a essas diferenças. O pragmatismo se volta para as práticas culturais verbais e busca reescrever uma narrativa, de modo que algumas dessemelhanças se tornem desimportantes. O critério para decidir se uma dessemelhança entre “nós” e “eles” são critérios empíricos: práticas culturais que promovem opressão devem ser combatidas. Assim, o pragmatismo e, por extensão, o comportamentalismo radical, parece impor um limite às diferenças: nem todas elas devem ser aceitas, pois algumas delas causam opressão, sofrimento dor a outros indivíduos. Ademais, extinguir “eles” seria incompatível com a filosofia pragmatista: sempre haverá “eles” e “nós” (Lopes et. al., 2018).

O que a aceção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Interseccionalidade e resistência: De acordo com Jakobsen (1995), o reconhecimento de intersecções entre gênero, raça, classe e sexualidade permitiria assumir as diferenças entre os

indivíduos e admitir a complexidade de suas identidades. A autora considera que o reconhecimento dessas variáveis seria a chave para resistir a interesses dominantes, uma vez que assumir a multiplicidade e a complexidade das identidades possibilitaria resistir a diferentes formas de opressão. Ao incorporar variáveis como gênero, raça, classe e sexualidade, o comportamentalismo radical poderia ampliar a consciência a respeito do papel que elas ocupam nas contingências de reforçamento, aumentando a efetividade de suas análises funcionais. Ainda, ao incorporar essas variáveis, a noção de agência de Jakobsen (1995) também ajudaria a tornar o contracontrole mais efetivo, pois ajudaria a evidenciar quem controla o comportamento, além de como, quando e por que ele se dá.

Lucas, S. D. (2017). The primacy of narrative agency: Re-reading Seyla Benhabib on narrativity. *Feminist Theory*, 19(2), 123-143.

Contexto da discussão: Ontológico/Ético-político

Os debates sobre a agência na literatura feminista contemporânea costumam ser polarizados em dois flancos. Um que advoga pela “necessidade de agir para efetivar ações sociais e políticas” e outro que compreende que a “ação é amplamente –se não totalmente – determinada por relações de poder opressivas” (Lucas, 2017, p. 1). No que se refere ao primeiro, algumas feministas consideram que tratar sobre agência e subjetividade no feminismo desviaria a atenção da liberdade que emerge quando as mulheres agem em conjunto. Por outro lado, há feministas que acreditam que as relações de poder poderiam comprometer a agência individual ao sistematicamente marginalizar e subjugar os indivíduos.

Lucas (2017) pondera que uma visão coletiva de agência poderia ser uma alternativa útil para pensar em uma política feminista interseccional. No entanto, a autora defende que, “sem uma noção de agência individual . . . tal política é empobrecida” (Lucas, 2017, p. 2). Isso se daria por duas razões. Em primeiro lugar, **uma noção exclusivamente coletiva de agência “subestima a capacidade de um indivíduo único de dar algum sentido à sua vida, mesmo sob as circunstâncias mais subjugadoras”** (Lucas, 2017, p. 2). Somado a isso, essa perspectiva de agência desconsidera “a importância do reconhecimento mútuo entre indivíduos únicos para sustentar a agência coletiva” (Lucas, 2017, p. 2).

Segundo Lucas (2017), **o conceito de agência narrativa poderia “elucidar a interconectividade das agências individual e coletiva”**, pois permite “articular a capacidade . . . de um indivíduo de criar sentido ao enfrentar as limitações impostas à agência pela constituição do sujeito por normas” (Lucas, 2017, p. 2). A autora define a agência narrativa como “a capacidade de dizer ‘eu’ ao longo do tempo e em relação aos outros. [Todavia] Este não é o ‘eu’ da razão pura ou o agente por trás da ação” (Lucas, 2017, p. 3). Aqui, a agência narrativa é compreendida como pré-condição para a identidade narrativa, entendida como a “cambiante constelação de narrativas que compõem um eu particular” (Lucas, 2017, p. 3).

O entendimento de que a agência narrativa seria pré-condição para a identidade narrativa possibilitaria reconhecer a contingência e a complexidade da identidade (e. g. Lucas, 2017, pp. 3, 13). Lucas (2017) acredita que isso permitiria considerar os efeitos das relações de poder na formação da identidade dos indivíduos, sem que isso redunde na sua completa subordinação. Conforme a autora, o indivíduo tem autonomia em relação às relações de poder. Contudo, a autonomia não é independente do contexto, mas é uma capacidade reflexiva crítica que é influenciada pelo contexto e pelas relações de poder, mas não redutível a eles. Nessa perspectiva, os indivíduos teriam condições de promover transformações *positivas* nas relações de poder (e. g. Lucas, 2017, pp. 11, 12, 16).

A capacidade crítica, em última análise, depende da concepção do indivíduo de si mesma [*herself*] como um ser coerente, porém mutável, ao longo do tempo, em um

contexto sócio-histórico específico e uma comunidade que a reconhece. O sujeito não pode transcender relações de poder, contexto social ou tempo. Também não podemos dizer que um sujeito consistentemente exerce autonomia da mesma maneira ou na mesma extensão ao longo de sua vida. Mas podemos mudar as estruturas de poder de dentro por meio da interação coletiva de narrativas: podemos reconhecer, reorganizar e reformular normas por meio da criação coletiva de significado. (Lucas, 2017, p. 3)

Essas asserções permitem atribuir algumas características à agência narrativa. A primeira delas é a de que a agência narrativa é *primária*, no sentido de que ela é necessária para a criação da identidade narrativa e implica na sua existência continuada. Em segundo lugar, a noção de que a agência narrativa é *relacional*, pois “só posso significativamente me distinguir como um ‘eu’ em relação aos outros [indivíduos]” (Lucas, 2017, p. 4). A agência narrativa também é *generativa*, uma vez que a “unicidade de um agente permite que ela crie significado de um ponto de vista que é dela e somente dela” (Lucas, 2017, p. 4).

A assunção de que a agência narrativa é primária implica que cada indivíduo tem a capacidade de criar narrativas significativas quando em relação com outros indivíduos. Para Lucas (2017), isso subentende que a agência narrativa “não propõe um sujeito estático que possui, ao longo da vida, uma identidade imutável e completamente articulável” (p. 4). Afirmar que a agência narrativa é primária tampouco significa advogar por um indivíduo que precede o discurso e cuja identidade está completamente constituída. Deveras, a “identidade depende da mudança dinâmica de narrativas de outros [indivíduos] ao longo do tempo” (Lucas, 2017, p. 4). Lucas (2017) elucida o ponto:

O agente narrativo, concebido como companheiro de conversação dentro de uma rede de interlocução, de maneira alguma representa um eu central fixo ou estático: ela é mutável e dependente do contexto . . . A capacidade do sujeito de fazer sentido é a constante que permite que um senso coerente de si mesmo se desenvolva ao longo do tempo. Além disso, se o processo de entender o eu ao longo do tempo é concebido como inerentemente relacional, então o sujeito nunca é o único responsável por sua própria história. Na verdade, ela deve sempre encaixar sua história com e ao lado das histórias de outras pessoas. (pp. 5-6).

Nesse sentido, a agência narrativa é uma atividade relacional. Consoante Lucas (2017), a capacidade de um indivíduo de criar significado ocorre “dentro de um grupo de indivíduos, cada um dos quais único em virtude de uma perspectiva particular, irrepetível” (Lucas, 2017, p. 4). Um indivíduo sempre está inserido em uma comunidade de indivíduos, na qual se constituem relações dependentes do contexto: a “agência narrativa é essencialmente relacional na medida em que surge de conversas dentro de redes de interlocução” (Lucas, 2017, p. 11). Uma vez que “as conversas que constituem essa rede quase sempre ocorrem em terreno desigual” (Lucas, 2017, p. 14), a agência narrativa não é a mesma para diferentes indivíduos.

Segundo Lucas (2017), é justamente o caráter relacional e intersubjetivo da agência narrativa que dá a ela força, pois, a capacidade de criar de sentido (autonomia) de um agente só possível no contexto de uma comunidade solidária que sustenta a identidade do indivíduo ao ouvi-lo e permitindo que ele ouça a outros indivíduos: “Eu incluo você na minha história como você me inclui na sua. Partes da sua história ressonam em mim, assim como partes da minha história ressoam em você” (p. 6). Essa perspectiva, para a autora, é capaz de conciliar indivíduo e coletividade, além de endossar a possibilidade de promover mudanças sociais positivas:

. . . se levarmos a sério a noção de . . . de criação de significado por meio de narrativas compartilhadas dentro de uma pluralidade, então podemos razoavelmente conceber a narratividade como uma espécie de mecanismo de mudança social. Juntos, somos capazes fazer e refazer declarações significativas sobre quem somos. O problema, então, torna-se como identificar se essa mudança é ou não para melhor: como identificar, em outras palavras, momentos de reconhecimento mútuo “positivo” e para distinguir

momentos de padrões prejudiciais de subordinação sistemática, falta de comunicação e reconhecimento errado. (Lucas, 2017, p. 11)

Em suma, Lucas (2017) defende que a acepção de agência narrativa ressalta um indivíduo que é sempre capaz de promover mudanças, algo que seria profícuo para a política feminista contemporânea. Nas palavras da autora: “Um agente pode incorporar as alegações sobre as normas subjugadoras de gênero até em sua ideia mais básica de si mesma, e ainda assim ela é capaz, por meio da criação de um novo significado de um ponto de vista único, de mudar essas normas” (Lucas, 2017, p. 16). Dessa forma, a agência narrativa destaca a possibilidade de mudanças individuais e sociais.

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Crítica a explicações dicotômicas de agência: Segundo Lucas (2017), o debate sobre a agência na teoria feminista contemporânea é geralmente dividido em dois flancos: um que concebe os indivíduos como determinados pelas relações de poder, comprometendo a agência individual, e outro que destaca a possibilidade de mudança social. Para a autora, essas duas perspectivas seriam problemáticas. A primeira, porque subjugaria os indivíduos às relações de poder. A segunda, pois desviaria a atenção da liberdade que emerge da ação coletiva dos indivíduos. Ao mesmo tempo que crítica essas duas acepções, Lucas (2017) também não é partidária de uma acepção exclusivamente coletiva de agência. A autora considera que, sob essa ótica, o papel do indivíduo na construção dessa agência coletiva é subestimado. Assim como Lucas (2017), o comportamentalismo radical critica explicações pautadas na separação entre mundo e indivíduo (Lopes et. al., 2018), ora ressaltando a passividade do indivíduo e sua subjugação ao ambiente (relações de poder), ora a autonomia do indivíduo em relação ao ambiente (o indivíduo que é capaz de promover mudanças sociais a despeito das relações de poder).

- Caráter relacional da identidade e da agência: Lucas (2017) defende que cada indivíduo é único. Mas sustentar essa tese não implica que a identidade é estática, imutável e completamente coerente. Consoante a autora, a identidade está em constante mudança e depende do contexto sócio-histórico e do reconhecimento de outros indivíduos que integram uma mesma comunidade. Ou seja, um indivíduo só é capaz de se distinguir como tal se está em relação com outros indivíduos. Para Lucas (2017), uma vez que a identidade está relacionada ao contexto, relações de poder participam de sua constituição. Todavia, isso não significa que a identidade do indivíduo se reduz a essas relações. O indivíduo tem autonomia em relação a elas, não no sentido de que ele as transcende ou transcende o contexto social, mas no sentido de que ele possui uma capacidade reflexiva crítica, que é influenciada pelo contexto e pelas relações de poder. De modo similar a Lucas (2017), o comportamentalismo radical compreende que a gênese da identidade (dos comportamentos entendidos como “eu”) se dá nas relações de um indivíduo com sua comunidade verbal. Esses comportamentos são considerados mutáveis (não estão finalizados, acabados), fluidos (têm a forma que assumem nas relações) e evanescentes (só existem enquanto acontecem). Sendo as relações do indivíduo com sua comunidade únicas – se constroem na inter-relação entre três temporalidades históricas distintas (filogênese, ontogênese e cultura) –, a identidade também o é.

- Caráter relacional da agência: A agência narrativa, isto é, a capacidade de um indivíduo identificar a si próprio na relação com outros indivíduos ao longo do tempo, permite a conciliação entre indivíduo e coletividade. O comportamentalismo radical defende que a agência só pode ser esclarecida por meio do exame das relações entre indivíduo e ambiente, do qual faz parte uma comunidade verbal (Ruiz, 1998; Zuriff, 1975).

- Agência e possibilidade de transformação social: Apesar de Lucas (2017) considerar que o sujeito seja constituído por normas e que isso limita sua agência, ela defende que o indivíduo é capaz de enfrentar essas limitações por meio de sua capacidade de criar sentido. Para a autora, os indivíduos podem se articular e promover mudanças sociais positivas, mesmo que estejam

inseridos em contextos em que relações de poder opressivas prevalecem. Isso seria possível, pois a interação (de narrativas) dos indivíduos permite reconhecer, reorganizar e reformular normas, particularmente aquelas subjugadoras. O comportamentalismo radical também compreende que é possível transformar as relações humanas (Skinner, 1971/2002). No caso de relações humanas desiguais entre os indivíduos, o comportamentalismo radical se vale do conceito de contracontrole, entendido como o planejamento de formas enfraquecer ou superar controles (Holland, 1974). Para Ruiz (1998), a possibilidade de contracontrolar (resistir) é uma das características da agência.

Incompatibilidades da aceção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Não foi identificada nenhuma incompatibilidade.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar a discussão de agência por meio dos conceitos de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole: O comportamentalismo radical poderia ajudar a complementar a noção de agência com o objetivo de promover mudanças sociais positivas nas relações de outros indivíduos com as mulheres. A noção de autoconhecimento poderia contribuir para que as mulheres identifiquem normas e modelos de relação que são prejudiciais a elas. O conceito de autocontrole, por exemplo, poderia instrumentar as mulheres com técnicas para modificar seu modo de relação com outros indivíduos (comportamento) e, como consequência, as relações de poder opressivas das quais seu comportamento é função. Outrossim, esses dois repertórios poderiam ajudar as mulheres a planejar formas de resistência às relações de poder (contracontrole).

O que a aceção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Interseccionalidade: Consoante Lucas (2017), a autonomia do indivíduo só é possível no contexto de uma comunidade solidária que ouve o indivíduo e permite que ele ouça outros indivíduos. Desse modo, a autora acredita que ouvir narrativas de indivíduos plurais permite inquirir se uma mudança é positiva (para determinados indivíduos) e se o momento em que reconhecemos outro indivíduo é ou não prejudicial a ele.

- Agência e agências de controle: As relações de poder (agências de controle) participam da constituição da identidade do indivíduo e, por extensão, influenciam a agência.

Mack, P. (2003). Religion, feminism, and the problem of agency: Reflections on eighteenth-century Quakerism. *Signs*, 29(1), 149-177.

Contexto da discussão: Ético-político

As feministas, via de regra, foram indiferentes ao exame da relação entre agência e a experiência de mulheres religiosas. Isso porque “a religião tornou-se irrelevante quando as pessoas desistiram de acreditar na verdade absoluta e começaram a confiar em seu próprio julgamento” (Mack, 2003, p. 150). Apesar da escassez de produção acadêmica nessa interface, os estudos feministas que exploraram a relação entre agência e religião usualmente trataram da religião de um modo negativo. Nessa perspectiva, “**o compromisso voluntário da pessoa religiosa com uma ordem religiosa autoritária [seria visto] como um exemplo do uso incorreto de agência ou autonomia**” (Mack, 2003, pp. 150-151).

De acordo com Mack (2003), as feministas reformularam visões tradicionais de agência como autonomia – o “agente livre não é mais assumido como um indivíduo independente” (p. 150), unificado e universal em sua razão. Ainda assim, o debate sobre autonomia continuou sendo central nas teorias emergentes sobre a identidade. As teorias da “autonomia relacional”,

por exemplo, estabeleceram que a autonomia do indivíduo “requer uma condição de conexão social, e pode ser prejudicada por condições de opressão social” (Mack, 2003, p. 151). No entanto, “a autonomia em si continua sendo uma questão individual, envolvendo o exercício da escolha, a satisfação das preferências individuais, e a capacidade de autogoverno racional” (Mack, 2003, p. 151).

Mack (2003) acredita que a preocupação de acadêmicos e acadêmicas em relação à autonomia e a simultânea indiferença à religião originou-se na metanarrativa da secularização nos debates sobre a história da identidade moderna. Para a autora, no discurso pós-iluminista, a religião foi interpretada como um impedimento à agência: “eles assumem que aqueles que são inspirados pelo entusiasmo religioso ou fanatismo, ou que vivem sob a influência de uma instituição ou disciplina religiosa, não têm agência ou têm agência limitada” (Mack, 2003, p. 153). Em contrapartida, “a sociedade secular, que localiza a autoridade e a prática fora das esferas da política ou do mercado, permite domínios de comportamento livre e autônomo” (Mack, 2003, p. 153).

A despeito dessas visões correntes, Mack (2003) argumenta que haveria motivos para explorar a relação entre agência e a experiência de mulheres religiosas. Conforme a autora, **ignorar a religião nas discussões sobre a agência poderia ser prejudicial, uma vez que ignora fatos históricos relevantes**. Por exemplo, Mack (2003) considera que isso “nos leva a ignorar o fato indiscutivelmente significativo de que na história da cultura ocidental, foram as mulheres cristãs devotas que demonstraram o maior grau de agência, particularmente aquele elemento de agência que envolve atividade na esfera pública” (p. 155). Em suma, as teorias da agência, amplamente definidas, não fariam jus ao comportamento de mulheres religiosas.

A fim de explorar a relação entre agência e religião, Mack (2003) versa sobre a experiência de mulheres quacres setecentistas. Segundo a autora, essas mulheres “tinham uma agência considerável em termos de capacidade de ação no mundo e capacidade de desafiar e deslocar as normas sociais de sua própria posição social subordinada” (Mack, 2003, p. 156). Todavia, sua ação não é concebida como um ato de vontade intencional, mas como ato de obediência à autoridade divina ou à sua comunidade: “Se pensarmos na agência como compreendendo tanto a capacidade de ação efetiva e a livre escolha para agir, poderíamos dizer que as ações das mulheres quacres eram eficazes, mas não intencionais” (Mack, 2003, p. 156).

Para as mulheres quacres, a agência não seria “a liberdade de fazer o que se deseja” (Mack, 2003, p. 156), mas “a liberdade de fazer o que é certo” (Mack, 2003, p. 156). Fazer “o que é certo” seria determinado tanto pela verdade absoluta de Deus quanto por uma consciência individual. Dessa forma, “a agência implicava obediência, bem como a liberdade de fazer escolhas e agir sobre elas” (Mack, 2003, p. 156). Além disso, a agência também pressupunha autoabnegação, já que “fazer o que é certo significa inevitavelmente subjugar pelo menos alguns de seus próprios hábitos, desejos e impulsos” (Mack, 2003, p. 156). Consoante Mack (2003), embora essa definição possa desagradar às feministas, ela deve ser contextualizada:

Para muitas feministas, esta definição de agência deve parecer combinar os piores elementos da opressão das mulheres: a falta de autoestima, a internalização de normas sociais (muitas vezes opressivas), e uma ausência de autoridade pessoal ao lado de uma suposição de culpa pessoal. Do modo como as mulheres setecentistas entendiam, a submissão a Deus e à comunidade religiosa acentuou a integridade pessoal e a credibilidade pública. A teologia quacre ensina que Deus (também chamado de “luz interior”, ou “semente”) está dentro de cada ser humano. Ao afirmar sua própria nulidade, o apagamento de sua vontade pessoal, o indivíduo sentiu seu desejo superficial para a autossatisfação superado por seu amor mais profundo pela verdade universal. (Mack, 2003, p. 157)

Conforme Mack (2003), dispensar os gestos de rendição e abnegação das mulheres quacres como falsa consciência ou como uma expressão encoberta de resistência à dominação

masculina seria, além de uma simplificação de seus aspectos psicológicos, “uma fuga de nossa responsabilidade não apenas para buscar exemplos de estratégias femininas de autoafirmação sob o patriarcado, mas para olhar firmemente para as próprias ideias das mulheres sobre a ética, autonomia e espiritualidade” (Mack, 2003, p.157). Na opinião da autora, a autoabnegação e a rendição se transformariam, nesse cenário, na base para a escolha, a ação e a cura.

Mack (2003) argumenta que a agência não é mero sinônimo de resistência às relações de subordinação. A agência é “uma capacidade para agir que as próprias relações de subordinação criam e permitem” (Mack, 2003, p. 159). **A deferência das mulheres a certas normas de sua religiosidade não necessariamente se confunde com a noção de docilidade, com o abandono agência.** A deferência a princípios religiosos poderia ser interpretada como a habilidade da mulher de ser ensinada, de que há certa maleabilidade de sua parte para ser instruída em habilidades ou conhecimentos específicos. A deferência não equivale a passividade, mas implica luta, esforço, conquista. A “agência raramente é experimentada como uma série completamente livre de movimentos ou escolha” (Mack, 2003, p. 159).

Os estudos sobre mulheres religiosas muitas vezes foram concebidos com base em uma ótica secular, englobando “relatos da experiência religiosa das mulheres nas narrativas de opressão social, ambição pessoal ou busca por autoexpressão” (Mack, 2003, p. 159). Para Mack (2003), o argumento da secularização é poderoso, uma vez que as crenças e práticas quacres podem ser facilmente compreendidas sob o prisma de noções modernas e liberais de individualidade. A autora elucida o ponto: “A teologia abstrata da luz interior e a propensão dos quacres de fundir as palavras Deus e sabedoria ressoam as ideias iluministas sobre uma divindade benevolente e distante e a bondade essencial da humanidade” (Mack, 2003, p. 162).

Ademais, a tradição quacre, que possui ministérios femininos e dedica-se ao movimento da reforma social, parece se ajustar aos ideais iluministas de progresso e luta por direitos humanos. Contudo, a mulher quacre era um símbolo dos valores quacres, pois os próprios valores quacres eram femininos: “As mulheres aceitaram a diferença entre os sexos, mas eles viram essa diferença não em termos de uma hierarquia que homens públicos privilegiados sobre mulheres privadas, mas como um equilíbrio de autoridade em que homens e mulheres atuaram em papéis paralelos, se não totalmente iguais” (Mack, 2003, p. 171). De acordo com Mack (2003), “[r]estrição, benevolência, privacidade, ordem doméstica, passividade: tudo isso . . . evoluiu no início do século XVIII como atributos não só das mulheres, mas do homem quacre santificado” (p. 164).

Por fim, Mack (2003) argumenta que, como trabalhadoras e chefes de família, as mulheres quacres eram agentes no sentido moderno: “uma autoridade corporificada para agir com base em sua própria escolha livre e inteligência” (p. 169). Elas tinham um senso de sua própria individualidade com base em práticas religiosas. Ademais, as mulheres quacres também tinham agência no sentido espiritual, ou seja, “uma autoridade desencarnada e não-generalizada baseada na presença da luz interior em cada alma, mas novas inibições sobre o comportamento . . . limitaram a expressão desta agência espiritual (Mack, 2003, p. 169).

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Crítica a explicações dicotômicas: Segundo Mack (2003), as feministas que trataram sobre a relação entre agência e religião criticaram visões tradicionais de agência como autonomia, isto é, “o livre exercício do comportamento” (p. 149). Para ela, o agente livre não seria independente, unificado e universal em sua razão, tal qual o indivíduo livre e autônomo da modernidade. Mack (2003) também impugna explicações que, embora reconheçam que as condições sociais possam influenciar a autonomia, enfatizam que ela seria individual no sentido de que é o indivíduo quem escolhe, satisfaz suas preferências e é capaz de se autogovernar racionalmente. Consoante a autora, a agência é uma capacidade de agir no mundo, mas essa capacidade não é sintoma de um ato de vontade ou de uma intenção do indivíduo. Assim como

Mack (2003), o comportamentalismo radical opõe-se a explicações dicotômicas de agência, particularmente aquelas que dão proeminência a um indivíduo autônomo, que age a despeito das circunstâncias sociais. Sob o prisma do comportamentalismo radical, as explicações que enfatizam o indivíduo em detrimento do ambiente ferem o escopo da ciência comportamental, que é investigar as relações indissociáveis entre indivíduo e ambiente. A filosofia skinneriana também parece ser inconsistente com a ideia de um autogoverno racional e individual. O comportamentalismo radical não compreende o autogoverno como algo estritamente individual, pois ele é mediado por uma comunidade verbal. O autogoverno pode ser entendido como um repertório similar ao autocontrole; ele permite a manipulação tanto de variáveis ambientais quanto de outro comportamento verbal, aumentando a probabilidade de emissão de respostas compatíveis com a resolução de problemas (Malacrida & Laurenti, 2018). Do mesmo modo, a “racionalidade” do indivíduo também é social. Um indivíduo é “racional” à medida que ele é capaz de descrever as variáveis controladoras (“razões”) de seu comportamento, ou seja, o porquê ele se comporta da maneira como se comporta. Esse repertório é social, uma vez que é a comunidade verbal quem cria condições para que o indivíduo descreva as variáveis das quais seu comportamento é função (Skinner, 1953/1965).

Incompatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- A agência é ato de obediência a Deus: De acordo com Mack (2003), a agência pode ser entendida como a capacidade de um indivíduo agir no mundo. No entanto, a ação seria um ato de obediência a Deus, pois o indivíduo é um instrumento da autoridade divina. Nesse sentido, a agência não é a liberdade que o indivíduo tem de fazer o que deseja, mas a liberdade de fazer o que é certo, o que seria determinado pela vontade absoluta de Deus e por uma consciência individual. O comportamentalismo radical rejeita a possibilidade de as ações serem regidas por um Deus (Skinner, 1971; 1989). A defesa de um Deus criador seria equivalente à defesa de um eu iniciador do comportamento – algo ou alguém que dá início ao comportamento, às relações entre indivíduo e mundo. A defesa de uma consciência individual também contraria a filosofia skinneriana, que compreende que a consciência (ou autoconhecimento) seria social, no sentido que ela se origina a partir das perguntas que a comunidade verbal faz aos indivíduos sobre suas condições corporais e sobre seu comportamento.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar a noção de agência por meio dos conceitos de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole: Mack (2003) definiu a agência como a capacidade de agir no mundo, bem como a capacidade de desafiar e deslocar as normas sociais da condição de subordinação de um indivíduo. Todavia, a autora compreende que a ação de um indivíduo seja um ato de obediência a Deus somado à consciência individual. Embora a autora explore a agência de mulheres quacres setecentistas, essa definição de agência poderia ser enriquecida por meio dos conceitos de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole. O conceito de autoconhecimento, por exemplo, poderia substituir a noção de uma agência pautada na consciência individual. Na perspectiva comportamentalista radical, o autoconhecimento pode ser entendido como social e se refere ao repertório de descrição das variáveis controladoras do comportamento, sejam elas relacionadas à topografia de uma resposta e/ou sob controle de condições corporais e/ou das propriedades do ambiente (Malacrida & Laurenti, 2018). O autoconhecimento seria condição para dois outros repertórios de comportamento: autocontrole e contracontrole, também sociais. O autocontrole diz respeito à manipulação das variáveis das quais o comportamento é função. Já o contracontrole pode ser entendido como formas de planejamento de resistência ao controle. Apesar de Mack (2003) não identificar a agência com a resistência, os conceitos de autocontrole e de contracontrole poderiam endossar a capacidade do indivíduo de desafiar e deslocar as normas sociais de sua condição de subordinação.

O que a acepção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- A agência não é sinônimo de resistência: Mack (2003) advoga que a agência não pode ser definida como mero sinônimo de resistência a relações de subordinação. A autora considera que a agência é uma capacidade para agir que emerge das próprias relações de subordinação. O fato de um indivíduo deferir a certas normas, a certos controles, não incorreria no abandono da agência. Com efeito, Mack (2003) interpreta essa deferência como uma habilidade do indivíduo de ser maleável, de ser instruído e ensinado. Assim, a deferência não é necessariamente equivalente à passividade, mas pode significar a luta, o esforço e a conquista do indivíduo.

Madhok, S., & Rai, S. (2012). Agency, injury, and transgressive politics in neoliberal times. *Signs*, 37(3), 645-669.

Contexto da discussão: Ético-político

As feministas ativistas muitas vezes recorreram à agência das mulheres como um instrumento de mudança social. Segundo Madhok e Rai (2012), em países de terceiro mundo, a agência é fortemente influenciada pela política neoliberal. Essa política evoca a agência para criar sujeitos dóceis, em harmonia com seu projeto político e econômico, e que visariam à sua manutenção: “É na produção desses sujeitos que desejam, autodisciplinados, autoconstituídos que o neoliberalismo se legitima . . . juntamente com novas formas de organizar a sociabilidade que reflitam sua racionalidade econômica” (Madhok & Rai, 2012, p. 648). O discurso neoliberal implicaria em uma acepção específica de agência, associada a um sujeito autônomo:

A agência, dentro desse discurso, está principalmente associada à formação de preferências autônomas, desejos e escolhas livres de limitações sociológicas e estruturais e exercidos independentemente da solidariedade ou ação coletiva. Na base das explicações neoliberais e formulações de agência há um sujeito que é racional, autoafirmado, independente, autossuficiente, responsável, e capaz de escrever e executar suas próprias ações. (Madhok & Rai, 2012, p. 648)

O indivíduo autônomo, racional e autodeterminado do liberalismo clássico foi transformado, no discurso neoliberal, no “sujeito hiper-racional que determina o curso das ações de sua vida” (Madhok & Rai, 2012, p. 648) e que é completamente responsável pelas consequências de suas ações, independentemente de quão inflexíveis são os limites impostos a elas. Seguindo essa lógica, o indivíduo seria um agente no sentido de que ele age em função de seus próprios interesses “para maximizar a produtividade acumulando, melhorando e utilizando de forma eficiente seus próprios recursos” (Madhok & Rai, 2012, p. 649).

As autoras, no entanto, **questionam uma compreensão “universalista, individualizada e voluntarista de agência que privilegia o indivíduo como locus de responsabilidade”** (Madhok & Rai, 2012, 646). A “agência deve ser informada por um mapeamento das relações de poder e pelas múltiplas posições dos sujeitos – de classe, casta, religião, gênero, espaço e sexualidade” (Madhok & Rai, 2012, p. 646). Esse mapeamento poderia alertar os indivíduos para “os riscos envolvidos no exercício agência em um cenário onde o poder político é manifesto, bem como oculto” (Madhok & Rai, 2012, p. 646). Isso, pois **“deixar de reconhecer que [os sujeitos] podem ser vítimas das relações de poder . . . que eles desafiam pode ser profundamente irresponsável”** (Madhok & Rai, 2012, p. 646).

De acordo com Madhok e Rai (2012) mapear as relações de poder não impede a possibilidade de resistir a contextos opressivos, mas sugere que a participação política de indivíduos e grupos deveria demonstrar consciência e sensibilidade em relação aos riscos e danos decorrentes disso. O conceito de risco ressalta que “indivíduos e grupos desafiam relações sociais dominantes não como eles querem, mas dentro de contextos sociais específicos

que são sustentados por relações de poder e, portanto, estão abertos não apenas a novas possibilidades, mas também ao risco de danos” (Madhok & Rai, 2012, p. 650). Nesse sentido, Madhok e Rai (2012) advogam que **a agência deveria ser localizada em contextos sociais, políticos e econômicos concretos.**

Entretanto, essa condição da agência implicaria em um dilema: se os sujeitos se constituem no âmbito e por meio de relações de poder, como eles poderiam desafiar essas relações? Em outras palavras, como seria possível exercer a agência em contextos em que há riscos e, mesmo ciente desses riscos, o agente poderia desenvolver estratégias para minimizá-los? Para Madhok e Rai (2012), pensar na agência implica “pensar sobre os espaços em que ela é exercida” (p. 662). Em primeiro lugar, as autoras pontuam que os espaços são complexos. Porém, o espaço local – aquele “sobre o qual os atores têm mais conhecimento e em que eles mais investem, uma vez que eles próprios vivem lá” (Madhok & Rai, 2012, p. 663) – seria mais acessível aos agentes, diminuindo riscos. Ademais, por ser o local mais próximo da vida das pessoas, ele permite uma maior sensibilidade à ecologia local.

Em segundo lugar, o risco seria inerente à agência quando ela pressupõe a transgressão de relações sociais: o “ativismo expõe os limites da agência” (Madhok & Rai, 2012, p. 665). O próprio exercício da agência não é uma questão individual, mas um “processo social com diferentes resultados e riscos variados” (Madhok & Rai, 2012, p. 662). O risco também é diverso, pois pode ser individual, coletivo ou institucional; também “pode ser de reputação ou operacional, mas para muitos também pode ser diretamente físico” (Madhok & Rai, 2012, p. 665). Por fim, o risco está inversamente relacionado aos poderes social e econômico, de modo que destaca a desigualdade, bem como novas formas de lidar com isso.

Compatibilidades da aceção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Críticas a explicações de agência centradas no indivíduo: Consoante Madhok e Rai (2012), a aceção neoliberal de agência é caracterizada pela constituição de preferências, desejos e escolhas livres de limitações sociais, econômicas e estruturais. Essa aceção de agência estaria subsumida a um sujeito que é racional, autônomo, independente, autossuficiente, e capaz de decidir sobre e executar as próprias ações. Em epítome, é um sujeito integralmente responsável pelas consequências de suas ações, independentemente dos limites que contexto as impõe. Madhok e Rai (2012) impugnam essa visão de agência, uma vez que ela seria universalista, individualista e voluntarista de agência, privilegiando o indivíduo. Assim como as autoras, o comportamentalismo radical também rejeita explicações de agência que enfatizam o indivíduo (Ruiz, 1998; Zuriff, 1975). Na filosofia comportamentalista radical, esse tipo de explicação está atrelado à defesa de um iniciador do comportamento – uma instância responsável por originar o comportamento –, ferindo o escopo da ciência comportamental.

- A agência é contextual: Para Madhok e Rai (2012), a agência deve ser localizada nos contextos sociais, políticos e econômicos do agente. Ou seja, exercer a agência requer conhecer os contextos em que ela é exercida. O comportamentalismo radical compreende que a agência é agir em contexto (Ruiz, 1998). Sendo assim, essa filosofia interpreta que a agência seria dependente do contexto comportamental observável, pois as ações do agente emergem na sua relação com o contexto e são sensíveis a esse contexto (Ruiz, 1998; Zuriff, 1975).

Incompatibilidades da aceção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Não foram identificadas incompatibilidades.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar a noção de agência por meio dos conceitos de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole: Madhok e Rai (2012) advogam que a agência deve ser localizada em contextos sociais, políticos e econômicos e que esses contextos são variáveis. Considerando isso, as

autoras conjecturam que o mapeamento das relações de poder permitiria aos indivíduos ter consciência e sensibilidade em relação aos riscos decorrentes da transgressão das relações de poder. Sob as lentes do comportamentalismo radical, a consciência pode ser interpretada como autoconhecimento. Apesar de Madhok e Rai (2012) terem admitido a importância da consciência a respeito das relações de poder e posições de classe, elas não consideram que poderia haver diferentes níveis de consciência. Sob a ótica comportamentalista radical, o autoconhecimento é condição para o repertório de autocontrole, que permite o indivíduo mudar o próprio comportamento modificando as variáveis controladoras de seu comportamento (Malacrida & Laurenti, 2018). Nessa filosofia, os repertórios de autoconhecimento e autocontrole seriam condição para o estabelecimento de um terceiro repertório: o contracontrole. Esse repertório pode ser definido como formas de resistência a controles instituídos. O contracontrole depende do repertório de autoconhecimento, pois sua efetividade está sujeita à discriminação das contingências que controlam o comportamento, bem como das agências e agentes controladores. Dessa forma, Madhok e Rai (2012) poderiam se beneficiar desse conceito no mapeamento das relações de poder. Ademais, a efetividade do contracontrole também depende do repertório de autocontrole para avaliar os riscos do contracontrole, uma vez que ele não necessariamente suprime a condição aversiva ou, nos termos utilizados por Madhok e Rai (2012), o risco envolvido na transgressão de relações de poder.

O que a aceção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Interseccionalidade: De acordo com Madhok e Rai (2012), a agência deve ser mapeada pelas diversas posições (de classe, casta, religião, gênero, espaço e sexualidade) de um sujeito. Ao incorporar essas diferentes “posições” do sujeito, as autoras poderiam instrumentar o comportamentalismo radical a ampliar o autoconhecimento do indivíduo em relação ao papel que elas desempenham no estabelecimento e manutenção de certos comportamentos. Além disso, essas “posições” poderiam enriquecer as análises funcionais do comportamentalismo radical, a fim de planejar formas mais efetivas de contracontrole, no sentido de que o comportamentalismo radical poderia auxiliar os indivíduos a perceber e avaliar os riscos de contracontrolar e manipulá-los.

Maitra, K. (2003). The question of identity and agency in feminism without borders: A mindful response. *Hypatia*, 28(2), 360-376.

Contexto da discussão: Ético-Político

A questão da identidade tem sido um tema periférico no feminismo, pois pressupõe “uma concepção independente, essencialista de self fornecendo local para . . . a agência” (Maitra, 2003, p. 360). Ainda assim, a identidade e a agência são temas centrais para o feminismo sem fronteiras, cuja ênfase recai sobre o reconhecimento da multiplicidade de vozes e perspectivas no âmbito do feminismo. A ideia do feminismo sem fronteiras é “uma verdadeira colaboração transnacional e transcultural que não é inibida por limites e fronteiras nacionais, culturais e metodológicos” (Maitra, 2003, p. 360). Para além de um sistema teórico, o feminismo sem fronteiras seria uma plataforma de ativismo que tenciona mudar as condições das mulheres pelo mundo.

É nesse contexto que uma nova definição de agência deveria emergir. Tradicionalmente, **o conceito de agência esteve atrelado ao feminismo ocidental e suas tendências hegemônicas, falhando em ouvir as vozes de outros feminismos, de outras culturas.** A agência seria, então, um tema espinhoso porque **o “ativismo feminista . . . precisa enfatizar não apenas os diversos conjuntos de experiências das mulheres, mas também as interseccionalidade entre vários fatores, como classe, raça, religião, etnia e orientação**

sexual, que moldam . . . a agência de uma determinada mulher” (Maitra, 2003, p. 361). Maitra (2003) sustenta que **a agência feminista depende da habilidade das mulheres de formular escolhas, o que passa pela interseccionalidade entre os fatores de suas vidas.** Considerando isso, a agência seria complexa.

Para tratar sobre essa complexidade, Maitra (2003) primeiramente aborda aquilo que compreende estar na base da habilidade de formular escolhas. Para a autora, essa habilidade envolve a “consciência não apenas de como as coisas são, mas de como elas poderiam ser” (Maitra, 2003, p. 361). Considera-se que essa consciência surge quando as mulheres passam a ver o mundo a partir de sua perspectiva enquanto sujeito, sendo que é esse novo olhar que ensinaria escolhas igualmente novas: “Ver as coisas dessa perspectiva abre novos escopos de ação que não estavam disponíveis para elas antes da emergência dessa consciência” (p. 361). A consciência feminista seria, então, crucial para a agência feminista. Além disso, a habilidade de formular escolhas no contexto do feminismo sem fronteiras envolveria duas outras habilidades: . . . primeiro, desenvolver uma perspectiva de *self* que não apenas reconhece sua própria dependência constitutiva de dadas interseccionalidades, mas que também está ciente de sua própria fundação em tal, e segundo, perceber que suas interdependências e interconectividades permitem um senso de continuidade e solidariedade que trabalham colaborativamente em direção ao consenso, sem sacrificar ou sufocar todas as diferenças. (Maitra, 2003, pp. 361-362)

Essas habilidades poderiam ser articuladas por meio de uma autoconsciência feminista influenciada pelo *mindfulness* budista. Para a autora, as ideias budistas seriam relevantes para o pensamento feminista sobre identidade e agência, pois uma das principais buscas espirituais de Buda foi sua desilusão em relação à estagnação e à opressão social devido ao sistema de castas de seu tempo. Acredita-se que esse sistema social estava assentado na crença em um eu essencial e autossuficiente. Em vez de se filiar a esse sistema, o budismo buscou, então, “articular uma maneira de entender e estar no mundo que questionou essa visão essencialista do eu” (Maitra, 2003, p. 363). Ademais, tanto o budismo quanto o feminismo objetivam a libertação “da discriminação, da opressão e da violência” (Maitra, 2003, p. 363).

Maitra (2003) apresenta dois temas do budismo que poderiam ser profícuos na delimitação de uma agência no contexto do feminismo sem fronteiras: *anatman* e *mindfulness*. O *anatman* ou teoria do eu não-duradouro [*no-abiding-self*] refere-se a ideia de que o eu seria constituído de cinco agregados: a forma material, os sentimentos, as percepções, as formações mentais e a consciência. Contudo, “nenhum deles é permanente: cada um deles está em constante processo de mudança” (Maitra, 2003, p. 364). Para a autora, o *anatman* seria o primeiro passo para a conscientização dos budistas, mas poderia ser útil para a construção de uma agência feminista:

O principal sentido da mensagem de Buda é que a ignorância sobre a natureza real das coisas, inclusive nós mesmos, é a causa de nossa confusão, falsa consciência e, finalmente, miséria. Uma vez que essa falsa consciência . . . é substituída por uma verdadeira consciência informada pela natureza interdependente da realidade caracterizada pelos cinco agregados, a possibilidade de libertação se torna real. No mesmo sentido, quero sugerir que, também para uma agência feminista, a falsa consciência das mulheres deve ser substituída por uma consciência feminista em que as feministas passam a se ver à luz de novas possibilidades de auto aceitação, colaboração e construção de coalizões. (Maitra, 2003, p. 364)

O *mindfulness*, por sua vez, seria “o treinamento da mente” (Maitra, 2003, p. 364). Esse treinamento possibilitaria aos indivíduos vivenciar a realidade despidos das reações de uma mente condicionada, como pensamentos e juízos de valor. Conforme Maitra (2003), o *mindfulness* “traz a mente de volta a seu núcleo básico” (p. 365), aumentando a consciência e criando condições para a mudança e a transformação. Considera-se que as noções de *anatman*

e *mindfulness* sumarizam a visão antiessencialista do budismo, compartilhada pelo feminismo. Por esse motivo, a autora acredita que algumas práticas budistas poderiam ser eficazes para o feminismo sem fronteiras, “mostrando como os poderes de concentração, observação e não-dualidade também possibilitam uma agência colaborativa” (Maitra, 2003, pp. 365-366).

Maitra (2003) acredita que o primeiro passo para um feminismo sem fronteiras seria descolonizar o feminismo. Segundo a autora, as feministas ocidentais descrevem a realidade das mulheres por meio de duas narrativas que tornaram homogêneas as experiências das mulheres. As feministas ocidentais descrevem as “mulheres ocidentais” como modernas e livres, no sentido de que controlam o seu corpo, sua sexualidade e tomam as próprias decisões. Por outro, essas feministas descrevem as “mulheres de terceiro mundo” como mulheres tradicionais, desinstruídas, pobres e vitimizadas pela cultura patriarcal de suas localidades.

As narrativas das feministas ocidentais darima origem a uma visão monolítica de agência, em que as mulheres ocidentais seriam agentes ativos de sua história e as mulheres de terceiro mundo seriam privadas de qualquer agência. Para a autora, isso “ignora os diferentes tipos de agência praticados pelas mulheres do terceiro mundo em seus contextos diversos” (Maitra, 2003, p. 366), além de impedir o planejamento de formas efetivas de combate à opressão. Conjectura-se que a visão monolítica de agência refletiria uma autoconsciência inadequada por parte das feministas ocidentais a respeito das feministas de terceiro mundo. Já a “autoconsciência feminista informada pelo *mindfulness* budista nos permite uma sensibilidade e uma compreensão das mulheres no terceiro mundo que permite solidariedade e verdadeira colaboração” (Maitra, 2003, p. 367).

Maitra (2003) acredita que a construção de uma solidariedade feminista se daria às custas da noção de uma irmandade universal entre as mulheres. Ela elucida o ponto: “A irmandade universal retira sua força do senso ilusório de coerência e unidade alcançado por meio da focalização das experiências compartilhadas de opressão das mulheres, a condição universal do patriarcado e a mesmice da resposta deles” (Maitra, 2003, p. 367). Para Maitra (2003), a solidariedade não comporta uma irmandade universal, concebida aprioristicamente e deslocada de um contexto histórico. A solidariedade seria construída em contextos históricos e políticos concretos. Diversidade e diferença deveriam, assim, ser considerados valores centrais.

Considerando isso, a autora declara que “a agência que será eficaz para o feminismo sem fronteiras deveria estar atenta aos diversos contextos históricos e socioeconômicos em que as mulheres do mundo se encontram” (Maitra, 2004, p. 367). Ainda, ela seria marcada pela “mutualidade, que requer autorreflexão, e autocrítica – coletivamente e individualmente – por parte de todas as feministas participantes” (p. 367). É aqui que, para Maitra (2004), o budismo traria sua contribuição: o budismo, como filosofia, permitiria apreender a mutualidade e a interdependência da realidade das mulheres, opondo-se a qualquer senso de coerência ou unidade. Outrossim, a noção de *mindfulness* conferiria uma dimensão não conceitual à agência.

A consciência feminista refere-se à consciência de uma mulher sobre ser ou se tornar uma feminista. Essa consciência caracteriza-se pela sua “compreensão subjacente das possibilidades de mudança, transformação e, finalmente, libertação” (Maitra, 2003, p. 367). Em seu sentido moral, a consciência feminista seria não apenas auto direcionada, mas também seria orientada para outros indivíduos e para o mundo. Isso se daria, pois “devido à consciência feminista, as feministas passam a ver não apenas a si mesmas de maneira diferente, mas também toda a estrutura dos sistemas socioeconômicos e culturais que funcionam para a opressão das mulheres” (Maitra, 2003, p. 367). Essa consciência também “foca na forma da vitimização, não no conteúdo de tal vitimização, no sentido de como uma mulher específica experiencia essa vitimização em suas próprias interseccionalidades” (Maitra, 2003, pp. 367-368).

Mesmo que a consciência feminista seja concebida como “pertencendo à experiência de grupo”, a agência ainda teria que estar localizada no indivíduo para que seja uma fonte de ações transformadoras. Isso não se deve apenas ao fato de que somente o indivíduo pode ser fonte de

tal transformação, mas que apenas o indivíduo pode ser o local dessa transformação, qualquer que seja o ímpeto. Além disso, essa suposta generalidade se torna especialmente problemática no contexto do feminismo sem fronteiras. Se o foco está nas feministas perceberem que todas elas sofrem “da mesma maneira”, sem levar em consideração os diversos locais e estruturas socioeconômicas subjacentes a esse sofrimento . . . então a natureza a-histórica e *a priori* da consciência emergente se torna evidente” (Maitra, 2003, p. 368).

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Antiessencialismo: De acordo com Maitra (2004), a ideia de feminismo sem fronteiras poderia se beneficiar da visão antiessencialista do budismo, pois ela abriria espaço para resistir à opressão e à uma organização social hierárquica e estigmatizante. Um dos principais pressupostos do comportamentalismo radical é o antiessencialismo. O antiessencialismo consiste em afastar a ideia de que o comportamento seria organizado e iniciado por um eu essencial (por definição, necessário, regular e imutável). A relação do antiessencialismo com o budismo já foi explorada, no âmbito do comportamentalismo radical, por Chiesa (e. g. Chiesa, 1994, p. 98) Conforme Chiesa (1994), a doutrina budista da impermanência impugna, tal qual o comportamentalismo radical, a ideia de que exista um eu constante que se mantém apesar da diversidade de experiências. A teoria da impermanência ilustra que a noção de um eu essencial não seria uma realidade ontológica, mas propriedade de um pensamento cultural ocidental. Para Chiesa (1994), isso significa que haveria outras maneiras de se falar sobre um indivíduo sem que seja necessário recorrer à dicotomia essência/aparência. A autora também acredita que, ao rejeitar as pretensões essencialistas, o comportamentalismo radical cria itinerários de ação alternativos permitindo transformar o comportamento e aliviar os problemas criados por ele.

- Reconhecimento da pluralidade dos indivíduos e rejeição de uma irmandade universal: Maitra (2004) assevera que o ativismo feminista depende do reconhecimento da pluralidade das mulheres. Para a autora, o reconhecimento das diferentes experiências de vida das mulheres molda a agência delas e, por isso, possibilita a transformação social. O comportamentalismo radical também reconhece a pluralidade e a complexidade dos indivíduos. Skinner (1969) esclarece essa complexidade recorrendo à inter-relação entre as histórias da espécie, do indivíduo e da cultura. Cada uma dessas histórias daria origem a uma dimensão dos indivíduos: o organismo, a pessoa e o *self*, respectivamente. Uma vez que essas dimensões se inter-relacionam de modos distintos, elas dariam origem a diferentes possibilidades de as mulheres agirem no mundo (Silva & Laurenti, 2016). Considerando que Ruiz (1998) define a agência como agir em contexto, de fato, a agência das mulheres seria influenciada pelos diferentes fatores (como raça, classe, religião, etnia e orientação sexual) que atravessam a sua relação com o mundo. Somado a isso, a constatação da pluralidade dos modos de ser e agir no mundo impugnaria quaisquer tentativas de unificar as experiências femininas por meio de um princípio de coerência (irmandade universal), que se debruça apenas sobre as experiências compartilhadas de opressão das mulheres.

- Solidariedade é contextual: Maitra (2004) defende que a solidariedade seria construída em contextos históricos e políticos concretos, o que impossibilita a defesa de uma solidariedade universal pautada por um princípio de coerência. Sob a ótica comportamentalista radical, a solidariedade é uma questão de semelhanças (regularidades) e dessemelhanças (irregularidades) salientes para os indivíduos. Para Rorty (1992), as semelhanças e dessemelhanças são salientes para os indivíduos no contexto de uma cultura que nos faz ficar sobre controle delas. Embora a cultura transmita a prática de que essas semelhanças e dessemelhanças são universais, elas são construídas por práticas culturais verbais e, por esse motivo, elas são históricas e contingentes. A solidariedade, no comportamentalismo radical, não comporta absolutos.

- Relação entre agência, consciência e transformação social: Segundo Maitra (2004), a agência depende da habilidade de formular escolhas. Um dos aspectos dos quais a formulação de

escolhas depende é a consciência sobre como as coisas são e como poderiam ser; além disso, a formulação de escolhas também estaria sujeita à consciência acerca das estruturas, dos sistemas econômicos e culturais que oprimem as mulheres. Para a autora, a consciência seria condição para promover mudanças e transformações (tanto em si próprio quanto nos outros indivíduos). No que se refere ao comportamentalismo radical, a agência também depende da consciência (autoconhecimento). Para a filosofia skinneriana, indivíduos conscientes – capazes de descrever as diferentes variáveis das quais seu comportamento é função – estão em melhores condições de mudar seu comportamento e promover transformações sociais. Isso porque a efetividade da luta contra a opressão (do contracontrole) depende de a possibilidade da pessoa oprimida descrever as contingências que controlam seu comportamento, bem como quem o controla.

- Busca pela liberdade e pela libertação da opressão: Maitra (2004) considera a liberdade como um dos valores feministas. O comportamentalismo radical também considera a liberdade um valor importante. Nessa filosofia, a liberdade pode ser entendida como a possibilidade de os indivíduos mudarem os cursos dos eventos. Ainda, o comportamentalismo radical considera livre aquele indivíduo cujas ações não produzam consequências aversivas (de curto a longo prazo) (Lopes et. al., 2018). Seguindo esse raciocínio, o comportamentalismo radical também parece advogar pela possibilidade de os indivíduos se tornarem livres de controles opressivos.

Incompatibilidades da aceção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Não foram identificadas incompatibilidades.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar a noção de consciência e acrescentar os conceitos de autocontrole e contracontrole: Uma das principais características da agência é a consciência. No entanto, para Maitra (2004), a consciência enfatizaria apenas a forma da opressão. À luz do comportamentalismo radical, pode-se compreender que essa aceção de consciência diz respeito a somente um dos níveis de autoconhecimento, que é a descrição de variáveis relacionadas à topografia da resposta. Com base nisso, o comportamentalismo radical poderia ampliar a noção de consciência do feminismo, acrescentando o autorrelato verbal sob controle de condições corporais e/ou das propriedades do ambiente. Para o comportamentalismo radical, o autoconhecimento seria condição para o autocontrole, repertório que permite aos indivíduos mudarem o próprio comportamento modificando as variáveis ambientais das quais seu comportamento é função. A consciência, na filosofia skinneriana, é uma das pré-condições para a transformação social (contracontrole) (Santos, Garbelotti, & Lopes, 2016). No entanto, além de descrever as variáveis controladoras, seria preciso que os indivíduos as manipulassem a fim de modificar o ambiente e, em última análise, modificar o próprio comportamento (autocontrole). Os repertórios de autoconhecimento e autocontrole, por seu turno, seriam condição para o estabelecimento do contracontrole, ou seja, formas de resistência a controles instituídos (Holland, 1974).

O que a aceção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Interseccionalidade: Consoante Maitra (2004), fatores como raça, classe, etnia, religião e orientação sexual influenciam na agência das mulheres. O reconhecimento desses fatores contribuiria para afastar o antiessencialismo da noção feminista de agência, bem como a existência de um princípio unificador das experiências das mulheres. O reconhecimento desses diferentes fatores contribuiria para ampliar a consciência a respeito do papel que eles desempenham nas contingências de reforçamento. Ademais, ao incorporar essas variáveis, as feministas ajudariam o comportamentalismo radical a enriquecer suas análises funcionais para, então, promover um contracontrole mais efetivo.

Malhotra, A. (2013). Miracles from the marginal: Gender and agency in a nineteenth century autobiographical fragment. *Journal of Women's History*, 25(2), 15-35.

Contexto da discussão: Ético-político

O discurso feminista liberal que se desenvolveu no ocidente concebe a agência como “axiomática, uma vez que ressalta a psique, o eu interior . . . refletindo e assumindo o controle de suas ações” (Malhotra, 2013, p. 17). De acordo com Malhotra (2013), **a tradição liberal ocidental equipara a agência à resistência – ou seja, um indivíduo assevera sua agência resistindo a forças que se opõem a seus desejos e vontades.** Contudo, as acepções de agência vinculadas à resistência a “estruturas patriarcais dominantes que animam muitos projetos feministas no ocidente podem ser inadequadas para entender a ação agêntica em diferentes culturas” (Malhotra, 2013, p. 17), já que **as preocupações das feministas ocidentais não poderiam ser tomadas como universais:**

Uma vez que quase todas as sociedades são patriarcais, há uma enorme satisfação em saber a maneira como as mulheres lidaram com culturas e tradições que aparentemente não lhes deram o devido valor. Quando as mulheres usaram sua sagacidade e inteligência para subverter as condições subalternas de sua existência, isso não apenas nos dá um prazer vicário em rastrear suas ações, mas lança luz sobre a forma como os subalternos o fizeram em situações ideológica e materialmente opressivas. Ao mesmo tempo, o anacronismo de esperar uma preocupação humanista universal animando todas as sociedades, a gênese da ideia de direitos para todos os indivíduos, é irreal. (Malhotra, 2013, p. 30)

Segundo Malhotra (2013), a disseminação de normas culturais inviabilizaria a defesa de uma agência individual incondicional. A autora acredita que embora a resistência e a subversão possam ser partes constitutivas da agência, elas devem ser acordadas em um contexto específico, pois a agência é interpelada e moldada por estruturas sociais e políticas. Nas palavras de Malhotra (2013), “a autonomia do eu individual foi desestabilizada por um lembrete oportuno de que, mesmo quando o indivíduo passou a ocupar o centro do palco no desenvolvimento intelectual e cultural do ocidente, a burocracia e a máquina disciplinar do Estado moderno estavam reduzindo a persona individuada a uma falha anônima na mecânica do poder do Estado” (p. 18).

A despeito de os indivíduos se constituírem nessas estruturas e seus respectivos regimes de poder, Malhotra (2013) argumenta que a agência ainda poderia se concretizar. Isso seria possível não à medida que um indivíduo autônomo e dotado de livre-arbítrio transcende as normas que o governam, mas à medida que ele é capaz de reconfigurar essas normas: “os sistemas e estruturas podem ser manipuladas pelos marginalizados, incluindo mulheres, para assumir uma iniciativa agencial” (Malhotra, 2013, p. 18). Nesse sentido, **a agência seria a capacidade de o indivíduo concretizar seus próprios interesses, “manipulando normas culturais plurais para ganhar poder sobre suas circunstâncias”** (Malhotra, 2013, p. 18).

Malhotra (2013) compreende que “a especificidade cultural e temporal devem ser mantidas em mente ao empregar a noção de agência” (p. 31). A agência seria “operativa em contextos culturais e temporais específicos; então, ela deve ser compreendida, apreendida e seu significado buscado em seu ambiente social específico” (Malhotra, 2013, p. 17). Desse modo, a agência precisaria ser examinada nos diferentes contextos dos agentes, bem como nos diferentes contextos acadêmicos e ativistas. A investigação do contexto seria responsável por perturbar a definição ocidental e normativa de um indivíduo unificado, autônomo e que exerce seu livre-arbítrio em direção a um fim específico (Malhotra, 2013).

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Crítica a explicações dicotômicas: Malhotra (2013) rejeita uma acepção liberal de agência. Essa acepção concebe que, embora um indivíduo possa mudar e se desenvolver, ele é unificado e contínuo; ou seja, ele é “fundamentalmente o mesmo ser entre o nascimento e a morte” (Malhotra, 2013, p. 20). Além de uno, esse indivíduo é autônomo no sentido de que ele possui livre-arbítrio para direcionar suas ações e resistir a forças que insurgem contra seus desejos e vontades. Para Malhotra (2013), a defesa de uma agência individual irrestrita seria frustrada pelo entendimento de que a agência é moldada por estruturas sociais e políticas. Apesar disso, a autora argumenta que as estruturas não determinam a agência. Isso porque o indivíduo participa de sua constituição e é capaz de negociar com estruturas sociais, regimes políticos e normas subjacentes a eles. De modo similar a Malhotra (2013), a filosofia comportamentalista radical impugna explicações dicotômicas, sejam aquelas cuja ênfase é dada em um indivíduo autônomo e livre para agir independentemente das estruturas sociais (tal qual na teoria do eu iniciador), sejam aquelas em que são destacadas as estruturas sociais e políticas que determinam o comportamento do indivíduo. Essas explicações ultrapassam o escopo da ciência comportamental, que é o exame das relações entre indivíduo e ambiente (Lopes et.al., 2018). A objeção do comportamentalismo radical às explicações dicotômicas se estende à noção de agência, entendida como propriedade da relação do indivíduo com o ambiente e não como sintoma de um eu interior (Ruiz, 1998; Zuriff, 1975).

- Caráter contextual da agência: De acordo com Malhotra (2013), a “agência deve ser enquadrada em sua própria localização” (p. 19). A agência se refere à capacidade de o indivíduo manipular normas culturais plurais para ganhar poder sobre as suas circunstâncias e realizar seus interesses. Sendo assim, seria preciso examiná-la em contextos sociais e temporais específicos para viabilizar a ação do indivíduo. Assim como Malhotra (2013), o comportamentalismo radical compreende que a agência é contextual (Ruiz, 1998, Zuriff, 1975). Na perspectiva comportamentalista radical, a agência (capacidade de um indivíduo causar ativamente uma ação) emerge na relação do indivíduo com o contexto. Dessa forma, a agência depende da descrição do contexto comportamental observável.

- Agência e possibilidade de mudança: Malhotra (2013) considera que a agência é constituída por estruturas sociais e políticas. A despeito disso, para a autora, a agência não seria refém dessas estruturas. Com efeito, são as estruturas que resguardam a possibilidade de o indivíduo ser um agente. Para a autora, a agência seria justamente a capacidade de o indivíduo manipular normas culturais para ganhar poder sobre as circunstâncias sociais. No que se refere ao comportamentalismo radical, a agência também permite a modificação do ambiente. Tanto Zuriff (1975) quanto Ruiz (1998) elegem o autocontrole como uma das características das relações comportamentais agênticas ou das ações agênticas. O autocontrole pode ser definido como um repertório que possibilita que o indivíduo modifique o próprio comportamento por meio da manipulação de variáveis ambientais das quais seu comportamento é função.

Incompatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Não foram identificadas incompatibilidades.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar a noção de agência por meio dos conceitos de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole: De acordo com Malhotra (2013), uma das características da agência é a possibilidade de o indivíduo manipular normas culturais para concretizar seus interesses. Essa definição se aproximaria da noção de autocontrole do comportamentalismo radical, que se refere à manipulação de variáveis ambientais para modificar o próprio comportamento. Apesar dessa convergência, Malhotra (2013) parece não explorar como o indivíduo poderia manipular essas normas. Nesse sentido, os conceitos de autoconhecimento e autocontrole poderiam ajudar a elucidar o conceito de agência da autora, além tornar mais concreta a possibilidade de

manipulação das normas culturais. Sob o prisma comportamentalista radical, a manipulação das variáveis das quais o comportamento é função dependem do repertório de autoconhecimento. O autoconhecimento é entendido como a descrição das variáveis controladoras do comportamento. Essas variáveis podem ser relacionadas à topografia de uma resposta (como o indivíduo se comporta), bem como sob controle de condições corporais e/ou das propriedades do ambiente (quando e por que se comporta) (Malacrida & Laurenti, 2018). Ainda, o comportamentalismo radical poderia ampliar a noção de agência de Malhotra (2013) por meio do conceito de contracontrole. Embora esse conceito às vezes seja identificado como resistência na literatura comportamentalista radical, o conceito de contracontrole poderia ser profícuo para tratar sobre a resistência a formas de controle aparentemente benevolentes, que nem sempre são consideradas quando trata sobre a subversão de normas.

O que a aceção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- A aceção de agência não deve olhar apenas para o contexto do agente em questão, mas também para o contexto de cientistas e ativistas: Mesmo que o comportamentalismo radical repudie a possibilidade de neutralidade científica no âmbito da produção de conhecimento científico, essa filosofia não necessariamente endereçou como acadêmicos/as e ativistas poderiam influenciar a análise da agência.
- Crítica a visões ocidentais da agência: A localização da agência em contextos culturais e temporais específicos deve abranger outras culturas, além da cultura ocidental. A própria ideia de que a resistência é a característica última da agência é ignorar que em outros contextos sociais a agência possa ter outros significados.

Misra, J., & Akins, F. (1998). The welfare State and women: Structure, agency, and diversity. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 5(3), 259-285.

Contexto da discussão: Ético-político

Os estudos tradicionais sobre o estado de bem-estar social usualmente negligenciaram o modo pelo qual as políticas desse estado impactam as mulheres, bem como o modo como as mulheres influenciam a formação de políticas de bem-estar. Segundo Misra e Akins (1998), teóricas feministas concentraram-se justamente nessas questões esquecidas pelos estudos tradicionais, sugerindo que as políticas de bem-estar social ressonam as desigualdades sociais entre certos grupos, assim como o poder de certos grupos se reflete na constituição dessas políticas. As autoras, no entanto, ressaltam **que os estudos feministas sobre o estado de bem-estar social são variados, ora enfatizando a estrutura, ora enfatizando a agência.**

De acordo com Misra e Akins (1998), a celeuma entre estrutura e agência é central para a teoria social. Embora o termo *estrutura* seja um conceito básico nas ciências sociais, Misra e Akins (1998) compreendem que ele é pouco teorizado e muito diverso. Para as autoras, a “maioria dos teóricos refere-se à estrutura para designar padrões de vida social – por exemplo, as instituições econômicas, políticas e culturais que compõem a sociedade. A estrutura social muitas vezes sugere algo que transcende os indivíduos, determinando os pensamentos e ações desses indivíduos” (Misra & Akins, 1998, p. 261).

As explicações que enfatizam a estrutura costumam adotar uma abordagem determinista da vida social, “que ignora os efeitos da agência humana” (Misra & Akins, 1998, p. 261). Os estudos que desafiam essas suposições, por seu turno, salientam o papel das mulheres na construção do estado de bem-estar social. A agência seria antitética à estrutura: “A ‘agência’ humana geralmente se refere à ação e reflete a possibilidade para a mudança na estrutura social. A agência pode ser vista como a base da sociedade, que é criada por meio da interação de

agentes” (Misra & Akins, 1998, p. 261). Para Misra e Akins (1998), parte da literatura feminista reflete este debate, em vez de examinar a inter-relação entre a estrutura e agência.

Misra e Akins (1998) argumentam que **opor a estrutura à agência seria problemático, pois “contrastando a estrutura e agência, os teóricos negligenciam as inter-relações entre os dois”** (p. 261). Além disso, o contraste entre agência e estrutura fomentaria outras dicotomias recorrentes na teoria social. A estrutura seria concebida como sistemática, padronizada, restritiva, estática e coletiva; por outro lado, a agência seria vista como contingente, aleatória, libertária, ativa e individual. Todavia, teóricos têm explorado a distinção entre estrutura e agência, pois os agentes criam e mantêm as estruturas ao mesmo tempo que “são capacitados, bem como limitados por estruturas” (Misra & Akins, 1998, p. 262).

Segundo Misra e Akins (1998), **a literatura feminista deveria destacar “a diversidade de experiências e interesses das mulheres”** (p. 260). As autoras argumentam que “essa nova literatura enfatizando a diversidade tem mostrado que as políticas de bem-estar social refletem as desigualdades raciais/étnicas/de classe” (Misra & Akins, 1998, p. 263) e que grupos desfavorecidos também influenciam a formulação de políticas de bem-estar. Ademais, generalizar as restrições que o Estado impõe às mulheres como grupo ou o modo pelo qual as mulheres como grupo desafiaram o estado seria simplificar as experiências das mulheres:

As mulheres ocuparam posições mais complexas na política de bem-estar – as mulheres podem tanto ser agentes na transformação do estado de bem-estar social, como ser limitadas por políticas de bem-estar humilhantes. As mulheres também podem estar envolvidas na criação de políticas que restringem a vida de outros grupos de mulheres. A pesquisa sobre o estado de bem-estar social que inclui uma ênfase na diversidade da experiência das mulheres ajuda a resolver esse debate, mostrando que a estrutura é um fenômeno complexo que teve efeitos variados nas mulheres e na sua agência com base em uma variedade de *status*, incluindo classe e raça/etnia. (Misra & Akins, 1998, p. 260)

A literatura feminista que destaca a diversidade das mulheres compreende que “há diferenças claras entre as mulheres e entre os contextos em que as mulheres se organizam” (Misra & Akins, 1998, p. 272). As distinções entre grupos de mulheres afetam as políticas estaduais em diversos contextos, assim como as mulheres experimentam essas políticas de diferentes maneiras. Por exemplo, “as interações entre mulheres assistentes sociais e seus clientes, e as maneiras pelas quais diferentes grupos de mulheres experimentaram o estado de bem-estar social são fatores importantes que podem ajudar a lançar luz sobre o funcionamento do estado de bem-estar social” (Misra & Akins, 1998, p. 272). Além disso,

a política social foi fundada no ideal de promover moralidade e virtude na classe trabalhadora e nas mulheres pobres. A classe tornou-se uma questão moral, a ser resolvida pelo indivíduo por meio da educação e transformação, em vez de uma questão econômica, social ou racial a ser tratada pela sociedade. Mulheres de classe média e alta se beneficiaram separando-se da classe trabalhadora e de mulheres pobres, particularmente desde que aumentaram a possibilidade de carreiras profissionais para si mesmas no estado de bem-estar, definindo as mulheres da classe trabalhadora e pobres como “necessitadas”. (Misra & Akins, 1998, pp. 273-274)

Os estudos que enfatizam a diversidade representam, assim, uma mudança significativa nas análises sobre o estado de bem-estar social. Isso porque, em vez de assumir que o Estado é monolítico, que trata seus membros da mesma maneira, esses estudos evidenciam que há diferenças e divisões entre as mulheres. Essas diferenciações são feitas “com base no contexto cultural, na classe, no gênero, na estrutura familiar e na raça que impactam no efeito do Estado, bem como afetam o estado” (Misra & Akins, 1998, p. 276). Deveras, o Estado seria compreendido como uma estrutura fluida – ora limita a vida das mulheres, ora as empodera.

A agência das mulheres é afetada por uma estrutura, “com diferentes limitações sendo impostas àquelas com recursos diferentes, sejam esses recursos afetados por raça, classe, região

ou qualquer outro fator” (Misra & Akins, 1998, p. 277). A agência explicaria a criação e a transformação de estruturas sociais. Simultaneamente, ela é limitada pelas estruturas “e a capacidade dos agentes para afetar as estruturas sociais varia de acordo com a acessibilidade, energia e durabilidade da estrutura em questão” (Misra & Akins, 1998, p. 277). Assim, “o Estado não é mais simplesmente bom ou ruim para as mulheres, mas um construto mais flexível e variado, e as mulheres não são ou influenciadas [pelo estado] ou são atores, mas ambos” (Misra & Akins, 1998, p. 277).

Por fim, Misra e Akins (1998) asseveram que as eventuais contradições entre agência e estrutura poderiam ser compreendidas à luz da inter-relação entre eles. Somado a isso, as autoras argumentam que a elucidação dessas contradições seria mais exitosa se isso fosse feito à luz da diversidade das mulheres: “Porque as mulheres estão posicionadas de maneira diferente na estrutura geral do estado de bem-estar social e lhes são proporcionadas oportunidades variadas na busca de interesses como agentes, a política necessariamente afeta as mulheres de forma diferente” (p. 277). Em última análise, os próprios interesses das mulheres seriam esclarecidos segundo “quem os persegue, em que contexto e o que resulta em seu sucesso pode ter em vários grupos de mulheres” (Misra & Akins, 1998, p. 278).

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Crítica a explicações dicotômicas: Consoante Misra e Akins (1998), os estudos feministas sobre o estado de bem-estar social ora enfatizam a estrutura, ora a agência. A estrutura usualmente designa padrões de vida social (instituições econômicas, políticas e culturais que compõem a sociedade). Como tal, ela seria algo que transcenderia os indivíduos e determinaria seus pensamentos e ações. A abordagem determinista da estrutura social desconsidera a agência humana. Na teoria feminista, o estado de bem-estar social seria compreendido como uma estrutura patriarcal que restringe as escolhas das mulheres e perpetua sua dependência. Para Misra e Akins (1998), a agência diria respeito à possibilidade de modificar a estrutura. Em uma perspectiva feminista, a agência acentuaria o papel das mulheres na construção de um estado de bem-estar social. As autoras criticam a dicotomia entre estrutura e agência, pois ela negligencia a inter-relação entre esses dois elementos. Somado a isso, essa dicotomia fomentaria outras dicotomias reféns da dualidade estrutura-agência, como: sistemática *versus* contingente, padronizada *versus* aleatória, restritiva *versus* libertária, estática *versus* ativa, coletiva *versus* individual. À semelhança de Misra e Akins (1998), o comportamentalismo radical também critica explicações dicotômicas, como é o caso da dicotomia indivíduo-mundo, em que o indivíduo representaria a autonomia em relação ao mundo (estrutura) (Lopes et al., 2018). Por sua vez, o mundo teria um papel similar ao da estrutura: o mundo determinaria as ações individuais, destacando a falta de autonomia dos indivíduos em relação a ele. Na perspectiva comportamentalista radical, a dicotomia indivíduo-mundo concebe os indivíduos como distintos e separados. Assim, o comportamentalismo radical impugna esse tipo de dicotomia, pois ele ignora a inter-relação entre indivíduo e ambiente e fixa um início absoluto para as ações – seja no indivíduo, seja no mundo. Em última instância, a separação entre indivíduo e mundo/agência e estrutura fere o escopo da filosofia comportamentalista radical, isto é, o estudo das relações indissociáveis entre indivíduo e mundo.

- Caráter relacional da agência: Misra e Akins (1998) consideram que estrutura e agência estão inter-relacionadas. Para as autoras, a estrutura é complexa à medida que ela é criada, mantida e transformada por agentes humanos. Sendo complexa, a estrutura tem impactos variados em diferentes indivíduos e grupos de indivíduos. Por outro lado, as diferenças entre os indivíduos estão amparadas na estrutura. Essas diferenças impactam tanto o efeito do agente sobre a estrutura quanto o efeito da estrutura sobre o agente. Sob o prisma do comportamentalismo radical, a agência também pode ser considerada relacional, pois é entendida como propriedade

da relação do indivíduo com o mundo (Ruiz, 1998; Zuriff, 1975). Sendo assim, o agente só é capaz de causar ativamente suas ações quando em relação com um contexto (Zuriff, 1975).

Incompatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Não foram identificadas incompatibilidades.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar a noção de agência por meio dos conceitos de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole: Assim como comportamentalistas radicais definem a agência como propriedade da relação do indivíduo com o mundo (Ruiz, 1998; Zuriff, 1975), Misra e Akins (1998) concebem que agência e estrutura se inter-relacionam. Uma das características dessa inter-relação seria a admissão da diversidade das mulheres, que pode ser enriquecida por meio dos conceitos de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole. O autoconhecimento pode ser definido como um repertório de descrição verbal das variáveis que controlam o comportamento. Particularmente, esse conceito poderia ajudar as mulheres a descrever como diferentes raças, etnias e classes a descrever quais propriedades do ambiente controlam seu comportamento. O autocontrole, também informado pela diversidade de fatores que caracterizam a vida das mulheres, permitiria as mulheres manipular as variáveis das quais seu comportamento é função e, dessa forma planejar formas mais efetivas de resistência a controles opressivos (contracontrole).

O que a acepção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Ênfase na diversidade (interseccionalidade): Conforme Misra e Akins (1998), uma das alternativas à dicotomia entre estrutura e agência seria enfatizar a diversidade de experiências e interesses das mulheres. Ignorar essa diversidade significaria reduzir a complexidade das experiências femininas. Para as autoras, a estrutura impõe limitações diferentes às mulheres como grupo de acordo com sua raça, etnia e classe social. Além disso, o modo como essas mulheres desafiam a estrutura está relacionado à sua diversidade: o lugar que as mulheres ocupam na estrutura pode limitá-las ou empoderá-las. Isso porque as autoras consideram que a estrutura reflete as desigualdades raciais, étnicas e de classe. Em suma, os diferentes grupos de mulheres afetam a estrutura de diferentes maneiras, assim como a estrutura afeta diferentes grupos de mulheres de maneiras distintas. Acrescentar variáveis como raça, etnia e classe social poderia auxiliar o comportamentalismo radical a ampliar o autoconhecimento em relação ao papel que elas desempenham nas inter-relações entre indivíduo e mundo. Outrossim, essas variáveis poderiam enriquecer as análises funcionais do comportamentalismo radical para promover formas mais efetivas de contracontrole.

Odinino, J. D. P. Q. (2014). Heroínas em imagem e ação: Agência e representação feminina no desenho animado das Meninas Super Poderosas. *Revista Ártemis*, 18(1), 116-125.

Contexto da discussão: Ético-político/Ontológico

As personagens de desenhos animados ocupam um lugar de destaque na cultura midiática infantil, o que se reflete na constituição da subjetividade das crianças. De um modo geral, algo que se destaca nos desenhos infantis é a polarização dos universos masculino e feminino. Contudo, esse cenário tem passado por mudanças ao longo da última década, como reflexo de mudanças culturais relacionadas ao agenciamento feminino. Um dos desenhos que ilustra essas modificações é o desenho animado Meninas Super Poderosas. Com base nessa animação, Odínino (2014) busca destacar as principais transformações relacionadas a

personagens femininas na cultura midiática, sobretudo a “passagem da imagem da heroína-vítima na figura das princesas para a da superpoderosa, as super-heroínas” (p. 117).

Odinino (2014) afirma que, genericamente, as trajetórias das heroínas dizem respeito a mudanças nos agenciamentos das personagens femininas, que se relacionam a transformações no contexto cultural atual. De acordo com a autora, **a agência é constituída culturalmente e estaria relacionada à ideia de resistir a um planejamento cultural desigual**: a “agência como fruto de uma construção cultural” (p. 7) constitui “as bases para que se persigam projetos dentro de um mundo de dominação e desigualdade” (p. 117). Além disso, a agência se caracterizaria pelos seguintes aspectos: intencionalidade e suas relações com a cultura e jogos de poder.

Segundo Odinino (2014), a intencionalidade refere-se ao “ponto que diferencia a agência das práticas de rotina” (p. 117). No que diz respeito às questões culturais, considera-se que a agência seria propriedade de seres sociais, uma vez que ela é construída cultural e historicamente. Devido à influência da cultura em sua constituição, a agência também se relaciona a jogos de poder, pois ela está calcada em imposições sociais – marcadas pelas contradições e seus impactos nos indivíduos. Para Odinino (2014), a relação da agência com o poder implica que “a agência é . . . necessariamente distribuída de forma desigual: alguns têm mais e outros menos” (p. 117).

Em culturas marcadas pela polarização e hierarquização dos diferentes papéis de gênero, as expectativas relacionadas ao agenciamento de homens e mulheres são diferentes. Considera-se que os desenhos animados refletem essa hierarquização ao mesmo tempo que buscam romper com as representações culturais de personagens femininas. Para Odinino (2014), o desenho animado *Meninas Super Poderosas* representaria um marco no que se refere a mudanças no agenciamento de personagens femininas em desenhos infantis, pois são atribuídas características contraditórias às personagens do desenho. Por um lado, exalta-se “a meiguice, a dependência, a subserviência e a delicadeza”, por outro “a sagacidade e a valentia” (Odinino, 2014, p. 117).

Odinino (2014) afirma que as mudanças nos desenhos, sobretudo em *Meninas Super Poderosas*, ultrapassam a dualidade passividade/atividade culturalmente atribuídos aos gêneros feminino e masculino, respectivamente. Conforme a autora, as características das *Meninas Superpoderosas* “associam e reúnem, em diferentes graus, aspectos conhecidos como infantis (ingenuidade), femininos (meiguice) e masculinos (força), o que sugere certa maleabilidade frente às inúmeras possibilidades com que esses elementos podem ser recombinaados numa mesma identidade” (Odinino, 2014, p. 9).

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- **Caráter contextual da agência**: Conforme Odinino (2014), a agência é construída cultural e historicamente. O comportamentalismo radical também compreende que a agência se constitui por meio da cultura e da história. Zuriff (1975), por exemplo, afirma que as relações comportamentais agênticas dependem do contexto comportamental observável. Inclusive, para o autor, só seria possível descrever uma relação comportamental agêntica com base no contexto, uma vez que a agência não é um atributo ou algo que preceda esse contexto. Além disso, Zuriff (1975) também afirma que aquilo que o agente faz é sensível à história de aprendizagem que emerge na relação do indivíduo com seu contexto. Do mesmo modo, Ruiz (1998) sustenta que seria inviável tratar sobre a agência sem recorrer ao contexto. A autora define que as ações agênticas como “agir em contexto” (p. 189). Para ela, o desenvolvimento e a manutenção das ações agênticas dependeriam da cultura à medida que elas são compreendidas como um processo coletivo que se dá no âmbito da comunidade verbal.

- **Agência e possibilidade de resistência (contracontrole)**: Conforme Odinino (2014), uma vez que a agência se constitui culturalmente, ela seria influenciada pelas imposições sociais que

assinalam desigualdades entre os indivíduos. A agência, segundo ela, implicaria na resistência a um planejamento cultural desigual. Assim como para Odinino (2014), Ruiz (1998) defende que a resistência (contracontrole) é uma das características centrais da agência. Em termos comportamentalistas radicais, a resistência diz respeito a formas de enfrentar o controle, a fim de enfraquecer ou ceifar o controle. No caso do feminismo, caberia às mulheres enfrentar os controles que as oprimem, promovendo relações sociais mais equilibradas entre homens e mulheres no que se refere ao controle e à distribuição de reforçadores.

- Relação entre agência e intencionalidade (consciência): Odinino (2014) compreende a intencionalidade como aquilo que diferencia a agência das práticas de rotina. Se aquilo que diferencia as práticas intencionais das práticas de rotina for a “consciência” daquilo que se faz, então, em certa medida, a noção de intencionalidade poderia se aproximar da definição comportamentalista radical de autoconhecimento. Particularmente, aproximar-se-ia da ideia de autorrelato verbal sobre controle de variáveis relacionadas à topografia da resposta (Malacrida & Laurenti, 2018).

Incompatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- A agência como propriedade de indivíduos: Apesar de Odinino (2014) defender que a agência seria cultural e historicamente construída, a autora afirma que ela seria uma propriedade de indivíduos sociais. Nesse caso, a agência poderia ser apontada como uma manifestação ou expressão de algo além da interação entre indivíduos e contexto. De acordo com Ruiz (1998), essa visão de agência seria incompatível com os pressupostos do comportamentalismo radical, pois referir-se à agência como propriedade dos indivíduos remeteria à ideia de uma instância interna que organizaria e iniciaria suas ações. Como a filosofia skinneriana compreende os indivíduos em termos de seus comportamentos, sem recorrer a nenhuma outra entidade (Chiesa, 1994), a agência deveria ser entendida como propriedades de ações (Ruiz, 1998).

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar a noção de intencionalidade por meio dos conceitos de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole: Odinino (2014) acredita que uma das características da agência é a intencionalidade, entendida como aquilo que diferencia a agência de práticas de rotina. Se a intencionalidade da agência puder ser elucidada por meio da noção de autoconhecimento do comportamentalismo radical, então a definição desse conceito poderia ser ampliada pela filosofia skinneriana. Sob a perspectiva do comportamentalismo radical há diferentes níveis de autoconhecimento ou consciência. A noção de intencionalidade parece abarcar apenas um deles, que seria o autorrelato verbal sob controle da topografia da resposta. Todavia, além desse nível de consciência, a descrição do comportamento também pode abarcar o autorrelato verbal sob controle de condições corporais (aquilo que o indivíduo sente) e/ou das propriedades do ambiente (antecedentes e consequências, quando e por qu um indivíduo faz o que faz). Para o comportamentalista radical, o autoconhecimento seria condição para o autocontrole, repertório que permite aos indivíduos mudar o próprio comportamento ao modificar as variáveis das quais ele é função. A definição comportamentalista radical de autoconhecimento e autocontrole poderia ajudar as feministas a descrever as variáveis que controlam seu comportamento a fim de criarem condições mais concretas para resistir (contracontrolar) às desigualdades.

O que a acepção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Agência e distribuição de poder: Para Odinino (2014), a agência está intimamente relacionada a questões de poder (controle de reforçadores), pois alguns indivíduos (aqueles que detém o controle e o acesso a reforçadores) têm mais agência que outros indivíduos. Apesar do papel que as agências de controle desempenham em nossa cultura, nem Zuriff (1975) nem Ruiz

(1998) descrevem o papel que elas ocupam na constituição das relações e das ações agênticas, nem como elas influenciam as possibilidades de se agir no mundo.

Parkins, W. (2000). *Protesting like a girl: Embodiment, dissent and feminist agency. Feminist Theory, 1(1), 59-78.*

Contexto da discussão: Epistemológico/Ético-político

Ao tratar sobre o “problema” da agência das mulheres, a teoria feminista usualmente se divide em duas tendências. De um lado, há feministas que enfatizam as limitações impostas por estruturas e normas, minimizando a capacidade de resistência tanto de indivíduos quanto de grupos. Nessa perspectiva, **estruturas e normas se sobrepõem às mulheres, de modo que não haveria a possibilidade de agência.** Em contrapartida, há uma **tendência que exacerba a agência, como se estruturas e poderes não subordinassem as mulheres.** Independentemente de qual seja a tendência, Parkins (2000) argumenta que o feminismo carece de uma acepção de agência que seja capaz de articular tanto as limitações sociais quanto a capacidade de agir contra elas.

Na tentativa de conciliar esses aspectos, a autora examina a agência feminista sob o viés fenomenológico de Merleau-Ponty sobre o corpo-sujeito. Embora o autor não verse especificamente sobre a agência, Parkins (2000) acredita que sua discussão sobre a “nossa capacidade de assumir e transformar uma dada situação tem potencial para uma explicação feminista de agência” (p. 60). Merleau-Ponty compreende que o corpo está ancorado no mundo, criando tendências de ação que permitem agir significativamente, mas também modificá-las. Essas tendências de ação ou hábitos seriam considerados o alicerce da agência, uma vez que “fornecem os recursos para confrontar as exigências da vida” (Parkins, 2000, p. 60). Nas palavras da autora:

Oriundos de nossa própria história de atos pessoais em situações particulares, desenvolvem-se hábitos que nos dão “tendências disposicionais estáveis” que não são fixas e imutáveis – podemos mudar e mudamos – mas, em vez disso, nos fornecem recursos para agir de maneira significativa no mundo por meio do “espaço expressivo” que é o nosso corpo. (Parkins, 2000, p. 60)

Com base nisso, Parkins (2000) defende a impossibilidade conceber a agência feminista apartada da noção de personificação [*embodiment*]. **É na interface do corpo como sujeito e na especificidade de uma dada situação que esse sujeito é capaz de dar sentido tanto a si quanto à sua situação material e cultural.** Além disso, **a situação do corpo no mundo “assinala a indeterminação da existência humana” e “ao mesmo tempo, oferece a possibilidade de . . . agência”** (Parkins, 2000, p. 60). Para a autora, uma explicação feminista de agência pautada em Merleau-Ponty seria útil ao feminismo, pois a “ação significativa é possível” e “é possível em um/por um corpo conforme nos encontramos localizados em um ‘mundo físico e social’” (Parkins, 2000, p. 60).

Em Merleau-Ponty, tanto a subjetividade quanto a agência “surgem da experiência de personificação situada e envolvida em uma situação material e histórica específica” (Parkins, 2000, p. 62). Uma vez que essa experiência depende de um corpo que é situado, a agência não pode, então, “ser pensada como existindo no vácuo, não situada, nem como existindo isoladamente do corpo” (Parkins, 2000, p. 62). Somado a isso, Merleau-Ponty concebe o sujeito como um *locus* de intencionalidade, algo considerado primordial para a experiência consciente. A intencionalidade não representa algo anterior às ações, mas é a própria ação: “a ação do corpo representa um tipo de horizonte de intencionalidade . . . que é realizado apenas na própria performance” (Parkins, 2000, p. 62).

A agência feminista não é um atributo essencial das mulheres, ela é histórica. Conforme Parkins (2000): “Ao enfatizar a centralidade da personificação para a agência feminista, não estou procurando reificar um corpo feminino essencial; pelo contrário, salientei que os corpos habitam contextos sociais, históricos e discursivos específicos que moldam nossa(s) experiência(s) de personificação e nossas capacidades para contestação política” (p. 73). Embora a agência se constitua por meio de um corpo situado no mundo, ela não se reduz ao mundo. Isso pois, enquanto age, o sujeito pode criar novas tendências de ação, em situações particulares, que permitem mudar essas tendências. Dessa forma, a agência feminista produz sujeitos políticos que permite a contestação de poderes ou normas mesmo em situações em que ela é negada ou proibida.

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Crítica a explicações dicotômicas: Conforme Parkins (2000), há duas tendências explicativas recorrentes sobre a questão da agência no feminismo. De um lado, há feministas que destacam as limitações impostas por estruturas e normas, negando a agência (capacidade de resistência individual ou coletiva). Por outro lado, há feministas que exacerbam a agência, ignorando o papel de estruturas e normas. Assim como o Parkins (2000), a filosofia comportamentalista radical também critica explicações dicotômicas – que ora enfatizam o mundo (poder subjugador da estrutura), ora ressaltam o indivíduo (agência como independente da estrutura). A dualidade mundo-indivíduo (estrutura-agência) concebe indivíduo e mundo como separados e distintos, ferindo o escopo comportamentalista radical de estudar as *relações* entre indivíduo e mundo.

- A subjetividade se constitui por meio de um corpo situado no mundo: Pautada na filosofia fenomenológica de Merleau-Ponty, Parkins (2000) considera que o corpo está ancorado no mundo. Uma vez situado no mundo, o corpo viabilizaria a criação de tendências de ação (tendências disposicionais estáveis) que permitem o sujeito agir significativamente. Para Parkins (2000), é na interface do sujeito como corpo em uma determinada situação que esse sujeito dá sentido à sua experiência e à sua situação material e cultural. Nesse sentido, as tendências de ação se constituem na história pessoal que sujeitos desenvolvem em situações particulares. Em termos comportamentalistas radicais, a subjetividade pode ser entendida como o modo único de cada indivíduo se relacionar com o mundo. Essa unicidade é esclarecida por meio de diferentes histórias: filogênese, ontogênese e cultura. Cada uma dessas histórias origina, respectivamente, uma dimensão específica da subjetividade: organismo, pessoa e *self* (Skinner, 1989). O organismo é uma estrutura bioquímica sensível ao mundo, é “atividade filogenética”. A pessoa, por sua vez, é um organismo que adquiriu um repertório de comportamento operante. Essa dimensão é atravessada pela cultura, que organiza contingências sociais mais ou menos estáveis. O *self* é a dimensão reflexiva do ser humano, que surge em contingências verbais específicas. De modo similar à percepção de Merleau-Ponty de corpo como sujeito, na filosofia comportamentalista radical, a subjetividade só é possível a partir de um corpo (que faz coisas) situado em um mundo físico e social por meio do qual ele desenvolve um repertório operante (tendências disposicionais estáveis) que o permite atribuir significado às suas experiências individuais e controlar (contestação política).

- Caráter relacional da agência: De acordo com Parkins (2000), a agência não existe no vácuo, isolada do corpo e fora de contexto. Para a autora, a agência surge na experiência de um corpo situado material e historicamente. No mesmo sentido, o comportamentalismo radical compreende a agência como propriedade da relação do indivíduo com seu ambiente (Ruiz, 1998; Zuriff, 1975). Sob essa ótica, um indivíduo só é capaz de causar suas ações ativamente quando está em relação com um contexto.

- Possibilidade de contestação política: As tendências de ação são consideradas o alicerce da agência, pois são elas que dão recursos para agir no mundo. Como corpo situado no mundo, o indivíduo desenvolve tendências disposicionais de ação que o possibilitam agir

significativamente, além de transformar essas tendências. Com base nisso, a personificação do sujeito pode transformá-lo em um sujeito político capaz de contestar poderes subjugadores. Similarmente, a filosofia comportamentalista radical compreende que a capacidade de contestação política (contracontrole, entendido como formas de enfrentamento ao controle) é uma das características da agência (Ruiz, 1998).

- Intenção não é atributo do indivíduo: Segundo Parkins (2000), o sujeito é *locus* de intencionalidade. Todavia, isso não significa que a intencionalidade é apriorística à ação, mas que é a ação que representa intencionalidade. Sob o prisma do comportamentalismo radical, a agência também poderia ser considerada intencional, desde que a intenção se refira a contingências históricas e não a deliberações futuras do indivíduo (Zuriff, 1975; Lopes, 2008).

Incompatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Não foram identificadas incompatibilidades.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar a acepção de agência por meio dos conceitos autoconhecimento, autocontrole e contracontrole: Parkins (2000) considera que a intencionalidade se dá na performance, não sendo algo anterior às ações do sujeito. A despeito disso, a autora parece não deixar claro como essas ações poderiam estar relacionadas à agência feminista. Considerando isso, se a intencionalidade puder ser compreendida como autoconhecimento, ela poderia ser ampliada pelo comportamentalismo radical. A filosofia skinneriana compreende o autoconhecimento como a capacidade de discriminar e descrever as variáveis que controlam o comportamento. Há diferentes níveis de autoconhecimento (autorrelato verbal sob controle da topografia da resposta, de condições corporais e/ou das propriedades do ambiente). O comportamentalismo radical considera o autoconhecimento como condição para o autocontrole, repertório que permite o indivíduo mudar o próprio comportamento ao modificar as variáveis ambientais das quais seu comportamento é função. As definições comportamentalistas radicais de autoconhecimento e autocontrole poderia ajudar as feministas a descrever as variáveis que controlam seu comportamento a fim de criarem condições mais concretas para contestar políticas subjugadoras (contracontrolar).

O que a acepção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Generificar o corpo: Esse acréscimo pode ser feito tanto a Merleau-Ponty quanto ao comportamentalismo radical. Embora o conceito corpo-sujeito de Merleau-Ponty ser considerado útil para uma teoria feminista de agência, o filósofo foi criticado por desconsiderar como as especificidades sexuais (diferenças entre “corpos femininos” e “corpos masculinos”) estariam relacionadas à personificação do sujeito – e, conseqüentemente, à própria agência. A tese de que o sujeito se constitui por meio de um corpo no mundo não sustenta o projeto de uma estrutura corpórea universal.

Renegar, V. R., & Sowards, S. K. (2009). Contradiction as agency: Self-determination, transcendence, and counter-imagination in third wave feminism. *Hypatia*, 24(2), 1-20.

Contexto da discussão: Ético-político

Tradicionalmente, o termo **contradição** pode ser definido como **opor-se ou dizer algo contra**. De um modo geral, **atribui-se um status negativo à contradição, pois ela desafiaria a noção já estabelecida de consistência**: “A contradição, como uma posição internamente inconsistente ou antagônica, há muito tempo tem sido considerada uma estratégia retórica ou uma posição teórica para se evitar” (Renegar & Sowards, 2009, p. 5). No entanto, para algumas

feministas de terceira onda, as contradições seriam importantes à medida que refletem a complexidade das relações dos indivíduos com o mundo: “vidas complexas em um mundo complexo” (Renegar & Sowards, 2009, p. 3).

As contradições direcionariam o olhar para as irregularidades, para as diferenças e a possibilidade de antagonismos. Nesse cenário, as contradições seriam consideradas inclusivas, uma vez que permitem um distanciamento de padrões estabelecidos. Assim, em vez de condenar o uso de contradições, Renegar e Sowards (2009) consideram que ele poderia dar voz a perspectivas de indivíduos marginalizados. Nas palavras das autoras: “grupos marginalizados . . . muitas vezes utilizaram as contradições como uma maneira de navegar por um mundo que não necessariamente acomoda seus valores ou práticas retóricas” (p. 3).

As “contradições encontradas em . . . práticas, medidas ativistas e ensaios feministas são escolhas estratégicas que podem moldar, fomentar e ampliar o sentido de agência da terceira onda feminista” (Renegar & Sowards, 2009, p. 3). Apesar estudos acadêmicos compreenderem a agência como escolha, vontade, ou outro conceito que pareça personificá-la, as autoras defendem que a “agência . . . está em constante movimento conforme os agentes negociam com circunstâncias sociais” (p. 4). A agência deveria, então, ser esclarecida por meio da história passada do indivíduo e das possibilidades de mudar suas escolhas nas circunstâncias atuais. Para Emirbayer e Mische (1998), citados por Renegar e Sowards (2009), a agência seria “um processo de engajamento social temporalmente incorporado, informado pelo passado. . . , mas também orientado para o futuro (como uma capacidade de contextualizar hábitos passados e projetos futuros nas contingências do momento)” (p. 4).

A ideia de contradição também mudaria o tratamento dado à questão da identidade na terceira onda feminista: “a contradição se torna a rubrica para . . . [seguir] em direção a novas formas de pensar, teorizar, agir e negociar tensões ao construir identidades” (Renegar & Sowards, 2009, p. 6). **A contradição não seria apenas uma declaração de oposição, ela “permite aos indivíduos desafiar noções antigas, tomar interpretações concorrentes, criar novos significados e festejar a multiplicidade de identidades”** (Renegar & Sowards, 2009, p. 6). A possibilidade de incorporar as contradições e diferenças no feminismo possibilitaria abandonar a noção de que o feminismo não comporta individualidade ou complexidade.

Uma das maneiras pelas quais as feministas da terceira onda incorporaram as contradições na questão das identidades foi resignificando o uso de palavras antigas: “o uso de palavras antigas de novas maneiras permite que surjam complexidades e contradições na definição ou no entendimento, e essas contradições podem ser usadas para questionar as conotações das palavras ou revelar hipóteses ocultas” (Renegar & Sowards, 2009, p. 7). Nesse caso, rótulos considerados depreciativos seriam redefinidos de maneiras contraditórias e conflitantes. Por exemplo, a palavra “vadia” poderia ser usada “para representar a feminista que é sincera e assertiva” (Renegar & Sowards, 2009, p. 7).

Considera-se que, ao advogar pela contradição, as feministas da terceira onda resistiriam a padrões normativos que demandam identidades coerentes e consistentes. Segundo Renegar e Sowards (2009), essas contradições permitiriam assumir a “variedade de classes, etnicidade, experiências, orientações sexuais, profissões e alianças políticas” (p. 7) dos indivíduos, particularmente das mulheres. Ao escrever sobre as contradições das experiências das mulheres, as feministas da terceira onda também permitiriam à sua audiência descobrir a si e as suas próprias contradições em termos de suas identidades:

. . . esses textos funcionam para criar um espaço alternativo em que escritoras e leitoras possam engajar em autodeterminação e autodefnição por meio da perturbação das definições, estereótipos e identidades tradicionais . . . as escolhas dessas autoras demonstram uma orientação agencial que personifica a autodeterminação. Em vez da rejeição total das ideias e linguagem patriarcais, essas escritoras simultaneamente resistem e se engajam nessas estratégias

retóricas [por exemplo, adoção de paradoxos e termos não ortodoxos]. (Renegar & Sowards, 2009, p. 8)

A autodeterminação remete à ideia de que “as mulheres podem superar limitações sociais para fazer as melhores escolhas naquele momento particular, reconhecendo as contingências de seus contextos históricos . . . como limitações, mas procurando maneiras de subvertê-las, se possível” (Renegar & Sowards, 2009, p. 9). Contudo, a autodeterminação não implica que a agência reside no indivíduo; ela seria cooperativa e partilhada. Isso porque, embora as mulheres possam definir a si próprias, “essas definições vêm de redes de suporte socialmente construídas que possibilitam . . . autodeterminação” (Renegar & Sowards, 2009, p. 9). Nesse contexto, as contradições seriam empregadas “como uma maneira de intervir e perturbar pensamentos, identidades e práticas . . . normativos para promover um senso de agência comunitário por meio da autodeterminação” (Renegar & Sowards, 2009, p. 9).

Algumas das feministas da terceira onda também se valeram das contradições na interpretação da opressão. Para essas feministas, a opressão seria “temporária e contextualizada” (Renegar & Sowards, 2009, p. 9), já que ela seria reflexo das contradições, dos diferentes níveis de complexidade da vida das mulheres. Resulta disso que, aquilo que oprime uma mulher, pode não oprimir outra; ou, ainda, que uma mulher pode participar de situações que oprimem outra mulher. A consciência dessa multiplicidade permitiria interpretar a opressão conforme as diferentes situações de vida das mulheres.

Renegar e Sowards (2009) entendem que, “embora algumas teorias pareçam inerentemente contraditórias, as escritoras feministas da terceira onda . . . vêm essas contradições como o resultado lógico de argumentos igualmente convincentes, ainda que concorrentes” (p. 10). Ou seja, ideias contraditórias podem coexistir, pois não haveria um posicionamento correto sobre um grande número de questões. Com efeito, considera-se que ideias contraditórias possibilitam a agência quando escolhas são feitas conforme o contexto: “estratégias de contradição reconhecem a contingência como um estado positivo e dinâmico que permite aos indivíduos tomar decisões projetadas para responder a situações particulares e a contextos culturais” (Renegar & Sowards, 2009, pp. 10-11).

Para as autoras, “um dos elementos da contingência é a ausência de uma resposta ‘certa’” (p. 11). Reconhece-se que há muitas alternativas e descrições de mundo que funcionam para cada indivíduo, e que essas descrições variam de acordo com o modo com que esse indivíduo avalia o contexto atual e negocia com ele. Diante disso, as contradições permitiriam às feministas transcender escolhas socialmente aceitas, permitindo que novas alternativas de escolhas emergjam. Acredita-se que, ao transcender essas escolhas, algumas feministas da terceira onda ampliariam o senso de agência, pois “escolhas que são resultado de uma imaginação dominante, branca, masculinista e heterossexista limitam a agência humana ao requerer adaptação a essas situações” (Renegar & Sowards, 2009, p. 14).

É nesse sentido que Renegar e Sowards (2009) afirmam que as feministas de terceira onda advogam por contra-imaginações, isto é, escolhas que fogem àquilo que é estabelecido como a norma social. De acordo com as autoras, a agência se desenvolveria justamente da combinação de ideias incongruentes, que, por sua vez, são resultados dessas contra-imaginações. Desse modo, as contradições acentuam a agência ao “criar espaço para autodeterminação, transcender o comportamento esperado e a adesão a ideias, e explorar alternativas por meio de contra-imaginações e criatividade” (p. 14).

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- A agência não é individual, ela é contextual e histórica: Renegar e Sowards (2009) criticam a ideia de que a noção de agência seria uma vontade, escolha ou outro conceito que remete ao indivíduo e personifique a agência. Segundo as autoras, a agência é contextual e histórica e, como tal, ela deveria ser compreendida no contexto da história passada do indivíduo e em

relação ao futuro, no que se refere às possibilidades de transformação das circunstâncias atuais. Uma vez que a agência é contextual, ela não é coisa, mas fluxo: está em constante movimento conforme os indivíduos negociam com as circunstâncias sociais. À semelhança de Renegar e Sowards (2009), comportamentalistas radicais criticam noções de agência que a concebem como atributos individuais. Tanto Zuriff (1975) quanto Ruiz (1998) a definem em relação ao contexto. Zuriff (1975), por exemplo, fala que a agência emerge na relação do indivíduo com o ambiente e que ela é sensível às contingências. Ruiz (1998), por seu turno, descreve que a agência seria agir em contexto. Somado a isso, a noção de relações comportamentais agênticas de Zuriff (1975) parece se aproximar da ideia de Renegar e Sowards de que a agência está orientada para o futuro. Isso porque, para Zuriff (1975), as ações de um agente são aquelas que têm propósito no sentido de que elas são resultado de uma história de aprendizagem que emerge da relação do agente com seu contexto.

- **Contradições, identidade e possibilidade de resistência (contracontrole):** No que diz respeito à identidade, Renegar e Sowards (2009) defendem que o uso de contradições endossaria uma postura mais inclusiva – considerar o contexto permitiria reconhecer que há diferentes modos de as mulheres se relacionarem com o mundo e que isso faria emergir diferentes modos de elas definirem a si próprias. À medida que essa definição depende das relações com o mundo, a autodeterminação (como possibilidade de superar as limitações sociais) seria incompatível com uma visão de agência atrelada a características do indivíduo. Tratar a agência como processo relacionado ao contexto possibilitaria, então, mudança social. Isso seria viável, pois identidades antes consideradas culturalmente inconsistentes seriam consideradas legítimas. Além disso, uma vez que as identidades dos indivíduos são contextuais, seria possível o reconhecimento de diferentes formas de opressão (também contextuais). O reconhecimento de diferentes identidades permitiria que indivíduos marginalizados por suas diferenças o deixem de ser.

- **Importância atribuída às contradições:** De acordo com Renegar e Sowards (2009), as contradições nos permitem direcionar o olhar para as irregularidades entre os indivíduos, para as suas diferenças. Essa perspectiva acerca das contradições parece se assemelhar ao papel que a ética pragmatista, a que o comportamentalismo radical é afeito, atribui às diferenças. Uma das principais características da ética pragmatista é a noção de que sempre haverá diferenças entre os indivíduos, diferenças entre “nós” e “eles”. Embora sob a ótica pragmatista nenhuma identidade deva ser considerada ilegítima ou mais legítima, de um modo geral, as culturas tendem a destacar as semelhanças (regularidades) entre os indivíduos e ignorar suas dessemelhanças (irregularidades). Mas não somente: as culturas também tendem a atribuir um *status* negativo às dessemelhanças, que passam a ser utilizadas para justificar desigualdades entre indivíduos. O critério utilizado para separar entre semelhantes (“nós”) e dessemelhantes (“eles”) são contextuais. Isso significa que é a cultura que direciona o olhar dos indivíduos (controle de estímulos) para as semelhanças e dessemelhanças. A proposta da filosofia pragmatista é que as práticas culturais que promovem desigualdades e opressões deveriam ser ceifadas.

Incompatibilidades da aceção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Não foram identificadas incompatibilidades.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- **Ampliar a noção de criatividade:** Buscar compreender como o comportamentalismo compreende a criatividade. Está condicionada ao contexto, mas seria variação, recombinação de repertórios? A noção comportamentalista radical de criatividade poderia acrescentar algo na discussão sobre contra-imaginações? Haveria estratégias para promover a variação, a recombinação de repertórios que poderiam auxiliar as feministas a fazer escolhas que contrariem a ordem social?

O que a acepção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Reconhecimento das contradições como possibilidade de superar a opressão das mulheres: De acordo com Renegar e Sowards (2009), a consistência é produto de relações de poder e as contradições poderiam instrumentar a resistência a padrões normativos que legitimam identidades consistentes. A consciência a respeito das contradições permitiria interpretar a opressão conforme a complexidade da vida feminina, considerando variáveis como classe, etnicidade, orientação sexual, profissão, entre outras. Ainda, as contradições possibilitariam às mulheres transcender escolhas socialmente aceitas e dominantes (oriundas de uma imaginação masculinista, branca e heterossexista). Ao inserir essas variáveis em suas análises funcionais, o comportamentalismo radical poderia ampliar a consciência das mulheres a respeito das variáveis que controlam seu comportamento. O desenvolvimento dessa consciência (autoconhecimento) seria condição para que o comportamentalismo radical aumentasse a efetividade de suas análises funcionais no que tange à opressão das mulheres. Uma vez que essas análises funcionais se tornam mais efetivas, a filosofia skinneriana também poderia informar as mulheres sobre essas análises e torná-las mais capazes de mudar o próprio comportamento por meio da modificação de variáveis ambientais (autocontrole). Tanto a consciência das variáveis controladoras do comportamento quanto sua manipulação possibilitariam às mulheres controlar o próprio comportamento com o objetivo de enfraquecer ou superar o controle opressivo dirigido a elas (contracontrole).

- Criatividade como fonte de resistência: Renegar e Sowards (2009) afirmam que as normas sociais são estabelecidas por um grupo dominante, cuja imaginação reflete valores masculinistas, heterossexistas e brancos. As contra-imaginações (no sentido que se opõem à imaginação dominante) seriam possibilidades de fazer escolhas que fogem àquilo que é estabelecido como norma social. Renegar e Sowards (2009) defendem que as contra-imaginações abririam espaço para a autodeterminação, ou seja, para a superação das limitações sociais para fazer escolhas efetivas em um contexto determinado. Para as autoras, a criatividade poderia ser um aspecto-chave para fazer essas escolhas, reconhecendo as contingências de seus comportamentos históricos como limitações, mas buscando maneiras de subvertê-las.

Rozmarin, M. (2013). Living politically: An Irigarayan notion of agency as a way of life. *Hypatia*, 28(3), 469-482.

Contexto da discussão: Ético-político

A visão política de Irigaray endossa um modo de vida político-feminista por meio do qual a superação de uma cultura falocêntrica seria possível. De acordo com Rozmarin (2013), a exequibilidade dessa perspectiva política dependeria da agência, entendida como um “engajamento produtivo e ativo do sujeito com o mundo” (p. 469). A agência, como comportamento individual, é considerada “um aspecto necessário a qualquer visão filosófica de transformação política” (pp. 469-470). Isso porque o comportamento do indivíduo é compreendido como uma repetição de regularidades sociais e a “agência, nessa visão, é uma possibilidade personificada de utilizar . . . essas repetições como local político de transformação” (Rozmarin, 2013, p. 470).

Segundo Rozmarin (2013), agência é constituída por tecnologias do eu, um “conjunto de práticas sociais auto-aplicadas que modifica o senso de identidade do/a praticante e sua posição no mundo” (p. 472). Essas tecnologias permitem “os indivíduos moldarem sua própria subjetividade em relação aos outros, e em um conjunto concreto de relações sociais” (Rozmarin, 2013, p. 471). Para a autora, a agência é integrada por duas instâncias, uma reativa e outra afirmativa. A instância *reativa* refere-se às tecnologias do eu que “resistem e perturbam a

realidade social e simbólica atual” (Rozmarin, 2013, p. 480). Já a instância afirmativa é aquela por meio da qual “o indivíduo tenta ativamente . . . concretizar sua visão de uma vida melhor” (Rozmarin, 2013, p. 480).

No âmbito da instância reativa, a *mimese* é considerada uma estratégia política de ação que possibilita às mulheres transformar o sistema de significação falocêntrico, em que as experiências dos homens são dominantes sobre outras possibilidades de subjetividade. Nas palavras de Rozmarin (2013): “A mimese é . . . uma estratégia que ativa o lugar específico do feminino dentro da cultura falocêntrica para perturbar a estabilidade dos fundamentos falocêntricos dessa cultura e a fim de fornecer as condições para surgir uma nova subjetividade da mulher” (p. 471). As mulheres “imitam” [*mimic*] ter uma identidade e uma subjetividade, ora reafirmando sua posição cultural como opostas ao sujeito, ora buscando ser reconhecidas como similares aos homens.

A mimese objetiva engendrar uma posição única para a mulher, cuja subjetividade é “definida por um conjunto de relações entre o [seu] senso de identidade . . . sua história, sua posição normativa como mulher e sua perspectiva política como oprimida” (Rozmarin, 2013, p. 472). Para Rozmarin (2013), a mimese abrange diferentes tecnologias do eu. A primeira delas diria respeito à *criação de uma posição de fala do Outro*. A autora acredita que, por intermédio dessa tecnologia, as mulheres poderiam expressar e questionar sua posição, seu “*status* como objeto, um espelho silencioso refletindo o sujeito masculino” (Rozmarin, 2013, p. 471) em uma cultura falocêntrica.

Como tecnologia política geral, o espelho falante de Irigaray sugere que desfazer a cultura falocêntrica exige articular, em diferentes meios, suas diversas manifestações na vida das mulheres. A expressão da subordinação, da vulnerabilidade, da vitimização e do silenciamento das mulheres marca momentos, práticas e relações específicos como locais de opressão . . . Essa [nova posição de] fala marca novos locais de conflito e, como resultado, desestabiliza o que é considerado natural ou óbvio. (Rozmarin, 2013, p. 472)

Com base nas considerações de Irigaray, Rozmarin (2013) afirma que **a mimese como estratégia de falar sobre as experiências femininas poderia ser uma prática transformativa**. Nas palavras da autora: “dando voz às diferentes experiências de viver como mulher em um mundo falocêntrico, a mimese não apenas expõe os danos dessas experiências, mas também permite restaurar a subjetividade do indivíduo em relação a essas experiências” (Rozmarin, 2013, p. 472). De acordo com Rozmarin (2013), ao repetir atributos tradicionais de feminilidade, as mulheres poderiam se dissociar da lógica falocêntrica e perceber os efeitos dela como contingentes (ver Rozmarin, 2013, p. 473).

A segunda tecnologia que constitui a mimese é a *imitação paródica* de discursos de feminilidade. Essa tecnologia se aproxima daquilo que é “feminino” na cultura falocêntrica, revelando “maneiras pelas quais o pensamento essencialista bloqueia a possibilidade de pensar na diferença como uma relação básica e oblitera a possibilidade de subjetividades alternativas” (Rozmarin, 2013, p. 473). A imitação paródica exagera a voz feminina, fazendo uma espécie de caricatura dela a fim de explicitar as relações entre homens e mulheres e mostrar como elas são inadmissíveis. Para Rozmarin (2013), a “paródia mimética estabelece uma diferença entre o indivíduo mulher e sua identidade social” (p. 473), originando uma nova posição da subjetividade feminina.

Outra tecnologia constituinte da mimese é a criação de uma *linguagem corporal*. A autora pondera que, por meio dessa tecnologia, Irigaray “traça as maneiras pelas quais o corpo feminino é reduzido a uma matéria silenciosa, em relação à qual desejo e subjetividade se tornam distintamente masculinos” (Rozmarin, 2013, pp. 473-474). Conforme Rozmarin (2013), a “linguagem corporal” seria ambígua, pois, ao mesmo tempo que evidencia como o corpo feminino é silenciado culturalmente, também mostra como ele é significativo:

Em geral, os diferentes aspectos da tecnologia de mimese de Irigaray utilizam locais de liberdade individual, criando gradualmente uma diferenciação entre a imagem cultural da feminilidade e o desejo do indivíduo de ser mulher e sujeito. A mimese cria uma posição de enunciação a partir da qual as mulheres podem reagir contra a cultura falocêntrica, demonstrando a mágoa e a perda que [essa cultura] inflige a elas. Essa revolta é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política para a desestabilização da totalidade falocêntrica e uma ferramenta individual para as mulheres lidarem com as perdas e ferimentos inerentes às suas identidades como mulheres. (Rozmarin, 2013, p. 474)

Apesar da relevância dessas tecnologias, **autora argumenta que um dos problemas em reduzir a vida política ao conceito de mimese é a dificuldade de distinguir as tecnologias que a constituem da posição tradicional que a cultura falocêntrica reserva às mulheres.** Sendo assim, Rozmarin (2013) considera a mimese como uma ação política limitada, pois subjaz a essa noção que a liberdade da mulher para criar novas práticas em um determinado contexto histórico subjugava-a à cultura falocêntrica. Para a autora, a possibilidade de construir uma agência feminista como modo de vida dependeria da capacidade de distinção entre a ação mimética e a cultura falocêntrica na qual ela emerge.

No referencial teórico de Irigaray, a mimese não pode ser distinguida dos padrões opressivos que imita apenas assistindo às intenções do ator mimético. A subjetividade, segundo Irigaray, é uma posição linguístico-cultural. Os pensamentos, desejos e disposições do indivíduo frequentemente refletem e são o produto de uma rede cultural-falocêntrica de poder e significado. Isso significa que a inteligibilidade cultural de alguém, assim como o próprio senso de identidade, depende de agir e pensar dentro dados limites culturais. Assim, as intenções políticas são frequentemente ambivalentes, frágeis e difíceis separar de outras motivações. (Rozmarin, 2013, p. 475)

Rozmarin (2013) assevera que a política de Irigaray é radical no sentido de que ela “promove uma mudança que deve transformar a vida das mulheres, abalar os relacionamentos existentes e afastar as mulheres de suas perspectivas antigas” (p. 475). No entanto, a mimese permitiria apenas “lutar *contra* a cultura presente” (Rozmarin, 2013, pp. 475-476), sendo considerada insuficiente para promover a mudança política que Irigaray busca. Rozmarin (2013) considera que os indivíduos não somente *reagem* à cultura presente, mas também se *engajam* em vidas políticas para transformar suas realidades e criar um cenário melhor. Nesse sentido, a “**agência inclui um aspecto afirmativo que expressa esse modo de vida político, lutando em direção a um horizonte melhor, em direção à sua realização**” (p. 476).

Uma das tecnologias que possibilita o engajamento em ações políticas afirmativas é o *salto em direção ao futuro*. No âmbito dessa tecnologia, o indivíduo pensa e age como se integrasse uma realidade que não é falocêntrica, o que demanda “uma fonte autônoma de motivação e inspiração . . . um desejo pelo diferente e pelo novo” (Rozmarin, 2013, p. 476). Para criar uma nova realidade para si, as mulheres precisariam treinar a imaginação, isto é, sua “capacidade política para descobrir novas realidades além das limitações opressivas” (Rozmarin, 2013, p. 477). Imaginar um mundo sem opressão, contudo, não redundaria em uma fuga da realidade, mas “destaca a importância de afirmar um novo futuro como condição para uma vida política” (Rozmarin, 2013, p. 477).

A ideia de que o indivíduo é personificado seria outra tecnologia da instância afirmativa da agência. O corpo seria condição para as mulheres criarem ativamente uma nova cultura e, assim, um espaço diferente em que novas subjetividades poderiam emergir. Como tal, o corpo seria um local de *amor pelo mesmo* entre as mulheres, um “vínculo primordial ao que é íntimo, mas diferente” (Rozmarin, 2013, p. 478). Segundo Rozmarin (2013), há duas modalidades desse amor: o amor “como uma fusão, renunciando à diferença” (p. 478) e o amor como base da ética. O último enfatiza a dependência mútua entre os indivíduos no processo de constituição da

subjetividade, mas permite que eles compartilhem um espaço em que haja reconhecimento de suas diferenças; ele cria “uma sensação de solidariedade baseada na intimidade e não na identificação e na semelhança” (Rozmarin, 2013, p. 478).

A compreensão do indivíduo como “um ser personificado, auto-criativo e relacional conscientiza o papel inevitável que a alteridade desempenha na vida de alguém” (Rozmarin, 2013, p. 479). Para Rozmarin (2013), a luta política individual é constantemente marcada pelo outro, pois “somente o outro pode introduzir a dinâmica por meio da qual o eu transcenderia suas fronteiras” (p. 478). O encontro com o outro exigiria um diálogo constante, um diálogo que se origina em “um espaço público de obrigação de falar e ouvir os outros” (Rozmarin, 2013, p. 479). Além disso, esse diálogo permite abordar a diversidade de modo não violento. Sobre a importância do outro, Rozmarin (2013) afirma o seguinte:

Ao localizar as relações amorosas nas esferas públicas, essa tecnologia também enfatiza a importância política de relacionamentos íntimos e próximos na capacidade de uma pessoa para mudar. Assim, um modo de vida feminista, como uma vida de devir com o outro, realiza-se com os outros, com a família, com amantes, com figuras inspiradoras, e assim por diante, que proporcionam ao indivíduo vários espaços nos quais ela [*she*] pode ousar ser diferente, e em que a diferença é uma realidade. (p. 479)

Rozmarin (2013) advoga que o conjunto dessas tecnologias seriam formas de criar novas modalidades de vida política, “um esforço imaginativo para criar a própria vida e o senso de identidade como um espaço transformador em direção àquilo que ainda é impossível” (p. 479), mas que acena para um futuro melhor. Desse modo, seja por intermédio de tecnologias reativas ou afirmativas, as mulheres se tornariam agentes, no sentido de que elas podem fazer e ser algo diferente daquilo que é estabelecido pela cultura falocêntrica. Somado a isso, as mulheres também criariam espaços em que diferentes realidades poderiam coabitar; nesse sentido, uma mulher construiria sua própria subjetividade ao mesmo tempo que permitiria a outros indivíduos fazer o mesmo.

Em suma, Rozmarin (2013) define a agência individual da mulher como “um modo de vida político por meio do qual o indivíduo transforma ela mesma [*herself*] e a sua realidade por meio de suas ações, ganhando uma sensação mais ampla de liberdade e capacidade de navegar em sua vida de acordo com seus próprios desejos e vontades” (p. 479). Sendo assim, a autora defende que a agência estaria implicada no processo de transformação política e seria, simultaneamente, produto dessa transformação. Para Rozmarin (2013), o que soa “como circularidade é, assim, a abertura gradual de novos locais de liberdade, imaginação e desejo de viver de maneira diferente” (p. 479).

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Importância da mediação do outro na agência: De acordo com Rozmarin (2013), a luta política é constantemente marcada pelo outro, pois é por meio dele que um indivíduo é capaz de transcender seus limites. Para a autora, o contato com o outro exige um diálogo constante, um espaço em que há a obrigação de falar e ouvir os outros para abordar a diversidade de modo não-violento. Nesse cenário, os indivíduos criariam espaços em que realidades diferentes podem coexistir, o que permite às mulheres construir a sua própria subjetividade ao mesmo tempo que viabiliza que outras mulheres façam o mesmo. O comportamentalismo radical também concebe que outros indivíduos estão implicados na agência. Ruiz (1998), por exemplo, defende que a agência emerge no contexto de processos verbais, que são sociais. Para a autora, a comunidade verbal cria as condições sob as quais os indivíduos aprendem a nomear e interpretar suas experiências. O feminismo, como comunidade verbal, possibilita que diferentes mulheres falem e sejam ouvidas, de modo que suas experiências de opressão se tornem visíveis para outros indivíduos (incluindo outras mulheres). Dessa maneira, essas diferentes experiências de mulheres, sobretudo as opressivas, poderiam ser nomeadas e interpretadas.

- Agência e possibilidade de resistência (contracontrole): Rozmarin (2013) advoga que as mulheres são agentes, no sentido de que elas podem fazer e ser algo além daquilo que é estabelecido pela cultura falocêntrica. Ademais, a autora assevera que a agência é composta por duas instâncias. Uma delas, a instância *reativa* da agência, referir-se-ia às tecnologias do eu que resistem e perturbam a realidade social. De modo semelhante, o comportamentalismo radical também compreende que uma das características da agência é a possibilidade de resistência a controles opressores. Na filosofia skinneriana, essa possibilidade pode ser sumariada pela noção de contracontrole, isto é, um repertório que visa ao enfrentamento ao controle, de modo a enfraquece-lo ou superá-lo.

- Agência é relacional: Conforme Rozmarin (2013), a agência individual é um engajamento ativo do sujeito com o mundo. Como tal, ela é constituída por tecnologias do eu, um conjunto de práticas sociais autoaplicadas que modificam o senso de identidade do indivíduo e também a sua posição no mundo. Essas tecnologias possibilitam o indivíduo moldar sua própria subjetividade em relação a outros indivíduos em um determinado conjunto de relações sociais. Segundo a autora, a mimese é uma estratégia política de ação que permite as mulheres a transformar a cultura falocêntrica. Essa estratégia é constituída por diferentes tecnologias do eu: a criação de uma posição de fala do outro, a imitação paródica e a linguagem corporal. A primeira delas permite que as mulheres falem sobre suas experiências femininas de subordinação, vulnerabilidade e vitimização, questionando aquilo que é considerado natural na cultura falocêntrica. Ao expor como as mulheres são prejudicadas por essas experiências, a mimese seria transformadora à medida que evidencia o caráter contingente dessas experiências e permite restaurar a subjetividade do indivíduo em relação a elas. A imitação paródica ou paródia mimética refere-se à uma caricatura da “feminilidade”, ressaltando como o pensamento essencialista inviabiliza a emergência de subjetividades alternativas. Por fim, a linguagem corporal visa a salientar como o corpo feminino é, simultaneamente, silenciado culturalmente e significativo. Do mesmo modo que Rozmarin (2013), o comportamentalismo radical compreende que a agência só pode ser compreendida na relação do indivíduo com seu contexto (Ruiz, 1998, Zuriff, 1975).

- Agência como comportamento operante: A agência individual é uma repetição de regularidades sociais, o que possibilita o indivíduo usar essas repetições como forma de transformação política.

Incompatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Apelo a uma interioridade: Rozmarin (2013) parece identificar que os desejos e vontades de um indivíduo estão localizados em seu interior, algo que fere o escopo da filosofia comportamentalista radical.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar a discussão de agência por meio do conceito de autoconhecimento e enriquecer a instância reativa da agência por meio das acepções de autocontrole e contracontrole: O comportamentalismo radical poderia complementar a noção de agência como transformação política das mulheres (transformação de indivíduos e de suas realidades por meio de ações), uma vez que há interpretações dessa filosofia que corroboram com a possibilidade de modificar as relações sociais (Holland, 1974). A noção de autoconhecimento, por exemplo, poderia contribuir para que as mulheres identificassem quais aspectos da cultura falocêntrica tolhem sua liberdade, imaginação e desejo. Além disso, ela poderia auxiliar as mulheres a discriminar o que fazem, como fazem, quando fazem e o porquê fazem algo. Os conceitos de autocontrole e contracontrole, por sua vez, poderiam aprimorar a instância reativa da agência, que consiste em resistir à cultura falocêntrica. O conceito de autocontrole poderia instrumentar as mulheres com técnicas para modificar as variáveis das quais seu comportamento é função, aumentando

a probabilidade de reforçamento e reduzindo a probabilidade de punição no contexto da cultura falocêntrica. Já o conceito de contracontrole permitiria explorar formas de resistência à cultura falocêntrica que sejam diferentes da mimese, além de permitir o planejamento dessa resistência, avaliando riscos e potencialidades.

O que a aceção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- A agência implica ações afirmativas: Além das tecnologias que possibilitam *reagir* contra a cultura falocêntrica, Rozmarin (2013) considera que as mulheres também se engajam em vidas políticas para transformar suas realidades e criar um contexto melhor. A própria agência é percebida como um modo de vida político, por meio do qual o indivíduo transforma a si mesmo e a sua realidade via suas ações. Nesse sentido, a autora argumenta que a agência também requer um aspecto afirmativo (e não meramente reativo), no sentido de que é preciso *lutar* em direção a um futuro melhor. Segundo Rozmarin (2013), as tecnologias afirmativas são: o salto em direção ao futuro e a personificação. O salto em direção ao futuro exige que o indivíduo pense e aja como se não integrasse uma cultura falocêntrica, o que requer imaginação para conceber realidades que ultrapassem os limites opressivos dessa cultura. A personificação, por seu turno, compreende o corpo como condição para criar uma cultura em que novas subjetividades possam emergir, além de ser um local de um amor ético entre as mulheres (um amor que as une por laços de intimidade, mas reconhece suas diferenças). À semelhança de Rozmarin (2013), o comportamentalismo radical também compreende que a agência é um meio de resistir a formas de controle opressivo (Ruiz, 1998). No âmbito da filosofia skinneriana, o enfrentamento a essas formas de controle é chamado de contracontrole (Holland, 1974). O conceito de contracontrole, no entanto, parece contemplar apenas a instância reativa da agência, aquela que resiste ao controle opressor. Considerando as colocações de Rozmarin (2013), o comportamentalismo radical poderia se valer de outros conceitos, como imaginação e criatividade, para incorporar uma instância afirmativa à aceção de agência.

Stearns, G. (1998). Reflexivity and moral agency: Restoring possibility to life history research. *Frontiers: A Journal of Women Studies*, 19(3), 58-71.

Contexto da discussão: Metodológico

O artigo consiste em uma reflexão teórica sobre qual história é representada em um texto etnográfico, a do pesquisador ou a do sujeito de pesquisa. Segundo Stearns (1998), a princípio, os antropólogos buscaram responder a essa indagação investigando se **“um etnógrafo pode ser totalmente objetivo ou imparcial”** (p. 58). Para a autora, já na década de 1940, alguns antropólogos indicaram a impossibilidade de se ser completamente impessoal em um trabalho etnográfico. A despeito disso, antropólogos das décadas subsequentes pareceram buscar exatamente um modelo de pesquisador neutro: “a tentativa de ser um ‘observador neutro’, alguém cujo próprio viés está ausente no trabalho etnográfico, era claramente o objetivo” (Stearns, 1998, p. 58).

Langness (1965), citado por Stearns (1998), por exemplo, argumenta que o antropólogo congrega “os papéis de cientista, detetive, espião, amigo, estrangeiro, participante, e *observador neutro* [ênfase adicionada] todos em um” (p. 58). Esses papéis, especialmente o de observador neutro, foram questionados por antropólogos contemporâneos, pois **“não há verdade objetiva que possa ser registrada sobre outra pessoa ou cultura”** (Stearns, 1998, p. 59). Segundo Stearns (1998), o “argumento modernista [de que o pesquisador é neutro] tem sido geralmente substituído pelo entendimento de que **aspectos da subjetividade ou da autobiografia do pesquisador inevitavelmente traçam seu caminho até o texto etnográfico final**” (p. 59).

Mas em que medida a subjetividade do pesquisador estaria implicada no texto que narra a vida do sujeito de pesquisa? Esse questionamento foi alvo de debate entre antropólogos e antropólogas, sobretudo aqueles e aquelas orientados por perspectivas pós-modernas e feministas. De um lado, a resposta a essa pergunta culminou na impossibilidade de defender verdades essenciais. Sob essa ótica, “não se pode mais pensar que o estudo etnográfico resulta na descoberta de um todo cultural distinto e contido” (Stearns, 1998, p. 59). Com efeito, uma vez que o texto etnográfico lida com diferenças culturais entre pesquisador/a e sujeito, ele estaria imbuído de retórica e relações de poder.

As teóricas feministas compactuaram com a crítica à noção de objetividade, pois concebem que “a construção do ‘outro’ sempre implica relações de dominação” (Stearns, 1998, p. 59). Todavia, isso não necessariamente redundaria na ênfase da subjetividade. Há feministas que acreditam que **essa ênfase poderia relativizar as experiências individuais, ignorando uma base comum entre indivíduos ou grupos de indivíduos que permitiria a formação de coalizões**. Isso seria particularmente problemático para o feminismo, cuja “percepção de que as relações de dominação estão envolvidas no estudo etnográfico está relacionada a uma agenda política maior que busca subverter as relações de poder subjacentes à opressão das mulheres” (Stearns, 1998, p. 59).

Conforme Stearns (1998), a “**antropologia reflexiva**” seria capaz de abordar tanto a **representação de pesquisadores quanto a de sujeitos no texto etnográfico**. Para a autora, “essa prática é reflexiva e não objetiva, na medida em que o etnógrafo ou a etnógrafa reconhecem a influência de sua própria cultura na escrita” (Stearns, 1998, p. 60). No entanto, além de reconhecer que a subjetividade e os valores culturais do pesquisador estão envolvidos no texto etnográfico, a antropologia reflexiva também admite a importância da agência moral do sujeito. Isso porque o “sujeito não vem com uma personalidade estática, vontade ou história a ser capturada” (Stearns, 1998, p. 68).

A agência moral pode ser entendida como “a escolha de asseverar a vontade de alguém abertamente ou em atos de resistência” (Stearns, 1998, p. 61). De acordo com Stearns (1998), é na condição de agente moral – isto é, de um sujeito situado numa comunidade mais ampla e concretamente atravessado por raça, classe e gênero (ver Stearns, 1998, p. 65) – que um sujeito tem “a capacidade de desafiar sua própria situação” (p. 61). Para a autora, “é uma noção privilegiada e cega assumir que o sujeito . . . não influencie conscientemente a apresentação de sua vida” (Stearns, 1998, p. 68). Desse modo, a compreensão do sujeito como agente moral também está implicada na escrita do texto etnográfico. Nas palavras de Stearns (1998):

Quanta agência moral um sujeito tem na produção de um texto etnográfico? A percepção de que como pesquisador temos o poder de moldar, não apenas registrar, a vida de outra pessoa pode eclipsar o reconhecimento do poder do próprio sujeito para moldar o processo de pesquisa. De fato, os antropólogos frequentemente experimentaram a intrusão da vontade do sujeito escolhendo o que revelar . . . para um etnógrafo. (p. 61)

Stearns (1998) acredita que o texto etnográfico não é aquele que se imagina ou que se concebe por meio de observações objetivas. O texto etnográfico é aquele “criado por e dentro da relação entre sujeito e pesquisador” (Stearns, 1998, p. 63). Nesse sentido, tanto o pesquisador quanto o sujeito contribuem para a produção de um texto etnográfico. O sujeito pode escolher “quanto revelar, quando revelar . . . e o que excluir das conversas etnográficas” (Stearns, 1998, p. 65). Simultaneamente, o pesquisador pode escolher o quanto envolver seu sujeito no processo etnográfico. O texto etnográfico é produzido no sentido de que o modo como o sujeito se apresenta é somado à história de vida e arcabouço teórico do pesquisador para construir um texto etnográfico. Além disso,

um etnógrafo . . . não mantém uma subjetividade fixa ao longo do processo de pesquisa. As duas culturas [do pesquisador e de seu sujeito] se encontram no espaço etnográfico, em que ocorre uma complexidade da dinâmica, incluindo a agência moral para agir e

falar dentro dos limites dessa relação de poder. O texto etnográfico é um produto dessa interação relacional, levando em consideração a agência moral de ambas as partes e a compreensão das culturas de ambos, etnógrafo e sujeito. Um texto reflexivo da história de vida emerge do espaço nas margens em que as duas culturas se encontram. (Stearns, 1998, p. 68)

O reconhecimento da agência moral e da subjetividade em constante mudança seriam cruciais para a construção do texto etnográfico, mas apenas quando pesquisador e sujeito têm *consciência* sobre as relações de poder entre eles. Por esse motivo, a percepção de que o texto etnográfico se constitui na relação entre pesquisador e sujeito demanda a “inclusão de teorias de raça, classe e relações de poder genericadas, bem como entendimentos de agência moral por parte de pesquisador e sujeito” (Stearns, 1998, p. 65). O pesquisador não é um observador passivo; suas observações e sua escrita têm um posicionamento, no sentido de que ele “observa de uma posição de poder, para moldar o resultado final do texto da história de vida, e de uma posição vulnerável à influência da agência do sujeito” (Stearns, 1998, p. 67).

Retomando a questão sobre “de quem é realmente a história contada no texto etnográfico – a do sujeito ou a do pesquisador?” (Stearns, 1998, p. 61), Stearns (1998) responde que é tanto do pesquisador quanto do sujeito. A história de vida do sujeito e sua fala são o material do texto etnográfico. Ao mesmo tempo, esse texto é escrito com base no posicionamento do pesquisador. Esse texto é, então, um encontro dos posicionamentos distintos de dois indivíduos: o texto etnográfico “é criado no território entre culturas, considerando as etnias, o gênero e as posições de classe. O ponto central de sua criação é o reconhecimento da agência moral do pesquisador e do sujeito” (Stearns, 1998, p. 68).

Compatibilidades da aceção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Crítica à busca de verdades essenciais: Stearns (1998) impugna a possibilidade de se produzir conhecimento (texto etnográfico) que seja neutro e que postule verdades essenciais. Para a autora, do ponto de vista político, defender a existência de essências e de que o processo de produção de conhecimento é neutro poderia mascarar relações de poder e de dominação, naturalizando relações hierárquicas entre os indivíduos com base nos interesses de um grupo dominante. De modo similar, o antiessencialismo é um dos principais pressupostos da filosofia comportamentalista radical (Skinner, 1981).

- Crítica à noção de que o indivíduo que conhece é privilegiado: Consoante Stearns (1998), a ênfase no sujeito, na subjetividade, pode ser problemática, pois considera as experiências individuais como relativas e ignora uma base comum entre os sujeitos ou grupos de sujeitos que viabilizam a formação de alianças políticas.

- Conhecimento é produzido de modo relacional: Stearns (1998) advoga que tanto o pesquisador quanto sujeito participam da produção de conhecimento. Além disso, nenhum deles é neutro nesse processo; ambos são reflexivos. Isso significa que ambos são capazes de reconhecer que sua subjetividade e seus valores culturais estão implicados na produção de conhecimento. O comportamentalismo radical interpreta que o conhecimento é comportamento verbal do cientista (Skinner, 1953/965). Nesse viés, aspectos da história de vida estão integrados ao processo de produção de conhecimento. Vale ressaltar que a embora os valores pessoais do cientista estejam inseridos na prática científica, esta não é redutível àqueles.

- Relação entre agência, consciência e possibilidade de resistência: A agência moral subentende que um sujeito é capaz escolher para resistir. De acordo com Stearns (1998), é na condição de agente moral que o sujeito (inserido em uma comunidade e atravessado concretamente por aspectos como raça, classe e gênero) é capaz de desafiar a sua própria condição. Isso seria possível porque o agente moral deve ser consciente das relações de poder e dominação que atravessam suas demais relações. O comportamentalismo radical compreende que indivíduos conscientes (isto é, capazes de descrever as variáveis das quais seu comportamento é função)

têm melhores condições de mudar seu comportamento e modificar as relações sociais. Na perspectiva comportamentalista radical, desafiar relações de poder e dominação (contracontrole) dependeria de a possibilidade do sujeito descrever as contingências que controlam seu comportamento, bem como quem o controla.

Incompatibilidades da aceção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Não foi identificada nenhuma incompatibilidade.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar as noções de consciência (autoconhecimento) e de resistência (contracontrole) e incorporar a ideia de autocontrole: Stearns (1998) advoga que uma das características do agente moral é que ele deve ter consciência das relações de poder e dominação para escolher mudar sua situação por meio de atos de resistência. Contudo, a autora não explora como o sujeito poderia se tornar consciente dessas relações de poder. A noção de consciência de Stearns (1998) poderia, nesse sentido, ser ampliada pelo conceito de autoconhecimento do comportamentalismo radical. O autoconhecimento compreende a descrição das variáveis relacionadas à topografia de uma resposta, bem como o autorrelato verbal sob controle de condições corporais e/ou das propriedades do ambiente (Malacrida & Laurenti, 2018). Além disso, o comportamentalismo radical poderia incorporar à noção de consciência de Stearns (1998) o conceito de autocontrole. O autocontrole é um repertório que permite o indivíduo mudar o próprio comportamento modificando as variáveis ambientais das quais seu comportamento é função. Esses dois conceitos também poderiam enriquecer a aceção de resistência da autora, à medida que estão implicados na noção de contracontrole, que se refere a formas de resistência às relações de poder e de dominação.

O que a aceção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Interseccionalidade: Embora Stearns (1998) não empregue o termo interseccionalidade, ela argumenta que fatores como raça, classe e gênero tornam o sujeito concreto. Ademais, a autora acredita que a consciência a respeito desses fatores possibilitaria o engajamento do sujeito em atos de resistência para modificar sua situação. O reconhecimento do papel que esses fatores desempenham na subjetividade permitiria ampliar a consciência a respeito do papel que eles desempenham nas contingências de reforçamento e, conseqüentemente, ampliar a possibilidade de o comportamentalismo radical fazer análises funcionais que viabilizem o planejamento de formas mais efetivas de contracontrole.

- Agência e relações de poder (agências de controle): Conforme Stearns (1998), as relações de poder e de dominação perpassam a subjetividade dos sujeitos e, por extensão, estão implicadas na agência moral. Apesar de o comportamentalismo radical considerar a possibilidade de resistência ao controle quando trata sobre as ações agênticas (Ruiz, 1998), ele não necessariamente inclui nessa discussão o papel que as agências exercem no estabelecimento e manutenção desse controle.

Superson, A. (2010). The deferential wife revisited: Agency and moral responsibility. *Hypatia*, 25(2), 253-275.

Contexto da discussão: Ético-político

A esposa reverente é “uma mulher que é totalmente dedicada ao marido” (Superson, 2010, p. 253). De acordo com Superson (2010), essa mulher “tende a não formar seus próprios interesses, valores e ideais, mas quando o faz, ela os considera menos importantes que os do marido” (p. 253). Para a autora, a esposa reverente não se vê em uma posição de inferioridade

em relação aos homens, mas acredita que o papel de servir ao marido e à família é apropriado às mulheres: “Ela [a esposa reverente] não acredita que alguém esteja pisando nos seus direitos, pois ela está feliz e orgulhosa de servir ao marido” (Superson, 2010, p. 253).

Segundo Superson (2010), as explicações sobre o servilismo da esposa reverente geralmente indicam uma falha na agência moral. Uma dessas explicações compreende que a esposa reverente é servil, porque acredita que é sua obrigação moral como esposa. Sob essa ótica, ela “falha em entender e reconhecer seu direito a um grau mínimo de respeito” (Superson, 2010, p. 254). Outra explicação concebe que a esposa reverente não possui um julgamento moral efetivo: o “servilismo reside no fato de deferir acriticamente às preferências do marido ao não avaliá-las de acordo com seus próprios princípios” (Superson, 2010, p. 254). Superson (2010) concorda com essas explicações à medida que interpretam que a agência pode ser comprometida pelas circunstâncias sociais:

Concordo que a agência da esposa reverente esteja comprometida porque . . . seu próprio ideal de uma vida digna, as normas pelas quais julgá-la, bem como alguns de seus desejos, são deformados pelas circunstâncias sociais e a atrapalham a ser totalmente autônoma. Para ser um agente moral ideal totalmente autônomo, ela precisa examinar seus *princípios*, não apenas suas preferências, o que exige ser visionária. De maneira mais geral, acredito que as mulheres podem ser fortemente influenciadas por forças sociais e ainda exercer agência moral; elas podem ser agentes morais *completos* se mudarmos as condições sociais de modo que elas reconheçam seu valor intrínseco [como seres humanos] e exerçam sua autonomia mesmo na escolha de princípios para examinar seus desejos. (p. 254)

A despeito de concordar que as circunstâncias sociais afetam a agência da esposa reverente, a autora questiona se isso seria suficiente para responsabilizá-la por seu servilismo. Superson (2010), então, examina e rejeita duas acepções de responsabilidade. A primeira admite que se as razões de uma ação são determinadas pelas circunstâncias, um indivíduo não seria responsável por ela. O indivíduo responsável é um agente que controla suas ações: “os agentes são responsáveis quando podem escolher suas ações livremente (suas ações estão sob seu controle no sentido de serem um produto de sua vontade e não sob coerção ou determinadas por alguma força externa) e podem avaliar racionalmente suas opções e fundamentar suas ações” (Superson, 2010, p. 256).

Nessa perspectiva, a esposa reverente seria absolvida da responsabilidade pelo seu servilismo em virtude de sua socialização. Conforme Superson (2010), o “seu [da esposa reverente] servilismo é determinado por sua socialização: ela não pode ver razões morais (genuínas) que se opõem ao servilismo e não tem o que é necessário – ser visionária – para ver essas razões” (p. 261). A socialização da esposa reverente implica que ela seria desprovida da sensibilidade e da percepção requeridas para compreender que o autorrespeito seria oposto ao servilismo. A autora elucida o ponto: “Ela tem uma vontade moldada pelo patriarcado e que rege sua escolha em relação às razões pelas quais agir: ela é compelida a ver e a responder às razões de ser servil” (Superson, 2010, p. 261).

Superson (2010) critica essa concepção de responsabilidade, pois compreende que as “circunstâncias podem dar a uma pessoa uma razão para agir sem *forçá-la* a agir” (p. 261). Isto é, embora as circunstâncias sociais direcionem as ações das mulheres, elas não necessariamente ditam que as mulheres serão servis. Ademais, essa concepção de responsabilidade seria conflitante com uma visão empoderadora de agência, já que “a única base na qual os agentes devem ser absolvidos da responsabilidade é se eles carecem de alguma característica crucial da agência”, como o “controle sobre as próprias ações, racionalidade, capacidade de agir a partir de razões, capacidade de escolher entre razões, e não ter suas razões determinadas pelas circunstâncias” (Superson, 2010, pp. 261-262).

A segunda definição de responsabilidade criticada por Superson (2010) considera que um indivíduo responsável é aquele capaz de adequar seu comportamento a uma avaliação racional das opções de ação. Nesse caso, “ele é *moralmente*, bem como *causalmente*, responsável pelo o que ele faz” (Superson, 2010, p. 255). Apesar de responsável por suas ações, todavia, o agente não deveria ser considerado *culpado* por elas. Isso porque não é o agente que possui razões para agir, mas há razões nas circunstâncias sociais que justificam o modo de esse agente agir de determinadas formas. Ou seja, há “há razões que justificariam o comportamento injusto de uma pessoa, embora a pessoa ainda seria responsável por seu comportamento” (Superson, 2010, p. 263).

De acordo com Superson (2010), essa acepção de responsabilidade recorre à noção de Intuição Básica. A Intuição Básica pressupõe que se uma ação sempre precedeu outra na história de vida de um indivíduo, é provável que, futuramente, quando a primeira ação ocorrer, esse indivíduo intua que a outra também ocorrerá. Com base nessa história de vida, as circunstâncias justificariam as ações de um indivíduo: “a Intuição Básica atribui . . . não uma incapacidade de fazer as distinções morais corretas, mas uma falha justificada em ‘diferenciar o certo do errado’” (Superson, 2010, p. 263). Ao contrário da outra acepção de responsabilidade, o indivíduo não é determinado a agir de uma maneira específica, mas ele possui razões para agir de certas maneiras devido às circunstâncias.

No entanto, ao mesmo tempo que um indivíduo teria razões para agir de determinadas formas, ele também teria motivos para não agir dessas maneiras. Se há razões *nas circunstâncias* para que um indivíduo se comporte de maneiras consideradas erradas, também haveria razões nelas para ele não se comportar de maneiras erradas (ou comportar-se moralmente). Sob esse prisma, fatores que dizem respeito às alternativas para agir de outras maneiras e também à experiência de um indivíduo permitiriam examinar quão aceitável ou inaceitável é uma ação. Assim, mesmo que o agente tenha uma justificativa para a ação, “esta justificativa não o isenta da responsabilidade moral por sua ação” (Superson, 2010, p. 265).

Superson (2010) rejeita **a primeira definição de responsabilidade, uma vez que ela enfatiza a necessidade de liberdade e absolve a “responsabilidade de determinados agentes em circunstâncias especiais, com o fundamento de que suas ações não são livres”** (p. 256). A segunda acepção de responsabilidade, por sua vez, é rejeitada, pois se refere a *justificabilidade da escolha* – são responsáveis os agentes que agem livremente e que têm boas razões para transgredir ações morais. Apesar de se aproximar da segunda acepção de responsabilidade, **o objetivo de Superson (2010) é “absolver a esposa reverente da responsabilidade por seu servilismo de uma maneira que não a trata como se ela não tivesse agência”** (p. 255).

Diversamente da segunda acepção de responsabilidade, Superson (2010) salienta a justificabilidade da ação *em si mesma*. Isso significa que a autora isenta da “responsabilidade certos agentes em circunstâncias especiais, no sentido de que haveria boas razões para suas ações quando essas ações são re-descritas em termos da resposta legítima dos agentes a uma tentativa de degradar o seu valor” (Superson, 2010, p. 256). Dessa forma, em vez de considerar que as razões para uma ação libertam o indivíduo da responsabilidade, Superson (2010) argumenta que as razões de uma ação justificam a ação, libertando o sujeito tanto da responsabilidade quanto da culpa.

Defendo a opinião de que há um sentido em às vezes *há razão* para agir imoralmente, não apenas porque o agente tem razão para agir dessa maneira; isto é, agir de maneira imoral é *em si justificado* em certas circunstâncias. Para ver essa visão contraintuitiva, precisamos ver o ato sob uma descrição diferente, sensível às circunstâncias do agente, a resposta legítima do agente a uma tentativa de degradar seu valor intrínseco. Por essas razões, o agente fica livre da responsabilidade de agir sobre elas. (Superson, 2010, p. 255)

A esposa reverente não seria responsável pelo seu servilismo, pois suas ações estão relacionadas a um contexto patriarcal que justifica e valoriza determinadas ações. Consoante Superson (2010), “a esposa reverente não é responsável por seu servilismo porque há um sentido em que seus atos são legitimamente interpretados como uma resposta apropriada às mensagens de inferioridade que ela recebe da sociedade patriarcal em que vive e em que existem razões relacionadas, mas não fundamentadas em suas circunstâncias, para que ela aja de maneira que considera ser respeitosa” (p. 255).

Segundo Superson (2010), a sociedade patriarcal confunde a esposa reverente sobre seu valor, de forma que ela “não tem o autorrespeito necessário para resistir às mensagens de inferioridade dirigidas a ela e às mulheres como um grupo” (p. 269). Sendo assim, a esposa reverente age de maneiras que a sociedade julga respeitadas – ser servil ao marido e à família – e em relação às quais seu valor como mulher, esposa e mãe são avaliados. A esposa reverente é direcionada (e não determinada) pelas circunstâncias a agir de maneira servil. Para Superson (2010), “seu servilismo é justificado no sentido de que é uma resposta legítima à confusão sobre seu valor derivar de . . . mensagens sociais de inferioridade que ameaçam seu senso de valor” (p. 269).

Superson (2010), entretanto, não tenciona absolver todos os agentes da responsabilidade por suas ações. Com efeito, ela “isenta de responsabilidade apenas aqueles agentes cujo comportamento é uma resposta a uma tentativa de diminuir seu valor” (Superson, 2010, p. 269). Além disso, a autora insite que “exerçamos clemência em nosso julgamento das vítimas que respondem a danos indiretos enviados por mensagens sistemáticas de inferioridade, uma vez que estas mensagens muitas vezes são mascaradas e passam despercebidas, mas podem ser tão insidiosas quanto aquelas enviados às vítimas que sofrem danos diretos (Superson, 2010, p. 270).

Por fim, Superson (2010) defende que, embora a esposa reverente não seja responsável por seu servilismo, as mulheres deveriam se engajar na resistência ao servilismo. Isso porque “a participação da esposa reverente em uma relação de servidão com seu marido perpetua estereótipos de deferência e submissão” (Superson, 2010, p. 270). A autora acredita que a participação de uma mulher em uma prática sexista terá um efeito sobre o grupo de mulheres. Nesse sentido, Superson (2010) advoga que “as mulheres têm a obrigação, pelo menos sob certas circunstâncias, para resistir à sua opressão não participando de comportamentos de servidão” (p. 271).

Compatibilidades da aceção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Crítica a explicações dicotômicas: Superson (2010) impugna uma concepção determinista de responsabilidade, que ceifa a agência moral das mulheres em geral e da esposa reverente em particular. Essa aceção de agência compreende que, se as razões que orientam uma ação são determinadas pelas circunstâncias sociais, a mulher não seria responsável por suas ações – e, em consequência disso, não seria responsável por seu servilismo. A mulher só seria responsável (um agente moral) quando livre, ou seja, quando capaz de controlar suas próprias ações, ser racional, escolher livremente e avaliar suas opções de ação. Em outras palavras, a mulher seria um agente moral quando suas ações não são determinadas por forças externas. Se a mulher é determinada pelas circunstâncias sociais, ela não seria responsável por suas ações, uma vez que a sua socialização em uma sociedade patriarcal não a permite ser visionária (avaliar seus princípios e preferências), mas apenas ser servil. Simultaneamente, a autora crítica uma aceção de responsabilidade na qual o indivíduo considerado responsável é aquele capaz de avaliar racionalmente suas opções de ação, sendo tanto moral quanto causalmente responsável por suas ações. Superson (2010) defende que a mulher não é responsável por seu servilismo, pois ela age no contexto de uma sociedade patriarcal que justifica e valoriza determinadas ações, sendo elas respostas legítimas às mensagens de inferioridade que recebe dessa sociedade. À

semelhança de Superson (2010), o comportamentalismo radical também rejeita explicações dicotômicas, sejam elas ambientalistas (as circunstâncias sociais determinam o comportamento do indivíduo, destacando a falta de autonomia do indivíduo) ou subjetivistas (o indivíduo delibera e age apesar das circunstâncias sociais, no caso sua razão precede a ação). Na perspectiva comportamentalista radical, ambas as explicações ferem o escopo da ciência comportamental, que é estudar as relações indissociáveis entre indivíduo e mundo. Somado a isso, a filosofia skinneriana também crítica as aceções de responsabilidade relacionadas às explicações dicotômicas, em que a culpa recairia sobre o ambiente (ambientalismo) ou sobre o indivíduo (subjetivismo). Ao passo que na primeira o indivíduo é vítima, na segunda ele seria culpado. O comportamentalismo radical compreende que as noções de vítima e de culpado estão relacionadas a formas de relação com o mundo. Assim, o indivíduo é vítima quando sua capacidade de agir é tolhida e é culpado quando destrói o mundo físico e subjuga outros indivíduos (Lopes, Laurenti, & Abib, 2018).

- Relação entre agência, circunstâncias sociais e possibilidade de mudança: Segundo Superson (2010), a agência moral das mulheres pode ser influenciada pelas circunstâncias sociais, que deformam seus desejos e as impede de ser completamente autônomas. Ainda assim, a autora argumenta que elas seriam capazes de ser agentes morais, pois, a despeito de as circunstâncias sociais influenciarem as mulheres a agirem de determinadas formas, elas não coíbem suas ações. Para que as mulheres sejam agentes morais, seria preciso modificar as condições sociais de modo que elas reconheçam seu valor intrínseco como seres humanos. Isso implicaria modificar as mensagens de inferioridade que elas recebem da sociedade patriarcal. Desse modo, mesmo em uma sociedade patriarcal, as mulheres poderiam agir de maneiras distintas daquelas esperadas pela sociedade patriarcal. Seguindo essa lógica, o comportamentalismo radical compreende que a possibilidade de o indivíduo ser um agente estaria atrelada às circunstâncias sociais (Ruiz, 1998; Zuriff, 1975). O próprio conceito de agência, na filosofia comportamentalista radical, remete à relação do indivíduo com as circunstâncias sociais (Zuriff, 1975). Além disso, o comportamentalismo radical também defende a possibilidade de os indivíduos mudarem seus cursos de ação. Uma vez que a filosofia skinneriana define o comportamento como processo, concebe-se que o comportamento é mutável (Skinner, 1953/1965). Entretanto, para modificar o comportamento, não são os indivíduos que devem ser modificados, mas as variáveis das quais seu comportamento é função.

- A classificação de uma ação não é inerente à ação, mas às circunstâncias em que essa ação ocorre: Consoante Superson (2010), as ações da mulher são avaliadas como respeitadas ou desrespeitadas de acordo com os valores dessa sociedade patriarcal. O comportamentalismo radical considera que uma das formas de controle pelo grupo ou pelas agências de controle é a classificação dos comportamentos (Skinner, 1953/1965). Classificar o comportamento como “bom” ou “mau” (controle ético) cria condições para que um grupo ou agência de controle reforce ou puna comportamentos de acordo com seus respectivos valores. Todavia, não necessariamente há convergência entre aquilo que é “bom” e “mau” para a agência ou grupo e aquilo que é “bom” ou “mau” para o indivíduo. Aquilo que é “bom” para o indivíduo é o que é reforçador positivo. Porém, aquilo que é reforçador positivo não pode ser valorado como necessariamente “bom”, uma vez que ele pode ser usado para promover controle opressivo. A esposa reverente pode ser usada como um exemplo disso. O comportamento respeitoso (“bom”) da mulher é o comportamento de servidão ao marido. A despeito de esse comportamento ser reforçado positivamente pela sociedade em geral e produzir um efeito reforçador positivo sobre o comportamento da mulher (ela se sente “realizada” e “orgulhosa” por exercer esse papel), cumprir esse papel pode transformá-la em uma escrava feliz.

Incompatibilidades da aceção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Recurso à razão: Embora Superson (2010) reconheça o papel que as circunstâncias sociais desempenham na constituição da mulher como agente moral, ela acredita que as circunstâncias fornecem razões para que a mulher aja de determinada maneira.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar as noções de agência moral e responsabilidade por meio dos conceitos de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole: Superson (2010) versa sobre a agência moral sob a perspectiva da acepção de responsabilidade, que poderia ser enriquecida por meio das acepções de autoconhecimento, autocontrole e contracontrole do comportamentalismo radical. A definição comportamentalista radical de autoconhecimento implica que um indivíduo seja capaz de descrever aquilo que sente, como, quando e o porquê se comporta. O autocontrole, por seu turno, possibilita ao indivíduo mudar o próprio comportamento modificando as variáveis das quais seu comportamento é função. Sob a ótica do comportamentalismo radical, os repertórios de autoconhecimento e autocontrole seriam condição para o estabelecimento de um terceiro repertório: o contracontrole, entendido como o planejamento de formas de resistência a controles instituídos, objetivando enfraquecê-los ou superá-los (Holland, 1974).

O que a acepção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Engajamento político particular redundaria em consequências não apenas para o indivíduo, mas para um grupo de indivíduos: De acordo com Superson (2010), é preciso haver um engajamento particular das mulheres com relação a comportamento servis, pois ações particulares impactam as mulheres como grupo e ajudam a manter uma sociedade patriarcal, que perpetua práticas sexistas e estereótipos de deferência e submissão.

Wharton, A. S. (1991). Structure and agency in socialist-feminist theory. *Gender & Society*, 5(3), 373-389.

Contexto da discussão: Ético-político/Epistemológico

Um dos debates mais proeminentes da teoria social refere-se aos méritos de abordagens estruturais versus abordagens que destacam o ator social. Esses debates seriam importantes para a teoria feminista socialista, que se constituiu como uma crítica a perspectivas estruturais marxistas que compreendem que o gênero não influencia os processos econômicos capitalistas. As tentativas dessas feministas de incorporar fatores como o gênero e a dominação masculina têm sido acompanhadas por uma atenção especial dada ao ator social. Como resultado, há uma “teoria da desigualdade de gênero que trata o capitalismo como estrutura ou sistema, enquanto o gênero é analisado de uma perspectiva de agência que presume atores sociais” (Wharton, 1991, p. 373). No entanto, ao fazer isso, o feminismo socialista reafirmou a dualidade agência-estrutura, dificultando a possibilidade de analisar as relações entre gênero e capitalismo.

As assunções sobre estrutura e agência estão no centro dos debates sobre a contribuição do patriarcado e do capitalismo para a segregação de gênero. Explicações que enfatizam o patriarcado tendem a destacar a agência na teoria feminista. As explicações que atribuem maior importância aos processos econômicos, por sua vez, tendem a privilegiar a estrutura. Como consequência disso, as discussões sobre gênero figuram, mais frequentemente, em explicações que destacam a agência em detrimento daquelas que enfatizam aspectos culturais. Todavia, as teorias da segregação pautadas na agência “tratam o gênero como uma característica estritamente individual que modela os interesses e as disposições dos atores, mas ignora seu papel na formação da macroestrutura na qual a ação ocorre” (pp. 374-375).

A fim de resolver os problemas levantados por uma ou outra abordagem, as feministas socialistas adotaram uma visão dual acerca da segregação de gênero, buscando associar teorias

que privilegiam a agência a teorias que privilegiam a estrutura. Acreditou-se que dessa maneira, a análise estrutural do capitalismo poderia ser complementada com uma acepção de patriarcado que salienta a agência de autores generificados. Wharton (1991) cita o patriarcado como um exemplo. Entendido em termos de estrutura, o patriarcado seria considerado “uma forma de solidariedade entre os homens que os possibilita dominar as mulheres por meio do controle sobre o trabalho das mulheres” (p. 375). Já as perspectivas subjetivas, relacionadas a agência, “analisam o gênero como uma propriedade dos indivíduos” (p. 375).

Conforme Wharton (1991), essa posição dual seria problemática, pois concebe que o capitalismo e o patriarcado não se relacionam entre si, como se eles fizessem parte de campos distintos. A autora elucida o ponto: “o capitalismo é tratado como um sistema que existe fora dos indivíduos, restringindo sua atividade, enquanto o patriarcado . . . é visto como operando fundamentalmente por meio das ações de homens e mulheres” (Wharton, 1991, p. 375). Assente nisso, Wharton (1991) afirma que o desafio para as feministas socialistas seria tratar sobre a relação entre gênero e capitalismo “de uma perspectiva que reconhece as relações sociais como motivadoras da ação e como propriedade de uma posição estrutural” (p. 375).

De um modo geral, as abordagens estruturais priorizam a organização social: “Abordagens estruturais insistem que a organização social, mais que os indivíduos, seja o foco da pesquisa e tratam a organização social como impondo limites aos atores” (Wharton, 1991, p. 376). Aqui, a estrutura diria respeito ao sistema de produção. Nesse sistema, as posições sociais seriam independentes e anteriores aos indivíduos que as ocupam. A princípio, essa visão foi vista como consistente com as reivindicações feministas de que “a segregação de gênero não reflete as escolhas da mulher, mas, em vez disso, os limites de escolhas pelos empregadores e pela organização da produção” (Wharton, 1991, p. 376). Porém, as abordagens estruturalistas foram criticadas por minimizar o papel dos atores sociais, como se eles fossem passivos e “empurrados” por forças no ambiente. Além disso, as críticas a explicações estruturais também revelam pouco dos processos que geram e mantêm padrões de segregação entre os gêneros.

Os interesses e comportamentos dos atores são vistos quase que completamente como efeitos de relacionamentos estruturais, aparecendo apenas indiretamente como causas desses padrões ou dos mecanismos por meio dos quais eles operam. Dessa maneira, argumentos estruturais não podem justificar as ações de . . . homens, mulheres . . . e não oferecem nenhuma compreensão acerca dos papéis que esses grupos desempenham na criação ou desmantelamento da segregação. (Wharton, 1991, p. 379)

Outra crítica que as feministas endereçaram a abordagens estruturais questiona a utilidade de explicações que sugerem que as estruturas sociais seriam neutras em relação ao gênero. Essas críticas inspiraram uma explicação alternativa para a segregação de homens e mulheres, “que trata homens e mulheres como atores generificados” (Wharton, 1991, p. 379). Abordagens como essa, que prezam pelos atores sociais, usualmente tratam da segregação de gênero como se ela fosse motivada por interesses de gênero. Essas abordagens também foram criticadas, pois flertariam com uma visão reducionista dos atores sociais. Por exemplo, as ações dos homens seriam reduzidas as suas “necessidades psicológicas” ou ao seu “instinto masculino”. Nessa acepção, o ator social construiria o mundo da maneira que deseja.

Wharton (1991) também questiona a validade dessas abordagens, uma vez que elas tratam “os interesses do gênero masculino como universais e imutáveis” (p. 380), ignorando a “natureza historicamente contingente” (p. 380) da segregação de gênero. Para a autora, em última análise, as abordagens estruturais e as abordagens centradas no ator social seriam reféns da mesma lógica argumentativa:

Ironicamente, enquanto os argumentos sobre os interesses de homens e mulheres têm avançado . . . como uma crítica às abordagens estruturais que excluem indivíduos ativos e conscientes da explicação, aqueles apoiando uma abordagem dos interesses de gênero podem involuntariamente fazer o mesmo. Olhar as práticas dos trabalhadores e dos

empregados homens como reflexo de seus interesses de gênero retira a atenção de como esses interesses são constituídos e reproduzidos. Quando os interesses de gênero são tratados como dados, as capacidades dos homens como sujeitos ativos e criativos são limitadas. (p. 380)

Para Wharton (1991), a ideia de que homens e mulheres fazem escolhas e perseguem seus interesses individuais seria incontestável. No entanto, isso não deveria ser tomado como evidência de que homens e mulheres são atores sociais que “agem *deliberadamente* [ênfase adicionada] para alcançar os interesses de seus gêneros” (Wharton, 1991, p. 380). Considera-se que a noção de ator social como um locus de decisão e ação faria pouco sentido, pois há outros elementos no ambiente (outros homens, outras mulheres, classes e sociedades) que também participam das decisões, mas que em sua condição coletiva não podem ser definidos como agentes sociais.

Conjectura-se que uma maneira de evitar esses problemas seria “adotar uma concepção modificada de agência como consciência, atividade intencional” (Wharton, 1991, p. 381). Consoante Wharton (1991), compreender as mulheres e homens como atores sociais “necessita que os interesses de gênero sejam vistos como histórica e situacionalmente contingentes, o que em contrapartida exige a reintrodução de limites estruturais e oportunidades” (p. 381). Feministas socialistas sugerem que todas as relações sociais são perpassadas pelo gênero dos indivíduos. O “gênero é definido como parte do ser social e, assim, está embutido em todas as relações (Wharton, 1991, p. 382). Reconhecer que as relações sociais são generificadas implica entender que o gênero organiza e é organizado por processos sociais. O gênero seria uma identidade em torno da qual as pessoas organizam suas atividades e relações; ao mesmo tempo, em termos “estruturais”, o gênero é um “local” para as relações: “diversos processos econômicos, sociais e políticos atribuem significados e capacidades historicamente específicos às relações sociais generificadas” (p. 385). Isso significa que as dimensões generificadas das relações sociais são dinâmicas, históricas e contingentes.

Esta última abordagem ilustra o esforço das feministas em compreender as relações entre os gêneros como um princípio de organização social, bem como um aspecto da identidade social. De acordo com Wharton (1991), “desenvolver uma perspectiva sintética que possa acomodar classe, raça e dinâmicas de gênero tem sido um dos objetivos centrais do feminismo socialista” (p. 386). Para a autora, uma abordagem que não trata o gênero como essência ou ilusão seria o ponto de partida para apontar como o gênero, juntamente com fatores como classe e raça, estão implicados na vida social.

Compatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Crítica a explicações dicotômicas: Wharton (1991) afirma que a adoção de abordagens dicotômicas para explicar a segregação de gêneros seria problemática, pois concebe que a estrutura e a agência seriam invariavelmente distintas e não se relacionariam entre si. Em seu aspecto estrutural, essas abordagens consideram que a estrutura é algo independente dos indivíduos. Nessa acepção, a atividade dos indivíduos seria minimizada: os atores sociais seriam “empurrados” pela estrutura, de modo que sua atividade estaria restrita às limitações que essa estrutura impõe. A agência, por seu turno, operaria fundamentalmente por meio das ações dos indivíduos, sem considerar a estrutura. Sob essa ótica, o agente ou ator social seria considerado um locus de ação – é ele quem delibera e age conforme suas necessidades psicológicas ou instintos. Para Wharton (1991), essas abordagens seriam problemáticas, pois falham em evidenciar como a segregação entre os gêneros é constituída e reproduzida. O comportamentalismo radical também critica explicações dicotômicas, como é o caso da dicotomia entre estrutura (mundo) e agência (indivíduo). Nessa dicotomia, a estrutura determinaria o comportamento do indivíduo, enfatizando a falta de autonomia dos atores sociais e a possibilidade de eles serem ativos. Já a agência representaria a autonomia do indivíduo em

relação ao ambiente: o indivíduo delibera e age independentemente das limitações de seu contexto. Assim como para Wharton (1991), o comportamentalismo radical (Lopes et. al., 2018) compreende que a dualidade estrutura-agência trata indivíduo e mundo como separados e distintos. Somado a isso, o comportamentalismo radical também concebe que independentemente de tentarem conciliar estrutura e agência, ambas fixam um início absoluto para as ações, ora no mundo (estrutura), ora no indivíduo (agência), algo que fere o escopo da ciência comportamental, que é estudar as relações entre indivíduo e mundo.

- Agência como consciência, atividade intencional: Conforme Wharton (1991), uma alternativa para abordagens duais para explicar a segregação entre os gêneros seria compreender a agência em termos de consciência e atividade intencional. O comportamentalismo radical também estabelece que a consciência e a atividade intencional seriam características da agência. Para Zuriff (1975), as relações comportamentais agênticas emergem na relação do indivíduo com o mundo, o que significa que exigem que o agente seja capaz de explicar sua ação no contexto atual. Para tanto, o agente precisaria ser consciente de suas ações, no sentido de que ele deveria ser capaz de discriminar e descrever quais as variáveis que controlam seu comportamento. Também pode-se afirmar que a agência teria um aspecto intencional no comportamentalismo radical. Uma vez que o indivíduo tem consciência de suas ações ele poderia “intencionalmente” manipular as variáveis das quais seu comportamento é função. Com efeito, a intencionalidade não se refere a um eu essencial que habita o indivíduo, que delibera e depois age; ela diria respeito à relação do indivíduo com seu ambiente, à sua história passada.

- O gênero é social, histórico e contingente: Em uma perspectiva comportamentalista radical, o gênero concerne a “padrões de comportamento ontogenéticos, considerados típicos de mulheres e de homens no contexto de uma dada cultura” (Silva & Laurenti, 2016). Como padrão de comportamento ontogenético, o gênero está inscrito na cultura, o que significa que ele só pode ser esclarecido à luz de contingências sociais e históricas.

Incompatibilidades da acepção feminista de agência com o comportamentalismo radical

- Não foram identificadas incompatibilidades.

O que o comportamentalismo radical poderia acrescentar à discussão feminista de agência

- Ampliar a noção de consciência e intencionalidade e acrescentar as noções de autocontrole e contracontrole: Embora Wharton (1991) acredite que a consciência e a intencionalidade sejam características de uma noção alternativa de agência, ela não explora como essas características poderiam emergir na relação dos atores sociais com o contexto; a autora tampouco examina como essas características ajudariam a promover transformação social. Nesse sentido, o comportamentalismo radical poderia lançar luz a essas características da agência feminista. O comportamentalismo radical, por exemplo, compreende a consciência (autoconhecimento) como a capacidade de discriminar e descrever diferentes variáveis que controlam o comportamento. Nesse sentido, a consciência poderia ser autorrelato verbal sobre controle de condições corporais (aquilo que o ator social sente), de propriedades das respostas (topografia) e/ou das propriedades do ambiente (antecedentes e consequências). A ideia de consciência do comportamentalismo radical também seria condição para que os indivíduos mudem o próprio comportamento por meio da manipulação das variáveis ambientais das quais seu comportamento é função (autocontrole). A consciência e o autocontrole, por sua vez, seriam pré-condições para a transformação social (contracontrole). Os repertórios de autoconhecimento e autocontrole, por seu turno, seriam condição para o estabelecimento do contracontrole, que é o planejamento de formas de resistência a controles instituídos.

O que a acepção feminista de agência poderia acrescentar ao comportamentalismo radical

- Crítica à neutralidade das estruturas sociais (agências de controle): Na perspectiva comportamentalista radical, a segregação e a hierarquização entre os gêneros são estabelecidas e mantidas por meio de práticas culturais (Ruiz, 2003). A agência de controle seria um conceito-chave para entender a hierarquização entre os gêneros, pois ela detém poder (controle) e privilégio (acesso) em relação aos reforçadores. Considerar que as estruturas sociais são neutras é um posicionamento político que poderia beneficiar um determinado grupo de indivíduos.
- Interseccionalidade: Segundo Wharton (1991), além do gênero, raça e classe também estão implicados na vida social. A incorporação dessas variáveis poderia ajudar o comportamentalismo radical a ampliar o autoconhecimento em relação ao papel que elas desempenham nas relações sociais. Além disso, ao incorporar essas variáveis, as feministas socialistas também poderiam ajudar o comportamentalismo radical a enriquecer suas análises funcionais para, então, promover um contracontrole (transformação social) mais efetivo.